

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LARA PASTORELLO PANACHUK

**CENÁRIO E PERSONAGENS NOS PROCESSOS CRIMINAIS DA JUSTIÇA
FEDERAL DO PARANÁ (1894-1895) – UM CONCERTO JURÍDICO PARA A
REVOLUÇÃO FEDERALISTA**

CURITIBA

2017

LARA PASTORELLO PANACHUK

**CENÁRIO E PERSONAGENS NOS PROCESSOS CRIMINAIS DA JUSTIÇA
FEDERAL DO PARANÁ (1894-1895) – UM CONCERTO JURÍDICO PARA A
REVOLUÇÃO FEDERALISTA**

Monografia apresentada à Faculdade de
Direito da Universidade Federal do Paraná
como requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em direito.

Orientador: Prof. Dr. Luís Fernando
Lopes Pereira

**CURITIBA
2017**

TERMO DE APROVAÇÃO

LARA PASTORELLO PANACHUK

CENÁRIO E PERSONAGENS NOS PROCESSOS CRIMINAIS DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ (1894-1895) – UM CONCERTO JURÍDICO PARA A REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Luís Fernando Lopes Pereira
Orientador

Prof. Dr. André Peixoto de Souza
Primeiro Membro

Prof. Msc. Judá Leão Lobo
Segundo Membro

Curitiba, 04 de abril de 2017

Aos meus pais, Elio e Elizabete Panachuk, pelo apoio moral, ético, afetivo, psicológico e financeiro. Sem vocês, tal jornada não teria sido minimamente possível.

Aos meus antepassados: Amaral, Boesi, Costa, Giavon, Kastner, Pastorello, Panachuk, Pontes e Stepaniuk, por fazerem parte da construção cotidiana do Rio Grande do Sul e do Paraná.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Elio e Elizabete Panachuk, pelos incentivos morais, éticos, afetivos, psicológicos e financeiros recebidos ao longo destes cinco anos. Ao meu pai, agradeço, também, por me proporcionar as conversas sobre a Revolução Federalista, importantes para desenvolver o interesse pelo tema. À minha mãe, por manter-me no âmbito jurídico, mesmo com tantas conversações com a História e com a Arte.

Ao Prof. Dr. Luís Fernando Lopes Pereira, pelas valiosas orientações ao longo destes cinco anos de convivência; pela paciência, pela compreensão e pela disponibilidade, caracterizadoras do seu acompanhamento durante minha graduação. Agradeço pelos horizontes da História e da Literatura, tão caras a esta monografia.

Ao Prof. Dr. André Peixoto de Souza, pela influência da arte no direito, principalmente da música, sem a qual esta monografia teria sua essência drasticamente desfigurada. Agradeço pelas inúmeras vezes que proporcionou a expansão dos meus horizontes nesta Faculdade, mesmo nos dias cinzentos e quando as perspectivas não pareciam favoráveis.

Ao Prof. Dr. Fernando Darcy, pelos horizontes do Processo, pela deferência à supremacia da Constituição, ao Império da Lei e aos precedentes. Agradeço por ensinar sobre a Justiça na forma da Lei e por valorizar que os alunos pensem por si mesmos (a partir dos substratos probatórios apresentados).

À Jane do Rocio Kiatkoski, querida amiga, com quem compartilhei tantos momentos ao longo destes cinco anos de espantos, lágrimas, risos e surpresas. Agradeço pela convicção com que sempre me incentivou, pela insurgência contra as injustiças e pelos preciosos conselhos proferidos por seu Oráculo.

Dos campos e coxilhas do Rio Grande, dos serros, das chapadas e das grotas do Paraná e Santa Catarina, das praias de Guanabara, e das ilhas de suas águas, esparsos ossuários das vítimas exterminadas nas batalhas, nas execuções e nas vinganças de lutas fratricidas, o sangue dos mortos clama a vós pelo sossego dos seus irmãos, os que lhes sobrevivemos, para nos lembrar eternamente desses dias carregados de trevas.

Rui Barbosa

RESUMO

Esta monografia tem como enfoque os processos criminais decorrentes da Revolução Federalista no Paraná, com o período de trâmite processual compreendido entre 1894 e 1895. Os acusados exerceram cargos públicos durante o governo maragato no Paraná e, por isso, foram denunciados pelo suposto concerto com os revolucionários. A metodologia traz as perspectivas historiográficas de Walter Benjamin, para conceder voz aos vencidos e desmistificar estigmas a eles atribuídos pela história oficial; e de François Ost, ao considerar os acontecimentos como narrativos, e, assim, valorizar a complexidade das vozes dos personagens componentes do cenário. Além dos processos judiciais, também foram utilizados como fontes textos jornalísticos, artísticos e acadêmicos, para contextualização. No tocante às malhas interacionais desenvolvidas pelos personagens reais e fictícios, recorre-se ao dialogismo de Bakhtin e ao contraponto presente em Huxley e Érico Veríssimo. Sobre os processos criminais, de competência do Tribunal do Júri, há uma breve interlocução com o direito comparado anglo-saxão, para compreender a importância da instituição como protetiva dos direitos do acusado em relação ao arbítrio estatal. Deste modo, buscou-se revisitar o período em âmbito jurídico para além dos reducionismos positivistas, mas com a dimensão dialógica, de conversação com História e Literatura, e com as interações produzidas pelos partícipes contextuais.

Palavras-chave: Revolução Federalista; Paraná; Concerto; Júri; Processo Penal.

ABSTRACT

This monograph focuses on the criminal proceedings resulting from the Federalist Revolution in Paraná, with the procedural process between 1894 and 1895. The accused held public office during the Maragato government in Paraná and were therefore denounced for their alleged concert with the Revolutionaries. The methodology brings the historiographical perspectives of Walter Benjamin, to give voice to losers and to demystify stigmas attributed to them by official history; and François Ost, by considering events as narratives, and thus valuing the complexity of the voices of the component characters of the scene. In addition to judicial processes, journalistic, artistic and academic texts were also used as sources for contextualization. In relation to the interaction meshes developed by the real and fictional characters, we use Bakhtin's dialogism and the counterpoint present in Huxley and Érico Veríssimo. On the criminal cases of the Jurisdiction of the Jury, there is a brief interlocution with Anglo-Saxon comparative law, to understand the importance of the institution as a protection of the rights of the accused in relation to state arbitration. In this way, it was sought to revisit the period in juridical scope beyond the positivist reductionisms, but with the dialogical dimension, of conversation with History and Literature, and with the interactions produced by the contextual participants.

Key-words: Federalist Revolution; Paraná; Concert; Jury; Criminal Process.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO (PRELÚDIO).....	10
FUGA.....	15
TOCATA.....	71
CONCLUSÃO (CANTILENA).....	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	162

INTRODUÇÃO (PRELÚDIO)

A presente monografia analisará a Revolução Federalista no Paraná, tendo como principais fontes os processos criminais constantes no Núcleo de Documentação da Justiça Federal do Paraná, na Subseção Judiciária de Curitiba. O “concerto jurídico” a que alude o subtítulo refere-se à tipificação dos acusados que, embora incriminados por exercerem cargos diversos durante o período dos maragatos em Curitiba, tiveram a acusação comum de *concertarem* com os revolucionários, nos termos do Código Penal de 1890¹. Os trâmites dos processos judiciais objetos deste estudo situam-se no período de 1894-1895.

Para um estudo crítico do Direito, que possibilite mais que a mera repetição, mas que proporcione construção de conhecimento, propõe-se que os horizontes sejam expandidos com duas lentes interpretativas: a História e a Literatura. Aliás, ambas se aproximam por meio da narrativa, não mais positivista, mas simbólica, conforme trazida por Lawrence Stone, ao contar sobre “uma pessoa, um julgamento ou um episódio dramático, não por ele mesmo, mas para lançar luz ao funcionamento interno de uma cultura e uma sociedade do passado”². Neste sentido, os enlaces entre direito e narrativa são considerados por François Ost, para revisitar um determinado período, em que a literatura influencia a construção do imaginário jurídico, cuja compreensão transcende os dogmas: “entre direito e narrativa, atam-se e desatam-se relações que parecem hesitar entre derrisão e ideal. E o direito vê-se abalado em suas certezas dogmáticas e reconduzido às interrogações essenciais...”³

Com a perspectiva historiográfica narrativa, pretende-se ir além da história oficial e, assim, conceder voz: a partir de Walter Benjamin, aos vencidos (federalistas), a fim de desconstruir os estigmas a eles impostos; e com Carlo

¹ “Art. 115. E’ crime de conspiração concertarem-se vinte ou mais pessoas para: (...)§ 4º Oppor-se, directamente e por factos, ao livre exercicio das attribuições constitucionaes dos poderes legislativo, executivo e judiciario federal, ou dos Estados”. BRASIL. Decreto n. 847 – de 11 de Outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em: 06/09/2016.

² STONE, Lawrence. **O ressurgimento da narrativa**: reflexões sobre uma nova velha história. Disponível em: < <http://docslide.com.br/documents/stone-lawrence-o-ressurgimento-da-narrativa.html>>. Acesso em: 24/08/2016. p. 18.

³ OST, François. **Contar a lei**: as fontes do imaginário jurídico. Porto Alegre: Unisinos, 2007. p. 2.

Ginzburg, aos fronteiros, que não se enquadram na dicotomia (federalistas v. legalistas).

Além dos processos judiciais, a análise das fontes historiográficas regionais compreende: os jornais curitibanos *A Federação* (durante o governo maragato no Paraná) e *A República* (após o fim do governo *supra*); o diário do Doutor Wolff, médico durante o Cerco da Lapa (sitiada pelos federalistas); livro *O Drama do Paraná*, escrito por Jacques Ourique, um comandante federalista; *Mensagens de Governo* proferidas após a retirada dos federalistas do Paraná; crônicas trazidas pelos periódicos curitibanos *O Olho da Rua* e *A Rolha*, pertinentes na observância das permanências posteriores à revolução. As fontes regionais dialogam com a historiografia contemporânea brasileira, sendo uma das principais expoentes Lilia Moritz Schwarcz, a fim de revisitar o cenário nacional, à medida que interfere e dialoga com os acontecimentos locais. Recorre-se à polifonia (diversidade de vozes) e ao dialogismo (conversação entre tais vozes) de Bakhtin, instrumentais proporcionadores de aproximação entre a gama composta por fontes, historiografia e partícipes.

Com a perspectiva literária, o intuito é provocar uma maior sensibilização em relação aos assuntos a serem abordados. Aliás, mais do que atos heroicos e ideologias, é necessário compreender que um determinado período era formado por seres humanos *reais*, com objetivos, aspirações e angústias. Destaca-se, nesse viés, principalmente, com a técnica do contraponto, Aldous Huxley e Érico Veríssimo. Deste, há o romance *O Tempo e o Vento*, com vários capítulos sobre a Revolução Federalista que, embora ficcionais, são relevantes para a reflexão crítica sobre seu desenvolvimento, sem reducionismos maniqueístas.

Sobre a técnica do contraponto para Huxley (que influenciou Veríssimo) destacam-se as malhas interacionais, como no fragmento literário referente à *Suíte de Bach em Si Menor*, para flauta e cordas, em que há diversos contrapontos, como se os músicos, os ouvintes e os próprios instrumentos musicais questionassem a busca de verdades cêntricas⁴. Com tal ironia, o autor

⁴ “Era o jovem Tolley que dirigia a orquestra, com a sua graça inimitável e habitual, curvando o busto em ondulações de cisne e traçando no ar, com os braços, arabescos brilhantes, como se dançasse ao som da música. Uma dúzia de violinistas e de violoncelistas arranhavam os instrumentos, ao seu comando. E o grande Pongileoni beijava viscosamente a sua flauta. Soprava na embocadura, e uma coluna cilíndrica de ar se punha a vibrar; as meditações de Bach

reflete sobre o desencanto perante as verdades e os cientificismos, no contexto pós-Primeira Guerra Mundial.

Também no tocante às vozes da perspectiva literária, os autores Carlos Malheiro Dias, com o livro *A Mulata*, em que, dentre suas reflexões, apresenta a temática da Revolução Federalista; e Joaquim Manuel de Macedo, que, ao escrever sobre o Império, traz discussões que continuam atuais no período objeto deste estudo, acerca da modernização das instituições brasileiras, principalmente em relação ao Tribunal do Júri (competente para o julgamento dos processos que serão aqui analisados).

Nesta monografia a Música desempenha um papel *sui generis*, pois, como já enunciara Nietzsche: “alguém já percebeu que a música *emancipa* o espírito? Que ela concede asas ao pensamento?”⁵ Ao realizar a divisão do presente em *peças* a serem executadas, mantendo uma relação de autonomia e interdependência umas com as outras, propiciando a execução “cheia de som e fúria”⁶. Considera-se a música com a regência da presente obra, sendo que o início desta ocorre justamente com a libertação daquela, que estaria “aprimorada em uma caixa, silenciada, como aqueles engarrafados *djinns* (gênios) das Mil e Uma Noites, e pronta para, a um toque, fugir da prisão.”⁷

enchiam o quadrilátero romano. No largo da abertura João Sebastião, com o auxílio dos beijos de Pongileoni e da coluna de ar, tinha feito uma declaração: Há grandes coisas no mundo, nobres coisas; há homens que nasceram para ser reis; há conquistadores verdadeiros, senhores autênticos da terra. Mas de uma terra, ah! tão complexa e múltipla... – continuara ele a refletir no allegro em fuga. Parece que achamos a verdade; clara, precisa, iniludível, ela nos é anunciada pelos violinos; nós a temos e retemos triunfalmente. Mas eis que ela nos escapa, para se apresentar outra vez, sob um aspecto novo, entre os violoncelos, e ainda outra vez sob a forma da coluna de ar vibrante de Pongileoni. As diversas partes vivem suas vidas separadas; elas se tocam, seus caminhos se cruzam, combinam-se um instante para criar o que parece uma harmonia final e perfeita, - mas somente para tornarem a separar-se mais uma vez. Cada uma é sempre só, separada e individual. ‘Eu sou eu’ – afirma o violino; ‘o mundo gira em torno de mim’. – ‘Em torno de mim’ – reclama o violoncelo. – ‘Em torno de mim’ – insiste a flauta. E todos igualmente têm razão e igualmente se enganam; e nenhum deles quer escutar os outros. Na fuga humana, há mil e oitocentos milhões de partes. O ruído resultante tem talvez alguma significação para o estatístico mas nenhuma para o artista. É somente considerando uma ou mais partes ao mesmo tempo que o artista pode entender alguma coisa. Ali estava, por exemplo, uma parte isolada; e João Sebastião Bach expõe o caso.” In: HUXLEY, Aldous. **Contraponto**. 11. ed. São Paulo: Globo, 1993. p. 32-33.

⁵ Tradução livre de: “Has anyone ever observed that music *emancipates* the spirit? Gives wings to thought?” In: NIETZSCHE, Friedrich. **The Case Of Wagner: A Musician's Problem**. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/ebooks/author/779>>. Acesso em: 21/06/2016. p. 24.

⁶ SHAKESPEARE, William. **Macbeth**. Porto Alegre: L&PM, 2015. p. 114.

⁷ Tradução livre de: “music here in a box, shut up, like one of those bottled djinns in the Arabian Nights, and ready at a touch to break out of its prison.” In: HUXLEY, Aldous. **Music at night**.

A Introdução é denominada *Prelúdio*. Com ela inicia-se a obra, antecipando os temas jurídico-histórico-literários que serão desenvolvidos ao longo da monografia: “uma espécie de fonte geradora e, a partir da sua análise, apresentaremos motivos e temas que servirão de referência constante durante a análise das outras peças, nas quais aparecerão transformados.”⁸

O primeiro capítulo é uma *Fuga*, peça em que:

As diversas partes (vocais ou instrumentais) respondem-se, e parecem, assim, se perseguir, donde o nome *fuga*. Um tema, chamado *sujeito*, é exposto por cada voz, depois retomado em diferentes intervalos. As partes, cantando este tema, imitam-se, portanto; mas em todo o curso da peça elas dialogam, igualmente, através de desenhos acessórios. Não existe apenas um *único plano* de fuga. Neste tipo de música as formas são extremamente variadas.⁹

Assim é visto o referido capítulo, ao entrelaçar História e Literatura (sem esquecer os limites entre realidade e ficção), com variadas vozes tanto em uma perspectiva quanto em outra, que se sobrepõem e se complementam, considerando tanto os autores quanto os sujeitos históricos e os personagens, numa gama tecida por vários planos. Neste capítulo, História e Literatura protagonizam diálogos sobre o Direito, com breves considerações para contextualizar a Revolução Federalista no Paraná e, deste modo, propiciar a análise dos processos judiciais, no capítulo seguinte. Tendo como exemplo as fugas de Bach, em que se percebe que da sonoridade múltipla atingem-se outras tonalidades¹⁰, pretende-se, a partir das vozes estudadas nesta monografia, o resgate, mesmo que limitado, deste importante momento histórico.

O segundo capítulo é denominado *Tocata*: “o termo, que significa tocar, vem do italiano, *toccata*, e é uma forma de composição instrumental que tem afinidade com o prelúdio e a fantasia, mas que apresenta características próprias

Disponível em: <<https://danassays.wordpress.com/collected-essays-by-alldous-huxley/alldous-huxley-essays-music-at-night/>>. Acesso em: 21/06/2016.

⁸ PIEDADE, Acacio Tadeu de Camargo Andrade; MARTINS JR., Jylson J. **Uma análise temática dos prelúdios para violão de Villa-Lobos**. Disponível em: <http://www.ceart.udesc.br/revista_dapesquisa/volume3/numero1/jylson-acacio.pdf>. Acesso em 22/02/2016. p. 2.

⁹ KOEHLIN, Charles. **Etude sur l'écriture de la fugue d'école**. Paris: Max Eschig, 1933. p. 4. *Apud*. **Fuga-definições**. Disponível em: <http://www.clem.ufba.br/queiroz/fuga_01/iniciofuga.html>. Acesso em: 22/02/2016.

¹⁰ ELLENDERSEN, Atli. **Parâmetros interpretativos para a Sonata em Lá Menor, BWV, 1003 de J. S. Bach**. 192 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. p. 108. “Surge em consequência de linhas horizontais que soam simultaneamente. Este fato é que permite a grande extensão das fugas de Bach; é-lhe possível ‘viajar’ para outras tonalidades”. *Idem*.

de vivacidade e virtuosismo”¹¹. Neste capítulo são analisados os processos criminais referentes à Revolução Federalista no Paraná, constantes no Núcleo de Documentação da Justiça Federal do Paraná (JFPR), em Curitiba, assim como há um diálogo pontual com o direito comparado anglo-saxão no tocante ao Tribunal do Júri como instituição protetiva do indivíduo em face dos arbítrios estatais. Ao longo da análise há diálogos com cenário e personagens contextualizados no primeiro capítulo, sendo que o segundo capítulo apresenta “elemento de coesão, na medida em que sua múltipla repetição, fonte geradora de toda a obra, fundirá todos os elementos da peça em um processo de unificação (...) onde pequenos fragmentos e suas derivações constroem um grande todo.”¹²

A Conclusão é uma *Cantilena*, pois retoma os temas anteriormente executados (que reúnem Direito, História e Literatura), com entrelaçamento das seções componentes da obra:

A relação dos elementos motivicos de superfície bastariam para o entendimento da articulação desta melodia e de um estilo melódico de desdobramento motivico. No entanto, estruturas em um plano de fundo estão presentes e também relacionam as frases, e até mesmo as seções da obra.¹³

A *Cantilena*, ao mesmo tempo que encerra uma obra, possibilita, a partir das novas interpretações, a origem de novos trabalhos, pois “A melodia se desenvolve de maneira a criar uma impressão de fluência, de uma melodia infinita.”¹⁴ Deste modo, que o presente estudo seja, também, ensejador de novos pontos de partida para análises sobre a Revolução Federalista, especialmente em âmbito jurídico-histórico.

¹¹ MILANI, Margareth Maria. **Prelúdios Tropicais de Guerra-Peixe**: uma análise estrutural e sua projeção na concepção interpretativa da obra. 236f. Dissertação (Mestrado em Música) - Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. p. 194. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9122/1/>>. Acesso em: 28/01/2016.

¹² MILANI, Margareth Maria. *Ibidem*, p. 195.

¹³ DUDEQUE, Norton. Influências nas *Bachianas Brasileiras*: A Cantilena da *Bachianas Brasileiras* n. 5 e no “Trenzinho do Caipira”. IN: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL VILLA-LOBOS**. USP, 2009. Disponível em: < <http://www2.eca.usp.br/etam/vilalobos/CO010.htm>>. Acesso em: 28/01/2016. p. 70.

¹⁴ DUDEQUE, Norton. *Ibidem*, p. 69.

FUGA

Lá fora
 A guerra recrudescer
 E vidas mil devora...
 Irmãos se batem contra
 Irmãos, na guerra atroz...
 A honra sucumbe; a vida
 Está nas mãos do algoz...

(Augusto Stresser, *Ópera Sidéria*)

-Para não fazer uma dissertação muito comprida, direi primeiro que, com a república, as províncias ficarão transformadas em estados autônomos e confederados, mas politicamente unidos.

Esfregou as mãos e fez uma pausa. Bibiana aproveitou o breve silêncio para perguntar:

-Mais carne, Dr. Winter?

-Não, muito obrigado.

-Teremos também um poder legislativo central: um tribunal superior de justiça, colaboração proporcional de todos os Estados para as despesas da nação...

Winter sabia que Florêncio não estava entendendo nada. Como ele havia no país milhões de pessoas para as quais aquelas palavras não tinham sentido. A enumeração continuava. O senado seria temporário. O voto, alargado. Todos teriam liberdade de associação e de culto. Os cemitérios seriam secularizados.... Neste ponto Bibiana interveio:

-E os defuntos vão continuar mortos, sem saber de nada...

Curgo fuzilou para a avó um olhar de censura.

-Teremos o casamento civil obrigatório – prosseguiu Toríbio. – A Igreja será separada do Estado. Os ministros, responsabilizados. Não só os ministros, mas também todos os agentes da administração. Acabaremos com o poder moderador e com o conselho dos Estados. Ah! E haverá a mais ampla liberdade de ensino...

De repente o advogado calou-se. Florêncio fez apenas este comentário:

-Tudo isso é muito bonito. Mas o Imperador é um bom homem.¹⁵

Neste primeiro capítulo, descortina-se o cenário da Revolução Federalista. Diante de tal abrangência (que suscitaria numerosas teses e dissertações, extrapolando os limites de uma monografia), pretende-se restringir o campo de análise em algumas pinceladas fugazes relacionadas a aspectos sobre sua origem no Rio Grande do Sul e o posterior desenvolvimento no Paraná, a fim de ambientar e contextualizar os processos judiciais paranaenses a serem vistos no segundo capítulo. Nesta abordagem, busca-se conceder voz aos vencidos, a fim de desconstruir os estigmas a eles impostos, por meio da

¹⁵ VERÍSSIMO, Érico. **O Tempo e o Vento**. Tomo I. 18. ed. Porto Alegre: Globo, 1979. p. 597.

percepção da historiografia como “a disputa pelo sentido dos fatos e do passado.”¹⁶ Em verdade, os federalistas lutavam em nome da República (não se tratava de um retorno à Monarquia), contra a ditadura florianista (mas não eram separatistas) e organizaram um aparato burocrático com dezenas de nomeações para cargos públicos no Estado do Paraná (não eram meros “desordeiros”). Não se trata aqui de “uma inversão de protagonismo histórico, invertendo a seleção dos personagens”¹⁷, mas sim de um resgate histórico de um período obscurecido por visões reducionistas subservientes aos vencedores.

O estudo será realizado com uma peça característica, a *Fuga*. Assim como nas composições musicais deste naipe, há *conversações* que parecem se perseguir, diversas vozes e seus contrapontos, entre a História, a Literatura e os personagens *reais* e *fictícios*. A técnica do *Contraponto*, presente nas Fugas, também se faz presente na teoria literária, com Huxley¹⁸ e Érico Veríssimo, em que se destacam a ausência de personagens centrais, as malhas de interações dos partícipes (os mais diversos possíveis uns dos outros) e a estrutura musical conferida às obras. Com tais ficções multifacetadas, há diversos pontos de vista, que podem ser opostos ou similares (mas não idênticos, pois cada um apresenta o mesmo tema a partir de uma perspectiva diferente): “ficam olhando para o pedaço de rua que a porta enquadra. Mas cada um vê uma paisagem diferente.”¹⁹ A ficção do contraponto dialoga com a realidade histórica, pois a diversidade de fontes visa um “caleidoscópio de vozes”²⁰ (há diálogos reflexivos sem esquecer os limites entre ficção e realidade).

Com a óptica de Bakhtin²¹, o *dialogismo* e a *polifonia*, que também encontram similares na música, como no caráter polifônico das sequências de Stockhausen: “gerado pela independência de intensidade que ocorre entre pequenos gestos melódicos em diferentes registros do piano.”²² A técnica do

¹⁶ PEREIRA, Luís Fernando Lopes. O retorno da narrativa e do acontecimento: o 29/04 sob o olhar da historiografia. In: ____; ALLAN, Nasser Ahmad (orgs.). **29 de abril: repressão e resistência**. Bauru: Canal 6, 2016. p. 16.

¹⁷ PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Ibidem*, p. 15.

¹⁸ HUXLEY, Aldous. *Op. cit.*

¹⁹ VERÍSSIMO, Érico. **Caminhos cruzados**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 336.

²⁰ PEREIRA, Luís Fernando Lopes. O retorno da narrativa e do acontecimento: o 29/04 sob o olhar da historiografia. In: ____; ALLAN, Nasser Ahmad (orgs.). **29 de abril: repressão e resistência**. Bauru: Canal 6, 2016. p. 26.

²¹ BAKHTIN, Mikhail. **The dialogic imagination- four essays**. Austin: University of Texas, 1981.

²² CARDASSI, Luciane. **Klavierstück IX de Karlheinz Stockhausen**:

contraponto conversa com o *dialogismo*, que considera a linguagem não individual, mas interacional: “Não é individual, porque se constrói entre pelo menos dois interlocutores que, por sua vez, são seres sociais; não é individual porque se constrói como um ‘diálogo entre discursos’, ou seja, mantém relações com outros discursos.”²³ Neste sentido, o dialogismo considera o texto “como um ‘tecido de muitas vozes’, ou de muitos textos ou discursos, que se entrecruzam ou se completam, respondem umas às outras ou polemizam entre si no *interior* do texto.”²⁴ O ato dialógico como um “evento que acontece na unidade espaço-tempo da comunicação social interativa”²⁵, de modo que:

cada enunciação tem seus limites estabelecidos pela lei temporal que orienta as relações dialógicas na unidade espaço-temporal da arena discursiva – lugar privilegiado do ato dialógico. A concepção do ato dialógico como evento, que ocorre como determinação de um espaço-tempo, é uma elaboração central do pensamento bakhtiniano no sentido de firmar o dialogismo como ciência das relações. Somente enquanto unidade espaço-temporal é possível realizar o mapeamento das enunciações em seu movimento interativo, sem correr o risco de encerrar o processo dialógico num território fixado e demarcado de uma vez por todas.²⁶

Pode-se considerar a polifonia em um texto como “aquele em que o dialogismo se deixa ver, aquele em que são percebidas muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos que escondem os diálogos que os constituem.

”²⁷

A História dos vencidos de Walter Benjamin assim como da violência (principalmente em relação ao aparato estatal, “vencedor”, mas também praticada pelos federalistas) permite revisitar o período, pois o “passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção”²⁸. A História como

Estratégias de aprendizagem e performance. Disponível em: < www.musica.ufmg.br/permusi/port/numeros/12/num12_cap_04.> Acesso em: 24/02/2016.

²³ BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto de (Orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. 4. ed. 1. reimp. Curitiba: UFPR, 2007. p. 21-38. p. 31.

²⁴ BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Idem*.

²⁵ MACHADO, Irene. Os gêneros e a ciência dialógica do texto. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto de (Orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. 4. ed. 1. reimp. Curitiba: UFPR, 2007. p. 193-230. p. 193.

²⁶ MACHADO, Irene. *Idem*.

²⁷ BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto de (Orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. 4. ed. 1. reimp. Curitiba: UFPR, 2007. p. 33.

²⁸ BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. v. 1. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 223.

narrativa, com Lawrence Stone, em que “a análise continua a ser tão essencial em seus métodos quanto a descrição”²⁹, há interesse em “revelar sentidos simbólicos”³⁰, com atenção para as: “circunstâncias que cercam o homem até o homem nas circunstâncias.”³¹ A narrativa “voltando dentre os mortos”³² não é mais aquela do positivismo, que se autoproclamava neutra, mas sim narrativa que analisa sentidos imersos nos discursos. Para os enlaces da História com a Arte, destaca-se a análise das potencialidades cognitivas trazidas pela narrativa e pelo modo como é construída *musicalmente* em *Educação Sentimental*, de Flaubert:

Por outro lado, uma repentina aceleração trazida por um espaço em branco; por outro, um brusco afrouxamento produzido por uma digressão inesperada, reforçada pela imprevista conclusão do capítulo antes do iminente clímax emotivo. (“Arruinado, despojado, perdido!”). A música que Proust admirava no romance de Flaubert era uma música visual.³³

Pode-se dizer que o direito dialoga com as narrativas ficcionais, inclusive no tocante ao âmbito penal, em que, a título ilustrativo, cabe citar Macbeth, personagem-título da obra de Shakespeare, que, após assassinar o rei Duncan, para conseguir a coroa para si, tem a sensação de que o sangue perdurará para sempre em suas mãos, como a marcá-lo do crime cometido, como vestígio inapagável:

Que mãos são estas aqui? Ai, que elas arrancam fora os meus olhos! Nem todo o Oceano do grande Netuno será capaz de lavar definitivamente este sangue de minhas mãos? Não, pelo contrário: estas minhas mãos é que tingirão de encarnado os múltiplos mares, transformando em vermelho o que é verde.³⁴

A esposa de Macbeth, *Lady Macbeth*, tenta apagar os vestígios incriminadores, como ao apressar o marido a lavar as mãos, além de, em relação aos rastros deixados, tentar incriminar outros (o aspecto a ser destacado aqui é

²⁹ STONE, Lawrence. **O ressurgimento da narrativa**: reflexões sobre uma nova velha história. Disponível em: < <http://docslide.com.br/documents/stone-lawrence-o-ressurgimento-da-narrativa.html>>. Acesso em: 24/08/2016. p. 17.

³⁰ STONE, Lawrence. *Ibidem*, p. 18.

³¹ STONE, Lawrence. *Ibidem*, p. 22.

³² STONE, Lawrence. *Idem*.

³³ GINZBURG, Carlo. **Relações de força** – História, Retórica, Prova. 1. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 103.

³⁴ SHAKESPEARE, William. **Macbeth**. Porto Alegre: L&PM, 2015. p. 43.

o cuidado com a análise das fontes de um período, pois imersas em contextos e passíveis de modificação/ocultação pelos respectivos partícipes):

Lady Macbeth: - Agora vai e busca água e lava esse testemunho imundo de tuas mãos. Por que de lá trouxeste essas adagas? Elas precisam estar no quarto. Vai e leva-as e mancha com sangue os camareiros, que ainda dormem.

Macbeth: - Para lá eu não volto. Tenho medo de pensar no que fiz. Olhar a cena uma vez mais? Não me atrevo.

Macbeth: - Mas que falta de resolução! Dá-me as adagas. Os que dormem, e os que já estão mortos, não passam de pinturas. É tão somente o olhar de uma criança que se amedronta diante de um diabo desenhado. Se ele estiver sangrando, pintarei de carmim as caras dos camareiros, pois deve parecer que deles é a culpa.³⁵

O estudo do cenário, a partir das vozes dos personagens, inicia-se com a contextualização do cenário trazida pela literatura (sem esquecer dos limites entre realidade e ficção, é propícia a reflexões que, às vezes, não são perceptíveis em fontes históricas). Em fins do século XIX, as ideias republicanas eram propagadas pelo Brasil, como no diálogo transcrito de uma cena de 1883, um jantar no Sobrado, residência das famílias Terra e Cambará, no fictício município de Santa Fé³⁶, Continente de São Pedro do Rio Grande do Sul³⁷. O advogado Toríbio Rezende descreve eloquentemente os *benefícios prodigiosos* oriundos da República. Licurgo Cambará³⁸, o chefe da família, apoia fervorosamente as ideias do amigo. Porém, na mesma ocasião, percebe-se que há um desinteresse da parte de outros integrantes: Bibiana³⁹, avó de Licurgo,

³⁵ SHAKESPEARE, William. **Macbeth**. Porto Alegre: L&PM, 2015. p. 42-43.

³⁶ Santa Fé tendo como observador o médico alemão Carl Winter: “A paisagem daquela província perdida nos confins do continente americano era doce e amiga, supinamente civilizada, um cenário digno de abrigar a gema da raça humana. Parecia que ao criá-la Deus tivera em mente povoá-la de figuras como Platão, Sócrates, Goethe e Shakespeare. No entanto por ali andavam homens rudes como Bento Amaral”. VERÍSSIMO, Érico. **O Tempo e o Vento**: Tomo II. 13.ed. Porto Alegre: Globo, 1977. p. 360.

³⁷ Interessante que o Continente integrava o Brasil, mas, o sentimento mais arraigado não era o de ser brasileiro, mas o de ser continentino, como bem narra Érico: “Não sendo continentino para mim é estrangeiro.” VERÍSSIMO, Érico. *Op. cit.* p. 336.

³⁸ Licurgo Cambará é o primeiro da família a realmente exercer o *status* de proprietário. Porém, com o falecimento da mãe Luzia (moça erudita que tivera rica educação na Corte), é criado pela avó Bibiana (analfabeta e de família pobre), que delega os estudos para o médico alemão Carl Winter, para o juiz e para o padre. Porém, Licurgo considera tais lições inúteis e o que molda o seu desenvolvimento é apenas o aprendizado prático, em meio aos peões da estância e tendo o capataz Fandango como seu guia. Tanto que Licurgo interessa-se pelas ideias republicanas somente com a chegada do advogado Toríbio e o que mais almeja, em verdade, é destituir a família Amaral da chefia de Santa Fé.

³⁹ Para o observador Carl Winter: “D. Bibiana! Ali estava uma criatura de valor. Com umas duzentas matronas como aquela estaria garantido o futuro da Província! Entretanto o destino das mulheres naquele fim de mundo era bem melancólico. Não tinham muito direitos e arcavam com

não se interessa pelas inovações republicanas, considera que o discurso do advogado não acrescenta à vida prática e que Toríbio parecia um serelepe⁴⁰, com bicho-carpinteiro no corpo⁴¹, “ficava meio atordoadada pela sua tagarelice, e sua gesticulação exagerada às vezes a deixava com uma ‘coisa’ nos olhos.”⁴² Já em Florêncio⁴³ percebe-se o apelo popular da figura carismática de D. Pedro

quase todas as responsabilidades. ” VERÍSSIMO, Érico. **O Tempo e o Vento**. 13. ed. Porto Alegre: O Globo, 1977. p. 363. D. Bibiana é considerada uma das personalidades marcantes da obra, ao impor-se em uma estrutura patriarcal, para criar o filho sozinha (o marido, Cap. Rodrigo, morrera na Guerra dos Farrapos) e conseguir retomar, estrategicamente, a terra dos pais ao casar o filho Bolívar com Luzia, a neta do capitalista que lhes arrancara a propriedade: “Tomar o Sobrado... Se Bolívar casasse com Luzia, ele ficava sendo o dono do Sobrado. Ela, Bibiana, iria viver com o filho, voltaria para o seu chão... Aguinaldo estava velho e não podia durar muito tempo.... No princípio ia ser difícil viver com aquele corcunda, sob o mesmo teto. Mas a casa afinal de contas era grande, e sua posse valia todos os sacrifícios. (...). Estava resolvido: ia tomar o Sobrado. Não de assalto, aos tiros, como o Cap. Rodrigo. Agora não havia nenhuma pressa. Era mulher, tinha paciência, estava acostumada a esperar.... Que era um ano, dois anos, dez anos? Um dia Aguinaldo morre, Bolívar fica dono de tudo, eu volto pras minhas árvores, vou ver nascer os filhos de meu filho, vou ajudar a criar meus netos...” VERÍSSIMO, Érico. *Op. cit.* p. 368. Bolívar resiste ao casamento, Bibiana o controla: “-Tenha paciência, meu filho. – Não posso! – Pode, sim. Querer é poder. ” VERÍSSIMO, Érico. *Ibidem*, p. 365. Com a morte do filho Bolívar, a criação do neto Licurgo tornou-se responsabilidade de Bibiana: “Só a avó o poderia salvar – pensava Licurgo, agonizado. ” VERÍSSIMO, Érico. *Ibidem*, p. 514. Numa conversa com o Dr. Winter e com o visitante Major Graça, vindo da Guerra do Paraguai, Bibiana pronuncia-se, em memória ao Cap. Rodrigo (maragato) que fora morto na Revolução Farroupilha, contra o Duque de Caxias: “-Pra mim é um caramuru – replicou ela, seca. O major olhou para a ponta das botinas muito lustrosas, acariciou a barba e depois suspirou, dizendo: - Vejo que muita gente nesta província ainda não esqueceu a Guerra dos Farrapos. É lamentável. Nesta hora devemos deixar de lado todas as questões regionais. O destino da pátria comum está em jogo. – É um caramuru e basta – insistiu Bibiana. ” VERÍSSIMO, Érico. *Ibidem*, p. 519.

⁴⁰ VERÍSSIMO, Érico. *Ibidem*, p. 585.

⁴¹ VERÍSSIMO, Érico. *Idem*.

⁴² VERÍSSIMO, Érico. *Ibidem*, p. 586.

⁴³ Sobrinho de Bibiana, pai de Alice (esposa de Licurgo) e Maria Valéria, Florêncio recusou-se a residir no Sobrado, preferiu continuar em sua vida pobre com a filha solteira pois discordava (assim como o pai dele, Juvenal, irmão de Bibiana) com o *meio de aquisição* da propriedade: o casamento do único filho com a neta daquele que tirara a propriedade dos Terra. Juvenal tenta dissuadir a irmã e ocorre a memória do acontecido: “Não sei como é que vassuncê pode esquecer que esse homem roubou as terras de nosso pai. – Quem lhe disse que m’esqueci? – Pois se não esqueceu, pelo menos parece. – Eu sei o que estou fazendo, mano. - E estas palavras cortaram a discussão. Juvenal encolhera os ombros, murmurando: - Queira Deus que tudo saia bem. Mas eu duvido. – Sim, um dia Pedro Terra necessitava de recursos para plantar uma lavoura de linho e trigo (sempre a mania do trigo!) e por isso fora obrigado a pedir dinheiro emprestado a Aguinaldo Silva, dando-lhe como garantia sua casa e o terreno de esquina, cujo valor era três vezes maior que o do empréstimo. Numa sucessão de safras infelizes a lavoura se fora águas abaixo e como vencido o prazo da hipoteca, Pedro não tivesse dinheiro para resgatá-la e Aguinaldo não quisesse dar-lhe a menor prorrogação, as propriedades dos Terras passaram inteiras para as mãos do avô de Luzia. Foi com dor no coração que Pedro abandonou sua casa, pois Aguinaldo queria o terreno para construir nele um sobrado. Bibiana lembrava-se de que o único comentário que o pai fizera no dia que se mudara para um rancho de barro, resumia-se em poucas palavras: “Ainda bem que a Arminda está morta. ” E nunca mais falou no assunto. Mas via-se no rosto dele que alguma coisa o estava roendo aos poucos por dentro. ” VERÍSSIMO, Érico. *Ibidem*, p. 366-367.

Florêncio prossegue alimentando a mágoa e somente passa a viver no Sobrado quando os federalistas tomam Santa Fé.

II, pois “transcendendo a figura humana do rei, as representações simbólicas do poder imperial evocavam elementos de ‘longa duração’ que associavam o soberano à ideia de justiça, ordem, paz e equilíbrio.”⁴⁴ Antes de assumir o poder, ainda criança, Pedro de Alcântara já era apresentado como “um pequeno símbolo, a lembrança de um monarca ‘genuinamente brasileiro’ de futuro promissor”⁴⁵ cujas representações “mostram a face de um menino que não se separa da nação, que é rei a todo momento, como cenário montado em tempo integral nesse teatro previsível.”⁴⁶ Firme em suas convicções, Florêncio responde: “O Imperador é um homem de bem. Eu só queria saber onde é que vassuncês vão arranjar outro melhor que ele pra botar no governo.”⁴⁷ Nas construções sobre a imagem de d. Pedro II:

um príncipe diferente do antigo monarca d. Pedro I, quase seu anti-retrato: responsável já quando pequeno, pacato e educado. Não se esperava do futuro monarca os mesmos arroubos do pai, tampouco “a má imagem” de aventureiro, da qual d. Pedro I não pode se desvincular. O novo imperador era um mito antes de ser realidade: seria justo mesmo se não o fosse, culto mesmo sem inteligência criativa, de moral elevada mesmo tendo amantes. Tal qual o rei de Andersen, d. Pedro II estava sendo meticulosamente vestido, e os limites entre o visível e o invisível esfumavam-se no ar.”⁴⁸

A oratória da intelectualidade, representada pelo advogado Toríbio, dialoga com análises sobre o bacharelismo oitocentista: “o advogado é um instrumento de interesses individuais ou de grupos, e como tal pode tornar-se porta-voz de oposições tanto quanto do poder público”⁴⁹:

A partir de 1828 iniciavam-se os primeiros cursos, e de forma ascendente a profissão e a figura do bacharel tornavam-se estimadas no Brasil. O prestígio advinha, no entanto, menos do curso em si, ou da profissão *stricto sensu*, e mais da carga simbólica e das possibilidades políticas que se apresentavam ao profissional de direito. Com efeito, das fileiras dessas duas faculdades saíram grandes políticos – entre ministros, senadores, governadores e deputados -, pensadores que ditaram os destinos do país. Sinônimo de prestígio social, marca de poder político, o bacharel se transformava em uma

⁴⁴ SCHWARCZ, Lília. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca dos trópicos. 2. ed. 4. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 18.

⁴⁵ SCHWARCZ, Lília. *Ibidem*, p. 49.

⁴⁶ SCHWARCZ, Lília. *Ibidem*, p. 64.

⁴⁷ VERÍSSIMO, Érico. *Op. cit.* p. 592.

⁴⁸ SCHWARCZ, Lília. *Idem*.

⁴⁹ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume Dumará, 1996. p. 89.

figura especial em meio a um país interessado em criar elites próprias de pensamento e direção política.⁵⁰

Também se compreende que os discursos dos bacharéis se voltam para os estratos sociais oriundos:

Efetivamente não parece que a principal atividade desses intelectuais/bacharéis tenha sido a de se dirigir às massas populares, fazendo proselitismo das letras numa intensa atividade civilizatória entre essas camadas sociais. De fato, os bacharéis agiram no sentido de promover a homogeneização dos estratos sociais de que eram originários.⁵¹

Aliás, os discursos dos medalhões, são trazidos na ironia machadiana, com um diálogo de *ensinamentos* ao filho pelo pai, que enuncia: “conversa desta noite vale o Príncipe de Machiavelli.”⁵² A preparação de um medalhão é considerada longa, pois é necessário convencer aos outros (e a si mesmo), mas tal figura é compensatória dos investimentos: “leva anos, paciência, trabalho e felizes os que chegam a entrar na terra prometida! Os que lá não penetram, engole-os a obscuridade. Mas os que triunfam! E tu triunfarás, crê-me. Verás cair as muralhas de Jericó ao som das trompas sagradas!”⁵³ Dialoga com a política laudatória anteriormente ironizada por Macedo: “especialmente no Brasil sejam tão numerosas as gralhas que ostentam o brilhantismo das penas que compraram aos pavões”⁵⁴ com o cenário em que:

Há parlapatões faladores, que taramelam no parlamento duas horas sem parar, nem tomar fôlego, deixando apenas boiar uma dúzia de ideias muito comuns em um dilúvio de palavras campanudas ou triviais, e faz-se de conta que são uns oradores de mão-cheia, que atiram Mirabeau de cócoras, Cícero de pernas para o ar, e Demóstenes de barriga para baixo.⁵⁵

Prossegue o diálogo com o pai do conto machadiano, que aconselha o filho sobre como adornar adequadamente o discurso, sem trazer ideias novas,

⁵⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1830. 14. reimp. São Paulo, Companhia das Letras, 2016. p. 186.

⁵¹ ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder** – O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 160.

⁵² ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **A teoria do Medalhão**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000232.pdf>>. Acesso em: 15/08/2016. p. 7.

⁵³ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Ibidem*, p. 6.

⁵⁴ MACEDO, Joaquim Manuel de. **Memórias do sobrinho de meu tio**. São Paulo: Penguin, 2011. p. 151.

⁵⁵ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Ibidem*, p. 152.

mas envolvendo a plateia com citações e pompa, forma sem conteúdo: “Sentenças latinas, ditos históricos, versos célebres, brocardos jurídicos, máximas, é de bom aviso trazê-los contigo para os discursos de sobremesa, de felicitação, ou de agradecimento.”⁵⁶ O pai prossegue com os *conselhos*:

Alguns costumam renovar o sabor de uma citação intercalando-a numa frase nova, original e bela, mas não te aconselho esse artifício: seria desnaturar-lhe as graças vetustas. Melhor do que tudo isso, porém, que afinal não passa de mero adorno, são as frases feitas, as locuções convencionais, as fórmulas consagradas pelos anos, incrustadas na memória individual e pública. Essas fórmulas têm a vantagem de não obrigar os outros a um esforço inútil. Não as relaciono agora, mas fá-lo-ei por escrito. De resto, o mesmo ofício te irá ensinando os elementos dessa arte difícil de pensar o pensado. Quanto à utilidade de um tal sistema, basta figurar uma hipótese. Faz-se uma lei, executa-se, não produz efeito, subsiste o mal. Eis aí uma questão que pode aguçar as curiosidades vadias, dar ensejo a um inquérito pedantesco, a uma coleta fastidiosa de documentos e observações, análise das causas prováveis, causas certas, causas possíveis, um estudo infinito das aptidões do sujeito reformado, da natureza do mal, da manipulação do remédio, das circunstâncias da aplicação; matéria, enfim, para todo um andaime de palavras, conceitos, e desvarios. Tu poupas aos teus semelhantes todo esse imenso aranzel, tu dizes simplesmente: Antes das leis, reformemos os costumes! - E esta frase sintética, transparente, límpida, tirada ao pecúlio comum, resolve mais depressa o problema, entra pelos espíritos como um jorro súbito de sol.⁵⁷

O conto machadiano dialoga com os estudos de Adorno sobre a formação dos bacharéis jurídicos do século XIX em São Paulo, ao apontar proselitismo, erudição, intelectualismo e ornamentos:

atração pelo saber ornamental, culto à erudição linguística, cultivo do intelectualismo. Estreitamente identificado com a cultura europeia – inglesa, francesa e alemã – que lhe oferecia modelos de pensamento, o bacharel jurista foi, antes de tudo, um persecutor inefável da *ars* civilizatória: orientando-se rigidamente pela fé pedagógica na razão, pretendeu iluminar o caminho dos povos por meio do proselitismo das letras, resultando daí o vício retórico, materializado na figura do intelectual-escritor. Foi educado conforme o formalismo típico da mentalidade de advogado ao conferir crédito ilimitado à juridicidade como limitação de poder e fonte de legitimidade. No entremeio de todos esses traços, sobressaiu-se a quintessência do juridicismo bacharelesco: a prudência e a moderação políticas. De fato, o principal legado que a Academia de Direito de São Paulo transmitiu a seus filhos foi o de um aprendizado de que o segredo da harmonia da vida civil e política residia na descoberta de pontos de equilíbrio entre radicalismos

⁵⁶ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **A teoria do Medalhão**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000232.pdf>>. Acesso em: 15/08/2016. p. 7.

⁵⁶ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Ibidem*, p. 4.

⁵⁷ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Idem*.

contrapostos, entre os avanços da história e a precaução própria aos espíritos “práticos e reflexivos”.⁵⁸

Contudo não se pretende aqui destituir a formação dos bacharéis da relevância cabível, pois as academias podem ser consideradas como “fontes de geração, de circulação e de referência dos saberes”⁵⁹, com “fortes cargas simbólicas e também os efetivos conteúdos e discursos que elas colocavam em circulação, fossem eles efetivos ou anacrônicos, retrógrados ou modernizantes, monarquistas ou republicanos. ”

Após a teoria do medalhão e a crítica sobre a formação dos bacharéis, suscitada com o discurso de Toríbio (o personagem é advogado egresso da Faculdade de Direito de São Paulo), retorna-se o enfoque para Santa Fé com outra passagem, em que Licurgo conversa com o capataz da estância, Fandango⁶⁰, para votar nos candidatos republicanos:

-Na próxima eleição – disse ele – vassuncê vai votar com os republicanos.
 - Posso votar com o Curgo, que é meu amigo. O resto é bobagem.
 - Desta vez havemos de eleger os nossos candidatos.
 - Pode ser. Mas na última eleição esse tal de Assis Brasil não fez nem pro fumo...
 - Espere, Fandango, que no ano que vem a coisa muda.
 O capataz encolheu os ombros.
 - O Velho é bom. Certos apaniguados dele é que não prestam.
 Referia-se ao Imperador.

⁵⁸ ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder** – O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 158-159.

⁵⁹ FONSECA, Ricardo Marcelo. A formação da cultura jurídica nacional e os cursos jurídicos no Brasil: uma análise preliminar (1854-1879). In: *Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija*, n. 8, 2005. p. 97-116. p. 116.

⁶⁰ Licurgo tinha admiração e respeito pelo capataz, pois este fora quem lhe ensinara sobre as práticas na estância (Bolívar falecera com Licurgo ainda bebê. A figura masculina mais próxima era Fandango): “-Tem água perto e é pr’aquele lado! Dirigiam-se para o lado indicado e encontravam água. – Como é que tu sabes essas coisas? – admirava-se Curgo. O outro respondia: - Sou índio velho mui vivido. Fandango estava chegando à casa dos sessenta, mas era um homem vigoroso e desempenado, e tina mais resistência para o trabalho do que muitos dos peões mais moços do Angico. Para Licurgo, Fandango era uma espécie de oráculo – o homem que tudo sabe e tudo pode. Um peão era um peão, uma pessoa que hoje podia estar aqui e amanhã na estrada ou no galpão de outro estancieiro. Mas com Fandango a coisa era completamente diferente. O velho se achava mais preso às terras do Angico do que aquelas árvores que tinham raízes profundas no chão. Desde que nascera, Curgo se habituara a ver o capataz ali na estância, como um elemento mesmo da paisagem. Era inconcebível o Angico sem Fandango ou Fandango sem o Angico. Um dia numa aula o Dr. Winter dissera a Curgo algo que o deixara intrigado. Com uma pequena bússola de bolso na mão, o médico falava do globo terráqueo e dos polos. –Sua vida, Curgo – disse ele – oscila entre dois polos magnéticos: Fandango e D. Bibiana. ” VERÍSSIMO, Érico. *Op. cit.* p. 495-496. O nome era José Menezes e o apelido Fandango era pela fama de “trovador e bailarim”. VERÍSSIMO, Érico. *Op. cit.* p. 496.

-Mas pra derrubar essa cambada é preciso derrubar também o Velho e o regime, substituindo esses figurões por gente nova como Júlio de Castilhos, Rui Barbosa, Venâncio Aires e outros.
-Conversas! São todos uns bons filhos da mãe.⁶¹

A fala de Fandango traz incutida implicitamente a figura carismática constantemente construída e reformulada de d. Pedro II, “comparado ao Menino Jesus na tradição portuguesa, revisto como Imperador do Divino na ladainha brasileira, entendido como um novo d. Sebastião pelos últimos fiéis de Vieira”⁶², assim como “órfão da nação se transforma em rei majestático; de imperador tropical e mecenas do movimento romântico vira rei cidadão, para finalmente imortalizar-se no mártir exilado e em um mito depois da morte.”⁶³ Assim como Fandango, Florêncio, outro personagem popular, não acredita nas promessas da República:

- Estou muito velho pra acreditar em conversas – observou ele-, de olhos baixos, como se estivesse se dirigindo ao próprio prato e não aos outros. – Tenho visto muita mudança de governo na minha vida e tenho lido e ouvido muita promessa de políticos. Acho que as coisas não vão mudar se vier a república.⁶⁴

As ideias tanto de um polo político quanto de outro eram publicadas em jornais. Em Porto Alegre, Gaspar Silveira Martins⁶⁵ redigia artigos n’*A Reforma*,

⁶¹ VERÍSSIMO, Érico. **O Tempo e o Vento**: Tomo I. 18.ed. Porto Alegre: Globo, 1979. p. 569.

⁶² SCHWARCZ, Lilia. *Op. cit.* p. 21.

⁶³ SCHWARCZ, Lilia. *Op. cit.* p. 21.

⁶⁴ VERÍSSIMO, Érico. *Op. cit.* p. 596.

⁶⁵ Interessante que, apesar de estarem com Júlio de Castilhos, a gente do Sobrado também possuía admiração por Gaspar Silveira Martins (deste modo a narrativa não se restringe a um maniqueísmo, nem aos personagens tradicionais, pois, além da presença de Licurgo, chefe político e do advogado Toríbio, também participam Bibiana e Fandango): “Havia algum tempo, Gaspar Silveira Martins passara por Santa Fé, onde realizara uma conferência, após a qual – para surpresa de todos – em vez de ir ao casarão dos Amarais, visitara o Sobrado, onde ficara até altas horas da noite a conversar com Bibiana, Licurgo e o Dr. Rezende. Tinha sido uma noite memorável, e a casa ficara toda cheia da voz trovejante daquele extraordinário orador cuja legenda o país inteiro conhecia. O Conselheiro deixara ‘a gente do Sobrado’ impressionadíssima. Era um homem alto, de largo peito e postura atlética; tinha um olhar magnético e uma irresistível capacidade de sedução. O Dr. Toríbio, que quase não tivera coragem de abrir a boca na presença do estadista, dissera dele mais tarde: ‘É um misto de Sansão e Demóstenes. E se me pedissem para pintar Júpiter, barbudo e formidável por entre as nuvens de tempestade, com um feixe de raios nas mãos eu o representaria na figura do Conselheiro!’ Depois que Silveira Martins se retirara avó e neto ficaram ainda por mais duma hora a conversar, entusiasmados, sobre a personalidade do visitante da noite. Comentara Licurgo: ‘É um grande tribuno. Pena que não seja dos nossos.’ Fandango, que durante todo o tempo ficara de longe, ‘bombeando e escutando’ o Conselheiro, resumira sua admiração numa frase: ‘Bichinho mui especial.’ Bibiana dissera simplesmente: ‘Tem o jeito do Cap. Rodrigo. É

enquanto as ideias republicanas eram redigidas *n'A Federação*⁶⁶, por Júlio de Castilhos. Em Santa Fé, os monarquistas tinham *O Arauto*⁶⁷, patrocinado pelos Amarais, família fundadora do município e consequente oligarquia que exercia o poder político desde o início, com a criação de uma pequena vila. Em oposição, havia a folha semanal *O Democrata*⁶⁸, para expressar os republicanos, capitaneados por Toríbio Rezende e Licurgo Cambará. Cabe destacar que Licurgo ansiava por destituir os Amarais de seu posto de autoridades do município. Era a terceira geração alimentada com o ódio entre as famílias Terra-Cambará e Amaral⁶⁹. Com o casamento de Bolívar Cambará com Luzia Silva, filha de um nortista que conseguira fortuna e terras através da especulação e empréstimos a juros altíssimos, o filho dessa união, Licurgo, além de receber educação melhor que seus antecessores (Bolívar, Florêncio e Bibiana eram analfabetos), também era rico estancieiro, almejava tornar-se o chefe político de Santa Fé.

Com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, é interessante destacar as tentativas de manipulação do imaginário e de construção de ideais republicanos, “tornar a República um regime não só aceito como também amado pela população.”⁷⁰ Para símbolo heroico, a figura de Tiradentes, que “não deveria ser visto como herói republicano radical, mas sim como herói cívico-religioso, como mártir, integrador, portador da imagem do povo inteiro”⁷¹. A imagem da República representada por uma mulher, como símbolo de pátria e liberdade, inspirada na Revolução Francesa, logo foi ridicularizada, pois “a virgem ou a mulher heroica dos republicanos era facilmente transformada em mulher da vida, em prostituta (...) no Brasil, essa representação foi a

um homem.” In: VERÍSSIMO, Érico. **O Tempo e o Vento**: 2. O Continente. Tomo II. 13.ed. Porto Alegre: Globo, 1977. p. 589.

⁶⁶ Diferente do jornal homônimo escrito em Curitiba que defende o lado federalista.

⁶⁷ VERÍSSIMO, Érico. *Ibidem*, p. 559. “Toda a gente em Santa Fé sabia que o jornal dirigido por Manfredo Fraga se mantinha graças ao apoio financeiro que lhe dava o Cel. Bento, o qual da janela lateral de sua residência costumava berrar sugestões para os artigos de fundo: ‘Ataque esses republicanos duma figa. Diga que são uma corja de traidores!’ Ou então: ‘Responda ao artigo de Júlio de Castilhos e conte que *A Federação* é financiada pela Maçonaria’.”

⁶⁸ VERÍSSIMO, Érico. *Ibidem*, p. 562. “O artigo de Fraga foi muito comentado e, farejando polêmica, quase todos puseram-se a imaginar o que iria dizer *O Democrata*, órgão do Clube Republicano local.”

⁶⁹ A família Amaral sempre fora a detentora do poder político local, desde a criação de Santa Fé.

⁷⁰ CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas** – O imaginário da República no Brasil. 23. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 129.

⁷¹ CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**. *Ibidem*, p. 70.

dominante, sendo usada mesmo pelos que inicialmente tinham apoiado o novo regime. ”⁷² Interessante constatar a falta de identificação popular e de comoção com o ideário do novo regime, a não ser em casos como o de Tiradentes, em que foi utilizado o aspecto místico-religioso, apelando para a religiosidade popular, associando-o ao Cristo:

A República brasileira, à diferença de seu modelo francês, não possuía suficiente densidade popular para refazer o imaginário nacional. Suas raízes eram escassas, profundas apenas em setores reduzidos da população, nas camadas educadas e urbanas. O grosso da nação era-lhe alheio, se não hostil. Sua proclamação por iniciativa militar também não contribuiu para popularizá-la. O esforço de recriar o imaginário caía no vazio, quando não encontrava resistência ou se prestava ao ridículo. Só quando se voltou para tradições culturais mais profundas, às vezes alheias à sua imagem, é que conseguiu algum êxito no esforço de se popularizar. Foi quando apelou à Independência e à religião, no caso de Tiradentes.⁷³

O imaginário republicano buscava sobrepor-se à imagem do rei, porém, tal figura encontrava-se arraigada em termos de representação simbólica, imersa no conjunto da *monarquia tropical*, “regime que desde os momentos de fundação dialogava com as culturas locais, criando novos significados para tradições longínquas”⁷⁴. Tanto nas práticas das elites, com a “representação de porte nacional, por meio da oficialização e proliferação de rituais, da criação de monumentos e de um ‘passado’ cuja continuidade temporal levaria ao Império”⁷⁵ quanto nas releituras das festas populares, em que se apresenta “a imagem mítica do rei, de um rei sagrado e religioso que nesse sentido não tem data nem lugar.”⁷⁶ Notam-se fortes enlaces entre religião e realeza (inclusive, os “padres no Império eram funcionários da Igreja e do Estado. Essa dubiedade os colocava

⁷² CARVALHO. **A formação das almas** – O imaginário da República no Brasil. 23. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 87. Também interessante destacar além da simbologia em torno da República-mulher, a figura (feminina) da Constituição, que também não escapou das críticas da imprensa, como no trecho a seguir: “A Constituição: - Ai! Ai! ai! Lá se vae mais um pedaço... Zé: - Aguenta firme, minha velha, não grites nem gemas, isto de ficar com um pedaço mais ou com um pedaço menos nada vale, já se foi o tempo em que regulavas... agora figuras ahi unicamente porque os paes da pátria tem ainda compaixão da tua miséria e querem salvar o decoro...” **Olho da Rua**, Coritiba, 15 nov. 1907. Anno I, n. 15. p. 4.

⁷³ CARVALHO. *Op. cit.* p. 128.

⁷⁴ SCHWARCZ, Lilia. *Op. cit.* p. 17.

⁷⁵ SCHWARCZ, Lilia. *Op. cit.* p. 21.

⁷⁶ SCHWARCZ, Lilia. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca dos trópicos. 2. ed. 4. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 21.

em situação especial, reforçada ainda pelo tipo de educação que recebiam, distinto do da elite civil, e que refletia em seu comportamento político”⁷⁷):

No Brasil, os imperadores passam a ser ungidos e sagrados, numa tentativa de sacralidade a uma tradição cuja inspiração era antiga mas a realização datada. Nesse movimento, ao mesmo tempo que os monarcas ganham santidade, os santos, quando muito adorados, ganham realeza no Brasil. O Divino Espírito Santo recebe um império, o deus Momo vira, anos mais tarde, rei Momo. De qualquer modo, mantos imperiais convivem com mantos divinos, e o imaginário da realeza acaba permeando fortemente o catolicismo brasileiro, da mesma maneira que uma série de manifestações populares, como o Carnaval – com seus impérios, reis rainhas e enredos -, se nutre de cenas da monarquia.⁷⁸

A construção do imaginário republicano utilizava a figura de Tiradentes para o ensinamento cívico de crianças, como em lições de História do Brasil, conforme o livro de 1889:

Como se vê, a própria sentença de condenação se encarregou de destacar o Tiradentes, da tela da inconfidência. Declarado cabeça da revolta, foi o único que subiu ao patíbulo, conservando-se firme e resoluto, até o tremendo instante. Ouviu impassível a leitura da sentença de morte e assumiu toda a responsabilidade pelo que então se chamava um crime! Parece que ele previa as glórias do martyrio e que a sua cabeça, como a dos martyres cristãos estava já envolta, na auréola com que o sagrou a posteridade!⁷⁹

Há um desenhar da imagem de Tiradentes como um mártir, que, além de ser um precursor da Independência do Brasil, também é considerado herói republicano⁸⁰ e, com a característica preponderante sendo a semelhança com Cristo:

Curvemo-nos, pois reverentes ante o patíbulo do protomartyr da nossa independência! O dia 21 de abril é a Sexta Feira Sancta deste Christo da Republica! Como elle, carregou Tiradentes com os peccados do povo! Todos os seus companheiros tiveram as sentenças comutadas em desterro; só o nosso martyr subiu ao cadafalso! Veneremos,

⁷⁷ CARVALHO, José Murilo. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume Dumará, 1996. p. 87.

⁷⁸ SCHWARCZ, Lilia. *Op. cit.* p. 16.

⁷⁹ ALMEIDA, João Vieira. **Pátria** – livro dedicado à mocidade brasileira. São Paulo: Typographia e Papelaria Casa Eclectica, Typographia e Papelaria Passos Silva & Co, 1899. p. 135

⁸⁰ Aliás, antes da Proclamação da República o mito em torno do heroísmo de Tiradentes e da Inconfidência Mineira já estava presente em livro didático de 1876: “Devo dizer-vos, que sobre este assumpto se tem publicado diferentes escriptos, e em sentidos oppostos. E' certo, porém, que a história cortesã não terá forças para tsnar a memoria d'esses patriotas, que tanto soffreram por causa de sua dedicação ás legitimas aspirações de sua pátria Os nomes dos homens da – Inconfidência – nunca se riscarão da memória publica. A infelicidade do successo não pode marear o mérito de seus feitos e a nobreza de seus sentimentos. ” In: BRASILIENSE, Américo. **Lições de História Pátria**. São Paulo: Typographia da Província, 1876. p. 121-122.

portanto, como uma relíquia sagrada o madeiro em que expirou o evangelizador da Republica! Com certeza, Aquelle, em cuja imagem sagrada, elle fitou o seu derradeiro olhar de moribundo, lhe reservou no céu a corôa da immortalidade!⁸¹

As tentativas iniciais de dimensionamento simbólico da república não adquiriram o sucesso almejado, conforme Schwarz: “emoções progressistas a que faltava o natural.”⁸² Para o aprimoramento do supostamente novo imaginário, buscou-se, curiosamente, substrato no imaginário monárquico para conferir identificação e legitimidade ao novo regime:

Coube à monarquia brasileira seguir um trajeto ao mesmo tempo próprio e comum, que correspondeu à essência de uma cultura enxertada mas que acompanhou a diferenciação da sensibilidade local. Aí estaria “uma cópia bastante original”; uma cultura que se construiu com base em empréstimos ininterruptos, os quais, no entanto, incorporou, adaptou e redefiniu ao justapor elementos externos a um contexto novo. Talvez seja essa a razão da pouca legitimidade inicial dos símbolos republicanos, em um país ainda atrelado à eficácia e à inserção alargada dos emblemas da realeza. O fato de os ícones da República mais bem-sucedidos – como o hino e a bandeira – estarem de alguma maneira ligados à simbologia monárquica evidencia não apenas o pequeno impacto da “invenção de tradições” republicanas, como sobretudo a penetração de uma simbologia imperial, para além dos marcos políticos oficiais.”⁸³

Apesar de acalentarem suposta admiração pelos franceses, a referência político-institucional predominante aos brasileiros republicanos era o modelo dos Estados Unidos⁸⁴ – mas de acordo com a adaptação ao cenário sul-americano

⁸¹ ALMEIDA, João Vieira. **Pátria** – livro dedicado à mocidade brasileira. São Paulo: Typographia e Papelaria Casa Eclectica, Typographia e Papelaria Passos Silva & Co, 1899. p. 136.

⁸² SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as Batatas**. São Paulo: 34, 1977. p. 21.

⁸³ SCHWARCZ, Lilia. *Op. cit.* p. 24.

⁸⁴ “Um dos pontos fundamentais da estrutura política norte-americana foi a preservação dos dois princípios – “direito dos Estados” e do “Executivo responsável” – que permaneceram na mesma, fornecendo-lhe, talvez por isso mesmo, a marca de sua inconfundível identidade.” *cf.*: WRIGHT, Antônio F. de Almeida. Brasil-Estados Unidos, 1831-1889. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil monárquico, v. 6: declínio e queda do império. 6. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004. p. 202-238. p. 215. Aliás, sobre o reconhecimento pelos Estados Unidos do regime republicano no Brasil, tal ocorreu apenas em 29 de janeiro de 1890, pois, apesar da manutenção das relações diplomáticas com o novo governo, não havia pressa em reconhecer formalmente o novo regime, pois: “apesar da imitação da bandeira e da Constituição americana, que, de acordo com o Ministro, a nova República propunha fazer, e a despeito da adoção do regime republicano, um reconhecimento formal do novo regime brasileiro, não desejando vir a contribuir para a supressão da democracia no Novo Mundo – era uma atitude que temia poder expor sua administração a ataques tanto da imprensa e do Congresso, como a críticas do povo americano. Na realidade, no entanto, até a própria imprensa ficou dividida nesta questão. Alguns jornais americanos eram pelo imediato reconhecimento, outros pela procrastinação desse ato. Nenhum deles era contra o reconhecimento em si, era apenas a questão da melhor oportunidade para fazê-lo o objeto do debate. No Congresso, a decisão da

realizada pela Argentina, que conseguira conciliar uma difícil questão – liberalismo federalista e conservadorismo unitarista:

Escapando à dicotomia entre liberalismo federalista e conservadorismo unitarista, largamente difundida na América Ibérica, Alberdi⁸⁵ forjou um arcabouço constitucional misto, cujo corpo liberal federativo norte-americano era sustentado por um esqueleto conservador unitário de tintas francesas. O publicista tucumano não ignorava que havia um nexos indissolúvel entre o desempenho das instituições e as sociedades para as quais elas eram desenhadas. Nos Estados Unidos, a dispersão de poderes entre União e estados se explicava pelo ato padrão cívico das sociedades de matriz anglófona, dispersão que, na atrasada sociedade ibérico-americana, resultava em demagogia, anarquia e fragmentação. Assim, se, de um lado, o regime republicano e alguma descentralização política eram imperativos que decorriam da independência em face da metrópole e da necessidade de um arranjo que satisfizesse todas as províncias do país, não era possível, de outro, esquecer que as nações novas careciam de concentrar o poder num centro onde se assentasse o núcleo do novo Estado, que garantisse o monopólio do poder legítimo.⁸⁶

No Brasil, com as inspirações trazidas pela estrutura político-constitucional argentina, observa-se que, para que houvesse um Estado Unitário, em que os descontentes fossem contidos *em nome da ordem* e por *razões de Estado*, era utilizada a figura do estado de sítio. Nota-se a proeminência do Executivo, com a figura do Presidente da República detentora de poder extremo (os Estados teriam autonomia nos termos do que conviesse ao poder central):

A peça-mestra era o presidente da República que, no manejo do estado de sítio, interpretado em chave maximizadora, deveria empregá-lo contra as minorias inconformadas em benefício das

administração foi combatida e os próprios partidários da administração Harrison apenas apoiaram o Presidente para dar-lhe tempo de decidir mudança de atitude. A grande verdade é que, para a maioria dos americanos, ajudar a nova República brasileira a resistir a qualquer tentativa de restabelecimento da Monarquia e com ela da influência europeia era mais importante do que escrúpulos exagerados quanto à forma inicial que o regime tomava no Brasil. Por esse motivo é que, em 29 de janeiro de 1890, os Estados Unidos reconheceram, finalmente, o novo regime brasileiro, sob o qual gozariam de prestígio e de vantagens econômicas anteriormente desfrutadas pelos britânicos." In: WRIGHT, Antônia F. de Almeida. Brasil-Estados Unidos, 1831-1889. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil monárquico, v. 6: declínio e queda do império. 6. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004. p. 202-238. p. 237-238.

⁸⁵ Juan Batista Alberdi, autor que influenciou a Convenção Constituinte de 1853, na Argentina.

⁸⁶ LYNCH, Christian Edward Cyril. O Caminho para Washington passa por Buenos Aires – A recepção do conceito argentino do estado de sítio e seu papel na construção da República brasileira (1890-1898). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n 78, v. 27, p. 150- 196, fevereiro 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/10349318/O_caminho_para_Washington_passa_por_Buenos_Aires_estado_de_s%C3%ADtio_e_sistema_olig%C3%A1rquico_na_Primeira_Rep%C3%BAblica_1890-1898_>. Acesso em: 01/02/2016. p. 153.

oligarquias estaduais elevadas aos governos dos Estados por Floriano, e que se perpetuavam pela fraude e pela coação.⁸⁷

O poder executivo seria o predominante, tanto em âmbito nacional, com a figura do presidente da República, quanto no cenário estadual, com o presidente do Estado (no Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos): “Os castilhistas afirmavam que o poder legislativo era estéril, dificultando e atrasando a administração. Só a ditadura do poder executivo permitia governar com dinamismo.”⁸⁸ A adoção do presidencialismo não teve adesão unânime, tendo o parlamentarismo como opção defendida por vozes minoritárias, como o tribuno Silveira Martins. Para os opositores do presidencialismo, este “é o sistema da concentração de poderes nas mãos do Presidente. Responde ele pela Chefia do Estado e pela Chefia do Governo.”⁸⁹ Obviamente para os parlamentaristas tal sistema aparece de forma idealizada, com a perfeição do plano das ideias: “Governos responsáveis, moção de desconfiança, chefia de Estado separada da Chefia de Governo, Ministério chancelado pela Câmara, com apoio e maioria desta.”⁹⁰ Com as críticas ao parlamentarismo sobre a instabilidade dos Gabinetes, “os gabinetes de curta duração caíram não por vícios do sistema parlamentar, mas sim pelas próprias fraquezas dos líderes que as geriam naquele momento.”⁹¹ Também se destaca o plano regional ligado à perpetuação no poder no Estado do Rio Grande do Sul, em que o presidencialismo gerou: “instabilidade total dos governos estaduais, quando não o caudilhismo local. Líderes políticos que se perpetuavam no poder por décadas. Não esqueçamos

⁸⁷ LYNCH, Christian Edward Cyril. O Caminho para Washington passa por Buenos Aires – A recepção do conceito argentino do estado de sítio e seu papel na construção da República brasileira (1890-1898). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n 78, v. 27, p. 150- 196, fevereiro 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/10349318/O_caminho_para_Washington_passa_por_Buenos_Aires_estado_de_s%C3%ADtio_e_sistema_olig%C3%A1rquico_na_Primeira_Rep%C3%ABlica_1890-1898_>. Acesso em: 01/02/2016. p. 164.

⁸⁸ FLORES, Moacyr. Mudanças Político-sociais. In: _____ (org.) **1893-1895: A Revolução dos Maragatos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. p. 14.

⁸⁹ REVERBEL, Carlo Eduardo Dieder. **A Revolução Federalista e o Ideário Parlamentarista**. 217 f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p. 199. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-21012015-085452/pt-br.php>>. Acesso em: 15/09/2016. p. 199.

⁹⁰ REVERBEL, Carlo Eduardo Dieder. *Ibidem*, p. 200.

⁹¹ REVERBEL, Carlo Eduardo Dieder. *Ibidem*, p. 199.

que o *castilhismo-borgismo* feudalizou o governo do Estado por longos trinta anos.”⁹²

Com a República, em 1889, Licurgo torna-se o intendente municipal de Santa Fé, sendo interessante notar que, pelo menos no fictício município, ocorreram mudanças notáveis, sendo um regime que atendia aos ensejos da população, em vez de materializar a opinião de Fandango: “Se vier a república a gente vai ver como não cambia nada. Pode cambiar a posição das pessoas. Quem está por baixo sobe, quem está por cima, desce. Mas as coisas ficam no mesmo”⁹³. As palavras de Fandango parecem personificar a República *real* que ocorreu no Brasil, em geral⁹⁴. Porém, em Santa Fé, houve o mais próximo possível do *ideal*, um *microcosmo* onde mais do que uma mera “troca de famílias” oligarcas no poder político, Licurgo, o novo intendente, procurava materializar a República, como na liberdade de voto (em vez do voto de cabresto característico do *macrocosmo* brasileiro durante a Primeira República) e, curiosamente, utilizava os recursos disponíveis para auxílio do povo e em proveito da *res publica* (tão diferente do *macrocosmo* brasileiro, com a predominância de discursos vazios e com as preocupações em torno de si e dos próprios apaniguados):

Desde que se proclamou a República foi ele sempre a autoridade máxima de Santa Fé. Com a queda da monarquia os Amarais perderam os cargos públicos e o prestígio. E desde 89 ele, Curgo, não fez outra coisa senão trabalhar pelo progresso e pela felicidade de sua terra. Foi eleito intendente municipal de Santa Fé pelo voto livre da população e por uma maioria inapelável. Não pediu nem comprou votos, não coagiu eleitores. Aos próprios peões, agregados e amigos íntimos disse: “Votem em quem quiserem, pois esta vai ser a primeira eleição livre da história do município.” Depois de eleito, recusou-se a receber seus honorários. Muitas vezes chegou a tirar dinheiro do próprio bolso para custear obras públicas: construir pontes, reparar estradas e ruas. Tratava toda a gente com afabilidade, recebia a todos,

⁹² REVERBEL, Carlo Eduardo Dieder. **A Revolução Federalista e o Ideário Parlamentarista**. 217 f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p. 199. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-21012015-085452/pt-br.php>>. Acesso em: 15/09/2016. p. 199.

⁹³ VERÍSSIMO, Érico. *Op. cit.* p. 569.

⁹⁴ Também há o ponto de vista do médico alemão Carl Winter, um observador de Santa Fé: “- Por isso eu digo sempre – tornou Winter – que não é de admirar se amanhã os Amarais de novo virarem a casaca. Não foram já conservadores? Tudo depende de onde sopra o vento... – Lançou um olhar trocista e oblíquo para Licurgo, acrescentando: - O velho Bento ainda vai acabar no Clube Republicano. – Essa é que não! – protestou o outro. Juvenal sentenciou: - Em política, nunca devemos dizer ‘dessa água não beberei’. Curgo bateu na mesa com o punho fechado. – Pois é pra acabar com essas imoralidades que nós queremos a república.” In: VERÍSSIMO, Érico. *Op. cit.* p. 590.

ouvia a todos. Os colonos de Garibaldi e Nova Pomerânia obtinham dele tudo quanto pediam. A Intendência era a casa do povo.⁹⁵

Em relação a Júlio de Castilhos, a semelhança com o trecho *supra* é que os membros do Partido Liberal (em Santa Fé, os Amarais) perderam os cargos públicos com a tomada de poder realizada pelos republicanos, tornando-se autoridades públicas os membros do Partido Conservador. Mas Licurgo (Santa Fé, *microcosmo* idealizado de República, conta com um chefe político que também se aproxima do plano ideal) não age como ditador, mantendo a liberdade de voto e de opção partidária, ao passo que Castilhos, em sentido oposto (assim como seus seguidores fanáticos) utilizava o poder político e a máquina pública para benefício próprio e dos seus, como no voto de cabresto e nas falsificações dos resultados:

Castilhos expulsou de todos os cargos públicos os funcionários que pertenciam ao Partido Liberal, só aceitando para a administração aqueles que fizeram a campanha de propaganda republicana durante o Império. (...). A oposição também ficou alijada das eleições. O voto não era obrigatório, dificultando a arregimentação dos eleitores. Só o funcionário público tinha a obrigação de votar no governo, para manter seu cargo. O voto era a descoberto e o presidente da seção eleitoral dava atestado para o eleitor provar em quem votou. A contagem dos votos era realizada unicamente pelos deputados republicanos, que podiam falsificar as atas.⁹⁶

De um lado, Júlio de Castilhos, com a defesa do autoritarismo do executivo, com o republicanismo presidencialista; do outro lado, Gaspar Silveira Martins, com as ideias de liberdade, propriedade e república parlamentarista. Houve encontros entre os dois líderes, em maio e junho de 1892, na Rua dos Andradas, mas não houve conciliação:

Por causa da intolerância dos líderes políticos, só restava à oposição a luta contra irmãos. O Rio Grande do Sul mergulhou numa revolução sangrenta, onde morreram mais de 10% da população. Antes de iniciar a revolução, 134 pessoas a oposição foram mortas por resistir à prisão, por degolamento ou fuzilamento, e mais de dez mil rio-grandenses se refugiaram na República Oriental do Uruguai, de onde partiram as invasões dos revolucionários. Era o retorno à pátria para depor o governo que os expulsou. A questão política de fundo era a hegemonia do poder executivo expressa na ditadura positivista. Os revolucionários reuniram monarquistas, republicanos, presidencialistas e parlamentaristas, sem um plano sistemático para depor Júlio de

⁹⁵ VERÍSSIMO, Érico. **O Tempo e o Vento**. 18. ed. Porto Alegre: Globo, 1979. p. 468-469.

⁹⁶ FLORES, Moacyr. Mudanças Político-sociais. In: _____ (org.) **1893-1895: A Revolução dos Maragatos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. p. 16.

Castilhos, lutaram no sistema de guerrilhas a cavalo, não podendo vencer um combate definitivo, mas mantendo a força em marcha para perturbar o governo e forçar uma intervenção federal.⁹⁷

Veríssimo narra a passagem do tempo em Santa Fé com reminiscências realizadas pelas personagens em 1895, quando o Sobrado está cercado pelos federalistas e os Terra-Cambará sobrevivem à base de água (quando podem dirigir-se ao poço do quintal) e laranja (os galhos da árvore encostam na janela do Sobrado). Como Santa Fé fora tomada de assalto pelos Amarais, Licurgo, a família e os correligionários refugiaram-se no Sobrado sem grandes provisões ou mantimentos. Veríssimo transpõe a narrativa do conflito para o ambiente doméstico⁹⁸, que é influenciado pela guerra, mas que apresenta problemas que, por vezes, interferem e se sobrepõem, como nas complicações no parto de Alice (esposa de Licurgo). É a vez de Maria Valéria ter voz, para contestar o poder patriarcal e político do cunhado, a fim de salvar a irmã e o bebê. Desta forma, há um diálogo da literatura com a história das mulheres, sob a perspectiva de “desmitificar concepções veiculadas sobre a mulher como submissa, dócil, mostrando as atitudes de resistências por estas desenvolvidas em seu duro cotidiano.”⁹⁹ Com tal personagem, é trazido à tona o ponto de vista das mulheres, geralmente esquecidas na história celebrativa que descreve guerras, mas também na literatura que narra os conflitos e os respectivos heróis sem perceber um cenário muito mais abrangente que o campo de batalha.

-Peça trégua. Diga que sua mulher vai ter um filho. Os maragatos compreendem.

- Os maragatos são uns cobardes.

A resposta veio rápida e rascante:

-Não são. O senhor sabe que não são.

Licurgo fecha-se num silêncio soturno. A cunhada prossegue:

- O senhor sabe que eles são tão bons e valentes como os republicanos. É a mesma gente, só que com ideias diferentes.

- Que é que a senhora entende de ideias? – Vocifera Licurgo.

Maria Valéria continua imóvel.

- Não é preciso gritar. O senhor faz todo esse barulho porque no fundo sabe que não está procedendo direito.

⁹⁷ FLORES, Moacyr. Mudanças Político-sociais. In: _____ (org.) **1893-1895: A Revolução dos Maragatos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. p. 17.

⁹⁸ Em análise histórica, cabe citar o estudo sobre o ambiente doméstico para discussões de permanências/rupturas culturais em âmbitos de gênero, sociedade e família: CARVALHO, Vânia. **Gênero e Artefato: O Sistema Doméstico na Perspectiva da Cultura Material – São Paulo, 1870-1920**. São Paulo: Edusp, 2008.

⁹⁹ SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 275-296. p. 283.

Licurgo tira a palha da boca e amassa-a entre os dedos.

-Isto não é negócio de mulher. É de macho.

Maria Valéria abrande um pouco a voz:

- Deus fez o mundo errado. Eu queria que os homens tivessem filho pelo menos uma vez na vida, só pra verem como não é fácil.

Ele tem vontade de gritar: “Que é que uma solteirona entende de ter filhos?” Mas permanece calado.

- Ter filhos é que é negócio de mulher, eu sei – continua Maria Valéria. – Criar filhos é negócio de mulher. Cuidar da casa é negócio de mulher. Sofrer calada é negócio de mulher. Pois fique sabendo que esta revolução também é negócio de mulher. Nós também estamos defendendo o Sobrado. Alguma de nós já se queixou? Alguma já lhe disse que passa o dia com dor no estômago, como quem comeu pedra, e pedra salgada? Alguma já lhe pediu pra entregar o Sobrado? Não. Não pediu. Elas também estão na guerra.

Licurgo faz um gesto de impaciência.

- Está bem, prima. Está bem. Mas tudo é uma questão de dias ou de horas. Os federalistas estão perdidos. Amanhã a cidade pode amanhecer livre.

- E a Alice pode amanhecer morta. Ela ou o filho. Ou os dois.¹⁰⁰

Sem ajuda de médico ou de parteira, Maria Valéria e as criadas acompanham o parto de Alice, mas a criança nasceu morta. Ante a dura realidade, a pouca comida, as noites de vigília e insônia, Maria Valéria pensa não conseguir superar tudo. A narrativa do ponto de vista das mulheres prossegue com o auxílio trazido pelo som de outra personagem feminina, D. Bibiana:

Maria Valéria cruza os braços, aperta-os contra o estômago, que lhe dói desde a noite anterior. Quantas horas faz que não come? Vinte e quatro? Trinta? Mas o pior de tudo é não poder dormir, descansar, esquecer... “Não aguento mais. Acho que vou acabar louca, abrir a porta da rua e sair gritando...” Tem de súbito a impressão de que uma terceira pessoa acaba de entrar. Volta a cabeça e vê a própria imagem refletida no espelho do lavatório: um fantasma de xale nos ombros. Do quarto vizinho vêm as batidas da cadeira de balanço de D. Bibiana. A velha já começou a funcionar... – pensa Maria Valéria. E fica a escutar o ban-ban cadenciado e surdo, que lhe parece uma voz. É como se Bibiana Terra Cambará estivesse procurando dizer-lhe alguma coisa. E Maria Valéria, sem saber claramente como nem por que, enche-se aos poucos dum ânimo novo, ao mesmo tempo que diz para si mesma: Se ela que tem noventa anos pode aguentar tudo isto, eu também posso. E atira um olhar de desafio para a mulher cadavérica do fundo do espelho.¹⁰¹

Licurgo reflete, enquanto permanece no posto de vigia, sobre alguns estranhos acontecimentos, como a traição do advogado Toríbio, que outrora seu amigo, tornara-se federalista, acreditando nas palavras de Gaspar Silveira

¹⁰⁰ VERÍSSIMO, Érico. **O Tempo e o Vento**. 13. ed. Porto Alegre: Globo, 1977. p. 11.

¹⁰¹ VERÍSSIMO, Érico. *Ibidem*, p. 472.

Martins, em relação a libertar o Rio Grande do Sul das ditaduras castilhistas (no Estado do Rio Grande do Sul) e florianista (a nível nacional).¹⁰² No imaginário propagado pelos federalistas a fim de conseguirem legitimação e apoio populacional, estava a colocação como herdeiros dos revolucionários farroupilhas: “Em 20 de setembro de 1835, os rio-grandenses ergueram-se contra a tirania de um governo opressor. Ergueram-se em defesa de sua liberdade. Era esse o discurso vinculado pelos liberais federalistas nas edições comemorativas.”¹⁰³

O episódio de renúncia de Castilhos ocorreu em meio a um cenário turbulento, não apenas no Rio Grande do Sul, mas também no plano nacional. Com a renúncia de Deodoro de Fonseca, o vice-presidente Floriano Peixoto assumiu a presidência da República. Porém, a Constituição de 1891, em seu art. 42, “se no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-Presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição”¹⁰⁴. A acrobacia jurídica realizada pelo Supremo Tribunal e aceita pelo Congresso Nacional foi que, para tal preceito, o presidente deveria ter sido eleito em eleições diretas. Para conter os revoltosos, Floriano “decretou o estado de sítio por 72 horas. As prisões foram efetuadas antes da publicação do decreto no Diário Oficial.”¹⁰⁵ No Rio Grande do Sul:

¹⁰² “No entanto, muitos dos homens a quem prestou favores se voltaram contra ele, estão agora atirando contra esta casa a cuja mesa tantas vezes comeram, esta casa onde sempre foram recebidos por assim dizer como pessoas da família. Mas de todas as mágoas a que mais lhe dói é a que lhe causou Toríbio Rezende, seu melhor amigo e companheiro da propaganda republicana. Fascinado pela personalidade de Gaspar Silveira Martins, Toríbio abandonou os companheiros de ontem, fez-se parlamentarista, cerrou fileiras com os maragatos, afastou-se aos poucos do Sobrado e por fim chegou até a escrever verrinas contra Júlio de Castilhos, chamando-lhe ditador. Castilhos ditador! Era o cúmulo do absurdo chamar tirano a um homem que para evitar a guerra civil abandonou voluntariamente o cargo de presidente do Estado para o qual fora legalmente eleito. E quando a revolução rebentou, Toríbio uniu-se às forças de Juca Tigre, convencido – o idiota! – de que os federalistas queriam salvar o Rio Grande da ditadura, não compreendendo – o infeliz – que por trás daquelas conversas de parlamentarismo e liberdade, o que os maragatos queriam mesmo era restaurar a monarquia, destruir a república pela qual o próprio Toríbio tanto se batera.” VERÍSSIMO, Érico. **O Tempo e o Vento**. 13. ed. Porto Alegre: Globo, 1977. p. 469.

¹⁰³ ROSSATO, Luciana. **Imagens Construídas**: imaginário político e discurso federalista no Rio Grande do Sul (1889-1896). 130f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1999. p. 40.

¹⁰⁴ BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 09/02/2016.

¹⁰⁵ LACERDA, Francisco Brito de. **Cerco da Lapa** - do começo ao fim. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1985. p. 14.

Castilhos estava no poder quando Deodoro decretou a dissolução do Congresso e, de certa forma, apoiara o golpe. Seus adversários, sob a liderança de Barros Cassal, exigiram que ele se rebelasse. Castilhos renunciou. O Governo do Rio Grande ficou entregue a uma Junta, presidida por Barros Cassal. Já com Floriano no poder, surgiram ideias monarquistas no Rio Grande do Sul (...) nascia, assim, o movimento de contestação à República. Gaspar Silveira Martins pronunciou-se pela volta do regime parlamentarista do Império, criticando o autoritarismo de Floriano. Os gasparistas afastaram-se do Governo, criaram o Partido Federalista, do qual se originou, depois, o Partido Libertador. A confusão, no Rio Grande, era intensa. Em junho de 92, realizada a eleição, dela resultou a vitória de Júlio de Castilhos, eis que os federalistas, pressionados, abstiveram-se do pleito.¹⁰⁶

Com a turbulência e as suspeitas sobre o resultado verídico das urnas (a contagem dos votos era realizada somente por membros do Partido Republicano), o acirramento político no Rio Grande do Sul atinge seu auge e inicia a Revolução Federalista:

Castilhos se autoproclama Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Joca Tavares – o Barão de Itaqui – não deixa por menos e faz o mesmo em Bagé. Essa situação dúbia não durou mais que quinze dias. Com a oficialização de Castilhos no poder acendeu-se a pira da Revolução. Silveira Martins se instalou em Montevideu provendo determinantes para um futuro conflito. Seus camaradas agruparam-se na fronteira para por em prática as ordens do Chefe. Se pacificamente era impossível, que se fizessem as mudanças à força. Com as primeiras incursões maragatas e o manifesto em Santana do Livramento o Presidente Floriano Peixoto declara estado de sítio no Rio Grande do Sul e envia tropas para desarticular as forças revolucionárias, agora estabelecidas na região. Iniciava aí a Grande Revolução.¹⁰⁷

Em relação à violência, elemento constante e constitutivo da Revolução Federalista, menciona-se Walter Benjamim, que, em meio aos estudos sobre a história dos vencidos e o papel dos aparatos repressores, realiza uma crítica do poder como violência, em que circunscreve a análise nas limitações traçadas com o Direito e a Justiça:

A tarefa de uma crítica do poder pode ser circunscrita como a apresentação das suas relações com o Direito e a Justiça. De fato, qualquer que seja a forma como uma causa atua, ela só se transforma em violência no sentido mais forte da palavra quando interfere com relações de ordem ética. São os conceitos de Direito e Justiça que delimitam a esfera dessas relações.¹⁰⁸

¹⁰⁶ LACERDA, Francisco Brito de. **Cerco da Lapa** - do começo ao fim. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1985. p. 15.

¹⁰⁷ ROCHA, S. S. **Lama vermelha**. 2. ed. São Paulo: Scortecci, 2014. p. 33.

¹⁰⁸ BENJAMIM, Walter. **O anjo da História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 59.

A violência, “elemento presente em grande escala no período revolucionário mereceu um tratamento especial por parte do grupo mais forte e detentor de poder político administrativo; (...) os republicanos castilhistas.”¹⁰⁹ Mas as atitudes brutais não foram praticadas apenas durante a Revolução (1893-1895), já em 1892 havia perseguições políticas, prisões arbitrárias e mortes por degolamento:

A violência começa a aparecer na imprensa mais acentuadamente a partir do golpe de 1892, quando Castilhos retorna ao poder, após sete meses de governo de oposição, chamada pelos republicanos castilhistas de “governicho”. Este período, do retorno de Castilhos até a revolução se deflagrar, vai ser de grande acirramento político. Os republicanos castilhistas começam a combater violentamente a oposição através de perseguições e assassinatos que se generalizam pelo Estado sulista. (...) A maioria destes crimes foram praticados a mando do governo e com a participação da polícia e mesmo com a conivência da justiça. A degola era a forma preferida das execuções.¹¹⁰

Afinal, para Benjamin, “as origens do ‘poder-como-violência’ interferem de maneira significativa na ordem vigente, manifestando-se nela de forma terrível.”¹¹¹ A violência justificada em nome da ordem e do progresso, com a doutrina positivista castilhista como sustentáculo para as ações do governo. Assim, a violência é justificada com a doutrina positivista, que se auto define como neutra, mas que serve para ocultar os interesses de uma ditadura em eliminar os opositores, classificando os federalistas como desordeiros e estrangeiros. Para inculcar a ideia (e as práticas) de contenção dos opositores, era realizada a difusão do estigma em que, a partir da união em torno do discurso da ordem que direciona para o suposto progresso linear teleológico, os que não se enquadram a este modelo são considerados obstáculos passíveis de exclusão (tanto em âmbito intelectual, referente ao discurso, quanto em sentido material, com as execuções sumárias, principalmente com a degola):

Utilizada ideologicamente, principalmente pelo PRR, para impor aos federalistas o estigma da marginalidade e estrangeirismo. Estes dois elementos foram discursados de modo a considerar os inimigos

¹⁰⁹ SILVA, Mozart Linhares. Violência e Ideologia na Revolução Federalista. In: FLORES, Moacyr (org.). **1893-1895: A Revolução dos Maragatos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. p. 51.

¹¹⁰ SILVA, Mozart Linhares. *Ibidem*. p. 51-52.

¹¹¹ BENJAMIM, Walter. *Op. cit.* p. 68.

políticos caso de polícia. Segundo a doutrina castilhistas seguida pragmaticamente Castilhos, a ordem era fundamental para o funcionamento do sistema e para o alcance do progresso. Nesse sentido considerando os federalistas vândalos, bandidos e invasores a repressão governamental se justificava social e doutrinariamente. Marcada como ficou no imaginário social gaúcho continuamos a ouvir o velho ditado popular: “Não vale a pena gastar bala em chimango”.¹¹²

Os soldados legalistas também eram denominados castilhistas (referente a Júlio de Castilhos), florianistas (em relação a Floriano Peixoto) e pica-paus, pois “as vestimentas oficiais lembravam uma figura de pássaro – conhecido Pica-Pau, de cabeça vermelha.”¹¹³ Também chamados de chimangos “já com entonação pejorativa, uma vez que era a denominação do gavião-carrapateiro, comedor de insetos e carniça.”¹¹⁴ Além das forças oficiais, para a formação do exército regular: “eram requisitados os chamados batalhões patrióticos, formados emergencialmente para fazer frente à Revolução. Eram constituídos de toda sorte de elementos: prisioneiros civis, estrangeiros, lavradores, artesãos, comerciantes.”¹¹⁵

Os federalistas eram denominados de maragatos, em decorrência da região da Espanha *La Maragateria*¹¹⁶. Os revolucionários também eram denominados “Federalistas, Gasparistas (seguidores de Gaspar Silveira Martins), Revoltosos, Sediciosos, Insurgentes e Rebeldes.”¹¹⁷ Sobre a composição do exército federalista:

estancieiros, sitianteiros, políticos de oposição, parte das forças legais, mercenários e voluntários. Pela diversidade de caracteres esse corpo revolucionário não apresentava uma uniformidade organizacional adequada. Parte do exército era bem armada e vestida enquanto outra carecia de tudo.¹¹⁸

¹¹² SILVA, Mozart Linhares. Violência e Ideologia na Revolução Federalista. In: FLORES, Moacyr (org.). **1893-1895: A Revolução dos Maragatos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. p. 56.

¹¹³ ROCHA, S. S. **Lama vermelha**. 2. ed. São Paulo: Scortecci, 2014. p. 17.

¹¹⁴ ROCHA, S.S. *Idem*, p. 17.

¹¹⁵ ROCHA, S.S. *Ibidem*, p. 18.

¹¹⁶ Sobre a origem dos maragatos: “alguns descendentes desse grupo étnico se estabeleceram no Uruguai, notadamente no Departamento de San José. Nessa região, próxima da fronteira com o Brasil, esse povo mesclou-se com brasileiros que ali desempenhavam atividades agropastoris. Um desses brasileiros – Gumerindo Saraiva – se tornaria um ícone da Revolução, após arrebanhar um pequeno exército de maragatos e invadir o seu próprio Estado – o Rio Grande do Sul.” ROCHA, S.S. *Ibidem*, p. 19.

¹¹⁷ ROCHA, S.S. *Idem*.

¹¹⁸ ROCHA, S. S. *Ibidem*, p. 20.

Os federalistas avançaram em Santa Catarina e, depois, sobre o Paraná. Em Curitiba, a elite político-administrativa abandonou a cidade à própria sorte¹¹⁹:

Antes da chegada da marinhagem a cúpula administrativa curitibana achava de bom alvitre preparara uma retirada, sem alarde à população. Já a assustava o fato de que, por meados de Janeiro de 1894, lutava-se ainda em Tijucas, principia-se a queda de Paranaguá e ensaiava-se o cerco na Lapa. O governador Vicente Machado – junto com alguns de seus auxiliares e amigos, afastara-se da Cidade alegando seguir para Castro, no intuito de transferir a Sede do Governo. Em verdade partiu de Curitiba, pela estrada do Assungui, rumo a São Paulo.¹²⁰

20 de janeiro de 1894, conhecido como *o dia da queda de Curitiba*, em que chegam à capital paranaense Custódio de Mello, vindo da recém-conquistada Paranaguá, assim como Gumercindo Saraiva, vindo da recém-capitulada Tijucas. Após, “Dória é aclamado Governador do Paraná, substituindo Theóphilo Gomes. Jacques Ouriques assume a Guarnição Militar de Curitiba. Estabelecida a nova administração Gumercindo comunica a Floriano Peixoto a tomada do Paraná.”¹²¹ Interessante o registro maragato presente no *Jornal A Federação*, em discurso de Chichorro Júnior no Cassino Curitybano, inclusive ao ridicularizar a figura do ex-governador, que debandou para São Paulo e acrescentar um ideário político que enfatiza e exacerba as figuras de Gumercindo Saraiva e Custódio de Mello (também ocorre moldagem de heroísmo em torno de figuras reais, pelos federalistas):

Depois de se apertarem as mãos em S. Catharina, os dois grandes homens lançaram as suas vistas para o Paraná. O governo de então, neste Estado, sentiu o choque fulminante desse olhar, do mesmo modo que a rez pressente a aproximação do tigre. E, como o caso não era para conversas, porque o Juca Tigre ahi vinha, o ex-governador julgou acertado ir se preparando para uma viagem de... recreio a São Paulo.¹²²

¹¹⁹ Uma guerra possui diversas versões, sendo geralmente a história dos vencedores a que se sobressai e é mais divulgada. Ora, com a aproximação dos federalistas, a elite de Curitiba deixou a cidade e escondeu-se em São Paulo. Porém, o trecho a seguir distorce tal realidade, parece desconhecer a real atitude de Vicente Machado (em nome da visão favorável à elite político-administrativa do Paraná, que retornou para Curitiba com o término da Revolução e teve seu ponto de vista como vencedor e preponderante nos livros de história escritos posteriormente à guerra), assim como o descreve como se tivesse agido de modo extremamente oposto ao que realmente fez: “Em Outubro de 1893, teria a revolta ameaçado o Paraná, e o governador Vicente Machado conclamava os paranaenses para a defesa do governo constituído.” ALBERNAZ, Paulo Mangabeira. **Episódios da Revolução Federalista no Paraná -1893-1894**. São Paulo: Brasiliensia Documenta, 1979. p. 22.

¹²⁰ ROCHA, S.S. *Op. cit.* p. 70.

¹²¹ ROCHA, S.S. *Op. cit.* p. 72.

¹²² Cassino Curitybano. **A Federação**, Curityba, 6 de mar. de 1894. Ano III. n. 29. p. 2.

Gumercindo teve a ideia de utilizar a capital para conseguir “uma soma suficiente para suprir as necessidades mais imediatas do exército libertador, ameaçando-a de saque, caso não consentisse nisso.”¹²³

Nem todos os dirigentes curitibanos entregaram a cidade à própria sorte¹²⁴ Para evitar excessos com os cidadãos e com o patrimônio público, o Barão de Serro Azul (não se trata aqui de transformá-lo em um novo herói, em uma substituição aos aclamados pelos vencedores, como o general Carneiro, mas de compreender que o Barão desenvolveu um papel de negociante, levando em conta os próprios interesses mas também os de Curitiba, utilizando de influência e poder que tinha como Presidente da Associação Comercial):

reuniu-se com Gumercindo Saraiva, na chácara de Arthur Balster, para o direcionamento das novas negociações. Entre os acordos feitos, em troca de relativa paz, houve promessa de cumprimento de algumas exigências federalistas. Entre elas a de que a Fundação Mueller passaria a fabricar munições para a Revolução e de que o próprio Ildefonso Correia se encarregaria de efetuar arrecadação junto à sociedade, para custear os investimentos revolucionários. Os acordos foram oficializados pelo governador João Menezes Dória, em 09 de fevereiro de 1894.¹²⁵

Em Curitiba, o jornal utilizado pelo governo dos Maragatos era *A Federação*, sendo veiculado no mesmo a proibição de saques, pois haveria o recolhimento acordado de quantias (uma proibição *formal*, pois nem todos os atos dos escalões menores chegavam ao conhecimento dos chefes, porém, não há que se negar que, sem tal proibição, os saques teriam ocorrido na cidade em proporção visivelmente superior, pois seriam, inclusive, ordenados pelos chefes, com a justificativa de servirem para a subsistência da tropa):

Para conhecimento dos corpos desta Guarnição faço publico o seguinte: Fica expressamente proibido a oficiais e praças dos

¹²³ CARNEIRO, David. **O CERCO DA LAPA E SEUS HERÓIS** – Antecedentes e consequências da Revolução Federalista no Paraná. Biblioteca do Exército: Rio de Janeiro, 1991. p. 152.

¹²⁴ A figura do Barão tem importância, embora a descrição aqui seja um tanto exacerbada: “Presidente da Associação Comercial por ele fundada, e de cujos cadastros tiraria as informações necessárias ao levantamento do empréstimo, possuindo como possuía as fichas precisas sobre as capacidades materiais de todos os comerciantes da cidade, só ele levaria à frente esse serviço, e só a execução dele livraria a capital do saque iminente. Ante a perspectiva do saque e a sua tácita adesão à causa revolucionária, preferiu o Barão correr só, como acreditava, os perigos daí decorrentes, ao sacrifício de toda a cidade.” CARNEIRO, David. *Ibidem*, p. 152-153.

¹²⁵ ROCHA, S. S. *Op. cit.* p. 73.

mesmos corpos ou em transito por esta cidade, aprehenderem animaes, armamentos ou outros objectos, sem ordem expressa de autoridades competentes, devendo communicar as mesmas quaesquer indicações que por ventura obtenham sobre taes objectos. Jacques Ouriques Coronel commandante.¹²⁶

O dinheiro a ser fornecido aos maragatos seria recolhido pela Comissão de Comércio:

A commissão encarregada da cobrança de empréstimo de guerra faz publico que, de conformidade com o Decreto do Governo do Estado sob n 3 de 9 do corrente, achar-se-á desde hoje até o dia 22, das 10 horas da manha até as 2 da tarde, na Secretaria da Junta Commercial, sita no largo Tiradentes, n. 40, para receber as quotas taxadas pela Comissão do Comercio. Findo aquelle prazo, será enviado ao Governo do Estado a relação dos contribuintes que não tiverem realizado o pagamento, a fim de ser providenciado conforme as exigencias da guerra (art. 3 do citado decreto). *A Comissão*.¹²⁷

Outro aviso de pagamento redigido pela Comissão:

Avisa-se aos contribuintes d'esta Capital que fica marcado o praso para pagamento do 2º emprestimo, até o dia 31 do corrente, começando desde esta data. Outrosim, communica-se, que esta encarregado d'esse recebimento o Sr. João Antonio Xavier e o Thesoureiro da commissão, que permanecerão no edificio da Junta Commercial, todos os dias, desde as 11 horas da manhã, as 4 da tarde.¹²⁸

O mesmo jornal tecia críticas ao despótico presidente Floriano, como em relação ao descumprimento da tripartição de poder entre Legislativo, Executivo e Judiciário. De acordo com a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891: “Art 15 - São órgãos da soberania nacional o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário, harmônicos e independentes entre si.”¹²⁹ Ora, os três poderes deveriam ser independentes e autônomos, mas com o Marechal de Ferro, havia uma preponderância do Executivo e uma subserviência dos demais poderes em relação a este. Tal questão não poderia passar em branco no jornal *A Federação*, para reforço da crítica ao florianismo:

O Poder Executivo fez-se autocrata e desvairadamente centro em torno do qual gyram os outros poderes, desaparecendo a preliminar da sua independência e harmonia, submetendo-se as suas funcções a

¹²⁶ OURIQUE, Jacques. Commando da Guarnição em Curytiba, 27 de janeiro de 1894, Ordem do dia nº 2. **A Federação**, Corytiba, 21 fev. 1894. Anno III. n. 19.

¹²⁷ A COMISSÃO. Aviso – Empréstimo de Guerra. **A Federação**, Corytiba, 21 fev. 1894. Anno III. n. 19. p. 3.

¹²⁸ A COMISSÃO. Comissão de Empréstimo de Guerra n'este Estado. **A Federação**, Curityba, 31 mar. 1894. Anno III, n. 49. p. 2.

¹²⁹ BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. *Op. cit.*

uma passividade automática, podendo-se afirmar, sem temor de erro, que o Vice-Presidente da República é pessoal e collectivamente o órgão dos três poderes, concentrando em si por um acto amestrado de acrobacia a soberania nacional que esvaeceu-se com este assalto como uma nuvem esbatida e desfeita por impetuoso tufão devastador. O Poder Legislativo anulou-se outorgando livremente ao Presidente, pelo voto dos seus proselytos em maioria, amplos poderes para usar das suas prerrogativas, dando-lhe apoio incondicional, sem que a Nação possa saber para que elegeu os seus representantes, desde que estes, com exceções, fizeram da representação nacional uma espécie de rebanho de Panurgio. O Poder Judicial é mais uma função burocrática do que um poder de prerrogativas elevadas como deveria sel-lo, principalmente depois de sua divisão bipartida dando lugar a que pudesse haver na mesma planície o embate de dois corpos que se chocam quando nasceram da mesma fonte de vida: a magistratura federal e a magistratura estadual, tornando aquella uma dependência, pode-se assim dizer, do centro, recebendo, a despeito da sua organização, a acção compressora do Presidente ditatorial que sobre ela age directa ou indirectamente.¹³⁰

Além de oporem-se (principalmente) ao florianismo, nota-se crítica ao modo de condução da política no país, que, apesar de composto por vários Estados, era dominado pelos articuladores políticos de São Paulo, dificultando a participação dos demais, pois “para o paulista o Brazil era o Estado de S. Paulo”¹³¹, sendo que “Desde 15 de Novembro de 1889 imiscuiu-se sorrateira e caviliosamente no dominio e direcção do novo regimen a politica paulista, com toda a sua basofia de propaganda pre-historica e egoismo plutocratico de argentario independente.”¹³² A política paulista, geralmente mais destacada no período civil da Primeira Republica, o “café com leite”, também é destaque nos bastidores da República da Espada:

As concessões industriaes e agrícolas, a par do machiavelismo de indigna politicagem, pelos seus continuos escandalos acarretaram para os governos impopularidade e odios de que se poderiam ter livrado, se não fôra o vexame a que os subordinava, o conluio dominante — tudo ameaçando, tudo procurando conflagrar e anarchisar, desde que surgia a menor resistencia à tyrannia paulista da activa camarilha. Deodoro cahiu, victima inconsciente e leal desse egoismo impatriotico, como o provaremos mais tarde, com as mãos cheias de factos, e Floriano, pretendendo, mais traiçoeiro e mais esperto do que ella, usar dessa força perversa e desorganizadora em seu beneficio, esbarrou no crime, e accordou um dia a braços com a guerra civil.¹³³

¹³⁰ SANTOS, Claudino dos. A Constituição violada. **A Federação**, Curityba, 9 mar. 1894. Ano III, n. 32. p. 1.

¹³¹ OURIQUE, Jacques. Situação do Sr. Floriano. **A Federação**, Curityba, 27 Fev. 1894. Anno III, n. 23. p. 1.

¹³² OURIQUE, Jacques. *Idem*.

¹³³ OURIQUE, Jacques. *Idem*.

Além de críticas ao florianismo, exaltações aos revolucionários e nomeações para cargos públicos, o Jornal *A Federação* também incluía outros escritores que não eram necessariamente federalistas, como Romário Martins, com a homenagem póstuma ao Dr. Francisco da Cunha Brito, que: “deixou a vestal da materia tombar no leito do Nada, e que a sua alma, candida e pura, ala-se num vôo ascendente e facil para os logares habitados pelos homens bons.”¹³⁴

“Curitiba e Paranaguá dominadas, só restava um ponto de resistência: a Lapa.”¹³⁵ A conquista da Lapa pelos federalistas ocorreu após o famoso cerco, que durou 26 dias. Os maragatos tinham mais contingente militar e maior número de armas. Mas, cabe lembrar-se das duas tentativas de acordo de iniciativa federalista, a primeira em 20 de janeiro, com o Barão de Serro Azul enviado para a conversação, sendo refutado com ameaça de carga imediata¹³⁶; e a segunda em 22 de janeiro, intermediados pelos próprios legalistas Lacerda e Dulcídio, mas Gomes Carneiro, líder da resistência lapiana, também despreza a proposta.¹³⁷ Aliás, o coronel Carneiro ia “ao extremo cruel de mandar fazer fogo contra indefesas famílias que tentavam sair do recinto da praça sitiada.”¹³⁸ Após ferimentos em batalha, morrem Dulcídio e Carneiro. A queda da Lapa ocorreu em 12 de fevereiro de 1894, com a rendição aceita pelo coronel Joaquim Lacerda – comandante em Chefe, com o líder maragato Laurentino Pinto¹³⁹: “No dia 10 o general Laurentino dirigiu uma mensagem ao coronel Joaquim Lacerda, concitando-o, após várias considerações, *a depor voluntariamente as armas em homenagem à Família e à Pátria.*”¹⁴⁰

Interessante ressaltar que, apesar de um dos mais importantes financiadores dos federalistas ser Gaspar Silveira Martins, outrora Conselheiro do Império, os maragatos pretendiam manter a República (após o retorno do exílio imposto por Deodoro, Gaspar passou a ser denominado “primeiro

¹³⁴ MARTINS, Alfredo Romario. Cunha Brito. **A Federação**, Curityba, 31 mar. 1894. Anno III, n. 49. p. 1. Aliás, na mesma edição do Jornal, Romario Martins foi promovido de 2º a 1º Oficial da Diretoria da 2ª Seção da Secretaria de Finanças. *Ibidem*, p. 2.

¹³⁵ LACERDA, Francisco Brito de. *Op. cit.* p. 18.

¹³⁶ ROCHA, S.S. *Op. cit.*, p. 90.

¹³⁷ ROCHA, S.S. *Op. cit.* p. 91.

¹³⁸ ESCOBAR, Wenceslau. **Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893**. Brasília: Editora UNB, 1983. p. 264.

¹³⁹ ROCHA, S. S. *Op. cit.* p. 93.

¹⁴⁰ ESCOBAR, Wenceslau. *Op. cit.* p. 264.

parlamentarista da República”¹⁴¹). Aliás, os estigmas de separatista e de restaurador da Monarquia foram atribuídos a fim de desacreditar o tribuno, que defendia a unidade da pátria, “o Rio Grande do Sul é um Estado, entre vinte que tem a federação.”¹⁴² Considerava que o regime (monárquico ou republicano) não era o mais relevante (embora defendesse, como anteriormente aqui registrado, a defesa pelo parlamentarismo), mas sim que a integração do Brasil fosse mantida: “o que ele mais admirava no Império, é que a forma monárquica conseguiu manter nossa unidade nacional.”¹⁴³ O federalismo de Silveira Martins propunha a descentralização administrativa e a centralização política, a fim de manter a unidade nacional, sendo considerado moderado ou centrípeto¹⁴⁴. O termo federalista para o partido criado como opositor a Castilhos foi aceito pelo tribuno, “neutralizava a crítica de serem monarquistas ferrenhos e restauradores, como constantemente eram acusados pelos republicanos, de outro reforçavam a tradição de se oporem ao centralismo de Floriano Peixoto e à política de J. de Castilhos.”¹⁴⁵ A manutenção da República seria sem a ditadura florianista, conforme comunicado de Gumercindo Saraiva:

A nossa missão neste momento é espinhosíssima pois que temos de garantir a liberdade dos povos paranaense e catharinense, ameaçados novamente pela tyrannia encarnada em Floriano Peixoto. E contando eu com o vosso reconhecido valor e patriotismo, confio na Providencia, que me mostra o caminho por onde devo seguir para atirar com o déspota em terra. Estou certo que breve, muito breve eu poderei dizer a vós, meus leaes companheiros de campanha e ao mundo inteiro: - Está livre o Brazil das garras do dictador – e o povo, usando do direito de completa liberdade, pode ir às urnas e eleger o presidente que deve dirigir os destinos desta grande republica!¹⁴⁶

Também se destaca, no mesmo comunicado, a invocação religiosa: “com o auxilio do Deus dos Christãos, está perto, e mui perto o dia em que a bandeira

¹⁴¹ REVERBEL, Carlo Eduardo Dieder. **A Revolução Federalista e o Ideário Parlamentarista**. 217 f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p. 199. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-21012015-085452/pt-br.php>>. Acesso em: 15/09/2016. p. 170.

¹⁴² REVERBEL, Carlo Eduardo Dieder. *Ibidem*, p. 198.

¹⁴³ REVERBEL, Carlo Eduardo Dieder. *Ibidem*, p. 197.

¹⁴⁴ REVERBEL, Carlo Eduardo Dieder. *Ibidem*, p. 174.

¹⁴⁵ REVERBEL, Carlo Eduardo Dieder. *Ibidem*, p. 171.

¹⁴⁶ SARAIVA, Gumercindo. **Ordem do dia n. 6**. Quartel General do Commando em Chefe das forças de terra, em operação no Estado do Paraná. Ponta Grossa: Typographia d' A Federação, 7 abr. 1894.

da liberdade fluctuará nos angulos desta grande Republica. ”¹⁴⁷ Em outra passagem, reafirma o objetivo de destituir a ditadura florianista para efetivar a República, sendo aqui observável a disputa por quem seria *herdeiro legítimo* da República (Florianista vs. Federalista), a busca pelo sentido do regime e pela desqualificação do adversário (enquanto para os florianistas os maragatos são *rebeldes* e *desordeiros*, atrapalham os ideais de *ordem* e *progresso*, para os federalistas, os legalistas sustentam uma ditadura, que desrespeita a Constituição e impede o povo de ser livre):

Preparai-vos, que eu vou recomeçar, depois de dois mezes de descanso do meu invencível exercito, as operações de guerra para de uma vez para sempre ficarem os dictadores e o mundo inteiro sabendo, que não se calca aos pés da dictadura os direitos de um povo livre, rasgando-lhe a sua constituição impunemente. – E, para isso Camaradas, conto, como sempre contei, com a vossa bravura, com o vosso patriotismo, com a vossa lealdade e com vosso amor pela santa Republica!¹⁴⁸

Mesmo com vitória na Lapa e com Curitiba e Paranaguá conquistadas, o exército revolucionário começou a ruir:

No decorrer do tempo o chamado “Exército Libertador” de Gumerindo que, embora parcialmente vitorioso, passou a se ressentir das divergências da cúpula, pendendo para a desorganização. Em consequência aflorava uma euforia exacerbada, a falta de estratégia, o ciúme de poder e a síndrome do “cada um por si”. Adentraram em Curitiba mais em forma de uma turba do que de um exército vencedor. Desgastados pela resistência tijucana, apreensivos com a inquebrantável Lapa¹⁴⁹ e temerosos com o fortalecimento de Floriano no Rio as lideranças que ainda restavam quebraram-se e cada uma tomou destino próprio, antevendo a interrupção das avançadas e o retorno aos Pampas.¹⁵⁰

Em Curitiba, os federalistas relutavam em prosseguir viagem com destino ao Rio de Janeiro, havia um arrefecimento dos ânimos¹⁵¹, e, desta maneira, fornecendo oportunidade para o fortalecimento das forças legalistas:

¹⁴⁷ SARAIVA, Gumerindo. **Ordem do dia n. 6**. Quartel General do Commando em Chefe das forças de terra, em operação no Estado do Paraná. Ponta Grossa: Typographia d’ A Federação, 7 abr. 1894.

¹⁴⁸ SARAIVA, Gumerindo. *Idem*.

¹⁴⁹ Mesmo nos relatos posteriores que se pretendem neutros, percebe-se o lado a que se filiam pelo uso de expressões eloquentes e saudosistas como “inquebrantável Lapa”.

¹⁵⁰ ROCHA, S. S. *Op. cit.* p. 20-21.

¹⁵¹ Também se atribui a falta de um comando geral de Silveira Martins, que se manteve longe das batalhas: “A Revolução ganhava pontos nas iniciativas estratégicas, mas perdia no individualismo dos comandos. Um tanto disso atribui-se a postura do Chefe Geral – Gaspar

Militarmente ainda traçavam planos, mas administrativamente as lideranças principiavam a se locupletar nos anseios individuais, prevalecendo interesse próprio. Aparentava que o espólio arrecadado já teria sido um prêmio suficiente. Os planejamentos unificados deixaram de existir. Algumas lideranças encabeçavam as evasões da Capital Paranaense. O Dr. João Menezes Dória passa o Governo a Cardoso Júnior e afasta-se com alguns companheiros como Jacques Ouriques, Generoso Marques, Luiz Murat e Guimarães Passos. Diante da ameaça paulista, por prevenção, deixam seus propósitos e partem para os países vizinhos do Sul. Levam consigo a arrecadação do imposto de guerra, auferida à municipalidade curitibana, justificando que iriam comprar novo armamento para as tropas. Tais fatos foram determinantes para o retrocesso da Revolução.¹⁵²

Em retirada rumo ao Uruguai e Argentina, na batalha de Carovi¹⁵³, Gumerindo Saraiva, gravemente ferido, falece. Após enterro no cemitério de Santo Antônio de Itacoroby¹⁵⁴, os maragatos prosseguem o caminho. Porém, com a chegada de Firmino de Paulo, coronel legalista, e suas tropas ao local em que Gumerindo estava enterrado, promovem atos hediondos com exumação e decapitação do Caudilho: “Após a exumação, o corpo foi fragmentado e algumas partes foram penduradas em árvores para servir de alvo de lanças. A cabeça, cujas orelhas estavam em retalhos, foi retirada e levada como troféu a Júlio de Castilhos.”¹⁵⁵ Sobre o episódio, também há registro na literatura de *O Tempo e o Vento*, pois Érico Veríssimo, apesar de colocar as famílias Terra-Cambará (protagonistas da obra) como castilhistas e a família Amaral (antagonista) como federalista, não limita a complexidade temática ao maniqueísmo em que se sobressai o lado dos vencedores. Em vez disso, o autor reflete sobre as atrocidades cometidas numa guerra civil, irmão contra irmão, nas palavras do personagem Fandango:

Silveira Martins – que sempre se manteve longe das atividades práticas, confortando-se na Argentina e no Uruguai. Encarregou-se de providenciar armamento, dinheiro e demais condições para a luta em território brasileiro. A distância entre ele e seus generais dificultava tais providências, as quais não chegavam ou chegavam de forma incompleta ao destino.” ROCHA, S. S. **Lama vermelha**. 2. ed. São Paulo: Scortecci, 2014. p. 189.

¹⁵² ROCHA, S. S. *Ibidem*, p. 77.

¹⁵³ Sobre a batalha de Carovi, o município de Santa Fé tem conhecimento de um modo peculiar, pois o *tempo* é trazido pelo *vento*: “E o vento, que assobia mais forte, faz trepidar as janelas do Sobrado, entra pelos buracos dos vidros quebrados, pelas frestas dos postigos e vai enchendo a casa com seu bafo polar. Um jornal que veio não se sabe donde, esvoaça no ar, sobe e desce em movimentos agônicos de pássaro ferido, e há um momento em que fica aberto e como que colado à parede da igreja, mostrando o cabeçalho da primeira página em letras garrafais: - OS FEDERALISTAS DERROTADOS EM CAROVI!; depois, torna a cair, rola na calçada e é levado pelo minuano num voo rasteiro, Rua dos Farrapos em fora.” VERÍSSIMO, Érico. *Op. cit.* p. 662.

¹⁵⁴ ROCHA, S.S. *Op. cit.* p. 201.

¹⁵⁵ ROCHA, S.S. *Op. cit.* p. 202.

Guerra malvada! Irmão contra irmão, amigo contra amigo. O Fandanguinho de um lado e o Juvenal do outro. A esta hora decerto já degolaram também o Antero.... Não deve ser brinquedo levar um talho de faca com um frio destes Cruz credo! Fandango pensa nas gargantas abertas que viu desde que a revolução começou. Curgo vive dizendo que os maragatos são bandidos. Mas qual! Todo o mundo sabe que há gente boa e gente ruim dos dois lados. Ele se lembra do Boi Preto, onde a Divisão do Norte pegou duzentos federalistas dormindo num acampamento e liquidou todos a arma branca. E o caso do Gumercindo Saraiva? Foi enterrado num dia pelos companheiros e desenterrado no outro pelos inimigos. Contam até que um chefe republicano gritou: “Quero as orelhas do bandido!” – Passou-lhes a faca. Uma sangueira braba, uma perda horrível de vidas, de dinheiro e de tempo!¹⁵⁶

O episódio mencionado por Fandango foi uma resposta cruel ao também sanguinário Rio Negro, que influenciou o imaginário popular gaúcho, com a crendice de ouvirem-se ainda gritos dos degolados na *Lagoa da Música* (que tem esse nome devido ao som das degolas e dos gritos). Ao degolamento maciço praticado pelos federalistas seguiu-se outro, praticado pelos legalistas, em Boi Preto.¹⁵⁷

Com a morte de Gumercindo, a Revolução decadente prossegue com Saldanha da Gama¹⁵⁸, até o derradeiro fim, na batalha de Campo Osório:

Com 1.800 homens, em 22 de abril de 1895, entrou no território gaúcho com o pensamento de restaurar a Revolução. Embora em um primeiro momento houvesse um reânimo de voltar à luta, pelo menos 1.400 desses combatentes, já cansados de guerra, abandonam Saldanha. De outra parte os republicanos gaúchos se fortalecem para apagar esse último foco. O Almirante e seus 400 bravos restantes não esmoreceram. Travaram uma última batalha em Campo Osório, onde pereceram quase todos os revoltos, inclusive Saldanha da Gama. Acabara-se o último reduto. Acabara-se a Guerra. Em primeiro de julho de 1895 é assinada a Ata de Pacificação em Piratini, no Rio Grande do Sul. A Revolução Federalista, ocorrida em meados da década de 1890, caracterizou-se pelos atos desenfreados de vandalismo, selvageria e violência. Perdurou por 31 meses, levando à morte 12 mil pessoas, entre homens, mulheres e crianças. Suas consequências se estenderiam ainda por algumas décadas, ficando para a história como uma verdadeira guerra civil – o mais sangrento conflito interno brasileiro.¹⁵⁹

¹⁵⁶ VERÍSSIMO, Érico. **O Tempo e o Vento**. 18. ed. Porto Alegre: Globo, 1979. p. 661.

¹⁵⁷ In: SILVA, Mozart Linhares da. *Op. cit.* Os episódios, Rio Negro e Boi Preto, foram trazidos à tona, mas não foram os únicos momentos sanguinolentos do período.

¹⁵⁸ Em relação à proximidade da batalha de Campo Osório, Licurgo reflete: “Há coisa duma semana um emissário vindo de Cruz Alta lhe trouxe a notícia de que as forças de João Francisco estavam marchando para atacar as do Alm. Saldanha da Gama, lá pelas bandas do Alegrete. Será provavelmente a batalha decisiva da campanha, o golpe de misericórdia nos federalistas. Muitos chefes maragatos já emigraram para a Banda Oriental.” VERÍSSIMO, Érico. *Op. cit.* p. 10.

¹⁵⁹ ROCHA, S. S. *Op. cit.* p. 203.

Em Santa Fé, 27 de junho de 1895, finalmente termina o cerco ao Sobrado, com as tropas legalistas entrando no município e restituindo Licurgo Cambará ao posto de Intendente:

Perfilado, Licurgo espera... O Pe. Atílio Romano entrega a bandeira a um companheiro, adianta-se de grupo e, de braços abertos, atravessa a rua.

Graças a Deus! – Exclama, de rosto iluminado. – Graças ao bom Deus! Os federalistas abandonaram a cidade antes do dia raiar. As forças republicanas da Cruz Alta já entraram no nosso município! Curgo baixa os olhos para o padre, mas não diz palavra. Os homens estão todos agora no meio da rua, com as faces erguidas para a sacada. O senhor do Sobrado e do Angico reconhece os companheiros que foram aprisionados pelos federalistas durante o combate pela posse da cidade. Erguem-se no ar espadas, chapéus, lenços e lanças. Viva o Partido Republicano! Viva o Cel. Licurgo Cambará! Viva o Rio Grande do Sul! Antero põe o chapéu na ponta duma lança, levanta-o bem alto e, com sua voz estrídula, brada: “Viva o Sobrado!”¹⁶⁰

A vitória ostentada pelos vencedores tem sua festividade obscurecida pelo saldo lúgubre de mortes e de atrocidades praticadas, pois os vencedores “participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão”¹⁶¹:

Estava, enfim, terminada a guerra civil que, em 28 meses, inundou de sangue o solo rio-grandense; fez, segundo os melhores cálculos, mais de 12 mil vítimas, praticando-se durante esse tempo para a vergonha da terra de seus autores e da civilização, atos canibalescos de repulsiva e hedionda perversidade.¹⁶²

O único benefício real dessa revolta foi terem os federalistas tomado armas para morrerem matando¹⁶³, porque conquanto o delegado do governo da União lhe desse conhecimento que, no Rio Grande, por toda parte se degolava homens, mulheres e crianças, estando mui desenvolvido o saque, ele¹⁶⁴ continuou a dar toda força ao governo estadual, que consentia na prática de todos esses horrores.¹⁶⁵

Para que a análise não se limite ao maniqueísmo florianistas/federalistas, assim como para que ultrapasse os ditames transmitidos na história tradicional, escrita pelos vencedores, buscam-se pontos de vista que não se enquadrem simplesmente em um polo ou em outro. Deste modo, direciona-se o olhar tendo como personagens preferenciais não os representativos de um ou outro polo,

¹⁶⁰ VERÍSSIMO, Érico. **O Tempo e o Vento**: Tomo II. 13.ed. Porto Alegre: Globo, 1977. p. 664.

¹⁶¹ BENJAMIN, Walter. *Op. cit.* p. 225.

¹⁶² ESCOBAR, Wenceslau. *Op. cit.* p. 339.

¹⁶³ Mesmo com a maior parte dos relatos defenderem o lado dos florianistas, também se encontram alguns relatos posteriores apoiadores dos federalistas e enaltecedores destes, substituindo os heróis de um polo pelos do outro.

¹⁶⁴ Floriano Peixoto.

¹⁶⁵ ESCOBAR, Wenceslau. *Op. cit.* p. 339-340.

mas os que podem ser receptores de ambos os lados e, inclusive, influenciados em outros âmbitos, os personagens *fronteiriços*¹⁶⁶.

Em relação à literatura, Carlos Malheiro Dias analisa o cenário sul-rio-grandense a partir de seu romance, *A Mulata* (1896). O autor era português e filho de mãe brasileira (aliás, gaúcha), viajou para o Rio de Janeiro com o ideal de tornar-se artista, abandonando o curso de Direito em Coimbra. Com este enfoque, observa-se que tanto o autor quanto o personagem são *fronteiriços*, ao mesmo tempo que não são nem chimangos ou maragatos, assim como não participam *presencialmente* da guerra, nem se encontram no Rio Grande do Sul. Observam a situação ao longe, na capital federal, com as limitações trazidas por esta. Mas também não são autênticos partícipes do Rio de Janeiro, o que transforma o modo de ser da narrativa. No romance, o cenário é o Rio, mas o protagonista, Edmundo, gaúcho que foi tentar a sorte na capital da República, com o intuito de ser um artista das letras, mas seus sonhos são corroídos pela hipocrisia da sociedade “O que fazer com gente desta? As sedas cobrem andrajos de alma. Os andrajos cobrem almas em lágrimas...”¹⁶⁷, pelo subemprego no Jornal, pela física e pelo envolvimento com a mulata Honorina. Em relação ao Rio Grande do Sul, que atinge as preocupações de Edmundo: “Por isso o Rio Grande oferecerá para todo o sempre um contingente enorme à guerra, toda uma geração predestinada, que morre sob as descargas de fuzilaria, sem um gemido, sem uma queixa.”¹⁶⁸ Em outro momento, o personagem ouve um diálogo relacionado a boatos de tentativas de suborno por parte de Floriano para desarticular a Revolta da Armada e a Revolução Federalista:

A uma mesa de fundo dois militares falavam tomando grogues:
 - Deu oitocentos contos ao Custódio para abandonar o Saldanha.
 - Impossível! O Floriano não descia a esses meios vis...
 - Vil é quem os aceita. Oitocentos contos em ouro, recebeu-os ele em Santa Catarina...
 - E o combate no Rio Grande?
 - Fantasia! Questão de se chegar a Buenos Aires... O plano de traição estava concebido, fora traçado pelo marechal...
 Depois as vozes baixaram e Edmundo não conseguiu ouvir o Resto.¹⁶⁹

¹⁶⁶ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹⁶⁷ DIAS, Malheiro. **A Mulata**. Lisboa: Arcádia, 1975. p. 195.

¹⁶⁸ DIAS, Malheiro. *Ibidem*. P. 38.

¹⁶⁹ DIAS, Malheiro. *Ibidem*, p. 48

As reflexões do autor misturam-se aos pensamentos de Edmundo, que observa a guerra civil no Rio Grande, que prossegue o derramamento de sangue com o apoio de marechal Floriano, com a *justificativa* de salvar a República:

Para contentar uma vaidade crucifica-se uma província; com respeito fingido a uma lei, por um capricho, por uma vesânia, alimenta-se a guerra do Rio Grande.... Ah! Meu amigo! Quanto precisávamos de uma nova geração, cheia de ideal e de virtude, em quem latejasse forte uma alma, na frente da qual resplandecesse a fé, a crença e o patriotismo!
...¹⁷⁰

Em outra passagem, Edmundo dialoga com o soldado Emílio, que chegara da guerra do Sul, sendo abordada a temática da Revolução de forma estranhamente idealizada para um romance com narrativa extremamente naturalista. O naturalismo, característico do período, procurava aproximar a Literatura dos rigores das ciências naturais, “A ciência que informa e condiciona o enredo estava na boca das personagens, na fala dos protagonistas”¹⁷¹, inclusive com descrições científicas inspiradas nas teorias médico-criminais do período, ao associar criminalidade às influências do meio ambiente patológico: “esta rua cheira a crime”¹⁷² e a características inatas lombrosianas: “guilhotina-se um assassino com a consciência de que se está a decapitar um doente, um ser fatalmente nascido para o crime, de um pai bêbedo e de uma mãe epilética.”¹⁷³ Porém, o idealismo do autor em relação ao Rio Grande do Sul e à Revolução Federalista, tão opostos às descrições naturalistas, patológicas e “científicas” sobre o Rio de Janeiro, denotam um certo saudosismo do próprio autor, transferido para a ficção:

- As marchas forçadas indo à batalha, através da desolação dos Pampas...
- Deve ser bela, a guerra do Sul, senhor Emílio...
- De uma poesia rude e selvagem.... Caminha-se para a morte cantando.... Às vezes as lanças são de varas de cipreste.... As batalhas vencem-se a pata de cavalo, porque no geral nem há balas para fazer fogo.... É medonho, é terrível! ...
- O que é ter uma causa a defender! ...
- Qual! Tirante os chefes, a tropa é um cardume de vândalos! ... São guerreiros como os soldados de Spartacus. A valentia, a heroicidade,

¹⁷⁰ DIAS, Malheiro. DIAS, Malheiro. **A Mulata**. Lisboa: Arcádia, 1975. p. 51

¹⁷¹ SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 198.

¹⁷² DIAS, Malheiro. *Op. cit.* p. 55.

¹⁷³ DIAS, Malheiro. *Op. cit.* p. 31.

o dessassombro vêm-lhes do sangue.... É a raça de Canavarro....
Aquela vertigem das batalhas, aquela sede de perigo, do sangue, da
morte, é um instinto apenas... ¹⁷⁴

Interessante na obra que o Rio Grande do Sul é idealizado como a salvação para o protagonista Edmundo, mas este não consegue ir embora do Rio de Janeiro, pois o determinismo o manteve no rumo de degradação que o ambiente nefasto e seus habitantes propiciavam, até seu falecimento pelo agravamento da tísica. Estranho que o mesmo Rio Grande do período estivesse envolto em uma guerra civil sanguinolenta, principalmente com a carnificina das degolas.

Outro que não se enquadra exatamente na dicotomia maragatos x chimangos é Augusto Stresser. O músico e compositor curitibano, durante o governo dos federalistas em Curitiba, com o Grêmio Musical Carlos Gomes, fundado por ele, realizou contribuições em benefício dos federalistas, conforme registrado e assinado por ele no jornal *A Federação*¹⁷⁵. Mas, posteriormente, com a vitória dos legalistas, Augusto Stresser compôs em 1909 *Sidéria*, a primeira ópera paranaense, com libreto de Jayme Ballão, encenada em 3 de maio de 1912 no antigo Teatro Guayra. A obra trágica de três atos tem como cenário o Cerco da Lapa, sendo que o herói é Alceu, um soldado legalista, a heroína é a jovem Sidéria e o antagonista é o revolucionário Juvenal. No primeiro ato, Alceu, perseguido político, encontra refúgio na casa de Sidéria, sendo o dueto deles representação do amor nascente. Juvenal, enciumado, descobre a situação do herói e, assim, “Alceu é preso pelos soldados, causando indignação dos camponeses e de Sidéria, que clamam a uma só voz ‘vil delator’”. O coro finaliza com uma exclamação de tristeza.”¹⁷⁶ O segundo ato traz Alceu preso. A noiva dele, Thylde, chega ao vilarejo e, ao saber disso, Juvenal entrega a ela um salvo-conduto para salvar o noivo. Juvenal não consegue vencer a indiferença

¹⁷⁴ DIAS, Malheiro. **A Mulata**. Lisboa: Arcádia, 1975. p. 189.

¹⁷⁵ **A Federação**, Curitiba, 6 mar. 1894. Ano III, n. 29. De outra edição do mesmo jornal, há o seguinte comunicado do Grêmio Musical Carlos Gomes, aqui transcrito a título ilustrativo: “A comissão encarregada de tratar do benefício dos feridos, vítimas da revolução, realizado a 25 do mês p. passado no Theatro Thalia, pede aos Srs. Convidados o obséquio o seu donativo até o dia 12 do corrente, ao Sr. Roberto Muller, à rua do Riachuelo nº 71. A. Mariano de Lima. Roberto Muller. Augusto Stresser.” In: **A Federação**, Curitiba, 11 mar. 1894. Ano III, n. 34.

¹⁷⁶ Augusto Stresser e a Ópera Sidéria. **Boletim Informativo Casa Romário Martins**, Curitiba, v. 19, ano 99, set. 1992. p. 24.

de Sidéria e a mata com um punhal, matando-se em seguida¹⁷⁷. O terceiro ato tem como cenário o túmulo de Sidéria. Alceu ouve a voz de sua amada, responde-lhe que a acompanhará e cai fulminado no chão, ao soarem doze badaladas¹⁷⁸. Cai o pano.

Além dos personagens fronteiriços, para revisitar um determinado período, também se concede voz aos vencidos. Com a proposta benjaminiana, o foco ultrapassa as lições transmitidas pelos vencedores, em sua marcha progressiva e linear, para buscar pelo ponto de vista dos vencidos, “apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”¹⁷⁹. Importante para estudar períodos como a Revolução Federalista, em que, tradicionalmente, é a história dos castilhistas-florianistas aflora, enquanto o lado dos maragatos é deixado de lado, tanto em apostilas didáticas¹⁸⁰, quanto em construções cívicas como estátuas (Estátua de General Carneiro), nomes de locais (Praça Santos Andrade, Avenida Vicente Machado, Rua Amintas de Barros):

Com a evocação da memória, o passado tornar-se-ia acessível ao Homem, onde estão alojadas as Lembranças e as Esperanças. Essa busca permite identificar o caráter reconstrutivo da História. O Historiador, nesta perspectiva, seria capaz de recuperar as virtualidades inibidas pelo desenvolvimento histórico linear e progressivo. Virtualidade que tem depositados registros de derrotas, o testemunho das frustrações no passado.¹⁸¹

Em relação à importância da memória, cabe trazer à tona o relato do outrora chefe maragato da Guarnição Militar em Curitiba, Jacques Ourique¹⁸²,

¹⁷⁷ Augusto Stresser e a Ópera Sidéria. **Boletim Informativo Casa Romário Martins**, Curitiba, v. 19, ano 99, set. 1992. p. 25.

¹⁷⁸ Augusto Stresser e a Ópera Sidéria. *Ibidem*, p. 26.

¹⁷⁹ BENJAMIN, Walter. *Op. cit.* p. 224.

¹⁸⁰ Interessante para a análise da disseminação do imaginário republicano para as novas gerações do início do século XX, destaca-se o seguinte trecho laudatório a Floriano: “Foi extraordinariamente festejado o triunfo do governo legal do marechal Floriano, que ficou na história com o nome de *Marechal de Ferro – O Salvador da República*.” In: BULCAO, Mario. **História do Brasil**. São Paulo: Typographia Magalhães, 1910. p. 140.

¹⁸¹ DIEHL, Astor Antônio. A importância da Memória como Fonte da História e suas implicações. In: FLORES, Moacyr (org.). *Op. cit.* p. 147.

¹⁸² Sobre Ourique, há termos assinados por ele no Jornal *A Federação*, como a Ordem do dia nº 5 do Quartel General das Forças do 5º Distrito Militar Curitiba: “Para conhecimento da Guarnição e devidas execuções faço público o seguinte: *Promoção* O cidadão Ministro da Guerra, por acto de ontem, promoveu ao posto de alferes em comissão para o 8º Regimento de Cavallaria Ligeira o 2º cadete 2º sargento Manoel Saldanha de Castro, conforme foi comunicado a este commando em telegrama do mesmo cidadão, também de ontem datado. – Jacques Ourique, coronel commandante. Confere – Major Aristides Francisco Guarnier – Chefe da Secção do Pessoal.” In: **A Federação**. Curitiba, 11 mar. 1894. Ano III, n. 34.

posteriormente exilado em Buenos Aires, onde escreveu seu livro, publicado em 1894. O autor inicia sua narrativa com os desmandos ditatoriais de Floriano Peixoto¹⁸³, “o marechal no seu caminho de crimes e desmandos, então facilitado e lubrificado pela ignominia dos fracos e pela infâmia dos bandidos políticos”¹⁸⁴, teriam causado a Revolução no Rio Grande do Sul:

De luta em luta, de combate em combate, chegou a necessidade de pregar e animar a revolução como o legítimo direito do povo contra a opressão que o desgraçava. Já então o Rio Grande do Sul, sempre na vanguarda da defesa dos direitos e das liberdades pátrias, rompera a 4 de fevereiro com essa tremenda e heroica revolução que veio salvar a dignidade de todo o Brasil.¹⁸⁵

Em relação ao Cerco da Lapa, “O cerco da cidade da Lapa começou a 17 de janeiro e terminou a 11 de fevereiro pela capitulação das forças que a defendiam. No quadro triste e tenebroso dessa malfadada resistência, ergue-se o vulto de um distinto soldado”¹⁸⁶. O autor refere-se ao coronel Carneiro (posteriormente nomeado general Carneiro). Porém, seu relato diferencia-se dos escritos paranaenses posteriores. Primeiro, a versão destes. Imagem da típica história dos vencedores, escrita extremamente engrandecedora dos que venceram, para a legitimação não apenas de tais homenageados em si, mas sobretudo para conferir autenticidade a um ideário político que tais personagens apresentam e representam. Em relação ao general Carneiro, percebe-se a

¹⁸³ Em relação ao Floriano Peixoto, Ourique o descreve em crueza de detalhes: “Fallas em ódio, ambição e vaidade, com a desfaçatez do soldado bestializado pelo crime e pela tarimba, quando essas paixões só são o apanágio da nulidade cívica e política que aniquilou, que vendeu a pátria monarchica, que está aniquilando e vendendo a pátria republicana, que metteu mão sacrílega no erário público, que corrompeu e deshonrou as classes armadas, que arrastou à revolução e aos cárceres o que o paiz tinha de mais ilustrado, de mais nobre e de mais digno e que agora, associado a soldadesca infrene e a jacobinada desenfreada, tripudia fria e cruelmente sobre os destroços do Brasil, mentindo cynicamente ao mundo civilizado e cuspinhando à face da livre América.” In: OURIQUE, Jacques. **O drama do Paraná** – Episódios da tyrannia do Marechal Floriano Peixoto. Buenos Ayres, 1894. 1 bobina de microfilme. p. 15.

¹⁸⁴ OURIQUE, Jacques. *Op. cit.* p. 12.

¹⁸⁵ OURIQUE, Jacques. *Idem*, p. 12. Em oposição ao modo de pensar apresentado, há o que defende e idealiza a república florianista, oculta toda a violência e todos os desmandos praticados, em nome do discurso ilusório de ordem e progresso ao considerar: “a revolução federalista destinada a ser um grande entrave ao progresso nacional, cujas bases orgânicas haviam sido tão brilhantemente firmadas desde 15 de novembro de 1889, e completadas pela carta constitucional de 24 de fevereiro de 1891.” In: CARNEIRO, David. *Op. cit.* p. 165.

¹⁸⁶ OURIQUE, Jacques. *Op. cit.* p. 48.

construção de um personagem com as características de um herói.¹⁸⁷ Sua figura moldada em um invólucro celebrativo:

Tinha na alma a cristalização máxima das qualidades de valentia e força, dignidade e pureza. Possuía, sobretudo, em sua tríplice modalidade, a qualidade viril a que denominamos caráter, com a qual eletrizava os seus comandados, transmitindo-lhes o ardor e as convicções que tinha consigo. Abrigando em seu coração os sentimentos mais nobres, possuidor de inteligência fora do comum, tinha energia verdadeiramente excepcional, de maneira a poder, em dado momento, transformar-se em órgão da Pátria ou da Humanidade, se uma ou outra dele exigissem um esforço ou um sacrifício.¹⁸⁸

Aliás, nas construções póstumas, há tentativa de manipulação de imaginário cívico-religiosa, assim como anteriormente já descrito com Tiradentes, agora com o novo receptáculo paranaense: “heroico batalhador da Republica, o coração do povo, dentro em pouco totalmente redimido, não esquecerá essa Odisseia, que soubeste com teu sangue deslumbradoramente rimar nos annaes da bravura brasileira.”¹⁸⁹

Para o seguinte trecho, o Cerco da Lapa é considerado o auge da Revolução Federalista para o ponto de vista da história dos vencedores *paranaenses*, pois não se trata apenas de (re)constituir o sentimento republicano pelo Brasil, mas também em relação ao estado do Paraná, em meio às tentativas planejadas de moldar a identidade paranaense: “Nesta revolução federalista de 93, o acme, o ponto alto, é esta resistência assombrosa, fantástica, inconcebível, da pequena Lapa. Dela, dessa resistência heroica, foi que veio a resultar a derrota dos revoltosos anti-florianistas.”¹⁹⁰

O enaltecimento do Cerco da Lapa pelos vencedores paranaenses teve como um de seus produtos posteriores à Revolução a construção do Panteon dos Heroes, inaugurado em 1944, em homenagem aos mortos da Revolução Federalista. Ora, a origem de Panteon remete à Antiguidade Clássica, pois eram templos para reverenciar os diversos deuses de uma religião politeísta. Mas,

¹⁸⁷ Interessante observar os escritos posteriores ao conflito, que parecem ter o intuito de reconstituir situações de modo tendencioso: “E o grande General, sem importar-se com as balas que vizinhavam por sua cabeça, peregrinava pelas trincheiras com aquela calma que lhe era peculiar. Até no momento em que uma dessas balas rouba-lhe a espora da bota ele brinca, dizendo que seus inimigos haviam perdido uma boa ocasião para matá-lo.” ROCHA, S. S. **Lama vermelha**. 2. ed. São Paulo: Scortecci, 2014. p. 205.

¹⁸⁸ CARNEIRO, David. *Op. cit.* p. 167-168.

¹⁸⁹ **A República**, Curitiba: 11 mai. 1894. Ano 9. n. 2. 1 bobina de microfilme. p. 2.

¹⁹⁰ ALBERNAZ, Paulo Mangabeira. *Op. cit.* p. 22.

para o Brasil de 1944, o Panteon era destinado aos combatentes legalistas da Revolução Federalista. Na época do Estado Novo, com as ideias de forjar uma identidade nacional para, assim, unir os regionalismos em torno da liderança de Vargas, a comemoração de eventos patrióticos, como a Revolução Federalista era algo essencial. Deste modo, além de reafirmar a identidade paranaense a partir dos vencedores da Revolução Federalista, o monumento também representaria simbolicamente a inserção do Paraná nos projetos de união nacional varguistas. Interessante destacar que a data de inauguração do Panteon foi 5 de dezembro de 1944, data de comemoração do 5º aniversário do Estado Novo. Deste modo, “Vargas aproveitava para unir em uma mesma data duas datas importantes dentro do projeto nacionalista: exaltação da Revolução Federalista e o aniversário do Estado Novo.”¹⁹¹

Após o registro *oficial* em relação à figura do general Carneiro, transformado em herói republicano, apresenta-se o relato do Dr. Filipe Maria Wolff¹⁹², médico alemão que serviu na Lapa.¹⁹³ O médico, que residia em São Bento do Sul/SC, é nomeado tenente-médico do Exército, 5ª Classe. Escreve sobre o cotidiano difícil e não faz uma prosa heroica. Aliás, interessante o modo como cita o coronel Carneiro (considerado um comandante em geral rude, descortês):

O fogo havia cessado momentos antes. E, antes de chegar, de certa distância, ainda ouvimos o ribombar dos canhões do Tenente Clemente Argollo. Carneiro recebeu-nos excepcionalmente bem. Não existiam feridos. Indicaram-me uma pequena casa ali existente, cheia até o teto de sacos de erva mate. Ali estabeleci o ambulatório, dormindo em cima dos sacos, tão mal como se estivesse num cantil. Fazia frio e eu não tinha cobertas para me proteger. O estômago perigosamente vazio. A carne quase crua que me ofereceram causava-me repugnância. Não havia água própria para beber e a que existia era lamacenta. O calor reinante na véspera, a poeira, alguns copos de

¹⁹¹ GLÜCK, Guilherme. **Coleção Guilherme Glück**. Acervo Museu da Imagem e do Som do Paraná (MIS-PR). Exposição Glük – O Tempo e a Imagem, Museu Oscar Niemeyer, sala 10.

¹⁹² Primeiramente, com a literatura voltada para a fictícia Santa Fé, houve comentários do personagem Carl Winter, médico alemão. Agora, o enfoque está no personagem *real*, que serviu durante o Cerco da Lapa, Filipe Maria Wolff, também médico alemão.

¹⁹³ Aliás, da tradução do diário da língua alemã para a portuguesa feita por Dr. Godofredo Luce, foi feita cópia por Francisco Brito de Lacerda e transcrição para o Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Tal transcrição impediu que o documento se perdesse, pois, a tradução de Luce encontrava-se no Museu Davi Carneiro e atualmente seu paradeiro é incerto com o fechamento deste.

cachaça, estes principalmente, acabaram me causando dor de cabeça.¹⁹⁴

Insatisfeito e incomodado, o médico descontrói o imaginário de heroísmo em relação aos líderes pica-paus paranaenses, aos demais membros legalistas e ao cenário, ao descrever de maneira realística o cotidiano que presenciava. Quanto às companhias (incluía na classificação não apenas soldados rasos, mas também os comandantes militares): “Esta vida no meio de sujeitos frívolos não convém a minha idade e a minha índole. Entre eles existem muitos que estimo verdadeiramente. Mas são uns brutos”.¹⁹⁵ Dirige sua irritação ao enfermeiro: “Não compreendo o fim a que esse sujeito se destina. Não faz outra coisa durante o dia que dormir, devorar comida, vagabundear. Tem preguiça até de falar e responder. Rouba fumo onde encontra e faz desaparecer comida”¹⁹⁶. Quanto ao colega de Medicina: “O Dr. Albernaz se atrasou, chegando somente quando eu já tinha terminado o exame do paciente e a receita. Devido a essa negligência, Carneiro ditou-lhe prisão domiciliar por vinte e quatro horas. O doente estava insuportável.”¹⁹⁷ Desprezo em relação ao trabalho de brasileiros: “Com dois alemães que me serviam de ajudantes (dos brasileiros eu não poderia tirar grande proveito), mantive atividade ininterrupta a fazer curativos e os outros médicos não apareceram para me ajudar.”¹⁹⁸ Ao receber o pagamento: “o pagador, Major Tancredo, parece ser um tipo arrogante.”¹⁹⁹ Menospreza o poder bélico dos federalistas (antes de iniciar-se o Cerco): “A pontaria deles é tão ruim que não chegamos a avistar seus projéteis.”²⁰⁰ “Depois do almoço, subi ao morro para presenciar os disparos de perto. Não havia perigo, os federalistas tinham péssima pontaria.”²⁰¹ Demonstra falta de interesse com as ideologias (federalista/florianista), ao passo que se preocupa com os conhecidos, independente de que lado estejam: “Tudo indica que no lado dos federalistas existem muitos feridos e possivelmente alguns mortos. Será que lá também se encontram amigos meus de São Bento, obrigados, como eu, a acompanhar esta

¹⁹⁴ LACERDA, Francisco Brito de. Diário do Dr. Fillipe Maria Wolff. In: **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense**, v. XX, Curitiba, 1974, p. 5-53. p. 17.

¹⁹⁵ LACERDA, Francisco Brito de. *Ibidem*, p. 20.

¹⁹⁶ LACERDA, Francisco Brito de. *Ibidem*, p. 20.

¹⁹⁷ LACERDA, Francisco Brito de. *Ibidem*, p. 22.

¹⁹⁸ LACERDA, Francisco Brito de. *Ibidem*, p. 30.

¹⁹⁹ LACERDA, Francisco Brito de. *Ibidem*, p. 23.

²⁰⁰ LACERDA, Francisco Brito de. *Ibidem*, p. 12.

²⁰¹ LACERDA, Francisco Brito de. *Idem*.

revolução? ”²⁰² Critica o alojamento improvisado para a enfermaria: “a escolha foi infeliz: o novo barracão, além de oferecer menos conforto aos doentes, achava-se absolutamente sem proteção contra agressões isoladas. ”²⁰³ O cotidiano nada tem de heroico, como ao relatar o auto de exame cadavérico do suicídio de um alferes, para, logo depois, procurar comida: “um alferes do Batalhão Patriótico da Lapa suicidou-se com um tiro no crânio. O auto de exame cadavérico foi assinado por três médicos. Na casa do italiano, ao lado da ponte, encontro cerveja ‘Sedelmeyer’, sardinhas e tainha. ”²⁰⁴ Seus escritos conferem um tom de desabafo perante a detestável realidade:

Não aguento mais esta vida! Antes eu era robusto, mas agora minhas forças estão diminuindo. Não só pelo serviço, mas pelas outras contrariedades: o tempo ruim, a lama indescritível, o empedramento horrível destas ruas horrorosas; a comida má, irregular; as noites sem sono; a imundícia domiciliar, da roupa e do corpo; as pulgas e até os piolhos! Como isto é penoso para um homem como eu, acostumado a uma vida decente, pelo menos asseada, desde menino! Ser posto nesta situação numa idade em que se precisa de descanso e de cuidados. Não receio o trabalho, não tenho feito outra coisa na vida e temo o dia em que não possa trabalhar. Mas tudo de maneira metódica. Tenho condições de trabalhar três vezes mais do que atualmente. Mas o resultado seria maior se tudo fosse feito com calma, com asseio, e se o pessoal se conduzisse de maneira competente, complacente, discreta. Meus caros filhos, não desejo que vocês passem por miséria igual. Desprezo o luxo, as honrarias, os galeões de ouro. Isso não esconde a miséria interior.²⁰⁵

Durante os confrontos, suas impressões não relatam combates bravos, mas o temor pela vida: “Às três horas ouviu-se o toque de avançar. Começou um fogo infernal. ”²⁰⁶ “A noite está passando sem distúrbios ”; “Chovem regularmente balas de espingarda e somente com perigo de vida é possível arriscar-se fora de casa. ”²⁰⁷ “Ali chegando, era preciso atravessar a rua, pela qual voavam metais mortíferos, como se estivesse saindo de um chuveiro. ”²⁰⁸ O “hospital” quase fora atingido por um canhão, tendo sido quebradas as janelas: “Com o primeiro disparo todas as vidraças e a casa, apesar de ser de pedra,

²⁰² LACERDA, Francisco Brito de. Diário do Dr. Fillipe Maria Wolff. In: **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense**, v. XX, Curitiba, 1974, p. 5-53. p. 17-18.

²⁰³ LACERDA, Francisco Brito de. *Ibidem*, p. 12.

²⁰⁴ LACERDA, Francisco Brito de. *Ibidem*, p. 14.

²⁰⁵ LACERDA, Francisco Brito de. *Ibidem*, p. 23.

²⁰⁶ LACERDA, Francisco Brito de. *Ibidem*, p. 18.

²⁰⁷ LACERDA, Francisco Brito de. *Ibidem*, p. 27.

²⁰⁸ LACERDA, Francisco Brito de. *Ibidem*, p. 29.

firmemente murada, tremia. Esses disparos continuaram durante todo o dia. Pavor entre os pobres doentes, tão próximos do barulho. ”²⁰⁹ “Se uma granada desse no hospital, em cheio, os pobres enfermos e seu doutor seriam mandados para o inferno. ”²¹⁰ Dentre os poucos relatos sobre a participação feminina durante o cerco: “a esposa de Lacerda, que se comporta de maneira valente”.²¹¹ O cenário é lúgubre: “uma chuva terrível sobre a Lapa, associada às granadas e outros fragmentos que davam à cidade uma atmosfera singular. No hospital, cheio de goteiras, somente duas salas estão enxutas. ”²¹² Na terça-feira de Carnaval (6 de fevereiro): “Chuva. Lindo dia para entrudo? A ‘dança’ e a ‘música’ não cessam. Os caçadores homicidas estão, desde as seis horas da manhã, espreitando no sobrado da Igreja. ”²¹³ Em relação à Lapa, considera-a minúscula e tediosa (antes das *emoções* do Cerco): “Nada de novo. Enjoa-se terrivelmente nesta cidadezinha. ”²¹⁴ Registra o momento do Cerco:

Começa o cerco, o bombardeio e a tomada da desditosa cidade da Lapa, cujo fim, face às circunstâncias, parece ser inevitavelmente ruim. Barricadas estão sendo construídas nos fins das ruas. Tudo serve como defesa e para a formação das barricadas. Madeiras das construções, terra e as próprias pedras das ruas. Sacos de farinha e erva-mate são cheios de terra e utilizados no preparo das trincheiras. Os acampamentos dos arredores da cidade são levantados. Caldeirões e os alambiques de ferro de uma inacabada fábrica de conservas também são usados para a proteção dos sitiados. ²¹⁵

Sobre o Coronel Carneiro “Este, com manifesta má vontade, me proporciona o abraço de estilo. ”²¹⁶ Sobre a morte de Carneiro, sem fala laudatória, apenas “As cinco horas da tarde, Carneiro morre. ”²¹⁷ Com o fim do Cerco: “Alívio e alguma alegria devido à capitulação. ”²¹⁸ Tal sentimento aparece com maior ênfase: “os bosques em redor da cidade estão semeados de cadáveres. Esse destino estava reservado a todos nós, quase sem exceção, se a rendição não tivesse ocorrido e os federalistas tivessem tomado esta cidade

²⁰⁹ LACERDA, Francisco Brito de. Diário do Dr. Fillipe Maria Wolff. In: **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense**, v. XX, Curitiba, 1974, p. 5-53. p. 37.

²¹⁰ LACERDA, Francisco Brito de. *Ibidem*, p. 38.

²¹¹ LACERDA, Francisco Brito de. *Ibidem*, p. 32.

²¹² LACERDA, Francisco Brito de. *Ibidem*, p. 40.

²¹³ LACERDA, Francisco Brito de. *Ibidem*, p. 42.

²¹⁴ LACERDA, Francisco Brito de. *Ibidem*, p. 15.

²¹⁵ LACERDA, Francisco Brito de. *Ibidem*, p. 26.

²¹⁶ LACERDA, Francisco Brito de. *Ibidem*, p. 21.

²¹⁷ LACERDA, Francisco Brito de. *Ibidem*, p. 43.

²¹⁸ LACERDA, Francisco Brito de. *Ibidem*, p. 44.

com as armas na mão. ”²¹⁹ Dr. Wolff continua na Lapa para atender os feridos, e, após, parte, receoso com a ordem de ir para Curitiba e apresentar-se aos federalistas que dominaram a cidade: “sinto que ainda estamos longe de poder respirar tranquilamente. ”²²⁰

Aliás, sobre o episódio da morte de Carneiro, o Jornal *Diario do Commercio* escreveu: “O coronel Carneiro, na cama, ainda dava ordens e morreu, dizendo que resistissem e que não recebessem parlamentarismo segundo nos informa pessoa fidedigna. ”²²¹ No mesmo artigo informativo aos leitores sobre como tinha ocorrido o conflito e a rendição na Lapa, a morte de Carneiro também aparece, com críticas contundentes:

O coronel Carneiro morreu como um soldado e seria um bravo se não tivesse se prevaletido de sua força para cometer atrocidades. A sua valentia e a sua tática militar dariam uma pagina brilhante a nossa historia, se si tratasse da defesa de uma causa sagrada e não da ambição de um. A rendição realizou-se por proposta do coronel Lacerda, que pediu ao general Laurentino para cessar o fôgo.²²²

Outro personagem do conflito é Jacques Ourique, que participou do comando militar maragato em Curitiba e, com a queda dos federalistas, retirou-se para a Argentina, onde escreveu o livro *O Drama do Paraná*. Não se trata de substituir os heróis vencedores elaborando novos moldes de heroísmo para os vencidos, mas de apreender as críticas trazidas, que raramente encontram-se em fontes oficiais, como a questionar o ponto de vista da história nacional, com Floriano Peixoto e o regime republicano (florianista) e a história regional paranaense, com Gomes Carneiro e seu grupo. Dentre as críticas peculiares, está em relação ao general Carneiro:

O facto é que o procedimento desse official apparece nos acontecimentos da tomada do Paraná, como um amálgama inexplicável de bravura e ferocidade, de illustração e barbárie e de critério e incríveis desatinos. Louco ou phanatico, seu denodo militar não salvará o brilho da farda brasileira, que elle também – um velho e bom soldado – deshonrou, pela crueldade e selvageria do seu bárbaro procedimento durante o cerco da Lapa. Desde que começou a fortificar a cidade, à approximação das forças federalistas victoriosas, determinou que ninguém della pudesse sahir e assim conservou

²¹⁹ LACERDA, Francisco Brito de. Diário do Dr. Fillipe Maria Wolff. In: **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense**, v. XX, Curitiba, 1974, p. 5-53. p. 46.

²²⁰ LACERDA, Francisco Brito de. *Ibidem*, p. 53.

²²¹ ACONTECIMENTOS NA LAPA. **Diario do Commercio**. Curityba, 13 fev.1894. n 29. p. 1.

²²² ACONTECIMENTOS NA LAPA. *Idem*.

durante vinte e seis dias de ataques, bombardeios e fuzilamentos contínuos a crianças, mulheres e velhos, sob a acção mortífera das balas, sem a menor vantagem para a resistência que estabelecera e até com frisante quebra das boas regras militares que, nestes casos, ordenam categoricamente o afastamento de tais elementos.²²³

Em vez da figura de líder heroico e idealizado, Ourique descreve um cruel general Carneiro, que, para impedir o avanço dos federalistas, não media esforços, inclusive no tocante ao sacrifício de civis lapianos, quando estes tentavam sair da cidade cercada e passar para o lado dos maragatos: “Sobre as famílias que, alucinadas pelo terror procuravam fugir a esse martyrio, atirava fria e cruelmente a guarnição da praça a fim de evitar que chegassem às nossas linhas.”²²⁴ Em relação às tentativas de acordo propostas pelos generais maragatos Piragibe e Gumerindo:

Nada demovia o coronel Carneiro da insensata decisão de fazer-se matar no recinto das suas fortificações com todos os brasileiros que alli se achavam sob suas ordens e com as crianças, mulheres e velhos que à força detinha em tão horrorosas e tristes condições.²²⁵

Em Curitiba, Davi Carneiro descreve que “a 1º de maio, as forças legais vitoriosas entravam, triunfalmente, em Curitiba. Talvez as mesmas pessoas que as estivessem aplaudindo agora, tivessem aplaudido a entrada dos federalistas.”²²⁶ Com a retomada de Curitiba, a primeira página do Jornal *A República*, edição especial de *Homenagem ao Restabelecimento da Legalidade*, denominada *Manifesto* foi escrito por Vicente Machado, que regressara de São Paulo: “Aqui me tendes hoje, Paranaenses, pisando de novo o território querido do Estado”²²⁷ “confiante esperança na victoria da justiça”²²⁸ “causa da lei e da República”²²⁹ “ao serviço da ordem e do progresso de nossa communhão política”²³⁰.

Mas a festividade considerada pelos vencedores é o oposto do cenário que aparece para Jacques Ourique:

²²³ OURIQUE, Jacques. **O drama do Paraná** – Episódios da tyrannia do Marechal Floriano Peixoto. Buenos Ayres, 1894. 1 bobina de microfilme. p. 49.

²²⁴ OURIQUE, Jacques. *Ibidem*, p. 50.

²²⁵ OURIQUE, Jacques. *Ibidem*, p. 52.

²²⁶ CARNEIRO, David. *Op. cit.* 155.

²²⁷ LIMA, Vicente Machado da Silva. Manifesto. **A República**, Curitiba, 5 maio. 1894. Edição de Homenagem ao Restabelecimento da Legalidade. Ano IX. n. 1. p. 1.

²²⁸ LIMA, Vicente Machado da Silva. *Idem*.

²²⁹ LIMA, Vicente Machado da Silva. *Idem*.

²³⁰ LIMA, Vicente Machado da Silva. *Idem*.

Depois do susto e receio dos primeiros momentos da ocupação de Curitiba, a 5 desse mesmo mez, pelas forças florianistas, começaram os emissários da morte e do crime a perseguir, prender e encarcerar, discricionariamente, a inimigos e até a amigos e a recolhê-los não só a essa casa como a cadeia e ao teatro de S. Theodoro. Sobre a infeliz cidade de Curitiba, diz uma testemunha, paira a atmospheria do mais indiscriptivel terror; ninguém se julga garantido contra a sanha indomável desses phariseus, que varejam as casas, pesquisam os matos e promettem, traiçoeiramente, fallazes garantias para apanhar os incautos.²³¹

Ocorreu a perseguição por parte dos líderes republicanos de Curitiba (aqueles que haviam fugido para São Paulo, abandonando a capital paranaense) contra os que foram considerados cooperadores dos federalistas: “não havendo inimigo para combate, passaram a se importar mais com os considerados ‘traidores da República’ do que propriamente com o chamado Exército Revolucionário.” Em mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná em 18 de maio de 1894, o 1º Vice-Governador, Vicente Machado, inicia referindo-se à Revolução Federalista: “Depois dos gravíssimos sucessos que tiveram scenario o nosso querido Estado com a invasão revolucionaria que batida das campanhas do sul veio fazer a sua carreira de lucto, de pranto e de desolação no seio da família paranaense”²³². Vicente Machado também realiza elogios aos paranaenses que aderiram às tropas legalistas (ao invés de partir para São Paulo, como ele fizera): “bravos que com a vida pagaram o seu tributo de dedicação à causa da República e que na Lapa e nos Ambrósios escreveram uma epopeia de heroísmo em defesa da Constituição Republicana.”²³³ E realiza uma autodefesa no mínimo intrigante para alguém que abandonou Curitiba e o povo à própria sorte, apesar de ser um dirigente político: “Diz-me a consciência que, utilizando os poderes que me conferistes, tudo fiz para que o nosso querido Estado não fosse victimado pela invasão”²³⁴. O governador Francisco Xavier da Silva, em mensagem ao Congresso Legislativo do Paraná em 20 de outubro de 1894, referiu-se aos supostos *traidores*:

Hade reconhecer que Paranaenses houve que não podendo supplantar a situação política dominante no Estado, a qual contava

²³¹ OURIQUE, Jacques. **O drama do Paraná** – Episódios da tyrannia do Marechal Floriano Peixoto. Buenos Ayres, 1894. 1 bobina de microfilme. p. 63.

²³² LIMA, Vicente Machado da Silva. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná**. Curitiba, 18 maio 1894. Arquivo Histórico do Paraná, Mensagens de Governo. p. 3.

²³³ LIMA, Vicente, Machado da Silva. *Idem*.

²³⁴ LIMA, Vicente Machado da Silva. *Ibidem*, p. 5.

com forte e franco apoio da opinião não trepidaram em cometer a imperdoável falta de patriotismo de aliar-se com o bando de aventureiros que assolara o Estado do Rio Grande do Sul e que, transpondo as nossas fronteiras, aqui espalhou o terror e a desolação por toda a parte por onde passou.²³⁵

Ildefonso Correia, o Barão do Serro Azul (aquele que fez um acordo com Gumercindo, para tentar manter um pouco de ordem em Curitiba, evitar saques e destruição da cidade) foi considerado traidor (apesar de não ter assumido o lado dos maragatos, mas sim feito um acordo com eles, como negociante que era), sendo levado com outros presos para uma execução sumária, sem antes ter direito à legítima defesa: O comboio tomou a direcção de Paranaguá pouco antes das 11 horas. Para os desventurados presos ele ia para a eternidade.²³⁶ “Foi assassinado, junto com outros companheiros de infortúnio²³⁷, no km 65 da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá. Os corpos não foram sequer sepultados e sim lançados ao fundo das barrocas da Serra do Mar.”²³⁸ Amigos do Barão tiveram que enterrá-lo *clandestinamente*, tamanha a crueldade dos que resolveram vingar-se na figura de Ildefonso:

Falou-se ao comandante do distrito, que não consentiu no transporte, sob a cínica alegação de que nenhum conhecimento oficial tinha do caso. Idêntica resposta dera o chefe de polícia, e o diretor da estrada de ferro declarou que poderia apenas fechar os olhos a essa piedosa aventura. Nessa ocasião, foram trazidos em carroções de feno, e inumados à noite no cemitério de Curitiba, secretamente, o Barão e Presciliano Correia.²³⁹

Pode-se recorrer aqui a outra narrativa ficcional, desta vez, cinematográfica, com o filme *O Preço da Paz*²⁴⁰, cuja ambientação principal é Curitiba, na época da Revolução Federalista. Tal produção é passível de diversas críticas: a violência e o derramamento de sangue com as degolas são atribuídos somente aos maragatos (embora, durante a Revolução, houvesse execuções em massa realizadas pelos pica-paus). Os maragatos são

²³⁵ SILVA, Francisco Xavier. **Mensagem do Governador do Estado do Paraná lida perante o Congresso Legislativo**. Curitiba, 20 out 1894. Arquivo Histórico do Paraná. p. 3.

²³⁶ OURIQUE, Jacques. *Op. cit.* p. 65.

²³⁷ Também compartilharam tal sorte: Presciliano Silva Correia, Balbino C. Mendonça, José Shleder, Rodrigo Mattos Guedes e José Francisco Ferreira Moura.

²³⁸ ROCHA, S. S. *Op. cit.* p. 79.

²³⁹ CARNEIRO, David. *Op. cit.* p. 163.

²⁴⁰ O PREÇO DA PAZ. Direção de Paulo Morelli. Rio de Janeiro (RJ): MA Produção Artística e Cultural: Riofilme, 2003. 1 DVD (103 min), color.

materializados erroneamente, seja nas vestimentas (no filme, usam lenço branco, porém, o símbolo deles é o lenço vermelho, enquanto o branco é dos chimangos), seja nas atitudes simplistas, pois o filme realça o estigma de desordem e resume a estadia dos maragatos em Curitiba a manterem-se comendo e bebendo em torno de uma mesa (enquanto que os federalistas procuraram alterar as configurações burocráticas paranaenses, com dezenas de exonerações e nomeações de cargos e funções públicas)²⁴¹. Também se nota que o filme gira em torno do Barão de Serro Azul (apoio da Associação Comercial do Paraná). Porém, há que se admitir que entre os pontos positivos desse filme está o modo de representação do personagem governador Vicente Machado como alguém que se recusava a realizar atos preventivos ao Estado do Paraná, mesmo na iminência dos federalistas já incursos no Estado (inclusive aparece o momento que Machado abandona Curitiba, durante a noite.)

A mensagem de governo ao Congresso Legislativo do Paraná, realizada pelo governador Francisco Xavier da Silva, também elogia o Presidente da República Marechal Floriano Peixoto:

Neste momento, acredito que interpreto fielmente os sentimentos da família paranaense renovando não só preito e sincera homenagem à energia, patriotismo e inquebrantável tenacidade que desenvolveu o benemérito Marechal Vice-Presidente da República para congregar elementos a fim de debellar a revolta por toda parte onde ousou levantar o collo, - como reconhecimento a todos os que nos prestaram patriótico concurso para o restabelecimento do regimen legal do Estado.²⁴²

Em contraposição, Floriano Peixoto descrito por Jacques Ourique é descrito como ator de atrocidades contra a população, a pátria, o direito:

O povo queria a constituição, elle deu-lhe o arbítrio; queria a ordem, elle deu-lhe a anarchia; queria justiça, elle deu-lhe as comissões executivas e os fuzilamentos em massa; queria a honestidade administrativa, elle deu-lhe a moeda falsa e a prevaricação; queria o governo civil, elle deu-lhe a autocracia militar; queria a republica, elle deu-lhe a tyramnia; queria a paz, elle deu-lhe a guerra civil; queria a garantia dos direitos constitucionaes, ele deu-lhe o estado de sítio constante; queria a liberdade, elle deu-lhe a cadeia, o cárcere, a masmorra; queria a dignidade da Pátria, elle deu-lhe as satisfações e

²⁴¹ As numerosas listas foram redigidas e publicadas no Jornal *A Federação*. Dentre tais, alguns nomes serão pinçados pela Procuradoria Seccional para serem processados pelos vencedores, como será analisado no segundo capítulo.

²⁴² SILVA, Francisco Xavier. **Mensagem do Governador do Estado do Paraná lida perante o Congresso Legislativo**. Curitiba, 20 out 1894. Arquivo Histórico do Paraná. p. 4.

indenizações internacionais; queria o progresso elle deu-lhe o descrédito financeiro e a ruína; queria a imprensa livre e digna, elle deu-lhe o pasquim infamante e, quando os mais arrojados levantaram as frentes indignadas e os punhos ameaçadores contra o soldado arrogante e imbecil indicando o lema da bandeira brasileira, elle mergulhou-a calmo, frio e sarcástico no mar de sangue de irmãos em que submergira o paiz e mostrando-a ainda húmida, quente e rubra às multidões impacientes, soltou aos quatro ventos o célebre uivo de chagal insaciado:

- Eis o pavilhão nacional e, ainda que tenha que sacrificar metade da população do Brasil, hei-de conservá-lo erguido!²⁴³

Em Curitiba, durante o domínio dos federalistas, o Jornal *A Federação* traz uma representação metafórica (também manipula o imaginário), em que Floriano é comparado ao mitológico Minotauro: “d’aquelle monstro que se chamava o Minotauro, qual Minotauro qual nada, era um Floreano qualquer”²⁴⁴, “como um Minotauro apoderou-se d’esta pátria que não vendeu ainda aos americanos porque elles preferem toma-la sem pagar.”²⁴⁵

Sob o ponto de vista literário, o Marechal de Ferro é trazido por Lima Barreto, que também apresenta crítica ao positivismo, considerado uma doutrina e meio de dominação e imposição de terror e medo, assim como legitimadora de censura e supressora de direitos:

Em nome do Marechal Floriano, qualquer official, ou mesmo cidadão, sem função pública alguma, prendia e ai de quem caía na prisão, lá ficava esquecido, sofrendo angustiosos suplícios de uma imaginação dominicana. Os funcionários disputavam-se em bajulação, em servilismo... Era um terror, um terror baço, sem coragem, sangrento, às ocultas, sem grandeza, sem desculpa, sem razão e sem responsabilidades.... Houve execuções; mas não houve nunca um Fouquier-Tinville. Os militares estavam contentes, especialmente os pequenos, os alferes, os tenentes e os capitães. Para a maioria a satisfação vinha da convicção de que iam estender a sua autoridade sobre o pelotão e a companhia, a todo esse rebanho de civis; mas, em outros muitos havia sentimento mais puro, desinteresse e sinceridade. Eram os adeptos desse nefasto e hipócrita positivismo, um pedantismo tirânico, limitado e estreito, que justificava todas as violências, todos os assassinios, todas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária, lá diz ele, ao progresso e também ao advento do regime normal, a religião da humanidade, a adoração do grão-fetichismo, com fanhosas músicas de cornetins e versos detestáveis, o paraíso, enfim, com inscrições em escritura fonética e eleitos calçados com sapatos de sola de borracha!... Os positivistas discutiam e citavam teoremas de mecânica para justificar as suas ideias de governo, em tudo semelhante aos canatos e emirados orientais. A matemática do

²⁴³ OURIQUE, Jacques. **O drama do Paraná** – Episódios da tyrannia do Marechal Floriano Peixoto. Buenos Ayres, 1894. 1 bobina de microfilme. p. 22.

²⁴⁴ Historietas. **A Federação**, Curityba, 7 mar. 1894. Ano III, n. 30. p. 2.

²⁴⁵ Historietas. *Idem*.

positivismo foi sempre um puro falatório que, naqueles tempos, amedrontava toda a gente.²⁴⁶

Dentre os direitos atingidos pelo despotismo está a liberdade de imprensa (em contraposição à Monarquia, “em que os grandes impasses do Império tomavam forma. Questionava-se, ora a abolição, ora o poder pessoal que d. Pedro ainda conservava em suas mãos”²⁴⁷, pois “Graças à liberdade de imprensa o Brasil conheceu uma maneira divertida de fazer críticas políticas sérias. ”²⁴⁸) Cabe destacar o seguinte trecho de apoio do diretor do Jornal *A Semana* em relação ao Jornal *Gazeta de Notícias*, que teve a publicação suspensa por ordem do Marechal Floriano:

Se, porventura, o Governo entende necessário ao bem publico cercar os direitos da imprensa, peiar-lhe ou suspender-lhe o exercício, que o faça: dele somente será a responsabilidade desse attentado, justificável ou não pela gravidade e delicadeza das circumstancias. O governo pôde coagir os jornalistas; estes, porém, é que não devem considerar-se coactos, mas, ao contrario, manejar a penna ao mando de sua consciência ate ao ultimo artigo, como o soldado a sua carabina até ao ultimo tiro. Foi o que fez o nosso prezado mestre.²⁴⁹

O positivismo é criticado pelo Jornal *A Federação* (de Curitiba), sendo considerado que o fanatismo positivista seria um *gerador de catástrofes*, em vez da *ordem* propagada por seus adeptos. Curioso considerar o ponto de vista da ordem trazida pelos revolucionários:

E será elle ainda que causará grandes desgostos aos chefes da revolução, e à política de ordem e de paz, que se pretende inaugurar, depois do triumpho das nossas armas, se aças, continuar a imiscuir-se nos negócios da Republica a orthodoxia dictatorial dos discipulos de Augusto Comte. Uma seita que começa pelo rancor (é o que se tem verificado na prática) não pode produzir senão fructos maus. Ella é intransigente, se é intransigência é arbítrio, é despotismo, é conflagração, é destruição, é morte.²⁵⁰

Mesmo com a censura imposta aos jornais, há registros peculiares da época, como em relação a *interpretações possíveis* sobre o Direito

²⁴⁶ BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **O triste fim de Policarpo Quaresma**. Disponível em: <http://www3.universia.com.br/conteudo/literatura/O_triste_fim_de_policarpo_qaresma_de_lima_barreto.pdf>. Acesso em: 20/08/2016. p. 64-65.

²⁴⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.* p. 424.

²⁴⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit. Idem.*

²⁴⁹ MAGALHÃES, Valentim. O Governo e a Imprensa. **A Semana**, Rio de Janeiro, 2 dez. 1893. Ano IV, Tomo IV, n. 18. p. 138.

²⁵⁰ MURAT, Luiz. Perturbadores. **A Federação**, Curitiba, 9 mar. 1894. Ano III, n. 32. p. 1.

Constitucional, em época de arbítrio estatalista com a proeminência do poder Executivo. Ora, Desterro foi a capital da república independente fundada pelos revolucionários (federalistas e da revolta da Armada), sendo que em 16 de abril de 1894 as forças legalistas retomaram a cidade, posteriormente envolvendo o local em um banho de sangue com prisões e execuções sumariamente realizadas, além de alterarem o nome da cidade (sugestivamente) para Florianópolis. Deste modo, o intuito de proclamar os vencedores apresenta sua materialização com as execuções e com o simbolismo da mudança de nome na outrora capital e refúgio último dos federalistas:

Exame de direito constitucional na Faculdade Livre do Sr. França Carvalho:

— Perfeitamente. Agora tenha a bondade de dizer :—Que medidas de excepção pôde o governo empregar durante o sitio ?

— As medidas de excepção que o governo pôde empregar durante o sitio são duas — a Correcção...

— Como é?

— Quero dizer, a detenção e... e...

- E?

— E o dést.

-Hein?!

— A detenção e o florianopolis.²⁵¹

Ourique também descreve a subserviência dos tribunais militares em relação ao Marechal Floriano Peixoto²⁵², como se observados pela História, considerada pelo autor como juíza última dos acontecimentos:

O que podemos dizer desses tribunais militares, que eram a gloria da justiça calma, serena e reflectida, quando os vemos submetidos dócil, passiva e incondicionalmente às ordens da mais ferrenha das tyramnias? Nada. Diante de nós vemos a história, de pé, com o senho carregado, com os braços cruzados sobre o peito, perscrutando, com

²⁵¹ MARCIAL. **A Cigarra**, Rio de Janeiro, 12 dez. 1895. ano 1. n. 32. p. 3.

²⁵² Para o autor, Floriano Peixoto terá um castigo que perdurará através dos tempos, devido à extrema violência de seu governo: Basta de horrores. Doe-nos com a dor profunda e lascinante de todos os soffrimentos humanos a narração dessa página, a mais negra e infamante que poderiam escrever na história da Pátria, as armas daquelles que juraram defender-lhe a dignidade e proteger o povo. Mas serão elles os principais culpados? Não. O carrasco, o algoz, o bandido, o réo da história é o Attila bárbaro e sanguinário que esmaga com as patas de ferro do seu cavallo indomável, a lei, o direito, a razão e a justiça e passa desvairado atraz das hordas de seus crueis soldados, apontando arrogante e satisfeito o sulco de sangue e as brancas ossadas das victimas que vai deixando apoz si, sem perceber no firmamento, acima de sua frente, a imagem da História, illuminada pelas claridades do porvir, que lhe há de gravar no ombro o ferrete indelével de — ALGOZ DA SUA PÁTRIA, ASSASSINO DOS SEUS PRÓPRIOS IRMÃOS. Caminha, caminha Ashaverus maldito da desgraça e do crime, que não escaparás da justiça dos homens nem à punição de Deus. In: OURIQUE, Jacques. **O drama do Paraná** — Episódios da tyrannia do Marechal Floriano Peixoto. Buenos Ayres, 1894. 1 bobina de microfilme. p. 70.

o olhar inquieto, o torvelinho louco de todas essas infâmias, que se agitam freneticamente abaixo de seus pés, na vaz infecta que revolve apoz si o século XIX na sua carreira vertiginosa para a perfectibilidade humana. A ella deixamos o julgamento.²⁵³

As crueldades praticadas contra os opositores, como n'A Revolução Federalista e n'a Revolta da Armada, como forma de reforçar, mais do que a própria indivisibilidade da República, o poder do presidente, foram trabalhadas para incutir no imaginário a figura do líder forte e acima de limites legais e judiciais (frisa-se a subserviência dos Poderes Legislativo e Judiciário frente ao Executivo). Também cabe observar o suposto heroísmo concedido ao Marechal:

Benjamin foi o fundador, Floriano é o consolidador das instituições que hoje fazem do Brazil altiva e nobre nação. Perante o vulto homérico do preclaro cidadão e venerando patriota a quem esta grande nação deve a salvação da sua honra, da sua dignidade e a integridade do seu território, curvo-me reverente rendendo-lhe as homenagens da mais profunda e sincera admiração.²⁵⁴

Aliás, Floriano era temido e venerado pelos fanáticos do positivismo, como os jovens da Escola Militar, que formavam a sua “falange sagrada”²⁵⁵. Porém, com a descrição de Lima Barreto, o Marechal de Ferro é apresentado sob um prisma contrário, como se o autor assoprasse o véu de névoa fanática e pudesse observar o personagem *real*:

Quaresma pôde então ver melhor a fisionomia do homem que ia feixar em suas mãos, durante quase um ano, tão fortes poderes, poderes de Imperador Romano, pairando sobre tudo, limitando tudo, sem encontrar obstáculo algum aos seus caprichos, às suas fraquezas e vontades, nem nas leis, nem nos costumes, nem na piedade universal e humana. Era vulgar e desoladora. O bigode caído; o lábio inferior pendente e mole a que se agarrava uma grande “mosca”; os traços flácidos e grosseiros; não havia nem o desenho do queixo ou olhar que fosse próprio, que revelasse algum dote superior. Era um olhar mortiço, redondo, pobre de expressões, a não ser de tristeza que não lhe era

²⁵³ OURIQUE, Jacques. **O drama do Paraná** – Episódios da tyrannia do Marechal Floriano Peixoto. Buenos Ayres, 1894. 1 bobina de microfilme. p. 40-41.

²⁵⁴ ALBUQUERQUE, M. J. de Faria. Homenagem. **A República**, Curitiba: 5 maio. 1894. Edição de Homenagem ao Restabelecimento da Legalidade. Ano IX. n. 1. p. 2.

²⁵⁵ Sobre a veneração por Floriano: “Os cadetes da Escola Militar formavam a falange sagrada. Tinham todos os privilégios e todos os direitos; precediam ministros nas entrevistas com o ditador e abusavam dessa situação de esteio do Sila, para oprimir e vexar a cidade inteira. Uns trapos de positivismo se tinham colado naquelas inteligências e uma religiosidade especial brotara-lhes no sentimento, transformando a autoridade, especialmente Floriano e vagamente a República, em artigo e fé, em feitiço, em ídolo mexicano, em cujo altar todas as violências e crimes eram oblatas dignas e oferendas úteis para a sua satisfação e eternidade.” In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Op. cit.* p. 70.

individual, mas nativa, de raça; e todo ele era gelatinoso - parecia não ter nervos. Não quis o major ver em tais sinais nada que lhe denotasse o caráter, a inteligência e o temperamento. Essas cousas não vogam, disse ele de si para si. O seu entusiasmo por aquele ídolo político era forte, sincero e desinteressado. Tinha-o na conta de enérgico, de fino e supervidente, tenaz e conhecedor das necessidades do país, manhoso talvez um pouco, uma espécie de Luís XI forrado de um Bismarck. Entretanto, não era assim. Com uma ausência total de qualidades intelectuais, havia no caráter do Marechal Floriano uma qualidade predominante: tibieza de ânimo; e no seu temperamento, muita preguiça. Não a preguiça comum, essa preguiça de nós todos; era uma preguiça mórbida, como que uma pobreza de irrigação nervosa, provinda de uma insuficiente quantidade de fluido no seu organismo. Pelos lugares que passou, tornou-se notável pela indolência e desamor às obrigações dos seus cargos.²⁵⁶

Pode-se refletir sobre a pertinência do comentário de Ourique, sobre julgamento posterior das atrocidades cometidas ser realizado não só pela História, mas também pela Nação e pela Justiça:

Ao lado dos grandes criminosos, em caminho para o patíbulo da praça pública ou da história, também marcha a Nação representada pela imagem immaculada, enérgica e fria da Justiça que tens tentado aniquilar e que muito breve te há de punir. Ninguém atropella impunemente a lei, a razão ou o direito.²⁵⁷

Sobre as continuidades que a Revolução Federalista apresentou após seu término, foram consideradas neste capítulo a credence na permanência dos gritos dos degolados na *Lagoa da Música*²⁵⁸; as construções para os vencedores, *materialmente*, como o Panteão dos Heróis na Lapa, simbolicamente, como o invólucro de civismo e heroísmo arquitetado e conferido a alguns personagens, as obras artísticas, como a *Ópera Sidéria*, assim como a mudança do nome da cidade de *Desterro* para *Florianópolis*. Apresenta-se, a título ilustrativo, uma crônica política do Jornal *Olho da Rua*:

O sr. Alencar Guimarães, sentindo fugir-lhe de todo o terreno, enveredou pelo pior dos caminhos: a intriga. Tem gasto o melhor de seu latim procurando incutir no espírito do sr. Xavier da Silva que elle, Alencar, está sendo victima de ignominiosa *traição*, da qual resultará a morte do antigo partido pica-pau e o renascimento do maragato! Procura, com essas lágrimas de crocodilo, atizar, no sr. Xavier da Silva, os adormecidos sentimentos de velho pica-pau. O sr. Xavier, porém,

²⁵⁶ BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **O triste fim de Policarpo Quaresma**. Disponível em: <http://www3.universia.com.br/conteudo/literatura/O_triste_fim_de_policarpo_qaresma_de_lima_barreto.pdf>. Acesso em: 20/08/2016. p. 70.

²⁵⁷ OURIQUE, Jacques. *Op. cit.* p. 17.

²⁵⁸ Em um diálogo com a Literatura: “D. Eudóxia se lembra de histórias de assombrações. – Quando eu era menina, na Revolução de 93, degolaram um homem perto duma figueira grande no meio do campo. Diz que de noite...” VERÍSSIMO, Érico. *Op. cit.* p. 341.

que não é tão crédulo como se afigura ao sr. Alencar, depois de ouvir toda a lenga-lenga, teve um risinho esquisito:

- Sim, sim, hei de ver isso!

E o senador, nem a fórceps, conseguiu extrair do sr. Xavier da Silva a almejadíssima promessa de que o governo apoiaria, franca ou disfarçadamente, a repudiada candidatura Alencar.²⁵⁹

Aliás, outro episódio que não escapou da imprensa ocorreu em 1908, quando Xavier da Silva foi um dos mentores da Coligação Republicana, que reuniu os antigos inimigos, pica-paus e maragatos, para dominar hegemonicamente o cenário político paranaense e conseguiu influenciar no pedido de renúncia do presidente eleito João Cândido Ferreira²⁶⁰: “Ahi esta o grande feito patriótico da Colligação Republicana do Paraná, pondo por terra a famosa olygarchia dos Seraphins.”²⁶¹ Com tal união, questiona-se até que ponto as consistências ideológicas realmente persistiam (se é que existiam) no Paraná, e, deste modo, pode-se parafrasear famosa expressão “nada mais pica-pau que um maragato no poder, nada mais maragato que um pica-pau na oposição.”

Deste modo, com o presente capítulo, buscou-se contextualizar o cenário da Revolução Federalista no Paraná, com o recorte das malhas interacionais dos personagens fictícios, oriundos da Literatura, que dialogam com os personagens reais, presentes nas fontes (jornais, relatos, periódicos e diário). Revisitou-se o período, com vozes *oficiais*, mas também dos *vencidos* ou dos *fronteiriços* para, deste modo, compreender um cenário para além dos estigmas e dos reducionismos geralmente atribuídos em uma história dos vencedores.

²⁵⁹ MACHIAVELINO. Chronica política. **Olho da Rua**, Curitiba, 22 jul. 1911. Ano IV, n. 5. p. 12. Disponível em: <<http://www.chronicadarua.com.br/revistas/olho/62/mobile/index.html>>. Acesso em: 22/08/2016.

O jornal satiriza o meio político paranaense do início do século XX. As personagens retratadas são: Xavier da Silva, presidente do Paraná no período 1908-1912; Alencar Guimarães, senador pelo Paraná de 1908-1911 e, depois, de 1912-1916. A crônica de 1911 resgata com sutileza os polos antagônicos da Revolução Federalista (pica-paus/maragatos), mas a intriga disseminada por Alencar não consegue convencer Xavier, devido à falta de consistência e de verossimilhança, tendo a tranquilidade de Xavier respaldo na Coligação Republicana de 1908.

²⁶⁰ Nem todos os maragatos aderiram, tendo como questionadores ao acordo “maragatos históricos”, como João Menezes Dória e Amazonas Araújo Marcondes. Disponível em: <www.casacivil.pr.gov.br>. Acesso em: 22/08/2016.

²⁶¹ A oligarquia a que se refere o trecho tem como sustentáculo o Dr. João Cândido Ferreira. In: A arvore da olygarchia. **A Rolha**, Curytiba, 7 maio. 1908. n. 5. p. 4. Disponível em: <<http://www.chronicadarua.com.br/revistas/rolha/5/mobile/index.html>>. Acesso em: 22/08/2016.

TOCATA

Partem.
 E levam consigo a memória
 de nosso amanhecer.
 A quem dirigir
 a pergunta mágica:
 Lembra-se?
 (Helena Kolody)

O segundo capítulo é uma *tocata*, peça em que há uma fonte geradora, que congrega diversos fragmentos. Aqui, a fonte geradora é composta pelos processos referentes à Revolução Federalista no Paraná, constantes no Núcleo de Documentação da Justiça Federal do Paraná. Os réus são denunciados pelo Procurador Seccional, acusados de aceitarem cargos públicos durante o governo revolucionário. Com a análise de tais processos, salienta-se a estrutura burocrática intentada pelos federalistas no Paraná por meio de diversas exonerações e nomeações (das quais foram pinçadas apenas alguns pela Procuradoria). Ressalta-se que os processos são fontes históricas, mas devem ser lidos com a percepção de conterem relações de força²⁶², em que os vencedores detêm o domínio sobre os sentidos e significados dos fatos – os maragatos são considerados *revoltosos*, os que pactuaram com eles são *criminosos* tipificados como *conspiradores*. Também cabe destacar a importância do Tribunal do Júri, que detinha a competência para julgar os crimes de jurisdição federal (inclusive os referentes à Revolução Federalista).

Em vez de uma teoria com enfoque no sujeito-indivíduo, há a primazia da linguagem plurívoca, sendo que o sujeito é pensado de acordo com o contexto em que está inserido, em uma malha complexa de conexões, sendo que o componente interacional também é colocado para explicitar a conexão existente nesta perspectiva em relação à cultura, pois considera-se o estudo do texto a envolver o estudo do contexto, da cultura e das interações intrínsecas e extrínsecas em que está inserido.

Ora, considera-se a enunciação “entendida como um processo em que o eu se institui através do outro e como outro do outro, sendo pela interrelação entre dialogismo e alteridade que se pode tentar cercar a questão da

²⁶² GINZBURG, Carlo. **Relações de força** – História, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

subjetividade em Bakhtin. ²⁶³ Em vez de uma teoria com enfoque no sujeito-indivíduo, há a primazia da linguagem plurívoca, sendo que o sujeito:

só pode ser apreendido na linguagem a partir da realidade das vozes de seu discurso. É por essa razão que se diz não haver uma teoria do sujeito em Bakhtin, mas, sim, uma teoria da linguagem, fundada na ideia de que a interação verbal é o modo de ser social dos indivíduos. Ao entender que o sujeito não pode ser objeto de teoria a não ser sob a condição de ser da linguagem, ao conceber a linguagem por uma perspectiva dialógica, Bakhtin dá lugar e corpo a uma concepção de sujeito que se contrapõe ao “eu penso” cartesiano.²⁶⁴

O componente interacional também é colocado para explicitar a conexão existente nesta perspectiva em relação à cultura, pois considera-se o mundo da estética, pertencendo ao mundo cultural:

A visão de mundo bakhtiniana, a arquitetônica bakhtiniana (para usar um termo do próprio autor em seus primeiros textos), se estrutura a partir de uma concepção radicalmente social do homem. Trata-se de apreender o homem como um ser que se constitui na e pela interação, isto é, sempre em meio à complexa e intrincada rede de relações sociais de que participa permanentemente. As dimensões e implicações dessa rede de relações sociointeracionais estão ainda longe de ser suficientemente entendidas, o que é plenamente compreensível face ao formalismo e o caráter antisséptico das teorias nossas conhecidas sobre o homem e a linguagem.²⁶⁵

O estudo do texto a envolver o estudo do contexto, da cultura e das interações intrínsecas e extrínsecas em que está inserido. Neste sentido, a cultura jurídica compreende o viés bakhtiniano, exposto anteriormente²⁶⁶, com o dialogismo como característica inerente à linguagem, ao discurso e, conseqüentemente, ao direito: “o Direito não é um discurso de autoridade (mero comando coercitivo), mas guarda em si um dialogismo que exige o estudo de

²⁶³ TEIXEIRA, Marlene. O outro no um: reflexões em torno da concepção bakhtiniana de sujeito. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto de (Org.). **Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006. p. 227-234. p. 229.

²⁶⁴ TEIXEIRA, Marlene. *Idem*.

²⁶⁵ FARACO, Carlos Alberto. O dialogismo como chave de uma antropologia filosófica. In: _____; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto de (Orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. 4. ed. 1. reimp. Curitiba: UFPR, 2007. p. 97-108. p. 101.

²⁶⁶ Vide capítulo 1.

seu diverso significado em cada cultura, afinal o espaço cultural é o espaço dos múltiplos diálogos. ”²⁶⁷

A história do direito, com a ótica da cultura jurídica, assume conexões com a antropologia, ao considerar particularidades, diferenças, alteridade:

Desta forma, o uso da categoria cultura jurídica nos remete à preocupação com a questão da alteridade, da diferença, em outros termos, com a antropologia. Há, portanto aqui, uma centralidade do conceito de cultura que pressupõe, no caso da cultura jurídica circulante no Brasil, um intercâmbio entre os diferentes níveis, reforçando a pluralidade e a complexidade.²⁶⁸

Considera-se que o texto, ao invés de ser considerado autossuficiente e resultado de uma produção exclusivamente individual, é:

a linguagem pensada como atividade, dentro de atividades específicas e concretas, o que vai motivar a inclusão do conceito de esfera de produção e, conseqüentemente, de circulação e recepção e, ainda, a relação entre enunciação e interação, gênero e uso, temas, forma arquitetônica e composicional.²⁶⁹

A partir dos pressupostos mencionados para o estudo do direito, inicia-se o estudo dos processos constantes no Núcleo de Documentação da Justiça Federal do Paraná.

Em 19 de setembro de 1894, o Procurador Seccional da República no Paraná, Leonardo Macedônia Franco e Souza²⁷⁰ denuncia Bento Antonio de Menezes pelo:

²⁶⁷ PEREIRA, Luís Fernando Lopes. A circularidade da cultura jurídica: Notas sobre o Conceito e sobre Método. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **Nova História Brasileira do Direito: Ferramentas e Artesanias**. Curitiba: Juruá, 2012. p. 31-53. p. 41.

²⁶⁸ PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Ibidem*, p. 45.

²⁶⁹ BRAITH, Beth. Estilo, dialogismo e autoria: identidade e alteridade. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto de (Orgs.). **Vinte ensaios sobre MIKHAIL BAKHTIN**. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 54-66. p. 59.

²⁷⁰ Bacharelou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1891. “O acadêmico Macedônia era, então, extremamente jovem. Quando ele se formou, não completara ainda os 20 anos. Diplomado em Direito, as primeiras atividades profissionais Leonardo Macedônia desenvolveu-as em Curitiba, onde foi promotor, de 1892 a 1893. Em junho deste último ano, renunciou a seu cargo para assumir funções idênticas na Comarca de São Sebastião do Caí – Montenegro, retornando a Curitiba em fevereiro de 1894, como Procurador da República no Estado do Paraná. Durante quatro anos, ali esteve, servindo com o juiz federal Manoel Inácio Carvalho de Mendonça, o grande civilista brasileiro. Esse foi um período de participação ativa na política, com militância no Partido Republicano Paranaense, além do exercício do jornalismo, como diretor de ‘A República’. Porém, quando dissentiu da orientação daquela grei política, imediatamente renunciou a tudo, inclusive a uma carreira que se afigurava brilhante, e retornou ao Rio Grande do Sul onde, após breve retorno à promotoria em Porto Alegre, abriu seu escritório de advocacia, do qual nunca mais se afastaria, grangeando renome como profissional de grandes méritos e tornando-se uma figura exponencial da sua profissão. (...). Professor de Direito Penal, revelou-

facto criminoso a que passa a referir. Sendo este estado, em meados de janeiro do corrente ano, invadido e conquistado por forças revolucionárias, que aqui estabeleceram um pretense governo, a exemplo de outro, que haviam estabelecido no Estado de Santa Catharina, sob a denominação de Governo Provisória da República, o denunciado recebeu neste último governo a investidura do cargo de administrador dos Correios deste Estado, entrando em effectivo exercício do mesmo cargo a 29 de janeiro do corrente anno. N'este character, o denunciado praticou todos os actos da administração d'aquella repartição, como se verifica plenamente dos documentos que a esta acompanham e Jornal A Federação – sob nº 34, de 11 de março do corrente anno. Tal procedimento revela a adesão plena do denunciado a revolução que conquistou este Estado pelos serviços que assim prestou à causa dos revolucionários. N'estas condições o denunciado praticou o crime definido no artigo 115, § 4º do Código Penal²⁷¹ (...) pactuando com os intuitos da revolução, oppos-se directa e por factos ao livre exercício dos poderes constituídos da Nação, rebellando-se contra as suas leis. E para que seja então punido pela forma prescripta n'aquelle artigo do Código, o Procurador Seccional oferece a presente denuncia e pede a V. S. que se digne instaurar contra o denunciado o respectivo processo tal como se acha estabelecido no Decreto nº 848 de 11 de outubro de 1890²⁷², intimados

se um mestre da Escola da Exegese. Como Bugnet, acerca do direito civil, poderia, ele, dizer, que não ensinava o direito penal e sim o Código Penal, a cujo texto se mantinha fiel, acima de qualquer digressão. Essa fidelidade ao sistema, que na codificação se fixara, imprimia-lhe às lições uma congruência próxima da plenitude lógica do direito sonhada por Bernard Windscheid, Karl Binding e Karl Bergbohm. Fora da dogmática legal, inclinava-se pela Escola Positiva, em oposição, segundo a mais bela das tradições da Faculdade, a outro professor de direito penal, que se filiava à Escola Clássica. Até no magistério era, pois, um soldado, a serviço, tão-só, da ordem jurídica vigente. (...). Paralelamente, encontrava tempo, capacidade de trabalho e amor para se dedicar tanto à Faculdade de Direito, que ajudou a fundar, como ao Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, do qual foi o fundador e presidente reeleito durante os seis primeiros mandatos. (...). Somente muitos anos mais tarde, quando definitivamente a Faculdade de Direito encontrou a sua emancipação econômica e firmou o conceito e o patrimônio com os quais foi integrada à Universidade do Rio Grande do Sul, é que pode ressarcir-se destes empréstimos, sem haver um ceíl a título de juros ou para compensar as desvalorizações sofridas pela moeda. O que ninguém sabe dizer até hoje é se o Prof. Macedônia Franco e Souza solicitou de volta todo o dinheiro que usou de seu bolso. Nos livros contábeis, não havia nenhuma referência especial ao seu nome, que figurava na vasta relação de 'credores diversos'. " In: BIOGRAFIA de Leonardo Macedônia Franco e Souza. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/index.php/revfacdir/article/>. Acesso em: 27/10/2016. A OAB/RS dedica aos homenageados a Medalha Leonardo Macedônia, " criada em 2008 pela seccional, buscando valorizar o trabalho realizado e homenagear os ex-presidentes de subseções do Estado e da OAB/RS pelos relevantes serviços prestados à advocacia. Leonardo Macedônia foi o primeiro presidente da entidade. " In: MEDALHA Leonardo Macedônia. Disponível em: <<http://www.oabrs.org.br/noticia-8623-sessao-magna-homenageia-expresidentes-da-oabrs-com-medalha-leonardo-macedonia>>. Acesso em: 27/10/2016.

²⁷¹ "Art. 115. E' crime de conspiração concertarem-se vinte ou mais pessoas para: (...)§ 4º Oppor-se, directamente e por factos, ao livre exercicio das attribuições constitucionaes dos poderes legislativo, executivo e judiciario federal, ou dos Estados". BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de Outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em: 06/09/2016.

²⁷² BRASIL. Decreto nº 848, de 11 de Outubro de 1890. Decreto referente à organização da Justiça Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d848.htm>. Acesso em: 14/09/2016.

o denunciado e as testemunhas abaixo arroladas, pela forma e sob as penas da lei.²⁷³

Como documentos probatórios, o Procurador juntou aos autos documento da Administração Geral dos Correios do Estado do Paraná, Curitiba, datado de 19 de janeiro de 1894, assinado de próprio punho pelo denunciado, cujo conteúdo era: “Communico-vos que nesta data assumi o exercício do cargo de administrador dos Correios deste Estado, para o qual fui nomeado por Decreto do Governo Provisório da República.”²⁷⁴ Outros documentos escritos pelo denunciado referem-se à Administração dos Correios: a concessão de licença de 15 dias ao carteiro João Maria de Macedo;²⁷⁵ a devolução de quantia remetida erroneamente aos Correios;²⁷⁶ ofício em que permite escolha e nomeação de pessoa de confiança para o Correio de Paranaguá;²⁷⁷ ofício sobre balancete²⁷⁸ e demais ofícios e circulares sobre assuntos diversos, mas pertinentes ao cargo de Administrador dos Correios do Estado.²⁷⁹ No Jornal *A Federação*, da edição nº 34 de 11 de março de 1894, há o seguinte aviso, escrito pelo denunciado:

Por esta administração se declara, em execução de ordem do Sr. Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, que as cartas que tem de ser remetidas para fora deste Estado e do de Santa Catharina, só serão recebidas nesta e nas demais agências do Estado, das nove horas da manhã até três da tarde, devendo ser convenientemente selladas e abertas para se verificar o seu conteúdo.²⁸⁰

Os documentos trazidos pelo Procurador, assim como a posterior inquirição das testemunhas são componentes do sumário de culpa, em que “fica demonstrado que a formação da culpa, como série de atos preliminares da acusação”²⁸¹, para formar a convicção do juiz para a sentença de pronúncia (encaminha os autos para julgamento pelo Júri) ou de não pronúncia (absolve o réu).

²⁷³ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 509**. Curitiba, n. 4202, v. 55, p. 5-6, 1894. 1 CD-ROM.

²⁷⁴ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 9.

²⁷⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 11.

²⁷⁶ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 13-15.

²⁷⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 17.

²⁷⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 19.

²⁷⁹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 21-44.

²⁸⁰ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 46.

²⁸¹ ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. **O Processo Criminal Brasileiro**. 4. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Freitas Bastos S. A., 1959. p. 205-206.

Em 26 de setembro de 1894, certificou-se nos autos que não fora possível intimar o denunciado, por se encontrar em lugar incerto e não sabido.²⁸² Em 29 de setembro de 1894, certificou-se que as testemunhas foram intimadas para comparecer em juízo a fim de depor no presente processo, na sala de audiências; o Procurador Seccional foi intimado para comparecer às inquirições.²⁸³ Após, em termo de Assentada, o Escrivão Damaso Corrêa de Bitencourt registra que em 1º de outubro de 1894, na sala de audiências da Delegacia Fiscal, com a presença do Juiz Seccional Manoel Mendonça e do Procurador Seccional Leonardo Franco e Souza, “a fim de proceder à inquirição das testemunhas notificadas e formação da culpa do denunciado ausente em lugar incerto Bento Antonio de Menezes”.²⁸⁴

1ª Testemunha José Correia de Bittencourt, 63 anos, casado, empregado publico, natural e residente em Curitiba, “deu sua palavra de honra para dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado. ”²⁸⁵ Após a leitura da denúncia, a testemunha foi ouvida.²⁸⁶

Sobre a existência de acordo entre o acusado e os federalistas, a testemunha respondeu que: “é de presumir que assim fôsse, não só por ser tio do então Governador, como também porque vivia sempre com os revoltosos.”²⁸⁷ Sobre o período que o acusado exerceu o cargo: “Respondeu que o accusado conservou-se em effectivo exercício até fins de Abril, época em que abandonou o posto com a aproximação das tropas leaes.”²⁸⁸ Perguntado se, a retornar para a Repartição dos Correios encontrou documentos comprovatórios da atuação do acusado no cargo, respondeu que: “effectivamente encontrou grande

²⁸² NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 509.** Curitiba, n. 4202, v. 55, p. 47, 1894. 1 CD-ROM.

²⁸³ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem.*

²⁸⁴ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 48.

²⁸⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem.*

²⁸⁶ Testemunho: “disse que no dia vinte e sete de janeiro ultimo tendo elle testemunha sido já demittido do logar de Administrador dos Correios deste Estado pelo Governo revolucionário estabelecido em Santa Catharina, digo por officio de Custodio José de Mello, apresentou-se na Repartição do Correio o accusado Bento Antonio de Menezes, com uma, digo, com um telegrama vindo de Santa Catharina e com elle pretendia tomar posse do logar de Administrador Geral dos Correios. Oppondo-se elle testemunha a que tal posse se effectuasse, o accusado voltou dahi há dous dias depois com um titulo ou officio assignado pelo mesmo Custodio de Mello para empossar-se da função referida. A testemunha deu então a posse pedida, formulando immediatamente um protesto a quem subscreveu-se juntamente com um Contador, um segundo official e um ou dous praticantes da Repartição, assignando-o também o denunciado.” NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem, Ibidem*, p. 48-49.

²⁸⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 50.

²⁸⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem.*

copia de documentos e telegramas firmados pelo denunciado como Administrador Geral dos Correios sendo taes documentos entregues a Commissão Militar e conduzidos para o quartel General. ”²⁸⁹

2ª Testemunha João de Tapitanga, 27 anos, jornalista, natural do Rio Grande do Norte e residente em Curitiba, “fez a promessa legal para dizer a verdade do que soubesse e lhe fôsse perguntado. ”²⁹⁰ Após ser-lhe lida a denúncia, disse “que sabe ter o accusado exercido as funcções de Administrador Geral dos Correios deste Estado durante o período em que os revoltosos o dominaram. ”²⁹¹ Perguntado sobre a existência de acordo entre o acusado e os revoltosos, respondeu: “é de presumir, porquanto estava elle testemunha escondido em uma casa n’esta Capital ouviu ahi o accusado dizer que as forças legaes não entrariam em Curityba, porque até as mulheres tomariam armas. ”²⁹² Sobre o acusado ter assumido o cargo sem coação, respondeu: “quando chegou a esta Capital após a capitulação da Lapa, onde serviu as forças legaes, aqui encontrou o accusado occupando aquelle cargo, livremente e sem coacção alguma, manifestando sempre perfeito accôrdo com a revolução. ”²⁹³ Sobre o tempo de exercício do cargo: “desde fins de Janeiro até fins de Abril, deixando o exercício nas vesperas da entrada das tropas legaes nesta Cidade. ”²⁹⁴

3ª Testemunha Clarimundo José Corrêa, 52 anos, casado, ex-empregado público, natural de Paranaguá e residente em Curitiba, “fez a promessa legal para dizer a verdade do que soubesse e lhe fôsse perguntado. ” ²⁹⁵ Após a leitura da denúncia, respondeu: “era funcionario do Correio e como tal affirma e pode affirmar-o que o denunciado exerceu o logar de Administrador daquela Repartição desde o dia vinte e nove de Janeiro até fins de Abril do corrente anno. ”²⁹⁶ Sobre a existência de acordo: “ignora e antes pode affirmar que o accusado

²⁸⁹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 509.** Curitiba, n. 4202, v. 55, p. 50, 1894. 1 CD-ROM.

²⁹⁰ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 51.

²⁹¹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

²⁹² NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 52.

²⁹³ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

²⁹⁴ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

²⁹⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 53.

²⁹⁶ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem, Ibidem*, p. 53-54.

disse a elle testemunha que relutava em aceitar a função para que fôra nomeado. ”²⁹⁷ Nada mais foi perguntado para a testemunha.

Após, foram juntados aos autos documentos probatórios da posse e nomeação para o cargo de Administrador dos Correios,²⁹⁸ tais como o termo de promessa, de 29 de janeiro de 1894:

Declaro solenemente que assumo o compromisso de honra de envidar todos os esforços ao meu alcance para fielmente cumprir os deveres do cargo de que sou empossado e de cooperar eficazmente pelo engrandecimento da República dos Estados Unidos do Brazil²⁹⁹

Também há termo oficial do Comando em Chefe das Forças Libertadoras em operações no Estado do Paraná, datado de 27 de janeiro de 1894, assinado pelo contra-almirante Custódio José de Mello: “Em nome do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brazil, nomeio o Sr. Bento Antonio Menezes administrador geral dos correios do Estado do Paraná”.³⁰⁰

Em 23 de outubro de 1894, o Juiz Carvalho de Mendonça sentenciou:

Vistos estes autos, delles consta, por denuncia do Dr. Procurador Seccional, à fl. 2, que o accusado Bento Antonio de Menêzes, acceitara e effectivamente exercera o cargo de Administrador dos Correios deste Estado, por nomeação revolucionaria, durante o tempo em que o Estado se achou em poder dos revoltosos. Instruindo a denuncia acham-se os documentos que decorrem de fl. 4 a fl. 22. Deprecaram as testemunhas de fl. 23 ss a 26 e posteriormente juntou o Dr. Procurador os documentos de fl. 29 a 31 que mais tarde vieram a este juizo oficialmente remetidas. Sendo tudo bem examinado, se depreheende dos documentos apresentados ter o accusado exercido effectivamente o cargo referido, exercício aliás officialmente por elle communicado às Agencias locais (fl. 4) e ter praticado differentes actos de administração. Nos termos do art. 115, § 4º do Cód. Penal constitui crime de conspiração oppôr-se alguém directamente e por factos ao livre exercício das attribuições constitucionaes dos poderes executivo, legislativo e judiciário federal ou dos Estados. Não se pode, nos termos de tal disposição, excluir das attribuições constitucionaes do poder executivo federal a que é relativa à organização da alta administração federal. A substituição, portanto de um funcionário directôr de uma administração federal importa a opposição directa e por factos aquella attribuição do poder executivo da União. Acresce que a acquiescencia do accusado com tal substituição importa um accôrdo com o plano revoltoso. Tal accôrdo demonstrado pelo depoimento de duas testemunhas, é, além disso, evidente diante do edital, ou aviso, publicado pelo accusado como administrador dos correios e constante

²⁹⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 509.** Curitiba, n. 4202, v. 55, p. 54, 1894. 1 CD-ROM.

²⁹⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 59-63.

²⁹⁹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 61.

³⁰⁰ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 63.

de fl. 22. Por isso e mais que dos autos consta pronuncio o accusado como incurso nas disposições do art. 115, §4º do Cod. Pen. e o sujeito à prisão e livramento e custas. O Escrivão lance o nome do accusado no rôl dos culpados e expeça mandado de prisão contra o mesmo.³⁰¹

Após a sentença de pronúncia, o processo segue para o Júri, pois, de acordo com o Decreto nº 848/1890, os crimes de competência da Justiça Federal eram julgados pelo Júri, e caberia apelação ao Supremo Tribunal Federal.³⁰² Deste modo:

Julgada procedente a queixa ou de denúncia, isto é, decretada a pronúncia, os autos eram remetidos ao escrivão do júri, que lançaria o nome do réu no livro denominado – Rol de culpados, e depois expediria o mandado de prisão, em duplicata, no qual seria designado o valor da fiança se o crime fôsse afiançável. Tôdas as posteriores intimações, recursos e mais termos corriam perante o escrivão do Júri.³⁰³

Em 10 de janeiro de 1895, o Escrivão Gabriel Pereira certificou nos autos que não intimou o pronunciado, “por ignorar onde elle se acha.”³⁰⁴

O Procurador da República Leonardo Franco e Souza oferece libelo crime em 17 de janeiro de 1895, com as afirmações seguintes:

1º Provará que o réo Bento Antonio de Menezes, em janeiro de 1894, aceitou do governo revolucionário estabelecido na Capital do Estado de Santa Catharina, a investidura do cargo de Administrador Geral dos Correios do Paraná, exercendo effectivamente as funções do referido cargo.
2º Provará que o réo assim procedendo, manifestou, positivamente, o accordo em que estava com os chefes revolucionários para os fins da revolução;
3º Provará que o réo commetteo o crime com premeditação, mediando entre a deliberação criminosa e a execução um espaço de 24 horas.³⁰⁵

³⁰¹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 509**. Curitiba, n. 4202, v. 55, p. 65-66, 1894. 1 CD-ROM.

³⁰² “Art. 40. Os crimes sujeitos á jurisdicção federal serão julgados pelo Jury.

Art. 41. O Jury federal compor-se-ha de doze juizes, sorteados dentre trinta e seis cidadãos, qualificados jurados na capital do Estado onde houver de funcionar o tribunal e segundo as prescrições e regulamentos estabelecidos pela legislação local.

O juiz da respectiva secção será o presidente do tribunal do Jury federal.

Art. 42. As decisões do Jury serão tomadas por maioria de votos. O empate será em favor do réo.

Art. 43. Das sentenças proferidas pelo Jury haverá, appellação voluntaria para o Supremo Tribunal Federal.

Esta appellação não terá effeito suspensivo, sinão em caso de condemnação do réo.

Art. 44. O protesto por novo julgamento será admittido, com exclusão de outro recurso, nos processos em que a sentença impuzer pena de prisão cellula por trinta annos, ou banimento.” BRASIL. *Op. cit.*

³⁰³ ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *Op. cit.* 227.

³⁰⁴ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Op. cit.* p. 67.

³⁰⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Op. cit.* p. 69.

A peça processual libelo crime era utilizada para casos:

que podem acarretar prisão antes do julgamento, casos em que a acusação se faz por libelo, o libelo acusatório, o libelo acusatório não pode ser oferecido, sem que seja verificado se o fato dá lugar à acusação, isto é, sem que se proceda preliminarmente à *formação da culpa e pronúncia*.³⁰⁶

Em 23 de janeiro de 1895 o juiz recebeu o libelo e determinou a intimação da parte: “Recebo o libelo e dê-se vista à parte pelo prazo improrrogável de quarenta e oito horas logo que se apresente em juízo.”³⁰⁷ Em 8 de fevereiro de 1895 o juiz determinou ao cabo do Regimento de Segurança servindo como Oficial de Justiça, encarregado da prisão do Teatro São Theodoro: “recolha à mesma o cidadão Bento Antonio de Menezes – pronunciado pelo crime do art. 115, § 4º, do Cod. Pen.”³⁰⁸ No mesmo dia, o cabo Francisco Baptista respondeu ao juízo: “Recebi o preso acima declarado e recolhi à prisão no Theatro São Theodoro.”³⁰⁹ Em um período de tempo ínfimo (1884-1894), o Theatro S. Theodoro, de centro da expressão artística paranaense³¹⁰ tornou-se uma prisão para os acusados de envolvimento com a Revolução Federalista e assim prosseguiu com a decadência encerrada com sua demolição³¹¹. Aliás,

³⁰⁶ ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. **O Processo Criminal Brasileiro**. 4. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Freitas Bastos S. A., 1959. p. 204.

³⁰⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 509**. Curitiba, n. 4202, v. 55, p. 71, 1894. 1 CD-ROM.

³⁰⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 73.

³⁰⁹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

³¹⁰ No período de 1884-1894, o Theatro foi cenário de apresentações líricas, bailes, shows de magia e nigromancia, vários com intenções beneficentes, para o mecenato de artistas ou obras públicas, como a Catedral de Curitiba e o Passeio Público, conforme pesquisa desenvolvida pelo Prof. Dr. Álvaro Carlini, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w_2jdsITDUU>. Acesso em: 26/10/2016.

³¹¹ Breve elucidação sobre o Theatro S. Theodoro e seu sucessor, o Teatro Guaíra: “A origem do Teatro Guaíra remonta à segunda metade do século 19, quando a Assembleia Provincial doa à Sociedade Teatral Beneficente União Curitibana terreno para a construção do Theatro São Theodoro, nome dado em homenagem a Theodoro Ébano Pereira, fundador da cidade de Curitiba. O terreno era o mesmo onde hoje está a Biblioteca Pública do Paraná, à rua Dr. Muricy. O Theatro São Theodoro é inaugurado em 1884 lotando plateias, camarotes e galerias. Por dez anos é o centro da vida cultural de Curitiba. Com a chegada da Revolução Federalista ao Paraná em 1894, as apresentações artísticas são suspensas. As dependências do teatro transformam-se em prisão dos rebeldes pelas forças legalistas e o São Theodoro entra em decadência. Essa situação permanece até 1900, quando é reinaugurado com o nome de Theatro Guayrá. Em 1939 o Theatro Guayrá é demolido e, ao mesmo tempo, inicia-se campanha pela construção de um teatro oficial na cidade, liderada pela Academia Paranaense de Letras. O projeto para a construção do teatro é escolhido no final dos anos 40 e a construção iniciada em 1952. (...) A construção do Teatro Guaíra é iniciada em 1952 e em 1954 é inaugurado o primeiro de três auditórios que compõem o edifício: o Auditório Salvador de Ferrante, conhecido também como Guairinha onde, em 1955, têm início as apresentações dos espetáculos. O grande auditório

interessante que a penúltima apresentação realizada no Theatro, em 11 de março de 1894, antes de seu fechamento no mesmo ano (reabriu em 1900), foi “dedicado ao heroico Exército Libertador”, e, em especial, a Gumerindo Saraiva, sendo o curioso programa dividido em 6 partes.³¹²

Em 9 de fevereiro de 1895 realizou-se a qualificação de Bento Antonio de Menezes, redigido pelo escrivão Gabriel Pereira:

Qual seu nome? Respondeo chamar-se Bento Antonio de Menezes. De quem é filho? De José Luiz de Menezes e de sua mulher, D. Generosa Caetano de Menezes. Qual sua idade? Sessenta e quatro annos. Seu estado? Solteiro. Sua profissão ou modo de vida? Professor de musica. Sua nacionalidade? Brasileiro? Logar de seu nascimento? Paranaguá. Sabe ler e escrever? Sim.³¹³

No mesmo dia realizou-se interrogatório:

Respondeo chamar-se Bento Antonio de Menezes, natural de Paranaguá e residente em Corytiba. Perguntado se tem motivo particular a que attribui a queixa ou a denuncia respondeo que não. Perguntado se é ou não culpado, respondeo que não e que seu advogado, na occasião da defesa, exporá as razões que o moveram a desempenhar o cargo de Administrador dos Correios, depois de estar este Estado em poder dos invasores; o que não constitui o crime de conspiração que se lhe imputa.³¹⁴

Houve juntada de procuração do réu constituindo Coriolano Silveira da Matta e Eusébio Silveira da Matta:

com poderes especiais e ilimitados para defenderem-me no processo crime que foi instaurado por denúncia do Dr. Procurador Seccional deste Estado perante o Juízo Federal, podendo para esse fim

Bento Munhoz da Rocha Netto, também conhecido como Guairão, cuja inauguração estava prevista para 1971, é inaugurado em dezembro de 1974, depois de ser reconstruído após um incêndio em abril de 1970, que o deixou substancialmente destruído. ” HISTÓRICO do Teatro Guaíra: <<http://www.teatroguaira.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=849>>. Acesso em: 26/10/2016.

³¹² Primeira, a Companhia de Fantoques Dramáticos Mexicanos, com a comédia O Circo das Feras; segunda, a cavatina Merce Dille Amici, da ópera Ernani, com o tenor Quirino Mantovani e coro; terceira, Non Partir, coro da ópera Norma, de Bellini; quarta, cavatina da ópera Il Barbiere di Siviglia; quinta, os Fantoques Dramáticos apresentam “a linda peça em um acto da actualidade” Episódio da Guerra Civil; sexta, “HYMNO FEDERAL BRAZILEIRO – cantado pelo corpo coral sob a musica e sentido da grande marcha da Revolução Francesa – A Marselhesa – acompanhada pela banda do 8º regimento de cavallaria com grande Apotheose! representando a Liberdade e o Paraná! Quadro vivo, de actualidade, formado para esta ocasião, com um soberbo fundo, pintado expressamente para o tal fim. ” HISTÓRICO do Theatro S. Theodoro Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=w_2jdsITDUU>. Acesso em: 26/10/2016.

³¹³ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Op. cit.* p. 75.

³¹⁴ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Op. cit.* p. 76.

requererem tudo que for a bem do meu direito, inquirirem e reinquirirem testemunhas, fazerem justificações, interponem todo e qualquer recurso, produzirem defesa perante o Jury Federal e substabelecerem esta em quem convier.³¹⁵

Apresentação de contrariedade:

1. P. que o depoimento da testemunha José Corrêa de Bithencourt é suspeito e destituído de todo o valor, porquanto.
 2. P. que essa testemunha, confessando haver dado posse ao réo no lugar de Administrador dos Correios do Paraná, vem no dia seguinte vem, no dia seguinte, com o doc. a fl. da Repartição de que é Chefe, retratar-se de seu depoimento, e,
 3. P. que a dita testemunha servio naquele cargo até a data em que foi demittida pelo governo revolucionário.
 4. P. que a terceira testemunha nada tendo declarado sobre a livre cooperação do réo em favor dos invasores só resta o depoimento da segunda que attribui-lhe por conjectura tal cooperação.
 5. P. que assim nenhum outro facto ou circunstancia ficou provado, além de que o réo exerceu o cargo de Administrador dos Correios, no tempo em que os revolucionários acharam-se em plena posse deste Estado.
 6. P. que não constitui o crime do art. 115, § 4 do Cod. Penal o facto unicamente de haver o réo exercido o aludido cargo dos Correios, sem mais circunstancia, antes ou depois da invasão, que prove a cooperação em favor dos revolucionários.
- Nestes termos, pede a absolvição e para que assim se julgue offerece-se a presente contrariedade, que se espera seja recebida e afinal julgada provada.³¹⁶

Em 15 de fevereiro de 1895 o juiz recebeu a contrariedade e determinou que se efetuassem as diligências requeridas.³¹⁷ As testemunhas da Defesa e da Acusação foram intimadas para comparecerem à sala de sessões do Tribunal do Júri Federal.³¹⁸

Em 19 de fevereiro, o Escrivão Gabriel Ribas da Silva Pereira lavrou Termo de Promessa ao Júri de Sentença, assinado por ele, pelo Juiz Presidente do Júri, Manoel Ignácio de Mendonça, e pelos jurados: “No mesmo dia, mez e ano, logo em seguida ao sorteio do Jury de Sentença o Presidente do Tribunal deferiu ao mesmo a promessa de bem e fielmente se haverem na presente causa, só tendo diante dos olhos a Lei e a prova nos autos.”³¹⁹ Na sessão do

³¹⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 509.** Curitiba, n. 4202, v. 55, p. 79, 1894. 1 CD-ROM.

³¹⁶ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 81-82.

³¹⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 83.

³¹⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

³¹⁹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 89.

Tribunal do Júri houve interrogatório do acusado, nos mesmos moldes do já registrado nos autos.³²⁰

Nem tudo que perfaz a realidade existente consta nos autos, aliás, sobre a instituição do Júri no século XIX, há vários estudos que, por restringirem-se às fontes oficiais, acabam simplesmente repetindo opiniões preconceituosas da “alta cultura jurídica”, que desacredita o júri por não considerar que as pessoas do povo possam julgar³²¹, estas são consideradas desqualificadas pelo discurso oficial, ao contrário dos *iluminados* bacharéis. Interessante incrementar o cenário do Júri com a literatura de Macedo:

O juiz de direito, sentado na sua cadeira presidencial, mostrava-se firme, imóvel e estático, como o convidado de pedra; mas dentro de si estava dando a todos os diabos a maldita instituição do júri, que naquele momento tinha o desaforo de lhe impedir o prazer de fumar um *havana*. O promotor, sorrindo-se maliciosamente e com a graça própria de um jovem doutor de esperanças, fitava de vez em quando a sua luneta sobre algum dos jurados e divertia-se depois desenhando com o lápis a casaca de abas de tesoura de um, e as calças de longas presilhas de outro, entremeando os desenhos com versinhos epigramáticos à estúpida instituição do júri. O advogado contentava-se com fazer notar aos dois procuradores o quanto aquela sala se mostrava própria para um baile, e o como estava mal empregada destinando-se ao júri, que é uma instituição contrária ao bom senso, ao espírito público e à boa administração da justiça. O escrivão resmungava, maldizendo os ossos do ofício, e praguejando contra essa patacoada chamada júri.³²²

O Escrivão discursa contra o júri (perante os próprios jurados), argumentando que o júri deveria morrer, por cometer injustiças. Porém, o compadre Paciência, lavrador, interpõe-se, em defesa da instituição:

-Mas o que a sua lógica decide ou conclui a respeito do júri deve também concluir a respeito de todos os juízes e tribunais injustos³²³;

³²⁰ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 509**. Curitiba, n. 4202, v. 55, p. 91, 1894. 1 CD-ROM.

³²¹ Sobre opiniões da alta cultura jurídica acerca do Júri oitocentista, como propiciador de impunidade, tanto nos cenários interioranos, com abusos oriundos de intimidações do patronato, quanto na capital da República, o Rio de Janeiro, com questionamentos sobre a consciência e a capacidade de discernimento dos jurados. cf. ALBURQUERQUE, Roberto Chacon de. A situação da justiça penal no Brasil do século XIX. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. v. 102, p. 47 – 78, jan./dez. 2007.

³²² MACEDO, Joaquim Manuel de. **A Carteira de meu tio**. Porto Alegre: L&PM, 2010. p. 140.

³²³ Ao contrário da “alta cultura” que simplesmente atribui defeitos ao Júri, Macedo critica a magistratura togada, aliás, a menção à espada da justiça reúne o cerne da crítica, ao invés de ser uma espada garantidora da justiça, por ser subserviente, é um simples pedaço de pau: “Vi uma magistratura pedinchando ao governo: *id est*, uma Astreia com pedaço de pau.” MACEDO, Joaquim Manuel de. *Ibidem*, p. 103. Em outra passagem: “A magistratura não é, salva as exceções revolucionárias, uma espécie de relógio que anda conforme a corda que lhe dá o poder

ora, ninguém ignora que muitos juizes municipais e de direito têm cometido no foro clamorosas injustiças, alguns por ignorância, outros por compadresco, e outros até por corrupção; logo, morram os juizes municipais e de direito!... Que diz a lógica?... Diga, têm sido sempre justas as decisões das relações?... Não pecam elas mil vezes?... Não é certo que até o próprio Supremo Tribunal de Justiça³²⁴ uma vez por outra *sicut et* nos manqueja de um olho? ... Logo morram as relações e morra o Supremo Tribunal de Justiça! ... Que diz a lógica? Oh! Mas o raio deve ferir unicamente o júri: os jurados devem ser objeto das mais severas censuras, ao mesmo tempo que os magistrados, responsáveis por seus erros, e tantas vezes errando, nunca provam o amargor de uma séria, conscienciosa responsabilidade, porque, enfim, lobo não mata lobo! ... Que diz a lógica? ...

- Os jurados absolvem a todos os afilhados e capangas dos potentados das vilas! – bradou o escrivão.

- Absolvem alguns, é certo; não sabe porém a razão disso? ... Primeiramente é porque muitas vezes os magistrados da vila, pretendentes a deputações e por isso dependentes dos potentados, influem no espírito dos jurados, e promovem até às escancaradas essas absolvições, em segundo lugar é porque não há segurança individual no país, e os cidadãos recuam ante a vingança e o furor dos poderosos.³²⁵

O compadre Paciência prossegue em defesa do Júri, “não é necessário ser letrado, nem sábio para ser um excelente jurado”³²⁶:

-Meus amigos, não acrediteis nas histórias da carochinha que vos querem embutir os tais reformadores do júri; a obrigação do jurado se limita a conhecer o fato, e não há um só de vós que não seja capaz de desempenhar essa missão. Também eles diziam aqui há anos atrás que os nossos males provinham da chamada justiça barata, e fizeram uma reforma para acabar com os juizes populares: mas qual foi o resultado da reforma?... Em lugar de um juiz municipal, e outro de órfãos, que eram os juizes leigos, deram-nos igualmente leigos seis suplentes do juiz municipal, um delegado, uns poucos de subdelegados, e uma dúzia de suplentes de tudo isso em cada vila!... E os sujeitos bradavam que as vilas não tinham gente para os dois lugares de juizes leigos!... De modo que onde não havia dois, descobriram eles duas dúzias!... E, que tais! Oh! Sr. Escrivão, como é que se diz em certos casos lá na sua geringonça judiciária?... não é: -

executivo? ... MACEDO, Joaquim Manuel de. **A Carteira de meu tio**. Porto Alegre: L&PM, 2010. p. 130.

³²⁴ O Supremo Tribunal de Justiça (1829-1891), de acordo com a Constituição de 1824: “Art. 163. Na Capital do Imperio, além da Relação, que deve existir, assim como nas demais Provincias, haverá também um Tribunal com a denominação de - Supremo Tribunal de Justiça - composto de Juizes Letrados, tirados das Relações por suas antiguidades; e serão condecorados com o Titulo do Conselho. Na primeira organização poderão ser empregados neste Tribunal os Ministros daquelles, que se houverem de abolir. ” BRASIL. **Constituição Política do Imperio do Brazil de 25 de março de 1824**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 14/09/2016.

³²⁵ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Op. cit.* p. 142.

³²⁶ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Ibidem*, p. 145. Note-se que, primeiramente, não era necessário ser letrado para ser jurado, porém, com as reformas efetuadas posteriormente, surgiu como requisito ser alfabetizado.

*embargado seja o embargante?... Pois eu parafraseio o dito, e requeiro que reformados sejam estes reformadores.*³²⁷

Cabe destacar que as críticas de Macedo, apesar de consistentes em relação a uma parcela significativa dos bacharéis brasileiros, não se aplicam à totalidade de pensamento em relação ao Júri. Dentre as exceções estão os ensinamentos de Rui Barbosa, em duas obras: a primeira, intitulada *O Júri e a Independência da Magistratura* e a segunda, *A Reforma do Júri*. Naquela, considera que “não é só a defesa de um magistrado que neste rápido improviso se apreende, mas a dos dois elementos que, no seio das nações modernas, constituem a alma e o nervo da Liberdade: o júri e a independência da magistratura.”³²⁸ Sobre o Júri, o causídico explana exhaustivamente sobre surgimento e desenvolvimento (principalmente no âmbito anglo-saxão, mas também em outros países que o adotaram, como a França e a Alemanha, assegurando a constitucionalidade da instituição, ameaçada pelo castilhismo no

³²⁷ MACEDO, Joaquim Manuel de. **A Carteira de meu tio**. Porto Alegre: L&PM, 2010. *Ibidem*, p. 146.

³²⁸ BARBOSA, Rui. *O Júri e a Independência da Magistratura*. In: _____. **Obras completas de Rui Barbosa**. v. XXIII, tomo III. p. 137-294. p. 144. Disponível em: <www.stf.jus.br/bibliotecadigital/ruibarbosa/18428/pdf/18428.pdf>. Acesso em: 02/12/2016.

Nesta obra, o causídico defendeu, perante o Supremo Tribunal Federal, em 1896, o juiz de direito Alcides de Mendonça Lima, na revisão criminal n. 215, de sentença do Superior Tribunal do Rio Grande do Sul, acusado de abuso de autoridade. O magistrado, na 1ª sessão do Júri, em 28 de março de 1896, negou-se a aplicar a lei n. 10/1965, promulgada pelo presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, que estabelecia voto a descoberto para os jurados, em seu art. 65. O magistrado, na sessão mencionada, recusou-se a aplicar o art. *supra*, sob o argumento de tal dispositivo contrariar a Constituição Federal, com respaldo no art. 8 da lei de organização judiciária, que determinava aos juízes não aplicar leis e regulamentos manifestamente inconstitucionais. O magistrado foi condenado pelo Superior Tribunal do Rio Grande do Sul a 9 (nove) meses de suspensão das funções jurisdicionais. Com a defesa de Rui Barbosa, o Supremo Tribunal Federal deu provimento ao recurso e absolveu o magistrado, em 10 de fevereiro de 1897. Em síntese do caso, Rui Barbosa considera: “A resistência do juiz da comarca do Rio Grande a essa transmutação do júri numa degenerescência indigna de tal nome surpreendeu a política daquele Estado com o imprevisto de uma força viva e independente, a consciência da magistratura, difícil de submeter-se à prepotência dos governos. Com a necessidade então de acudir a obstáculo tão inesperado, improvisou-se, por ato de interpretação, nos tribunais locais, contra a magistratura, um princípio de morte, de eliminação moral, correspondente ao que, por ato legislativo, se forjara, contra o júri, no gabinete do governador. O júri perdera absolutamente a sua independência, com o escrutínio descoberto e a abolição da recusa peremptória: o poder não abrira só um postigo sobre a consciência do jurado: aquartelara-se nela. Para fazer do magistrado uma impotência equivalente, criaram a novidade da doutrina, que inventou para o Juiz os *crimes de hermenêutica*, responsabilizando-o penalmente pelas rebeldias da sua consciência ao padrão oficial no entendimento dos textos.” In: BARBOSA, Rui. *O Júri e a Independência da Magistratura*. In: _____. **Obras completas de Rui Barbosa**. v. XXIII, tomo III. p. 137-294. p. 227-228. Disponível em: <www.stf.jus.br/bibliotecadigital/ruibarbosa/18428/pdf/18428.pdf>. Acesso em: 02/12/2016.

Rio Grande do Sul, que pretendia aniquilá-la com reformas como o fim do escrutínio secreto, para tornar o voto a descoberto):

A zona ocupada pelo júri através do mundo contemporâneo traça exatamente o meridiano jurídico da civilização, e, pela nitidez com que a sua realidade se acentua de país a país, se poderia determinar a situação da liberdade individual no seio de cada povo. Não é uma instituição retrocessiva, descaindo para o ocaso, como se cuida no mundo oficial rio-grandense, mas um instrumento oficial da dignidade humana, em plena atividade entre as nações livres. Se as raízes da sua ideia mergulham, sete séculos atrás, no profundo subsolo das origens inglesas, à sua sombra se abriga hoje uma centena de constituições, uma infinidade de leis³²⁹

Em relação às críticas que consideravam o júri uma instituição decadente, em descompasso com a realidade, e que seus membros não seriam capazes de julgamentos confiáveis, Rui Barbosa considera que:

Das críticas a ele opostas não se deve inferir que a sua existência se ache ameaçada. Todas as instituições modernas estão expostas ao embate violento da contradição humana, que julga afoitamente a terra e os céus. Mas os povos livres sentem nessa profunda criação da história um desses órgãos essenciais do Direito, que se malsinam, mas não se poderão substituir. Não é fácil desarraigar da consciência humana esta ideia superior na sua simplicidade, em que o júri assenta as suas bases, de que a humanidade não permite aplicar uma pena grave “enquanto a culpa não for manifesta aos olhos do senso comum.” A observação todo dia está mostrando que, se há cidadãos incapazes no júri, também nos tribunais se encontram juízes incompetentes, e que, se a sentenças da toga não se proferissem, pela natureza da sua jurisdição, numa atmosfera menos sonora que a dos jurados, não seria difícil dar com as mesmas aberrações nos dois sistemas. Os que se irritam com certos males da grande instituição liberal, não cogitam nas grandes consequências, muito mais graves, da extinção dela.³³⁰

Parecer escrito 4 anos depois d’*O Júri e a Independência da Magistratura, A Reforma do Júri- Estudo Crítico*³³¹, também empreende a defesa do tribunal

³²⁹ In: BARBOSA, Rui. *O Júri e a Independência da Magistratura*. In: _____. **Obras completas de Rui Barbosa**. v. XXIII, tomo III. p. 171-172. Disponível em: < www.stf.jus.br/bibliotecadigital/ruibarbosa/18428/pdf/18428.pdf>. Acesso em: 02/12/2016.

³³⁰ BARBOSA, Rui. *Ibidem*, p. 170-171.

³³¹ O magistrado Alcides de Mendonça Lima foi absolvido pelo acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal em 1897. Porém, o STF não se manifestou sobre a inconstitucionalidade arguida pelo impetrante sobre a Lei nº 10/1895. O magistrado continuou a não aplicar o dispositivo que considerava inconstitucional, manteve-se coerente com o que decidira em 28 de março de 1896, sem embargo de expor-se constantemente a conflito com o Superior Tribunal do Rio Grande do Sul. Tal comportamento implicou em novo processo, nova condenação a 9 (nove) meses de suspensão, novo pedido de revisão criminal (feito pelo próprio magistrado) e posterior absolvição pelo Supremo Tribunal Federal, que novamente não analisou a questão de inconstitucionalidade da lei. Em 26 de janeiro de 1900, em Sessão na Câmara dos Deputados, foi apresentado pelo deputado projeto de lei nº 42/1900, de reforma do Júri Federal nos moldes

popular, principalmente perante a Lei nº 10/1895, que continuava em vigor no Rio Grande do Sul: “Substitui-se, no voto do conselho, o sigilo absoluto pela absoluta publicidade. Mutilado, abastardado, sitiado assim, o velho tribunal da consciência dos povos livres, abre por todos os lados as suas portas ao poder.

”³³²

compreenderam os donatários daquela capitania a urgência, para a sua consolidação no governo, de varrer, por uma transformação orgânica do júri, o obstáculo oposto pelo caráter desse tribunal às perseguições, de que o absolutismo, autocrático ou demagógico, se alimenta. Gente de ação, desempenada e testa, deu-se pressa em acudir à necessidade com a lei nº 10, de 16 de novembro de 1895, projetada, discutida, votada e promulgada pelo governador no exercício das suas funções, ao mesmo tempo legislativas e executivas, que nele absorve a constituição Castilhos, a despeito disso, constitucionalíssima e republicaníssima, no soberano sentir do Supremo Tribunal Federal.³³³

Rui Barbosa contrapõe-se às críticas ao Júri realizadas pela escola positiva, como a falta de capacidade intelectual e racionalidade dos jurados (mencionadas por Júlio de Castilhos nas justificativas da Lei nº 10/1895), ao desvelar a alta cultura:

Mas não caberia o retrato, ao menos nalguma das suas feições principais, a outras instituições do régimen, que o lápis do caricaturista não ousaria escorçar com essa liberdade? Não são ao que parece idiopatias exclusivamente do júri, aboquejado no acórdão, aquela desatenção, aquela indiferença aos debates, aquele julgar, sem saber do que se julga, aquele votar por conta alheia, à fusa uns dos outros, entre os membros do mesmo corpo deliberante. Certifica o testemunho de insuspeitas autoridades, até, que, em assembleias da mais egrégia majestade, se vai muito além daquele indecoro: que juízes e legisladores ora desertam as cadeiras, ora dormitam, para, afinal, resolver, ou sentenciar, do que nem ouviram, nem ao menos acompanharam com a presença, extremo impossível no júri, ora, pela ausência nas votações, ou nos julgamentos, desfalcando o quorum, das assentadas, ocasionam decisões e leis que o concurso de todos evitaria.³³⁴

Cabe breve digressão sobre a implementação do Júri no Brasil, com a Constituição de 1824, uma das caracterizadoras dos avanços liberais

castilhistas da Lei nº 10/1895. Tal projeto ensejou escritos de Rui Barbosa, como o Parecer A Reforma do Júri- Estudo Crítico. BARBOSA, Rui. A Reforma do Júri- Estudo Crítico. In: _____. **OBRAS COMPLETAS**. v. XXVII, tomo II. p. 14-38. Disponível em: < www.stf.jus.br/bibliotecadigital/RuiBarbosa/5413/PDF/5413.pdf>. Acesso em: 02/12/2016.

³³² BARBOSA, Rui. *Ibidem*, p. 11.

³³³ BARBOSA, Rui. *Ibidem*, p. 10.

³³⁴ BARBOSA, Rui. *Ibidem*, p. 25-26.

(pulverização do poder de julgar, que não é concentrado apenas nas mãos do magistrado). Aliás, a modernização do direito criminal brasileiro está pautada no Código Criminal de 1830, “monumento legislativo derivado das Câmaras do Império”³³⁵ e no Código de Processo Criminal de 1832, “vitória do espírito liberal”³³⁶, em que se destaca a “atribuição ao júri de de uma considerável extensão jurisdicional.”³³⁷ Aliás, pode-se considerar que o Código de Processo “estabelecia, em essência, a justiça democrática, isto é, a justiça confiada na mais ampla medida às magistraturas de escolha popular. O papel da justiça togada quase se pode dizer que ficava reduzida a uma assistência pericial”³³⁸ e como “Tribunal Criminal é instituído o Júri.”³³⁹

Houve o retrocesso conservador, com a lei de 3 de dezembro de 1841, em que “a descentralização de 32 foi substituída por uma centralização rígida e poderosa.”³⁴⁰ Em relação ao Júri: “As atribuições do júri foram consideravelmente reduzidas e esse tribunal popular ficou praticamente sob a tutela do juiz de direito.”³⁴¹ A Reforma foi um conjunto de medidas que “anulava o princípio eletivo no sistema judicial, subordinando-o inteiramente à magistratura togada.”³⁴² Mesmo com os recalcitrantes reformadores de 1841 (lei que retoma o processo centralizador e limita o júri, com medidas dentre as quais:

³³⁵ LACOMBE, Américo Jacobina. A cultura jurídica. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil monárquico, v. 5: reações e transações. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 414-428. p. 414. Apesar de incluir a pena de morte e a de galés, o Código Criminal de 1830 é “considerado um dos mais notáveis trabalhos parlamentares do Brasil, não só pelo tino prático das disposições, como pela doutrina, então plenamente atualizada. Algumas de suas disposições foram pioneiras na legislação penal (como a do art. 7º, relativa à responsabilidade sucessiva nos abusos de liberdade de pensamento, que foi seguida pela Bélgica). Sua concisão foi gabada e Victor Foucher traduziu-a para o francês com uma introdução altamente laudatória. Foi louvado por Haus e outros juristas da época. Bernardo Pereira de Vasconcelos não produziu nenhuma obra doutrinária de renome. Mas o Projeto do Código Criminal granjeou-lhe merecidamente a fama de jurisconsulto. Vigorou o Código 60 anos, ultrapassando o Império, sinal de adequação ao ambiente.” LACOMBE, Américo Jacobina. *Ibidem*, p. 415.

³³⁶ LACOMBE, Américo Jacobina. *Idem*. Dentre suas características, o Código de Processo Criminal: “Criou uma nova hierarquia judiciária. Extinguiu os Ouvidores, os Juízes de Fora, e uma série de magistraturas especiais. Os Juízes de Paz, Juízes Municipais, Juízes de Direito e os Desembargadores em Relações passaram a ser os membros da escala da magistratura.” LACOMBE, Américo Jacobina. *Ibidem*, p. 416.

³³⁷ LACOMBE, Américo Jacobina. *Ibidem*, p. 416.

³³⁸ CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Monárquico v. 4: dispersão e unidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 19-84. p. 40.

³³⁹ CASTRO, Paulo Pereira de. *Idem*.

³⁴⁰ LACOMBE, Américo Jacobina. *Op. cit.* p. 416.

³⁴¹ CASTRO, Paulo Pereira de. *Op. cit.* p. 72-73.

³⁴² CASTRO, Paulo Pereira de. *Ibidem*, p. 73.

extingue o júri de acusação, alargando as funções dos magistrados; e exige que os jurados sejam alfabetizados), o Júri continuou a existir no Brasil, inclusive no período republicano, previsto na Constituição de 1890 e, em relação especificamente à Justiça Federal da época, regulado pelo Decreto nº 848/1890.

Para a compreensão da importância do Júri é mister entender, de modo pontual, o significado da proteção contra o arbítrio. Tal contexto é oriundo da tradição anglo-saxã, que já se encontrava presente em instituições do Brasil pós-independência, como o júri, apesar de influenciar de maneira mais enfática o Brasil republicano.³⁴³ Aliás, a título ilustrativo de tal influência, colaciono uma observação de Rui Barbosa:

atualmente o fato mais notável do régimen americano é a grandeza da autoridade judiciária, e, se há diferença essencial entre esse sistema político e o das outras democracias, ela consiste no papel dos seus tribunais. Foi isso que nos fascinou, ao escrevermos a constituição brasileira³⁴⁴

³⁴³ Durante o Império, houve a notória dependência econômica do Brasil com a Inglaterra e, além da conhecida influência desta em terras brasileiras, os Estados Unidos também eram considerados por: “brasileiros de destaque, influndo nos destinos do país, informados do exemplo norte-americano, e, quando não fosse por simpatia ou identificação com a nação do Norte, pelo menos sabiam do que se passava por lá. Basta correr os olhos nos debates registrados nos *Anais* do Parlamento brasileiro para perceber-se que os homens que liam Dickens ou Tocqueville poderiam criticar os Estados Unidos, como aliás estes pensadores o fizeram, mas não poderiam ignorá-lo. Quando se cuidou de federalismo, de republicanismo, de imigração e colonização, de reformas do meio circulante e de problemas comerciais no Brasil, o exemplo norte-americano, quando não as próprias sugestões americanas, foi assunto trazido à baila, se não para imitação, pelo menos para efeito de comparação.” Cf.: WRIGHT, Antônia F. de Almeida. Brasil-Estados Unidos, 1831-1889. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil monárquico, v. 6: declínio e queda do império. 6. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004. p. 214-215. Apesar do domínio britânico no comércio brasileiro, “os norteamericanos não esmoreceram. Sua concorrência comercial prosseguiu.” In: WRIGHT, Antônia F. de Almeida. *Ibidem*, p. 205. Aliás, “Americanismo indisfarçavelmente proselitista, foi incrementado consistentemente pelos Estados Unidos através de atos inequívocos, deliberados no sentido de minimizar a influência europeia em todo o continente da América, e o Brasil, apegado à Monarquia, foi seu principal campo de luta.” In: WRIGHT, Antônia F. de Almeida. *Ibidem*, p. 204.

³⁴⁴ Parte de uma peroração do discurso proferido em 26 de março de 1898, no Supremo Tribunal Federal, sustentando *habeas corpus* dos que permaneciam presos, apesar de terminado o prazo do estado de sítio (decretos florianistas de 10 e 12 de abril de 1892). Intitulado *O sino da liberdade*, é uma homenagem a John Marshall, *Chief Justice* da Suprema Corte dos Estados Unidos (1801-1835), e, para ressaltar sua importância, Rui Barbosa coloca a metáfora do sino da Filadélfia, que anunciara o nascimento dos Estados Unidos, se fendera quando do falecimento do magistrado. Colaciono uma citação adicional, pela pertinência em relação ao sistema judiciário pátrio: “É que a existência das repúblicas se mede pela existência da justiça. Abençoada a raça a que, ao assentar da sua independência, pôde ter por patriarca da lei o magistrado extraordinário, que, durante 35 anos, foi o comentário vivo e incorrutível da sua constituição. Inflexível na sua cadeira, como a expressão impessoal da legalidade, a ele se deve o não ter sido, ali, o poder judiciário usurpado pelo legislativo, ou desobedecido pelo governo. Era mister uma força, que resistisse a essas tendências, dobrando à autoridade da interpretação constitucional a rebeldia dos presidentes, e as paixões políticas das maiorias parlamentares.

Em relação ao Júri, anota-se que não se trata de uma simples importação, pois, apesar do ordenamento jurídico nacional utilizar-se sobremaneira do direito comparado, não se desconsidera que há especificidades no modo de instrumentalização (p. ex. a substituição do júri de acusação pelo juiz leigo). Como uma discussão mais ampla sobre o Júri no Brasil suscitaria teses que extrapolam o âmbito desta monografia, restringe-se, aqui, a pontuar o significado da proteção contra o arbítrio, aqui colocado em breves considerações:

O direito de um júri para pronunciar um veredicto geral, e o privilégio de não ser questionado quanto aos fundamentos de seu veredicto, são fundados sobre esta doutrina. Desse direito e privilégio não pode haver dúvida, e é uma consequência necessária do direito de proferir um *veredicto geral*, e o privilégio de não ser questionado sobre suas razões, que o júri deve transmitir *toda a matéria em questão*, e decidir com base na lei e no fato. É poder estabelecido e mantido como uma segurança adicional para a parte acusada. Na Inglaterra, considera-se que oferece uma grande proteção contra a influência indevida da coroa. Para nós, esta razão não se aplica, mas, independentemente da disposição constitucional de que o julgamento por júri permaneça inviolável para sempre, há, a meu ver, outras razões convincentes que devem induzir o povo deste país a apreciar sempre este modo de Julgamento, especialmente em casos criminais e para apoiar o poder dos júris em toda a sua extensão. Em tempos de turbulência e facção, o espírito de violência e perseguição pode tornar-se muito extenso e perigoso. Se, infelizmente, esse espírito chegasse a algum de nossos tribunais, verificaria-se que o julgamento por jurados tirados e votados conforme a lei prevê, proporcionaria uma maior segurança ao cidadão do que qualquer outro modo de julgamento que possa ser concebido. Embora não se possa esperar que os jurados sejam versados na ciência da lei, penso que é muito mais importante para a proteção da inocência, que eles devem ser *imparciais e independentes*. Deduzida e votada conforme a lei, raramente pode acontecer que alguns deles não sejam assim, e com a ajuda de um advogado, qualquer que seja a disposição de um tribunal, eles fornecem um escudo mais forte contra a opressão do que é conhecido em instituição de qualquer outro país.³⁴⁵

Quando ele se sumiu, pois, dentre os vivos, podia-se crer que a república estivesse mortalmente ferida. E, se a república sobreviveu, é porque ele teve sucessores; se a república medrou, é porque esse tribunal tão pouco notado nos seus primeiros anos, antes de Marshall, que ainda se não conseguiu saber ao certo a casa onde funcionava na capital da Filadélfia até 1801, a tal ponto desenvolveu a soberania da justiça, a reverência popular pelos seus ditames, o prestígio do seu poder sobre os partidos e os governos, que atualmente o fato mais notável do régimen americano é a grandeza da autoridade judiciária, e, se há diferença essencial entre esse sistema político e o das outras democracias, ela consiste no papel dos seus tribunais. Foi isso que no fascinou, ao escrevermos a constituição brasileira, porque a república federativa é um absurdo nos povos, que não tiverem a moralidade precisa para imitar, ainda que imperfeitamente, esse padrão. ” In: BARBOSA, Rui. **Antologia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013. p. 42.

³⁴⁵ Tradução livre de: “The right of a jury to return a general verdict, and the privilege of not being questioned as to the grounds of their verdict, are founded upon this doctrine. Of this right and privilege there can be no doubt, and it is a necessary consequence from the right of rendering a *general verdict*, and the privilege of not being questioned as to their reasons for it, that the jury must pass on *the whole matter in issue*, and decide both the law and the fact. It is power established and maintained as na additional security to the party accused. In England it is considered to afford a great protection against the undue influence of the crown. To us this reason

Com o viés contratualista (que coloca o surgimento da sociedade por meio de um contrato, a partir do qual os homens passam do estado de natureza para o estado de sociedade), a doutrina anglo-saxã considera que:

a existência de sociedade e governo organizados requerem a afirmação de certos direitos que não existem no estado de natureza mas que servem para proteger direitos naturais. Julgamento pelo júri, por exemplo, não foi conhecido no estado de natureza, mas foi necessário para a proteção de vida, liberdade e propriedade de cada um.³⁴⁶

Aliás, depreende-se a importância do Júri ao perceber-se que, “na época da Revolução Americana, o julgamento por júri foi provavelmente o mais comum dos direitos em todas as colônias”³⁴⁷, para preservar “vida, liberdade e propriedade contra homens arbitrários e caprichosos.”³⁴⁸ Assim, o que se

does not apply, but independent of the constitutional provision that the trial by jury shall remain inviolate for ever, there are, in my view, other cogent reasons which ought induce the people of this country for ever to cherish this mode of trial, especially in criminal cases, and to support the power of juries in their fullest extent. In times of turbulence and faction, the spirit of violence and persecution may become very extensive and dangerous. If unfortunately this spirit should ever reach any of our courts, it would be found that the trial by jurors drawn and balloted as the law provides, would afford a higher security to the citizen than any other mode of trial that can be devised. Although it cannot be expected that jurors should be versed in the science of the law, I think it vastly more important for the protection of innocence, that they should be *impartial* and *independent*. Drawn and balloted as the law directs, it can rarely happen that some of them at least should not be so, and with the aid of counsel, whatever may be the disposition of a court, they furnish a stronger shield against oppression than is known in the institution of any other country. ” In: McCONVILLE, Mike; MIRSKY, Chester L. **Jury Trials and Plea Bargaining: A True History**. Hart: Oxford and Portland, Oregon, 2005. p. 140.

³⁴⁶ Tradução livre de: “the existence of organized society and government required the affirmation of certain rights that did not exist in the state of nature but that served to protect natural rights. Trial by jury, for example, was unknown in the state of nature but was necessary for the protection of one’s life, liberty and property. ” In: LEVY, Leonard W. **Origins of the Bill of Rights**. Yale University Press: New Haven and London. p. 16.

³⁴⁷ Tradução livre de: “By the era of the American Revolution trial by jury was probably the most common right in all the colonies. ” In: LEVY, Leonard W. *Ibidem*, p. 226.

³⁴⁸ Tradução livre de: “life, liberty, and property against arbitrary and capricious men. ” In: LEVY, Leonard W. *Ibidem*, p. 227.

Percebe-se o diálogo anglo-saxão com o Brasil, por meio da Constituição de 1824, de inspiração liberal, que coloca sob sua proteção liberdade, segurança individual e propriedade: “Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Cíveis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio (...)XXII. É garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. ” In: BRASIL. **Constituição Política do Imperio do Brazil de 25 de março de 1824**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 17/11/2016. Com a proclamação da República, a Constituição de 1891 traz diretrizes semelhantes: “Art 72 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade”. In: BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 17/11/2016.

considera pertinente aqui é o aspecto da proteção contra o arbítrio, que dialoga com os liberais oitocentistas brasileiros, pois, para ser jurado, como já mencionado por Joaquim Manuel de Macedo, seria necessário ter *bom senso*.

Assim como o Júri, outra importante conquista liberal (presente no Império brasileiro e posteriormente restringida na República, como no período florianista) é a liberdade de imprensa, que também dialoga com a tradição anglo-saxã, mais precisamente norte-americana, que, na primeira emenda à Constituição garante a liberdade de imprensa:

A liberdade de imprensa significava não só a ausência de restrições prévias; se a discussão política permitia, também significava responsabilidade em relação a mentiras em publicações danosas. Significava, também, que a imprensa detinha uma posição privilegiada no esquema constitucional americano devido à sua relação especial com o governo popular. O processo eleitoral teria sido uma farsa se os eleitores não tivessem a ajuda da imprensa para aprender o que os candidatos representavam e o que seus registros mostravam sobre desempenho e qualificações passadas. Uma imprensa livre tornou-se indispensável à existência de um governo livre e responsável.³⁴⁹

Após as breves considerações para a compreensão do Júri no tocante à proteção contra o arbítrio, retorna-se ao procedimento do referido tribunal.

Para o julgamento, o juiz togado formula quesitos a serem respondidos pelos jurados (há limitações ao poder de escrever tais quesitos, como ao restringir-se aos fatos criminosos constantes no libelo crime³⁵⁰):

Assim como já presente na Constituição de 1824 tanto a instituição do Júri quanto a proteção do indivíduo (mantidos na Constituição de 1891), que somente pode ser responsabilizado de acordo com a lei, também dialoga com o direito anglo-saxão: “O Júri também é entendido sistemicamente, isto é, considerado juntamente com outros direitos componentes do ordenamento, como num estudo sobre a proteção contra a auto-incriminação (5ª emenda à Constituição norte-americana), como parte do devido processo legal “Primeiro um privilégio para o culpado, dada a natureza da lei substantiva dos crimes religiosos e políticos. Mas o direito tornou-se nem um privilégio ao culpado nem uma proteção ao inocente. Tornou-se meramente um dos caminhos de confiabilidade para determinação de culpa ou inocência, como julgamento pelo júri; tornou-se parte do devido processo legal, um princípio fundamental do sistema acusatório.” LEVY, Leonard W. **Origins of the Bill of Rights**. *Op. cit.* p. 200.

³⁴⁹ Tradução livre de: “Freedom of the press signified not only freedom from prior restraints; if politics allowed, it also meant responsibility under the lay for damaging publications. It meant, too, that the press enjoyed a preferred position in the American constitutional scheme because of its special relation to popular government. The electoral process would have been a sham if voters did not have the assistance of the press in learning what candidates stood for and what their records showed about past performance and qualifications. A free press was becoming indispensable to the existence of a free and responsible government.” LEVY, Leonard W. *Ibidem*, p. 124.

³⁵⁰ “Deve formular o primeiro quesito de conformidade com o libelo; portanto, não pode fazer quesitos sobre fatos criminosos não compreendidos no libelo, nem incluir, no quesito sobre a questão principal, qualquer circunstância não alegada no mesmo libelo. O Juiz não pode deixar

Quesito, na técnica do Júri, é a forma extrínseca e interrogativa das questões de fato, que têm de ser propostas pelo Juiz Presidente do Tribunal do Júri ao Conselho dos Jurados. Os quesitos devem ser formulados com os mesmos termos das leis definitivas do fato punível e das circunstâncias: o Juiz Presidente do Tribunal não pode substituir êstes termos, por maior que seja a sinonímia, a equipolência, ou a analogia; não deve formular quesitos ociosos, isto é, contendo questões inúteis sobre fatos e circunstâncias que a lei não considera, por serem indiferentes quer para caracterizar o crime, quer para escusá-lo ou justificá-lo, quer para agravá-lo ou atenuá-lo; deve formular os quesitos em proposições distintas, de maneira que cada um não se refira nominal e decisivamente a mais de um réu, e que cada um não contenha mais de um ponto de acusação, ou mais de uma justificativa, ou mais de uma condição elementar da justificativa, ou mais de uma agravante.³⁵¹

Após, constam cinco quesitos formulados pelo juiz togado aos jurados:

1. O acusado Bento Antonio de Menezes, na época em que este Estado se achou na posse dos revoltosos aceitou do governo revolucionário de Santa Catharina a nomeação de Administrador dos Correios neste Estado e effectivamente exerceu tal cargo?
2. Assim procedendo o réu concertou-se com vinte ou mais pessoas para se opporem directamente e por factos ao livre exercício das atribuições constitucionaes do poder executivo da União?
3. O jury reconhece ter o acusado commettido o crime com premeditação, tendo decorrido entre a deliberação e a acção criminosa o espaço pelo menos vinte e quatro horas?
4. O jury reconhece ter o acusado commettido o crime por violencia physica irresistível, ou ameaças acompanhadas de perigo actual?
5. Existem circunstancias attenuantes em favor do acusado? Quais ellas. ”³⁵²

Sobre aspectos formais de realização do Júri:

Formulados por escrito os quesitos, o Juiz os lia publicamente, os faria juntar aos autos do processo, os quais seriam logo depois entregues aos jurados, sendo portador o primeiro sorteado; e imediatamente se recolhiam à sala secreta de suas conferências, onde sós e a portas fechadas, principiariam, sob a presidência interina do primeiro sorteado, por nomear dentre os seus membros, por maioria absoluta de votos, o seu presidente e um secretário, depois do que, confereciariam sobre o processo submetido ao seu exame:

de formular em quesitos as escusas ou as justificativas alegadas na contrariedade e na defesa. Dos debates não podem resultar quesitos sobre crimes não mencionados no libelo; mas, podem resultar quesitos sobre circunstâncias agravantes não mencionadas no libelo, assim como sobre escusas, ou sobre justificativas não mencionadas na contrariedade. E êstes quesitos da defesa, o Juiz é obrigado a formulá-los, ainda que não haja contrariedade, como as mais das vezes acontece. ” *In*: ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. **O Processo Criminal Brasileiro**. 4. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Freitas Bastos S. A., 1959. p. 403.

³⁵¹ ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *Ibidem*, p. 402.

³⁵² NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Op. cit.* p. 93.

1º O secretário fazia a leitura da sentença ou despacho de pronúncia, do libelo, da contrariedade, de qualquer outra peça do processo que o presidente do Conselho julgasse conveniente, ou algum dos jurados requeresse, e depois lia os quesitos formulados pelo Juiz de Direito, presidente do Tribunal;

2º Finda a leitura, seriam admitidas as observações que cada um dos membros tivesse para fazer;

3º Ultimada a discussão, o presidente do Conselho punha a votos separadamente, e pela ordem em que se achassem escritas as questões propostas, isto é, cada um dos quesitos formulados pelo Juiz de Direito, presidente do Tribunal; e, para isto, estaria sobre a mesa o escrutínio, e teriam os membros do Júri uma porção de pequenos cartões, em mais de doze, estando escrita a palavra – Sim, e em mais de outros doze, a palavra – Não. Começando o presidente pela primeira questão, declarava que ia pôr a votação – “Se o réu praticou tal fato,” lia o primeiro quesito, e imediatamente lançava no escrutínio, com toda a cautela, o cartão indicativo do seu voto, e o mesmo faziam o secretário e os mais membros, pelos quais corria o escrutínio.³⁵³

As respostas do corpo de jurados³⁵⁴ foram reduzidas a termo com as respectivas assinaturas:

O Jury, depois haver nomeado d'entre si, por escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos seu presidente e secretario e de preencher as mais formalidades da lei passa a responder os quisitos pela maneira seguinte:

Ao primeiro quisito, sim, por unanimidade de votos, o accusado Bento Antonio de Menezes na epocha em que este Estado se achou na posse dos revoltosos, acceitou do Governo revolucionário de Santa Catharina a nomeação de Administrador dos Correios n'este Estado e effectivamente exerceu tal cargo.

Ao segundo não, por unanimidade de votos, assim procedendo o accusado, não concertou-se com vinte ou mais pessoas para se opporem directamente e por factos ao livre exercício das attribuições constitucionaes do poder executivo da União.

Aos demais quisitos, o Jury deixou de responder por se acharem prejudicados com as respostas do primeiro e segundo.³⁵⁵

³⁵³ ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. **O Processo Criminal Brasileiro**. 4. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Freitas Bastos S. A., 1959. p. 414-415.

³⁵⁴ Florindo da Matta Bandeira e Silva (presidente), Augusto Loureiro (secretário), Mariano de Almeida Torres, Manoel Antonio Guimarães Netto, Alvaro de Oliveira Martins, Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, Antonio Francisco Correa de Bittencourt, Francisco Gonsalves do Nascimento Rosa, Joaquim Victorino Beira, João Chrispim Caetano da Silva e Carlos Christoffe. Cf.: NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Op. cit.* p. 94-95.

³⁵⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem, Ibidem*, p. 94.

O termo, além de ser redigido pelo secretário, devia conter formalidades conferidas para validade do rito.³⁵⁶ A votação dos quesitos resultaria em uma das três possibilidades seguintes (absolvição, condenação ou empate³⁵⁷):

Quando todos tivessem votado, o presidente tomava o escrutínio, e, verificada a votação pelo Conselho, conforme o resultado dela, mandava escrever pelo secretário a resposta por uma das maneiras seguintes: a) No caso de afirmativa – “O Júri respondeu à primeira questão? Sim, - por unanimidade de votos, o réu F. praticou tal fato, ” ou – “O Júri respondeu à primeira questão: Sim- por tantos votos, o réu F. praticou tal fato; ” b) No caso de ser negativa: “O Júri respondeu à primeira questão: Não, por tantos votos, o réu F. não praticou tal fato;” c) No caso de empate: “O Júri respondeu à primeira questão: Sim, o réu F. praticou tal fato. – Não, o réu F. não praticou tal fato. – Por igual número de votos. ”³⁵⁸

Após, o Juiz Presidente do Tribunal do Júri: “De conformidade com as decisões do jury absolve o acusado Bento Antonio de Meneses da acusação que lhe foi intentada e mando que em seu favor se lavre o alvará de soltura si por al não estiver preso se lhe dê baixa na culpa. ”³⁵⁹ A título de esclarecimento:

Se a decisão do Júri fôr negativa de toda a questão principal, o Juiz Presidente do Tribunal lavrará sentença absolvendo o acusado, ordenando imediatamente a sua soltura, se estiver prêso, ou se por al, isto é, por outra causa, não estiver prêso.³⁶⁰

Deste modo, o primeiro caso encerrou-se, após atender os trâmites legais e processuais tanto na primeira fase (anterior à pronúncia) quanto na segunda

³⁵⁶ Dentre as formalidades, cf. ALMEIDA JÚNIOR: “7º Lançadas por escrito estas respostas, o secretário, passando-as a limpo, as reproduzia fielmente, iniciando-as com o seguinte preâmbulo: ‘O Júri depois de haver nomeado dentre si por escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos o seu presidente e secretário, da leitura recomendada pela lei, e mais formalidades, respondeu aos quesitos pela maneira seguinte. ’ Terminada a escrita da resposta ao último quesito, o secretário lia de novo as respostas aos jurados, e, achadas conformes, lançava a data, dava em primeiro lugar ao presidente e depois aos outros jurados para assinarem os respectivos nomes por inteiro, e assinava por último o seu nome por inteiro, sendo que o presidente e o secretário, adiante da assinatura, escreviam também a sua qualidade de presidente ou secretário. 8º Terminadas as assinaturas, era este escrito das respostas entregue com os autos do processo ao presidente do Conselho, o qual batia à porta da sala secreta, a fim de que a abrissem; e, aberta, saíam os jurados, tomavam os seus assentos, e o presidente do Conselho lia em alta voz as respostas, entregando depois o respectivo escrito, com os autos do processo, ao Juiz presidente do Tribunal. ” ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. **O Processo Criminal Brasileiro**. 4. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Freitas Bastos S. A., 1959. p. 417.

³⁵⁷ Em caso de empate, a sentença seria a de opinião mais favorável ao acusado, cf. ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *Ibidem*, p. 419.

³⁵⁸ ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *Ibidem*, p. 415.

³⁵⁹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Op. cit.* p. 94.

³⁶⁰ ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *Op. cit.* p. 418.

fase (procedimento perante o Júri). O acusado Bento Antonio de Menezes foi absolvido da acusação do crime de conspiração, pois, mesmo tendo exercido o cargo de Administrador dos Correios do Paraná, os jurados consideraram que ele não concertara em favor dos maragatos.

O segundo caso inicia-se em 16 de novembro de 1894, com a denúncia do Procurador Leonardo Franco e Souza contra o italiano Augusto Marques por suposto envolvimento com a Revolução Federalista:

O Procurador da Republica n'este Estado vem perante V. Ex^a. denunciar Augusto Marques pelo facto criminoso que passa a referir. Invadido e conquistado este Estado em meados de janeiro do corrente anno por forças revolucionárias, que já se tinham apoderado do Estado de Santa Catharina, foi aqui estabelecido um pretense Governo do Estado. Durante o período revolucionário, que se prolongou até princípios de maio, o denunciado, intitulando-se tenente do exercito libertador, nomeado por Gumerindo Saraiva, auxiliou o movimento rebelião dirigido contra os poderes constituídos da Nação. Assim é que no Município da Palmeira incumbio-se de reunir o gado preciso para o sustento das forças revolucionarias e, aproveitando-se da eventualidade da sorte, desenvolveo tenaz perseguição contra aquelles que não pactuavam com os intuitos da revolução. Releva observar que o denunciado, sendo cidadão italiano, recusou-se, pretextando essa qualidade, a prestar os seus serviços nas forças organizadas pelo Governo Federal para bater os revoltosos. Sua qualidade de italiano não impediu porém que o mesmo denunciado fosse servir nas fileiras revolucionarias contra esse mesmo Governo! Os factos acima marcados constam, clara e positivamente, dos documentos que acompanham a presente denuncia. Do exame d'esses documentos, acima resumidos, conclue-se que o denunciado commetteo o crime definido no artigo 115, §4º do Código Penal, isto é, appos-se directamente e por factos ao livre exercício dos poderes legitimamente constituídos da Nação. E para que seja então punido de accordo com o que se acha prescripto n'aquelle artigo do Cpodigo, o Procurador da republica n'este Estado offerece a presente denuncia e pede a V. p. 4 Ex^a que se digne instaurar contra o denunciado e respectivo processo, nos termos do Decreto nº 848 de 11 de Outubro de 1890, intimado o denunciado e as testemunhas abaixo abaixo arroladas, tenha por essa e sob as penas da lei. Testemunhas: Leopoldino Bueno da Rocha 2º Tiburcio Pupo Ferreira 3º Antonio Alves Pires. Todos residentes na villa da Palmeira.³⁶¹

Documento do Comando do 5º Distrito Militar Quartel General em Curitiba, 18 de Outubro de 1894, escrita pelo Coronel Comandante José Maria Marinho da Silva, destinado ao Juiz Seccional Dr. Manuel Ignácio de Carvalho Mendonça:

Communico-vos que se acha preso no 39º Batalhão de Infantaria o italiano Augusto Marques, que, como poderás ver dos documentos juntos, é accusado de ter servido com os revoltosos, em cujas forças

³⁶¹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 530.** Curitiba, n. 4205, v. 55, p. 2-5, 1894. 1 CD-ROM.

teve a graduação de Tenente. O referido preso fica a vossa disposição.³⁶²

Também há a carta do Capitão em Comissão do Comando do 5 Distrito Militar, João da Silva Dias, datada de 15 de Outubro de 1894, que avisa o Coronel Comandante sobre a prisão de Augusto Marques:

De conformidade com a vossas ordem prendi o Italiano Augusto Marques que durante o período revolucionário praticou nesta Comarca os maiores horrores, dizendo ser Tenente nomeado por Gumerindo Saraiva, e de faca em punho perseguia tenazmente os defensores da legalidade. No Quarteirão do Assungui, esse individuo, pegando o Inspector do Quarteirão tentou deggola-lo e se não levou a effeito, foi porque a victima pegou na folha da faca na occaisão em que esse bandido a levava-lhe na garganta, cortando assim a mão da mesma victima. Preso como fui pelos revoltosos, esse bandido fazia questão da minha cabeça e de muitos Officiaes do Governo. Arrebalhou animaes, ameaçou famílias e cometeu barbaridades na Villa de Entre-Rios. São testemunhas do facto Pedro Moreira dos Santos, Major Antonio Alves Pires, Tenente Leopoldino Bueno da Rocha, Capitão Constantino Thomaz de Souza, Tenente Tiburcio Pupo Ferreira. Todos aqui residentes.³⁶³

Em Curitiba, 18 de Outubro de 1894, carta redigida pelo Tenente Honorário do Exército Leopoldino Bueno da Rocha, endereçada ao Coronel José Maria Marinho da Silva:

Participo-vos que o Cidadão de nacionalidade italiana Augusto Marques, que residia quase sempre no municipio de Palmeiras, esteve muito tempo a procura não só da minha pessoa como dos Cidadãos Major Antonio Alves Pires, Capitão Constantino, Coronel Pedro Ferreira Maciel, Capitão Manoel de França; e de mais algumas pessoas, a fim de nos degollar, por não sermos nós federalistas. E como este mesmo Cidadão Augusto Marques é conhecido como um homem de maus instintos e inimigo do Governo do nosso Paiz, havendo contra elle diversas partes no mesmo sentido, peço e espero de vossa justiça as providências que julgar convenientes.³⁶⁴

Na carta *supra* percebe-se a construção do discurso que atribui somente aos maragatos a violência (materializada principalmente pela degola), o que retoma a discussão abordada no capítulo anterior sobre o modo de construção da história pelas fontes oficiais, para uma compreensão sobre a moldagem da visão posterior sobre um período a partir dos escritos legados pelos vencedores.

³⁶² NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 530.** Curitiba, n. 4205, v. 55, p. 7, 1894. 1 CD-ROM.

³⁶³ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 9-10.

³⁶⁴ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 11.

Também endereçada ao mesmo Coronel há carta de Palmeiras, 18 de Outubro de 1894, redigida pelo Capitão Honorário do Exército em Comissão do Comando do 5º Distrito Militar, Joaquim da Silva Dias:

Tendo prendido na Estação da Palmeira, o revoltoso Augusto Marques, cumpre-me vos dar circunstanciadamente os motivos que levaram-me a esse procedimento: quando organizavo-se nesta Villa, forças para impedir a invasão no Estado, Augusto Marques, foi intimado para assentar praça na Guarda Nacional, ao que opoz-se declarando ser cidadão Italiano e provando com documentos, ficando dessa fôrma isento do serviço Nacional. Realizada a invasão, esse individuo era um dos bandidos mais audazes deste lugar, ameaçando a degolla a todos os Amigos do Governo legal. Tive a infelicidade de ser preso pelos Federalistas e sem ao menos me serem conferidas as honras e garantias que tenho por lei, fui atirado em uma enxovia desta Villa, e o maior algoz que tive, foi o alludido Augusto Marques, Cidadão Italiano e Tenente dos revoltosos que constantemente exigia de seus companheiros a minha cabeça como motivo ser eu Capitão pica-pao, mas que felizmente não levou a effeito aquelle desideratum, por protecção que obtive de um de seus collegas. Arvorou-se Augusto Marques em Tenente dos revoltosos, carregando no braço as respectivas insígnias, e dizia elle ser nomeado por Gumerindo para fazer degollas. Procurava nas mattas com grande empenho, o Tenente Leopoldino Bueno, e outros amigos da legalidade, para degolla-los, encontrando infelizmente no Assungui, o cidadão Pedro Moreira dos Santos, respeitavel ancião e chefe de numeroza família. Em casa do cidadão Terencio de Andrade, foi que, Augusto Marques (possante como é) pegou Pedro Moreira a força e quando levava-lhe na garganta a faca, Pedro pegando na folha da mesma, impediu o golpe que occasionaria-lhe indubitavelmente morte instantânea mas ficando com grande ferimento na mão. Aos gritos de socorro da victima, algumas pessoas a acudiram, não podendo enfim o degollador consumir aquelle hediondo crime. Retirando-se esse bandido d'ahi, tentou mais adiante assassinar os Capitães Durval Ferreira e Constantino Souza, não levando também a effeito, devido a prudência desses servos. Na Villa de Entre Rios, Augusto Marques intimou seus habitantes a apagarem vários dísticos que tinham nas ruas, entre ellas – Rua Marechal Floriano Peixoto – sob pena de degolla se não o fizessem. Esse bandido que vivia andando e só occupava-se em fazer mal, com certeza praticaria muitos outro sactos que presentemente ignoro. São testemunhas: Major Antonio Alves Pires. Capitão Durval de Souza Ferreira. Capitão Constantino Thomaz de Souza. Pedro Moreira dos Santos. Salvador Ribeiro de Souza. Tenente Adão Felt.³⁶⁵

As constantes menções ao acusado como revoltoso e degolador podem ser explicadas pela já mencionada perspectiva da história que é contada e (re)construída pelos vencedores e pelas fontes oficiais, mas, neste caso, também se nota um elemento adicional: o acusado era estrangeiro, de nacionalidade italiana. Como uma análise mais aprofundada extrapola os limites

³⁶⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 530.** Curitiba, n. 4205, v. 55, p. 15-17, 1894. 1 CD-ROM.

desta monografia, salienta-se, em síntese, que os imigrantes europeus que vieram ao Brasil no século XIX padeceram, perante as elites já estabelecidas, de diversas maneiras, tanto materiais quanto simbólicas. Em relação ao segundo modo, observam-se *estigmatizações* da figura do imigrante, que generalizam para um conjunto étnico determinadas características, em geral desfavoráveis, como a destreza para a prática de crimes³⁶⁶.

Em 04 de novembro de 1894 expediu-se carta precatória para intimação dirigida ao Juízo Distrital da Vila da Palmeira:

O Bacharel Manoel Ignácio Carvalho de Mendonça, Juiz Federal da Secção do Paraná Faço saber a Vossa Mercê Senhor Juiz districtal da Villa da Palmeira, ou quem sua vara escrever, que o Doutor Procurador da Republica n'este Estado me dirigo uma denuncia contra Augusto Marques pelo factro criminoso de ter-se intitulado tenente do exercito libertador, nomeado por Gumerindo Saraiva, auxiliando o movimento rebelliano dirigido contra os poderes Constituídos da Nação. Além de outros muitos auxílios que a dita causa prestou, como é positivamente notório, e portanto incorrendo no crime previsto no artigo cento e quinze, paragrapho quatro do Código Penal; sendo testemunhas do Summario de Dulpá: Leopoldino Bueno da Rocha. Tiburcio Pupo Ferreira. Antonio Alves pires, residentes nesse município da Palmeira. Em virtude do que esta se passou e por isso peço a Vossa Mercê que logo que esta lhe for apresentada a cumpra e faça cumprir mandando intimar as testemunhas mencionadas para se apresentarem n'este mesmo juízo no dia dezenove o corrente mês ao meio dia na sala das audiências em o edifício da Delegacia fiscal desta cidade, e ahi deporem no referido Summario de culpa, sob pena de desobediência e serem conduzidos debaixo de vara; mandando de tudo lavrar as certidões necessárias que (...) enviará com a devolução d'esta. Assim cumprindo fará serviço a Nação e a mim.³⁶⁷

Em 20 de novembro de 1894 juntou-se em cartório aos autos o mandado de intimação.³⁶⁸ Expediu-se mandado de cumprimento da carta precatória, com determinação do Camarista e Juiz Distrital Substituto da Vila da Palmeira, Antonio de Jesus Reynaud³⁶⁹. Posteriormente, em 20 de novembro de 1894 foi certificado pelo Oficial de Justiça Antonio José que intimou a comparecer em juízo Leopoldino Bueno da Rocha, mas que não intimou nem Antonio Alves, pois

³⁶⁶ Em estudo da alta cultura brasileira do século XIX, o imigrante italiano era considerado uma “causa” de aumento da criminalidade, devido a sua maior *destreza* em relação aos brasileiros, cf. ALBURQUERQUE, Roberto Chacon de. A situação da justiça penal no Brasil do século XIX. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. v. 102, p. 47 – 78, jan./dez. 2007.

³⁶⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 530**. Curitiba, n. 4205, v. 55, p. 23-24, 1894. 1 CD-ROM.

³⁶⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 24.

³⁶⁹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 25.

este encontrava-se ausente, nem Tiburcio Pupo Ferreira, por este ser residente no município de Entre Rios (pertencente à comarca de Ponta Grossa).³⁷⁰ Com a devolução dos autos ao juízo de Curitiba, o Juiz determinou, em 26 de novembro de 1894: “Intime-se a testemunha Antonio Alves Pires que se acha nesta capital e expeça-se carta precatoria para o juizo de Ponta Grossa, a fim de ser inquirida a testemunha Tiburcio Pupo Ferreira – residente em Entre Rios.”³⁷¹ Antônio Alves Pires foi intimado, conforme certidão nos autos.³⁷² Realizou-se interrogatório do acusado Augusto Marques, sendo transcrito no respectivo Auto de Qualificação pelo escrivão Gabriel Pereira:

Qual seu nome? Respondeo chamar-se Augusto Marques. De quem é filho? Respondeo que de Domingo Marques. Que idade tem? Respondeo que quarenta e seis annos. Seu estado? Solteiro. Sua profissão? Pedreiro. Sua nacionalidade? Italiano. Onde nasceo? Em Verona. Sabe ler e escrever? Sim. E como nada mais respondeo nem perguntado lhe foi, mandou o Juiz que se lavrasse este auto de qualificação.³⁷³

Aliás, o auto de qualificação era considerado “não só uma necessidade de ordem administrativa para facilitar a estatística criminal, como uma cautela para a determinação da identidade pessoal do réu.”³⁷⁴

No mesmo dia, passou-se a realizar a inquirição das testemunhas. A primeira foi Antonio Alves Pires, 35 anos, casado, natural de Curitiba, negociante residente em Palmeira, “sob sua palavra de honra, prometeu dizer a verdade do que soubesse e perguntado lhe fosse”³⁷⁵. Perguntado sobre a denúncia, respondeu afirmativamente, que o acusado desempenhara função revolucionária.³⁷⁶ Perguntado se existia acordo.³⁷⁷ Sobre a finalidade das ações

³⁷⁰ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 530**. Curitiba, n. 4205, v. 55, p. 15-17, 1894. 1 CD-ROM. *Ibidem*, p. 26.

³⁷¹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 29.

³⁷² NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

³⁷³ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 31.

³⁷⁴ ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *Op. cit.* p. 210.

³⁷⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Op. cit.* p. 31.

³⁷⁶ Testemunho: “respondeo que realmente o accusado, Augusto Marques, intitulava-se tenente do exercito revolucionário e, como tal, praticou desatinos no município da Palmeira; tentou e ameaçou com a degola alguns cidadãos, entre os quaes a testemunha se recorda de Pedro Moreira dos Santos, a quem, segundo ouviu, tentou o accusado degolar. Disse mais, que ele mesmo testemunha teve aviso para se prevenir, pois que o accusado tentava contra elle e contra sua propriedade.” In: NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 32.

³⁷⁷ Testemunho: “respondeo que esse accordo naturalmente devia existir, pois que assim não fosse, o accusado não praticaria os actos que praticou, tendo anteriormente, como sempre teve,

do acusado: “respondeo que ignora, porquanto não chegou a lhe falar. ” ³⁷⁸ Dada a palavra ao Procurador Seccional, este nada perguntou. Após, dada a palavra ao acusado, este perguntou se alguma vez a testemunha o vira com fita ao chapéu e se andava só ou acompanhado, tendo a seguinte resposta: “constava que o accusado andava sempre só e que trazia fita no chapéu. ”³⁷⁹

Após, a segunda testemunha foi ouvida: Leopoldino Bueno da Rocha, 47 anos, casado, negociante, natural do Paraná e residente em Palmeira, “sob sua palavra de honra, prometteo dizer a verdade do que soubesse e perguntado lhe fosse. ”³⁸⁰ Em relação à denúncia, respondeu não saber do envolvimento, mas que o acusado era honesto e não envolvido em política.³⁸¹

As testemunhas foram intimadas a não se ausentarem do Estado, durante o prazo de um ano, sem comunicar ao Juízo.³⁸²

Foi redigida carta precatória ao Juiz Distrital de Ponta Grossa em 7 de dezembro de 1894:

Faço saber a Vossa Mercê, Senhor Juiz Districtal da cidade de Ponta Grossa, ou a quem seu cargo estiver exercendo, que o Doutor Procurador da República n'este Estado me dirigio uma denuncia contra Augusto Marques, pelo facto criminoso de ter este se intitulado tenente do “exercito libertador”, nomeado por Gumerindo Saraiva, auxiliando o movimento revolucionário dirigido contra os poderes públicos da Nação, alem de muitos outros auxílios que prestou a causa da revolução; achando-se portando incurso no artigo cento e quinze, paragrapho quarto do Codigo Penal. E, como o mesmo Procurador da Republica, em promoção nos autos do respectivo processo me requeresse que mandasse expedir precatoria ao Juizo de Vossa Mercê, a fim de ser ahi inquirida a testemunha Tiburcio Pupo Ferreira, residente em “Entre-Rios”, para depor no referido processo, assim o

procedimento correto; que não viu o accusado com divisas de tenente, mas que ouviu dizer que os trazia algumas vezes. ” NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 530.** Curitiba, n. 4205, v. 55, p. 32, 1894. 1 CD-ROM.

³⁷⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

³⁷⁹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem, Ibidem*, p. 32-33.

³⁸⁰ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

³⁸¹ Testemunho: “respondeo que achando-se elle, testemunha, occulto no quarteirão do Imbituba, do municipio da Palmeira, constou-lhe ahi que um tenente-federalista para ali se dirigia o procurando. Que elle testemunha indagando se o mesmo vinha só ou com outros, soube que vinha só e que havia revellado o projeto de degolar Pedro Ferreira Maciel, alguns membros da família d'este, a elle testemunha e a Antonio Alves Pires. Que não tendo entretanto se dirigido o accusado para Imbituba e sim para o Assunguy, ali tentou degolar a Pedro Moreira dos Santos. Que nunca vio o accusado trazendo fita ao chapéu ou qualquer outro distinctivo dos que então usavam os revoltosos, porque andou sempre occulto. Disse mais que conhecia o accusado antes do período revolucionário, que era homem honesto e não se intervinha na política local. ” NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem, Ibidem*, p. 33-34.

³⁸² NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

deferi, e, em virtude d'isso essa se passa, pedindo a Vossa Mercê que, logo que ella lhe seja apresentada, a cumpra e faça cumprir".³⁸³

Após receber a precatória, o Juiz Pedro Antunes de Almeida determinou carta precatória para a Vila de Entre-Rios, para intimação da testemunha Tiburcio Pupo Ferreira, em 14 de dezembro de 1894.³⁸⁴ Joaquim Thomaz Sabino, primeiro juiz distrital substituto do terceiro juiz distrital em exercício da Vila de Entre-Rios determinou, em 15 de dezembro:

Mando a qualquer official de Justiça deste Juizo que a vista deste mandado, a quem este fôr apresentado, indo por mim assignado, que vá na casa de onde vive e mora Tiburcio Pupo Ferreira e la o intime em virtude da precatoria do Juizo Districtal da Cidade de Ponta Grossa que foi dirigida a este juizo, para a mesma testemunha Tiburcio Pupo Ferreira comparecer na Sala da Camara Municipal daquela Cidade no dia dezessete do corrente as dez horas da manhã, a fim de depor o que souber sobre os factos de que está sendo processado Augusto Marques, por ter elle se intitulado Tenente do Exercito Libertador, nomeado por Gumerindo Saraiva, auxiliando o movimento revolucionário, dirigido contra os poderes públicos da Nação, alem d'outros auxílios que prestou a causa da revolução, achando-se portanto incurso no Artigo cento e quinze, paragrapho quarto do Codigo Penal, tudo por denuncia do Doutor Procurador da Republica, neste Estado. Indo sob pena de desobediência caso não compareça no dia, hora e logar, acima declarado.³⁸⁵

Mas a testemunha não foi encontrada, sendo informado que estaria no Passo do Pupo, em Ponta Grossa.³⁸⁶ Com a remessa dos autos para Ponta Grossa, o Juiz Pedro Antunes determinou expedição de mandado de intimação³⁸⁷, redigido em 17 de dezembro³⁸⁸ e com intimação certificada no mesmo dia³⁸⁹. Em 18 de dezembro foi realizada oitiva da testemunha Tiburcio Pupo Ferreira, 42 anos, casado, negociante, natural do Distrito de Ponta Grossa e residente em Entre-Rios, "fez a promessa legal na forma da lei"³⁹⁰ e, ao ser perguntado sobre a denúncia, resumiu-se ao que ouviu dizer.³⁹¹

³⁸³ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 530**. Curitiba, n. 4205, v. 55, p. 39, 1894. 1 CD-ROM.

³⁸⁴ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 43-44.

³⁸⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 45-46.

³⁸⁶ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

³⁸⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 48.

³⁸⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 49-50.

³⁸⁹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

³⁹⁰ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 51.

³⁹¹ Testemunho "respondeo que não tem sciencia dos factos praticados por Augusto Marques, mas que lhe constou que em dias de Fevereiro do corrente anno, andou na Villa de Entre-Rios um estrangeiro, o qual se intitulava a ser official e que e que ordenou a pessoas que não se recorda do nome, para ver com os títulos das ruas de Entre-Rios, como fosse o nome da Rua Doutor Vicente Machado e Doutor Francisco Xavier e que naquelles dias iria em Entre-Rios e

Com o retorno dos autos para o Juízo de Curitiba, o Procurador Seccional Leonardo Franco e Souza manifestou-se em 14 de janeiro de 1895:

Opinamos pela despronuncia do denunciado Augusto Marques, visto como do interrogatório de testemunhas e mais peças do processo não se (...) absolutamente que o denunciado tenha praticado o crime definido no art. 115, §4, do Codigo Penal.³⁹²

O juiz Carvalho de Mendonça em 17 de janeiro sentenciou, finalizando o processo:

Vistos estes autos, consta deles, por denuncia de fl. 2, fundada nos documentos de fl. 5, 6, 8 e 9, que o accusado, Augusto Marques, durante o tempo em que neste Estado estabeleceu-se o governo revolucionário, intitular-se official do exercito do caudilho Gumerindo Saraiva, cometteu, no município da Palmeira, diversos desatinos, narrados na mesma denuncia. Os documentos em que se baseia a denuncia, sendo simples partes de occurrencias que precisavam provas mais completas, nada podem influir para a pronuncia do accusado. As testemunhas de fl. 16, 17 e 26 nada provam em relação ao crime político de que trata a denuncia, sendo antes accordes em affirmar que não viram o accusado incorporado a outros, nem se quer trazendo os distinctivos de que usavam os revoltosos. Não existindo, portanto, prova alguma contra o accusado, julgo improcedente a denuncia de fl. 2, para o effeito de absolver de culpa o accusado Augusto Marques.³⁹³

O segundo caso encerra-se com a absolvição do acusado Augusto Marques por meio da sentença que não o pronunciou, não tendo sido provado o concerto do acusado com os federalistas no município de Palmeira (não foi, portanto, encaminhado para o Júri, pois o Juiz togado decidiu pela improcedência da denúncia). Interessante que, mesmo tendo acusações mais graves (crimes de sangue, na figura da degola) do que o primeiro caso (funções burocráticas nos Correios), o primeiro caso foi pronunciado ao Júri, e o segundo não (frise-se que o mesmo juiz proferiu ambas as decisões). Salienta-se que, além da criminalidade de sangue, a estigmatização em torno da figura do imigrante, apesar de estar presente em vários documentos analisados, também

que nessa ocasião haviam de conhecer quem elle era e que havia de trazer uma força. Disse mais que devem ter bem sciencia destes factos os cidadãos Alexandre Antonio Antunes, Conrado Schmidt e Appolinario Candido dos Santos. " NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 530**. Curitiba, n. 4205, v. 55, p. 51-52, 1894. 1 CD-ROM.

³⁹² NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 55.

³⁹³ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 56.

não foi elemento preponderante para a convicção do juiz, que, desta forma, não encaminhou os autos ao Júri, encerrando o processo na primeira fase.

O terceiro caso inicia-se em 1º de dezembro de 1894, o Procurador da Republica Leonardo Franco e Souza denuncia Joaquim Gonçalves da Matta, João Baptista de Oliveira Silvério e Diocleciano de Sá Ribas:

O Procurador da Republica n'este Estado vem perante V. Exa. denunciar Joaquim Gonçalves da Matta, João Baptista de Oliveira Silverio e Diocleciano de Sá Ribas pelo seguinte facto criminoso que passa a referir. Invadido e conquistado este Estado em princípios do corrente anno por forças revolucionarias que já haviam apoderado do Estado de Santa Catharina, foi aqui estabelecido um pretenso governo para este Estado. O intitulado Governador, Dr. Menezes Doria, demittiu vários juizes do Estado, uns vitalícios e outros electivos. Entre estes foram demittidos os cidadãos que serviam em Guarapuava os cargos de Juizes Districtaes sendo nomeados em substituição os denunciados, na ordem em que vão seos nomes colacionados. Os denunciados aceitaram a investidura revolucionaria de cargos de juizes districtaes e exerceram effectivamente as funções inerentes aquelles cargos. Com este procedimento manifestaram os denunciados o accordo em que estavam com os chefes revolucionários para os fins da revolução e infringiram a disposição que se contem no artigo 115, § 4º do Codice Penal, pois oppuseram-se diretamente e por factos, ao livre exercício dos poderes legitimamente constituídos da Nação. E para que sejam então punidos de accordo com o que dispõe o referido artigo do Codice, o Procurador da Republica n'este Estado vem perante V. Ex^a. offerer a presente denuncia e pede que se defira instaurar contra os denunciados o respectivo processo, nos termos do Decreto nº 848 de 11 de Outubro de 1890, intimados os denunciados e interrogadas as testemunhas adiante arroladas, pela forma e sob as penas da lei.³⁹⁴

Juntados aos autos dois ofícios encaminhados por Vicente Machado ao General do 5º Distrito Militar de Curitiba, em 11 de maio de 1894. Um dos ofícios escrito por Joaquim Gonçalves da Matta, 1º Juiz Distrital, em 15 de abril de 1894 ao Governador do Estado do Paraná:

Communico a V. Ex.^a. que em auxilio da organização e manutenção do Batalhão Niscina a Guarapuava, renuncio aos vencimentos a que tenho direito pelo exercício do cargo de Juiz Districtal desta Commarca de 1º a 31 de março próximo passado.³⁹⁵

O outro ofício dirigido ao Governador do Estado, escrito em 15 de abril de 1894 pelo Coronel F. P. de Lacerda, Commandante do Batalhão de Guarapuava,

³⁹⁴ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 528.** Curitiba, n. 4206, v. 55, p. 3-4, 1894. 1 CD-ROM.

³⁹⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 11.

refere-se à expedição de ordem de pagamento dos valores solicitados anteriormente, bem como dos valores renunciados pelo juiz distrital *supra* em favor da manutenção do respectivo Batalhão.³⁹⁶

Em carta endereçada ao Governador do Paraná durante o período revolucionário, Dr. Menezes Dória, o Juiz Joaquim Gonçalves da Matta escreve sobre os presos que soltou em cumprimento de ordem e pergunta sobre outros dois presos:

Estão também presos Ignacio José de Moraes e José Rosa, ambos por julgar, por crime de homicídio. Por causa dos Índios, exacerbados com assassinato de Jongyô, é perigosa e inconveniente soltura aqui de José Rosa. Se os perdoardes, será conveniente remetter José Rosa para longe.³⁹⁷

Carta Precatória ditada pelo Juiz Manoel Ignácio escrita pelo Escrivão Gabriel Pereira em 10 de dezembro de 1894:

Faço saber a Vossa Mercê, Senhor Juiz Districtal da Cidade de Guarapuava, ou a quem seu cargo se achar exercendo, que o Doutor Procurador Seccional me offereceu uma denuncia contra Joaquim Gonçalves da Matta, João Baptista de Oliveira Silvério e Deocleciano de Sá Ribas pelo facto criminoso de terem, por ocasião da invasão d'este Estado pelas forças revolucionarias, aceitado a nomeação de Juizes Districtaes d'essa Cidade, na ordem em vão seus nomes, e exercido as funções inherentes aos ditos cargos. E como por semelhante facto os denuciados se acham incursos no artigo cento e quinze, paragrapho quarto do Código Penal, o mesmo Doutor Procurador Seccional me requereo que contra elles fosse instaurado o respectivo processo, intimados os mesmos para serem interrogados e as testemunhas, Zacarias Caetano Coelho do Amaral, Soter Jorge de Oliveira, Frederico Guilherme Wirmond e Miguel Stresser³⁹⁸, todas ahi

³⁹⁶ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 528.** Curitiba, n. 4206, v. 55, p. 9, 1894. 1 CD-ROM.

³⁹⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 17.

³⁹⁸ Foi Capitão da 1ª Companhia do Batalhão Visconde de Guarapuava. Aliás, em Guarapuava os anti-florianistas reuniram um Batalhão de Voluntários, organizado pelo republicano idealista Lacerda Werneck e apoiado pelo liberal-monarquista Visconde de Guarapuava. "O batalhão Visconde de Guarapuava foi treinado pelos guarapuavanos que participam da Guerra do Paraguai: Francisco de Paula Pletz e Christiano Pletz. Mas, não chegou a participar de nenhuma frente de combate, porque Gumerindo Saraiva recuou e os legalistas conseguiram recuperar terreno. Ao terminar a revolta, Lacerda Werneck e seus companheiros precisaram fugir de Guarapuava e rumaram para o sertão do Iguaçu para refugiarem-se na Argentina. Mas, as forças legalistas alcançaram o jovem idealista republicano Lacerda Werneck e seus companheiros. O que restou aos revolucionários, inimigos políticos, foi o fuzilamento, procedimento adotado pelos legalistas. Já o velho Visconde, morador há muitas décadas na Província do Paraná, líder político da cidade, aguardou a chegada do Coronel Braz Abrantes, apresentando-se como seu prisioneiro, deixando de lado seu passado monarquista de comendador, Major, Coronel, Barão e Visconde. Mas, suas ações, atitudes e serviços prestados em nível local, regional e nacional deram-lhe garantia para enfrentar Braz Abrantes, que nada fez ao velho monarquista. " In:

residentes, para deporem na formação de culpa; o que tudo deferi, E, por isso, mandei expedir a presente carta precatória, pedindo a Vossa mercê que, logo que ella lhe for apresentada, a cumpra e faça cumprir, mandando intimar aos denunciados para se verem processar, em dia e hora que lhes for designado e às testemunhas indicadas para, perante seu Juizo, deporem em relação ao facto referido, me devolvendo esta com as certidões e mais peças que tiverem relação com ella. Assim cumprindo, fará Vossa Mercê serviço à Nação e a mim favor.³⁹⁹

Mandado de intimação escrito pelo Juiz Domingos Moreira Gamalier, em 22 de dezembro de 1894:

Mando a qualquer official de justiça d'este juízo a quem este for apresentado indo por mim assignado, intime a Joaquim Gonçalves da Matta, João Baptias de Oliveira Silveiro e Deocleciano de Sá Ribas – ambos moradores no Districto desta Cidade, a fim de comparecerem n'este juízo na audiência extraordinária que terá logar no dia 29 do corrente no Paço da Câmara Municipal as 11 horas da manhã, para defenderem-se do processo que lhes será instaurado por crime de terem aceitado a nomeação de Juizes Districtaes, por occasião da invsão deste Estado (do Paraná) pelas forças revolucionarias e exercerem as funções inherentes aos ditos cargos e se acharem incurso no art. 115 ° 4º do cód, Penal; e bem assim o Promotor Publico e as testemunhas Zacarias Caetano Coelho do Amaral, Frederico Guilherme Wirmond, Soter Jorge de Oliveira e Miguel Stresser, sob pena de serem denunciados processados a revelia caso não compareçam e as testemunhas sob pena de desobediência. O que cumpro na forma e debaixo das penas da lei.⁴⁰⁰

O Oficial de Justiça Manoel de Oliveira intimou as pessoas supra em 24 de dezembro de 1894, com exceção de Joaquim Gonçalves por estar fora do município de Guarapuava.⁴⁰¹

Termo de juramento do Oficial de Justiça para servir ao presente processo, redigido pelo escrivão interino Francisco de Paula Alves:

Aos vinte e quatro dias do mez de dezembro de mil oito cento se noventa e quatro, n'esta cidade de Guarapuava, na sala da Câmara Municipal, onde presente se achava o cidadão Alferes Domingos Moreira Gamalier, Juiz Districtal em exercício, compareceu Manoel Rodrigues de Oliveira e pela mesma autoridade lhe foi deferido o

SANTOS, Zelo Martins dos. **Visconde de Guarapuava**: Um personagem na História do Paraná. 208 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. p. 157. Disponível em: < <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/2776/ZELOI+APARARECIDA+MARTIN?sequence=1>>. Acesso em: 24/10/2016.

³⁹⁹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 528**. Curitiba, n. 4206, v. 55, p. 75-76, 1894. 1 CD-ROM.

⁴⁰⁰ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 79.

⁴⁰¹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 80.

juramento na forma da lei, de bem e fielmente servir de official ad hoc no presente processo. Aceito o juramento assim o prometeu cumprir.⁴⁰²

Em 29 de dezembro de 1894, na sala de Câmara Municipal de Guarapuava, lugar das audiências do Juiz Distrital em exercício, Alferes Domingos Moreira Gamalier, presente o Promotor Publico interino da Câmara Bonfim dos Santos Pacheco, os acusados João Baptista de Oliveria Silvério e Deocleciano de Sá Ribas, foram inquiridas as testemunhas, com termos redigidos pelo escrivão interino Francisco de Paula Alves:

1ª Testemunha Zacarias Caetano Coelho do Amaral, 61 anos, casado, natural de Portugal, negociante, residente em Guarapuava.⁴⁰³

Posteriormente, foi ouvida a segunda testemunha Frederico Guilherme Wirmond, 65 anos, viúvo, fazendeiro, natural da Capital Federal, residente em Guarapuava.⁴⁰⁴

Por último, a testemunha Soter Jorge de Oliveira, 30 anos, solteiro, empregado publico, natural e residente em Guarapuava.⁴⁰⁵

⁴⁰² NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 528**. Curitiba, n. 4206, v. 55, p. 9, 1894. 1 CD-ROM. *Ibidem*, p. 81.

⁴⁰³ Testemunho “Testemunha jurada na forma da lei, inquirido sobre a carta precatória de inquirição deprecada pelo Juízo Seccional da Capital, respondeu que sabe apoenas que o primeiro dos denunciados Joaquim Gonçalves da Matta aceitou a nomeação de Juiz Districtal desta Cidade durante o período da revolução e em cujo cargo exerceu as funcções do mesmo, cumprindo e expedindo ordens n’esse caracter, quanto ao Cidadão João Baptista de Oliveira Silveiro sabe que aceitou a dita nomeação, mas não sabe se exerceu as funcções do mesmo, e quanto ao terceiro denunciado Deocleciano de Sá Ribas, sabe que durante o período da revolução esteve ausente, não podendo no entanto affirmar porque n’esse período foi coagido a retirar-se d’esta Cidade. Dada a palavra ao Promotor Publico nada requereu. Dada a palavra aos denunciados, nada requereram. E por nada mais disser, nem lhe ser perguntado, deu-se por findo este depoimento, que lido e achado conforme assignou com o Juiz, Promotor e os denunciados. ” In: NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 83-84.

⁴⁰⁴ Testemunho: “Testemunha jurada na forma da lei, inquirida sobre a carta de inquirição deprecada pelo Doutor Juiz Seccional da Capital d’este Estado, respondeu que em quanto as factos criminosos de que são accusados Joaquim Gonçalves da Matta, João Baptista de Oliveira Silvério, Deocleciano de Sá ribas, sabe que o primeiro Joaquim Gonçalves da Matta acceitou o lugar de Juiz Districtal, nomeação feita pelo Governo revoltoso e que n’essa qualidade exerceu aqui o cargo de Juiz de Direito em quanto a João Baptista de Oliveira Silvério sabe que foi nomeado Juiz Districtal mas ignora se aceitou ou eerceu o referido cargo, o mesmo se dando quanto ao utlimo accusado Deocleciano de Sá Ribas sabendo que este Senhor esteve ausente da Comarca durante a invasão dos revoltosos. Dada a palavra ao Promotor Publico, nada requereu. Dada a palavra aos denunciados estes nada requereram. E por mais nada dizer e nem lhe ser perguntado deu-se por findo este depoimento, que lido e achado conforme assigna com o Juiz, Promotor e os denunciados. ” In: NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 84-85.

⁴⁰⁵ Testemunho: “Testemunha jurada na forma da lei, inquirida sobre a carta deprecada pelo Doutor Juiz seccional da capital do Estado, que lhe foi lida respondeu: que é verdade quanto ao primeiro Juiz Districtal Joaquim Gonçalves da Matta ter este aceitado e exercido o referido cargo como se vê no cartório do escrivão do Juízo de Direito e também servido como Juiz de Direito

No mesmo dia e lugar, foi redigido termo de interrogatório do acusado João Baptista de Oliveira Silvério:

Juiz Districtal em exercicio Cidadão Alferes Domingos Moreira Gamalier ahi presente o mesmo Juiz, comigo escrivão abaixo assignado e o denunciado João Baptista de Oliveira Silveiro sem constrangimento algum pelo Juiz lhe foi feito o interrogatório pela forma seguinte: Qual seu nome? Respondeu chamar-se João Baptista de Oliveira Silvério. Que idade tem? Cincoenta e quatro annos. Seu estado? Casado. Lugar de nascimento? Natural d'este Município. Perguntado se tem factos ou motivos a que attribui a denuncia? Não tem. Perguntado se tem motivos ou factos que mostrem a sua innocencia? Respondeu que sim, que de facto aceitou a nomeação de Juiz Districtal na invasão revolucionaria pela pressão que lhe foi feita e para assim poder se livrar de qualquer violência contra sua pessoa e sua família, porque n'aquella época não havia garantia alguma e toda pessoa que não pode se escapar ou fugir da revolução, estava sujeita a caprixos de toda a espécie, e se não fora os motivos que expõem não se sujeitaria a servir ou aceitar aquelle cargo, porque não mora dentro d'esta Cidade; disse mais que não coadjuvou a revolução de modo algum e que sendo um homem pacato e ordeiro por forma alguma aceitaria aquella nomeação com má intensão. E por nada mais dizer e nem lhe ser perguntado, deu-se por findo este interrogatório, que lido e achado conforme, assigna com o Juiz.⁴⁰⁶

Após, redigiu-se termo de interrogatório do acusado Diocleciano de Sá Ribas:

Juiz Districtal Cidadão Domingos Moreira Gamalier, comigo escrivão interino de seu cargo abaixo nomeado ahi presente o mesmo Juiz e o Denunciado Deocleciano de Sá Ribas, sem constrangimento algum, pelo Juiz lhe foi feito o interrogatorio pela forma seguinte: Qual seu nome? Respondeu chamar-se Deocleciano de Sá Ribas. Que idade tem? Trinta annos. Seu estado? Casado. Lugar de seu nascimento? Natural d'este Município. Perguntado se tem factos ou motivos a que attribui a denuncia? Não tem. Perguntado se tem motivos que mostrem a sua innocencia? Respondeu que sim, que achando-se ausente do Município desde vinte e quatro de janeiro até fim de agosto de corrente anno, nada lhe constou de tal nomeação de Juiz Districtal. E por nada mais dizer e nem lhe ser perguntado, deu-se por findo este

Substituto, tanto assim que foi ella testemunha demitida pelo referido Juiz de Direito do cargo de partidor e contador interino d'esta Comarca. Quanto aos Cidadãos João Baptista de Oliveira Silvério e Deocleciano de Sá Ribas sabe quanto ao primeiro ter apenas aceitado o cargo de segundo Juiz Districtal não lhe constando ter entretanto exercido o referido cargo, quanto ao ultimo sabe que no tempo da sua nomeação achava-se na Villa de Jaguarahiva e la permaneceu durante o tempo da época revolucionaria n'este Estado, tendo voltado ultimamente para esta cidade depois de re-estabelecida a legalidade e por isso tem plena certeza de que Deocleciano de Sá Ribas em nada tomou parte a favor da revolução n'esta localidade. Dada a palavra ao Promotor Publico, nada requereu. Dada a palavra aos denunciados, nada requereram. Deu-se por findo este depoimento que lido e achado conforme, assigna com o Juiz, Promotor Publico e os denunciados. " NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 528.** Curitiba, n. 4206, v. 55, p. 9, 1894. 1 CD-ROM. *Ibidem*, p. 85-87.

⁴⁰⁶ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 87-88.

interrogatório, que lido e achado conforme assigna com o Juiz e eu Francisco de Paula Alves, escrivão interino o escrevi.⁴⁰⁷

No mesmo dia, o Juiz Domingos Moreira Gamalier determinou a remessa dos autos para Curitiba:

Devolva-se estes autos ao Juízo Seccional da Capital do Estado, independente de traslado. Não foi possível proceder-se o interrogatório do denunciado Joaquim Gonçalves da Matta, por ser publico e notório que ausentou-se para fora da Comarca, e sem duvida para não comparecer em Juízo. Deixando-se de inquirir a testemunha e Miguel Stresser, em vista do telegramma do Procurador da Republica, pedindo a não inquirição d'essa testemunha como suspeita como co-participante na revolução.⁴⁰⁸

Após remessa, o Juiz Carvalho de Mendonça intimou o Procurador da Republica a se manifestar. O Procurador Leonardo Franco e Souza peticionou em 14 de janeiro de 1895:

A denuncia de fl. 2 foi formulada de accordo com as (...) contidas no Decreto nº 848 de 11 de outubro de 1890, e foram rigorosamente observadas as determinações a respeito enunciadas no artigo 53 – letra D – do referido decreto⁴⁰⁹. N'estas condições deixamos de dar cumprimento ao respeitável despacho de fl. 21 e requeremos vista dos autos, após o interrogatório do denunciado Joaquim Gonçalves da Matta, a fim de formularmos o mesmo parecer sobre a formação da culpa.⁴¹⁰

O escrivão Gabriel Pereira certificou: “Aos treze dias de janeiro de mil oitocentos noventa e cinco me foram entregues estes autos com a promoção supra; de que lavro este termo.”⁴¹¹

Em 13 de janeiro de 1895 em Curitiba, na Sala das sessões do Juízo Seccional, presentes o Juiz Doutor Manoel Ignácio Carvalho de Mendonça, o Escrivão e o acusado Joaquim Gonçalves da Matta, ao qual foram feitas as seguintes perguntas para formar Auto de Qualificação:

Perguntado qual seu nome, idade, naturalidade, estado, profissão, filiação e residência, respondeo chamar-se Joaquim Gonçalves da

⁴⁰⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 528**. Curitiba, n. 4206, v. 55, p. 9, 1894. 1 CD-ROM. *Ibidem*, p. 88-89.

⁴⁰⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 90.

⁴⁰⁹ “Art. 53. A queixa ou denuncia deve conter: (...)d) nomeação de todos os informantes e testemunhas, não excedendo estas o numero de seis”. Brasil. Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890. Organiza a Justiça Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d848.htm>. Acesso em: 06/09/2016.

⁴¹⁰ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Op. cit.* p. 92.

⁴¹¹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Op. cit.* p. 90.

Matta, de idade de quarenta e dous annos, natural d'este Estado, casado, negociante, filho de João Manoel da Matta, residente em Guarapuava. Nada mais lhe sendo perguntado, mandou o Juiz lavrar este termo que eu Gabriel Pereira, escrivão interino, o escrevi.⁴¹²

O juiz Carvalho de Mendonça extinguiu o feito em 16 de janeiro de 1895, em Curitiba: “Conformmando-me com a promoção de fl. defiro o pedido nella feito.”⁴¹³

Curioso é que para o acusado Joaquim Gonçalves da Matta houve continuação da lide até fins de janeiro de 1895. O mesmo peticionou em Guarapuava, 29 de janeiro de 1895, peça de *justificação*:

Joaquim Gonçalves da Matta justificar a bem de seus direitos e com intimação do Promotor Publico da comarca o seguinte:

1º que o justificante foi collectado pela comissão de imposto de guerra nomeada pelo Governo revolucionário, que no Estado se estabeleceu em princípios do anno passado na quantia de reis trezentos e setenta e cinco mil reis.

2º que estando n'esta época exercendo na qualidade de juiz districtal o supplicante o cargo de juiz de direito da comarca e tendo direito a vencimentos vio-se por intimação do Doutor Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, que era commandante de um batalhão revolucionário organizado nesta cidade, obrigado a officiar ao pretenso Governador Dr Meneses Doria desistindo daquelles vencimentos em beneficio da organização desse batalhão;

3º que esse officio foi escripto pelo próprio secretario do Dr. Werneck, cidadão Francisco Alves Bento e simplesmente assignado pelo justificante;

4º que o justificante além desse nenhum auxilio prestou a revolução;

5º que semelhante auxilio o justificante vio-se obrigado a prestar para obter do Dr. Werneck salvo conducto para empregados seus.⁴¹⁴

O justificante requereu ao juízo dia e hora para ouvir as testemunhas: Francisco Alves Bento; Alfredo da Silveira; Virgilio da Cruz Bastos; Manoel Luis de Souza. O Oficial de Justiça Lourenço Bento dos Santos Pacheco intimou as testemunhas e o Promotor Publico em 30 de janeiro de 1895.⁴¹⁵

Foram anexados aos autos dois comprovantes de empréstimo de guerra feitos pelo justificante à Revolução, o primeiro datado de 23 de fevereiro de 1894, o segundo de 31 de março de 1894:

⁴¹² NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 528.** Curitiba, n. 4206, v. 55, p. 93, 1894. 1 CD-ROM.

⁴¹³ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 94.

⁴¹⁴ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 53-54.

⁴¹⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 54-55.

A comissão d'este município nomeada pela comissão central para o lançamento de um empréstimo sob a responsabilidade dos chefes da revolução triumphante n'este Estado e por determinação do Governo Provisório declara ter recebido de Joaquim Gonçalves da Matta a quantia de cento e cincoenta mil reis por empréstimo, vencendo o juro de 6 por cento ao anno. Esta cautela será substituída por um titulo definitivo.⁴¹⁶

A comissão d'este município nomeada pela comissão central para o lançamento de um empréstimo sob a responsabilidade dos chefes da revolução triumphante n'este Estado e por determinação do Governo Provisório declara ter recebido de Joaquim Gonçalves da Matta a quantia de duzentos vinte e cinco mil reis por empréstimo, vencendo o juro de 6 por cento ao anno. Esta cautela será substituída por um titulo definitivo.⁴¹⁷

Em 31 de janeiro de 1895, na Sala de Audiência do Juízo de Direito de Guarapuava, as testemunhas foram ouvidas em relação à justificação do acusado e os termos redigidos pelo Escrivão Eugenio de Santa Maria.

A primeira testemunha foi Francisco de Paula Alves, 35 anos, solteiro, natural de Curitiba e residente em Guarapuava.⁴¹⁸

A segunda testemunha, Alfredo da Silveira, 27 anos, casado, negociante, natural de Itapetininga (SP) e residente em Guarapuava.⁴¹⁹

A terceira testemunha, Virgilio da Cruz Bastos, 34 anos, casado, negociante, natural da vila da Palmeira, residente em Guarapuava, jurou na forma da lei e prometeu dizer a verdade.⁴²⁰

⁴¹⁶ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 528.** Curitiba, n. 4206, v. 55, p. 57, 1894. 1 CD-ROM.

⁴¹⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 59.

⁴¹⁸ Testemunho: "a verdade ao que soubesse e lhe fosse perguntado. Sendo inquirido sobre os itens de petição do justificante, sobre o 2º respondeo que é exacto o alegado no mesmo item, o que tudo sabe por ter presenciado; ao 3º que sabe que esse officio foi dirigido ao pretenso Governador Doria, pareceu que não se (...) positivamente se foi escripto por (...) Secretario de Doutor Werneck. Ao 4º, nada respondeo. Ao 5º, que sabe por ter presenciado que é verdadeiro o allegado no dito item. E mais não disse. Dada a palavra ao Promotor Publico nada contestou ou requereu. " In: NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 61-62.

⁴¹⁹ Testemunho: "jurada na forma da lei e prometeu dizer verdade do que souber e lhe for perguntado. Sendo inquirido sobre a petição do justificante ao 2º item respondeo que é exacto todo o allegado nesse item e que isto sabe por lhe haver contado o mesmo Doutor Werneck. Ao 3º, nada respondeo. Ao 4º, respondeo que não lhe consta que além disso o justificante nenhum auxilio prestou a revolução. Ao 5º, que é verdade todo quanto se refere o mesmo item. E mais não disse. Dada a palavra ao Promotor Publico, nada contestou nem requereu. " In: NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 62-63.

⁴²⁰ Testemunho: "a verdade do que souber e lhe fosse perguntado. Sendo inquirido sobre a petição do justificante ao 2º item respondeo que é exacto tudo quanto o justificante allega no mesmo item e isto sabe de (...) certa. Ao 3º item, nada disse. Ao quarto, que não lhe consta que o justificante tenha prestado auxilio a revolução. Ao 5º também sabe que é verdadeiro o allegado

A quarta testemunha Major Manoel Luis de Sousa, 63 anos, casado, empregado público, natural de Campo Largo e residente em Guarapuava, jurou na forma da lei e prometeu dizer a verdade ao que soubesse e lhe fosse perguntado: “Sendo inquirido sobre os itens da petição do justificante ao 2º, 3º, 4º e 5º nada respondeu por não saber. Dada a palavra ao Promotor Publico nada requereu.”⁴²¹

O juiz substituto Sebastião Dias de Siqueira proferiu sentença em 31 de janeiro de 1895: “Julgo por sentença a presente justificação de fl. em vista da prova dada e para que produza todos os seus legaes efeitos entregue-se ao justificante independente de traslado.”⁴²²

O terceiro caso tem como acusados Joaquim Gonçalves da Matta, João Baptista de Oliveira Silvério e Diocleciano de Sá Ribas, que aceitaram ser juízes distritais em Guarapuava, com nomeação federalista. Porém, o Procurador entendeu, mesmo com o exercício do cargo realizado pelos acusados, que estes não teriam concertado com os maragatos e requereu o término do processo, inclusive para Joaquim Gonçalves da Matta, que, em vista do não comparecimento aos atos do processo, poderia ser considerado como uma inferência negativa aos olhos do julgador e, principalmente, do acusador, porém, justamente este antecipou que estenderia o mesmo parecer concedido aos demais, após a realização do interrogatório. Apesar do exercício de funções burocráticas durante o período revolucionário (o terceiro caso é o desempenho de funções judiciais, enquanto o primeiro, o de funções administrativas), os autos do terceiro caso, ao contrário dos autos do primeiro, não foram encaminhados ao Júri, pelo curioso requerimento do Procurador (o mesmo órgão do primeiro caso).

O quarto caso inicia-se em 05 de novembro de 1894, quando o Procurador Leonardo Franco e Souza denunciou Firmino José da Rocha:

O Procurador da Republica n'este Estado vem perante V. Ex^a. denunciar Firmino José da Rocha pelo seguinte facto criminoso que passa a referir. Invadido e conquistado este Estado em princípios do corrente anno por forças revolucionarias que já se tinham apoderado do Estado de Santa Catharina, foi aqui organizado um pretenso

no mesmo item. E mais não disse. Dada a palavra ao Promotor Publico, nada requereu e nem contestou. ” In: NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 528**. Curitiba, n. 4206, v. 55, p. 64, 1894. 1 CD-ROM.

⁴²¹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 65.

⁴²² NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 67.

governo de Estado. O intitulado Governador, Dr. Menezes Doria, organizando as Camaras Municipaes de todo o Estado nomeou o denunciado Camarista da Comarca Municipal da Cidade de Ponta Grossa. Aceitou o denunciado a investidura revolucionaria d'aquelle cargo e esteve em effectivo exercicio das funcções do referido cargo. Com este procedimento o denunciado tornou-se criminoso, pois oppos-se directamente e por factos ao livre exercicio das atribuições constitucionaes dos poderes legitimamente constituídos da Nação, mais ainda, cooperou para a annulação da Constituição Publica deste Estado com a aceitação do cargo acima. Tudo isto, como um telegrama passado pelo denunciado ao intitulado Governador General Cardoso Junior circula claramente o accordo em que estava o denunciado com os chefes revolucionários para os fins da revolução. E para que seja então punido de accordo com o que prescreve o art. 115 §§ 2º e 4º doCodigo Penal, o Procurador da Republica n'este Estado oferece a presente denuncia e pede a V. Ex^a. que se digne instaurar contra o denunciado o respectivo processo, nos termos do Decreto nº 848 de 11 de Novembro de 1890, intimados o denunciado e as testemunhas adiante arroladas, pela forma e sob as penas da lei.⁴²³

As testemunhas arroladas: Dr. Francisco Teixeira e Joaquim Domingos Teixeira.⁴²⁴ Em anexo, edição do Jornal *A Federação*, em que consta o informe, sob o título Parte Official, referente a atos de 17 de fevereiro do Governador Provisório Dr. João de Menezes Dória:

O Governador Provisorio do Estado do Paraná, nomeia os cidadãos abaixo para constituírem a Camara Municipal de Ponta Grossa, foram nomeados os seguintes cidadãos: *Prefeito* Damasio José Correia Ribas. *Camaristas* Firmino José da Rocha, Christiano Baptista Bueno, Augusto Canto, Joaquim Antonio dos Santos Ribas, José Severo de Souza, Antonio Baptista Filho, Pedro Baptista Roza e Josino Martins de Araujo.⁴²⁵

Francisco Teixeira foi intimado para depor em juízo como testemunha.⁴²⁶

Os autos foram remetidos para o Juízo de Direito da comarca de Ponta Grossa, mediante Carta Precatória em 6 de novembro de 1894 em que, após transcrever a petição inicial e os principais atos processuais, requer:

Em virtude do que esta se passou, portanto peço a Vossa Senhoria que faça esta cumprir mandando intimar o denunciado Firmino José da Rocha para no dia doze no corrente mes ao meio dia comparecer na sala das audiencias deste juizo no edificio da Delegacia Fiscal desta cidade se vêr processar pelos motivos constantes da denuncia transcripta, sob pena de revelia; bem assim mandará Vossa Senhoria

⁴²³ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 523**. Curitiba, n. 4208, v. 55, p. 3-4, 1894. 1 CD-ROM.

⁴²⁴ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 5.

⁴²⁵ Parte Official. A FEDERAÇÃO. Curitiba, 21 de fevereiro de 1894. n. 19. Ano III. In: NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 3.

⁴²⁶ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 15.

notificar a testemunha Jayme Domingues Teixeira para depôr no mesmo dia, hora e lugar, sob as penas da lei; mandando lavrar as competentes certidões que me as enviará com a devolução desta, no que fará serviço a Nação e a mim Mercê.⁴²⁷

Após o recebimento, o Juiz Substituto em exercício do Juiz de Direito da Comarca de Ponta Grossa, Capitão Ernesto Guimarães Villela, determinou, em 7 de novembro, o cumprimento da Carta Precatória.⁴²⁸ Em 8 de novembro, o Oficial de Justiça Joaquim José de Camargo Júnior intimou José Firmino da Rocha e Jayme Domingues Teixeira.⁴²⁹ Após, o Juiz Guimarães Villela determinou a devolução dos autos ao juízo deprecante, devido ao cumprimento da precatória.⁴³⁰ Após o retorno dos autos para o juízo de Curitiba, em 12 de novembro, dia da audiência, o acusado Firmino José da Rocha não compareceu em juízo e, como consequência foi decretada: “ a revelia do accusado Firmino José da Rocha, para o fim de se proceder a inquirição das testemunhas no presente summario. ”⁴³¹

A primeira testemunha foi Jayme Domingues Teixeira, 49 anos, casado, promotor publico da Comarca de Ponta Grossa, natural da Lapa e residente em Ponta Grossa, “fez a promessa legal para dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado. ”⁴³² Após a leitura da denúncia, respondeu o acusado exerceu o cargo de camarista.⁴³³ Perguntado se existia acordo entre o acusado e os federalistas, respondeu que ignora e supõe existir.⁴³⁴

Com o término do depoimento da testemunha, esta foi intimada a comunicar ao juízo caso realizasse, no período de um ano, mudança de residência para outro

⁴²⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 523.** Curitiba, n. 4208, v. 55, p. 22, 1894. 1 CD-ROM.

⁴²⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 19.

⁴²⁹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 23.

⁴³⁰ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 24.

⁴³¹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 27.

⁴³² NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

⁴³³ Testemunho: “é exacto ter o accusado o lugar de Camarista da Cidade de Ponta Grossa durante o período revoltoso e que, posteriormente, assumiu as funções de Prefeito por não ter aceitado a nomeação o Prefeito nomeado. Que logo após o restabelecimento da legalidade a Camara Legal exigiu do accusado a quantia de um conto e tanto como despesa não justificada. ” In: NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 523.** Curitiba, n. 4208, v. 55, p. 27, 1894. 1 CD-ROM.

⁴³⁴ Testemunho: “positivamente ignora, mas suppõe que esse accôrdo devia existir, pelo facto de aceitação do lugar de Prefeito, que é cargo de confiança imediata. Acrescentou que não pode entrar em detalhes por ter se ausentado na Cidade de Ponta Grossa e só regressado com o restabelecimento da Legalidade. ” In: NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 28.

Estado.⁴³⁵ A testemunha Francisco Teixeira não compareceu e, sendo novamente intimada informou que não poderia depor por ser inimigo do acusado.⁴³⁶ Intimado a se manifestar, o Procurador requereu, em 14 de novembro, a substituição por outra testemunha, José Vieira de Godoy, e expedição de carta precatória para intimá-lo.⁴³⁷

Com a determinação do juiz, a carta precatória foi expedida em 20 de novembro e, após transcrição dos atos, como ao mencionar que “a testemunha Doutor Francisco Itaciano Teixeira declarou-se suspeito pelo facto de ser inimigo capital do denunciado”⁴³⁸, escreveu o objetivo da precatória:

peço e requeiro a Vossa Senhoria Senhor Doutor Juiz de Direito da Comarca da Comarca de Ponta Grossa, ou a quem sua vara exercer, que logo que esta lhe seja entregue a cumpra e mande cumprir por seu despacho para ser citado o denunciado Firmino José da Rocha para comparecer n'este juizo em dia que designar e assistir, sob pena de revelia, a inquirição da testemunha José Vieira de Godoy, que será para isso notificado; feito o que me enviará os termos e certidões com a devolução desta, para serem unidas ao Summario de Culpa. Assim procedendo fará Vossa Senhoria serviço à Nação e a mim Mercê.⁴³⁹

Recebida a precatória, o Juiz Guimarães Villela determinou, em 22 de novembro: “Cumpra-se. Designo o dia de amanhã ao meio dia no lugar de costume para a inquirição, feitas as citações precisas.”⁴⁴⁰ No mesmo dia, o Escrivão José Joaquim Camargo Junior certificou nos autos que intimou a testemunha, mas que deixou de intimar o denunciado, por não o ter encontrado.⁴⁴¹

No dia 23 de novembro, o Escrivão Camargo Junior, antes de iniciar a inquirição da testemunha, registra: “a revelia do denunciado Firmino José da Rocha, do que fiz esta assentada.”⁴⁴²

Testemunha José Vieira de Godoy, 42 anos, casado, negociante, natural do Estado de São Paulo e morador de Ponta Grossa, “prometteu dizer a verdade

⁴³⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 28.

⁴³⁶ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 29.

⁴³⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

⁴³⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 38.

⁴³⁹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem, Ibidem*, p. 38-39.

⁴⁴⁰ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

⁴⁴¹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 523.** Curitiba, n. 4208, v. 55, p. 27, 1894. 1 CD-ROM. p. 40.

⁴⁴² NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 41.

do que soubesse e perguntado lhe fosse. ”⁴⁴³ Após ser lida a precatória, a testemunha apresentou suposições contra o acusado.⁴⁴⁴

Após, o Escrivão intimou a testemunha que, se precisasse mudar de residência, no prazo de um ano a contar do da audiência, comunicasse ao juízo.⁴⁴⁵ No mesmo dia, o Juiz Guimarães Villela determinou: “Estando cumprida a presente precatoria, devolva-se ao juizo deprecante. ”⁴⁴⁶

Com o recebimento dos autos em Curitiba, o Procurador da Republica manifestou-se, em 27 de novembro, pela promoção do acusado, sob o peculiar fundamento de que o exercício realizado como camarista não teria sido uma afronta aos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário), pois o município seria *autônomo e independente* em relação aos três poderes (entendidos em âmbito federal e estadual, mas não municipal):

Em o numero do jornal – *A Federação* – por nós offerecido conjunctamente com a denuncia e que se acha a fl. 4 dos autos, encontra-se a nomeação do accusado Firmino José da Rocha para o cargo de Camarista da cidade, digo, da Municipalidade de Ponta Grossa. A fl. 5 juntamos um telegramma passado pelo accusado e dirigido ao Governador do Estado, durante o periodo revolucionario. As testemunhas interrogadas no summario declaram ter o accusado servido effectivamente como Camarista exercendo mais tarde as funcções de Prefeito de Ponta Grossa. Nada declaram porem essas testemunhas quanto a existência de accordo entre o accusado e os chefes revolucionarios para os fins da revolta. Tal é, em resumo, a prova colhida no summario. Denunciamos o accusado como tendo incorrido na sancção prescripta no artigo 115 § 4 do Codigo Penal. Vem (...) reproduzir aqui o artigo supracitado do Codigo. Diz o artigo 115 § 4: “É crime de conspiração concertarem-se vinte ou mais pessoas para – oppor-se directamente e por factos ao livre exercício das attribuições constitucionaes dos poderes executivo, legislativo e judiciário federal ou dos Estados. ” Citado o texto do artigo do Codigo, resta-nos saber se a prova colhida no summario autoriza e legitima a pronuncia do accusado como incurso n’aquelle artigo do Codigo. (...) creado pela organização politica do Paiz e regimen adaptado pelos Estados nas respectivas constituições, os municipios são autônomos, e

⁴⁴³ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

⁴⁴⁴ Testemunho: “Respondeu que sabe por ser publico e notorio que denunciado acceitou o cargo de Camarista da Camara Municipal desta Cidade por nomeação do intitulado Governador Provisorio deste Estado o Doutor João de Menezes Doria e que esteve ocupando a presidencia da mesma Camara na falta do Prefeito nomeado, durante o período revolucionario. Disse mais que suppõe ter o denunciado adherido ao Governo revolucionario pelo facto de ter exercido o cargo de Prefeito da Camara Municipal desta Cidade não podendo entrar em apurações (...) durante o tempo em que esteve o denunciado no referido cargo, visto haver se retirado desta Cidade e se occultado até na occasiao em que chegaram as forças leaes a esta Cidade e que nada mais sabia. Nada mais disse nem lhe foi perguntado”. In: NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 42.

⁴⁴⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 43.

⁴⁴⁶ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem, Ibidem*, p. 43-44.

independentes em absoluto dos tres poderes: legislativo, executivo e judiciario do Estado. Estabelecido este principio, facil é chegarmos a uma consequencia, que se nos patenteia, clara e positiva. A consequencia é esta: o accusado Firmino José da Rocha não podia, já como simples Camarista, já como Prefeito em Ponta Grossa, cometer o crime definido no artigo 115 § 4 do Codigo Penal. Nem se diga que a sua nomeação sendo feita pelo Governador revolucionario vinha viciada *ab-inicio*, sendo então natural e logico atribuir-se-lhe o mesmo crime praticado pelo individuo que se apossara das funcções executivas do Estado. Não há paridade entre um e outro caso. As camaras municipais do Estado foram destituídas violentamente das funcções de que estavam investidas constitucionalmente; e o mesmo Governador revolucionario que praticou este enorme attentado, ferindo principios constitucionaes que deviam ser sagrados, nomeou pessoal novo em substituição ao que fôra exonerado. Qual porem a opposição directa e por factos ao livre exercicio dos poderes do Estado, por parte dos indivíduos que aceitaram a nomeação para membros d'essas Camaras? Julgamos não existir tal opposição. A opposição deo-se por parte do Governador revolucionario e do pessoal que occupou cargos por sua natureza pertencentes ao Estado a opposição deo-se por parte d'aquelles que, com as armas na mão, impediram o livre exercicio das atribuições dos poderes especificados no artigo 115 § 4. A Conspiração, enfim, deo-se por parte de todos aquelles que concorreram para que, subvertida a ordem constitucional do Estado, fossem praticados todos os attentados e tropelias trazidos por uma revolução que se dizia restauradora da Constituição e das Leis. Resumindo as observações que deixamos feitas: Entendemos que o accusado Firmino José da Rocha não praticou o crime definido no artigo 115 § 4 do Codigo Penal, devendo consequentemente ser absolvido da accusação que lhe foi intentada na denuncia de fl. 2.⁴⁴⁷

Após, em 28 de novembro, o Juiz Carvalho de Mendonça sentenciou:

Vistos estes autos, consta delles por denuncia do Dr. Procurador Seccional, a fl. 2, que o accusado Firmino José da Rocha acceitara a nomeação e effectivamente exercera o lugar de camarista e posteriormente o de prefeito municipal de Ponta Grossa por nomeação do governo de facto estabelecido neste Estado pelos revoltosos que o invadiram e occuparam nos principios do corrente anno. Feita a prova testemunhal para corroborar os documentos que instruíram a denuncia, deu o Dr. Procurador a promoção de fl. 21 ss a 23 ss opinando pela despronuncia do accusado. O que tudo foi visto e considerando que o art. 115, § 4º, em que foi capitulado o crime cometido pelo accusado (denuncia de fl. 2), quando se refere as atribuições constitucionaes dos poderes organicos falla no sentido restricto, em que aliás deve ser interpretada toda lei penal. Considerando, que, nesses termos, não se pode comprehender como opposição as atribuições constitucionaes do poder executivo estadual senão as que o attacam em seus elementos essenciaes, entre as quaes se contam as Repartições de administração publica. Considerando, porem, que o Municipio, como o elemento mais simples na forma de Governo, na forma federativa republicana, goza de plena autonomia em relação aos outros poderes (Const. Fed. art. 68; Const. Est. art. 81), salvas as condições de dependencia politica, que aliás nada têm que ver com o caso que se discute. Considerando que outro crime não foi

⁴⁴⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 523.** Curitiba, n. 4208, v. 55, p. 46-50, 1894. 1 CD-ROM. p. 40.

capitulado em relação ao acusado, nem resultou das provas produzidas; Considerando o mais dos autos e promoção de fl. com que me conformo, julgo improcedente a denúncia de fl. 2 para julgar o acusado livre da culpa que lhe é imputada.⁴⁴⁸

O quarto caso tem como acusado Firmino José da Rocha, pelo exercício das funções de Camarista do Município de Ponta Grossa. Porém, o mesmo Procurador que o denunciou, apresentando sua nomeação no *Jornal A Federação*, e que requereu as provas testemunhais por carta precatória para a Comarca de Ponta Grossa, considerou, posteriormente, que o acusado não teria concertado com os maragatos, pelo curioso argumento de os poderes constituídos referirem-se apenas aos âmbitos federal e estadual. Deste modo, o município foi considerado *autônomo e independente* em relação aos poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), não sendo o acusado incurso no crime de conspiração. O acusado foi absolvido, e a denúncia foi julgada improcedente pelo juiz, encerrando o processo.

O quinto caso inicia-se em 26 de outubro de 1894. O Procurador da Republica Leonardo Franco e Souza ofereceu denúncia contra Alcides Augusto Pereira:

O Procurador da Republica n'este Estado vem perante V. Ex^a. denunciar Alcides Augusto Pereira, pelo seguinte facto criminoso que passa a referir. Em princípios do corrente anno foi a cidade de Paranaguá, n'este Estado, atacada pela esquadra revoltosa, ao mando de Custodio José de Mello. Vencida a resistência oposta pela guarnição da cidade e effectuando desembarque de forças revolucionarias, foi ali proclamado um governo provisório para este Estado, aceitando o denunciado a investidura revolucionaria do cargo de Chefe de Policia. Conservou-se o denunciado no exercício d'esse cargo, até que, com a transferência da sede do governo para esta Capital, foi nomeado outro individuo para exercer as funções d'aquelle cargo. E não é tudo. Custodio José de Mello fez diversas nomeações para a Guarda Nacional da Comarca de Paranaguá, cabendo ao denunciado o posto de Tenente Coronel chefe do estado maior. O denunciado aceitou ainda a investidura revolucionaria d'este posto da Guarda Nacional, sendo mais tarde confirmada sua nomeação por Frederico Guilherme de Lorena, chefe do intitulado Governo Provisório da Republica, estabelecido na Capital do Estado de Santa Catharina. Estes factos, de extraordinária gravidade, revelam o accordo do denunciado com os chefes revolucionários para os fins da revolução. Cumpre ainda accrescentar que no exercício das funções que lhe foram confiadas, prestou o denunciado seus serviços à revolução, manifestando assim o accordo referido com os chefes revolucionários e oppondo-se consequentemente, directamente e por factos, ao livre exercício dos poderes legitimamente constituídos da Nação. E para

⁴⁴⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 523.** Curitiba, n. 4208, v. 55, p. 27, 1894. 1 CD-ROM. p. 41-42.

que seja o mesmo punido pela forma prescripta no artigo 115 § 4º do Código Penal, o Procurador da Republica n'este Estado offerece a presente denuncia e pede a V. Ex^a. que se digne instaurar contra o denunciado Alcides Augusto Pereira o respectivo processo, nos termos do Decreto nº 848 de 11 de Outubro de 1890, intimados o denunciado e as testemunhas abaixo arroladas, pela forma e sob as penas da lei.⁴⁴⁹

Rol de testemunhas: Annibal Guimarães Carneiro, Arthur Ferreira, Eugenio Vianna e Calmiro Décio da Costa Lobo.⁴⁵⁰

Em 27 de Outubro de 1894 O juiz Carvalho de Mendonça recebeu a denuncia e determinou a citação para o primeiro dia desimpedido do juízo.⁴⁵¹ Carta Precatória de intimação dirigida ao juízo da Comarca de Paranaguá, redigida pelo Escrivão Damaso Corrêa de Bittencourt, em 8 de novembro de 1894:

O Bacharel Manoel Ignácio Carvalho de Mendonça, Juiz Federal da Secção do Paraná: Faço saber a Vossa Senhoria Senhor Doutor Juiz de Direito da Comarca de Paranaguá, ou a quem sua vara exercer, que o Doutor Procurador da Republica n'este Estado me apresentou uma denuncia contra Alcides Augusto Pereira, residente n'essa cidade a qual é do teor seguinte: (...) ⁴⁵² Em virtude do que esta se passou, portanto peço a Vossa Senhoria Senhor Doutro Juiz de Direito da Comarca de Paranaguá, que sendo-lhe esta entregue a faça cumprir mandando intimar o accusado Alcides Augusto Pereira para comparecer neste mesmo juizo no dia dezessete do corrente mês ao meio dia na sala das audiencias no edificio da Delegacia Fiscal, para se ver processar, sob pena de revelia; bem assim mandar notificar as testemunhas do rol n'esta transcripto, para no mesmo dia, hora e logar referias deporem no respectivo summario de culpa, sob pena de serem condusidas debaixo de vara e punidas como desobedientes. Mandando de tudo Vossa Senhoria lavrar as certidões, que m'as enviará com a devolução d'esta. Assim cumprindo para Serviço a Nação e a mim Mercê.⁴⁵³

A Carta Precatória foi recebida pelo Juízo deprecado.⁴⁵⁴ As testemunhas foram intimadas em 13 de novembro de 1894, conforme certificado pelo Escrivão João Gomes.⁴⁵⁵ Os autos foram devolvidos ao juízo deprecante, por

⁴⁴⁹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 520.** Curitiba, n. 4209, v. 55, p. 2-5, 1894. 1 CD-ROM.

⁴⁵⁰ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

⁴⁵¹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

⁴⁵² Corresponde ao conteúdo já transcrito referente às páginas 2-5.

⁴⁵³ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 520.** Curitiba, n. 4209, v. 55, p. 9-13, 1894. 1 CD-ROM.

⁴⁵⁴ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 14.

⁴⁵⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem, Ibidem*, p. 14-15.

determinação do Juiz em exercício Manoel Bonifácio em 14 de novembro de 1894.⁴⁵⁶

Em Curitiba, em 16 de novembro de 1894, o Juiz Carvalho de Mendonça determinou a expedição de nova carta precatória para serem intimadas e inquiridas em Paranaguá as testemunhas.⁴⁵⁷

Em 17 de novembro de 1894 foi redigida nova Carta Precatória:

Em virtude do que esta se passou, por isso peço e requeiro a Vossa Senhoria que sendo-lhe esta entregue a cumpra e faça cumprir mandando intimar o acusado, e com hora certa, se preciso fôr, para comparecer n'esse Juízo, em dia designado, para se ver processar, e as testemunhas Annibal Guimarães Carneiro, Arthur Ferreira de (...), Eugenio Vianna e Celmiro Decio da Costa Lobo, estas sob pena de desobediência e de comparecerem debaixo de vara a depõem no summario de culpa. E aquelle sob pena de revelia, mandando de tudo Vossa Senhoria lavrar termos e autos e necessárias certidões que m'as enviará com a devolução d'esta para srem incorporadas ao respectivo processo. Assim procedendo fará Serviço a Nação e a mim Mercê.⁴⁵⁸

Em Paranaguá, 19 de novembro de 1894, o juiz substituto da Comarca Tenente Coronel Manoel Bonifácio determinou: "Cumpra-se na audiência extraordinária de 22 do corrente."⁴⁵⁹ O acusado e as testemunhas foram intimados, conforme certificado em 20 de novembro de 1894 pelo Escrivão João M. Pereira Gomes.

A audiência realizada na Casa da Câmara Municipal, com termo de assentada registrado pelo Escrivão João Gomes, tendo presentes o Juiz Substituto, o Promotor Público interino Capitão Ricardo Antonio, as testemunhas. Ausente e, deste modo, revel, o acusado Alcides Augusto Pereira.⁴⁶⁰

A primeira testemunha a ser ouvida foi o Coronel Arthur Ferreira de Abreu, 49 anos, casado, negociante, natural e residente em Paranaguá.⁴⁶¹

⁴⁵⁶ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

⁴⁵⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 16.

⁴⁵⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 25.

⁴⁵⁹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 26.

⁴⁶⁰ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 520**. Curitiba, n. 4209, v. 55, p. 28, 1894. 1 CD-ROM.

⁴⁶¹ Testemunho: "Defferida a promessa legal na forma da lei, prometteu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado. Perquirido sobre a denuncia constante da precatória, que lhe foi lida e se são verdadeiras os factos nesta narrada. Respondeo que sim. Perguntado se o acusado esteve sempre de accordo com os chefes dos revolucionários e se elle próprio foi revolucionário, pactuando com os interesses da revolução! Respondeo que pelo menos assim apparecia, visto ter acceitado os cargos para os quaes foi nomeado log que aqui entraram os revolucionários. Perguntado qual o dia em que foi tomada esta Cidade pelos revolucionários? Respondeo que a quinze de janeiro do corrente anno. Perguntado qual o dia da nomeação do

A segunda testemunha foi Annibal Guimarães Carneiro, 22 anos, casado, comerciante, natural e residente em Paranaguá.⁴⁶²

acusado para o cargo de Chefe de Polícia do Estado e por que foi nomeado? Respondeo que sabe do facto por ter lido no órgão revolucionário que se publicou nesta cidade denominado Século que, logo após a aclamação havida para Procurador interino digo Provisório o cidadão Theophilo Soares Gomes, este designou para Chefe de Polícia, em acto continuo ao denunciado, tudo no dia dezesseis e janeiro ultimo. Perguntado que tempo durou o Exercício do acusado no cargo de Chefe de Polícia? Respondeo que, não sabe ao certo o tempo que exerceu tal cargo, pode no entanto afirmar que só deixou o exercício em Curityba depois de ser aclamado alli Governador do Estado Dr. João Menezes Doria, que então nomeou chefe de Polícia o Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas. Perguntado se sabia quando e por quem foi o acusado nomeado Tenente Coronel Chefe do Estado Maior na Guarda Nacional desta Comarca? Respondeo que não pode afirmar por quem fosse feita tal nomeação, sendo elle no entretanto producto do Governo revolucionário e isto (...) porque foi ainda no órgão a que já se referiu que leu publicada tal nomeação. Perguntado se nas funções desse cargo pegou p acusado (...) e prestou seus serviços a revolução? Respondeo que nada pode dizer quanto a respeito, sendo entretanto certo o acusado prestou serviços a revolução no exercício desse cargo. Perguntado se é certo ter-se revoltado parte da guarnição da cidade Paranaguá antes de ser esta tomada pelos revolucionários? Respondeo que, infelizmente é facto desta toda conhecida a revolta havida nesta cidade no dia onze de janeiro do corrente anno da Primeira Companhia de Artilharia e algumas praças de Infantaria da Guarda Nacional em exercício. Perguntado se o acusado envolveu-se nesta revolta, seduzindo praças ou praticando quaesquer actos atendentes a aquelle fim? Respondeo que nada pode afirmar em absoluto, no entretanto (...) que na casa do acusado é que se faziam as reuniões (...) ignorância dos infelizes praças que tomaram parte na revolta e affirmaram log que Custodio de Mello tomou conta desta Cidade. Esse indivíduos sem patriotismo e sem coração (...) são: José Gomes da Cruz, aqui conhecido por cãxo, José Gonsalves da Silva Bastos também conhecido por Macchado, José Gonsalves Pereira que tendo (...) meia dúzia de indivíduos sem imputabilidade que serviam entre este e os praças de intemediarios. Perguntado qual o motivo da prisão do acusado nesta Cidade, antes da tomada da mesma pelos revolucionários? Respondeo que devido a revolta de onze de janeiro do corrente anno. Dada a palavra ao Promotor Publico da Comarca este disse nada ter a perguntar. ” In: NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 28-31.

⁴⁶² Testemunho: “Defferida a promessa legal na forma da lei, prometeu dizer a verdade do eu soubesse e lhe fazer perguntado. Perquerido se eram verdadeiros os factos constantes da denuncia da precatória que lhe foi lida? Respondeo que nada podia afirmar visto que havendo –se occultado a própria tomada da cidade pelos revolucionários, e depois preso e remmetido para a Capital do Estado, onde se manteve incommunicavel, esteve em completa ignorância do que aqui passou-se. Perguntado qual o dia em que foi tomada a cidade de Paranaguá pelos Revolucionários? Respondeo que a quinze de janeiro do corrente anno. Perguntado se sabia ter o acusado sido nomeado para o cargo de Chefe de Polícia do Estado, qual o dia da nomeação, e por quem foi nomeado? Respondeo que cometeu-lhe a nomeação do acusado para esse cargo, não saendo para qual odia da sua nomeação nem nomearia. Perguntado que tempo durou o exercício do acusado no cargo de Chefe de Polícia? Respondeo que ignorava, só sabendo que o acusado esteve em exercicio por um telegramma que havia visto. Perguntado se sabia ter o acusado sido nomeado Tenente Coronel Chefe do Estado Maior desta Comarca? Respondeo que não sabia. Perguntado se é certo ter-se revoltado parte da Guarnição desta Cidade, antes de ser esta tomada pelos revoluiconarios? Respondeo que a onze de janeiro do corrente anno revoltou-se a guarnição de Artilharia do Litoral desta Cidade (...). Perguntado se sabe ter o acusado se envolvido nesta revolta, seduzindo praças ou praticando quaesquer actos tendentes a aquelles fins? Respondeo não saber se o acusado envolveu-se n’essa revolta, sabendo entretanto que outros foram os chefes desta, como sejam Teophilo da Gama, José Gomes da Cruz, José Bastos e outros. Perguntado que (...) da prisão do acusado nesta Cidade, antes da tomada da mesma pelos revoltosos? Respondeo que o acusado foi preso a onze de janeiro de corrente anno por ordem do Commando da Guarnição a fim de ser inquirido com outros sobre os factos da revolta desse dia. Dada a palavra ao promotor Pulico, por elle foi perguntado a testemunha se (...) testemunha foi a Capitão, digo, o commandante, da bateria revoltosa? Respondeo que sim e que fora na madrugada de onze de janeiro do corrente anno surprehendido com essa revolta, colocando-se ao lado das forças legaes até conseguir-se suffoca-la. Nada mais

A terceira testemunha Eugenio Vianna 24 anos, solteiro, natural e residente em Paranaguá:

Defferida a promessa legal na forma da lei, premetteo dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado. Perguntado sobre os factos constantes da denuncia da precatória que lhe foi lida. Respondeo que nada sabia em relação a referida denuncia visto como estava ausente desta Cidade desde dia quinze de janeiro do corrente até Fevereiro. Perguntado se sabia que o accusado estava sempre de accordo com os chefes revoluccionarios e se elle próprio foi revolucionários, pactuando com os intuitos da revolução? Respondeo não saber sendo certo que quando voltou a esta Cidade havida (...) sollicitou à Câmara Municipal sollicitou salvo conducto para viajar e achando-se alli surprehendido gurande numero de chefes revoluccionario nunca o encontrou entre os mesmos. Perguntado qual o dia em que foi tomada esta Cidade pelos Revolucionários? Respondeo que a quinze de janeiro do corrente anno, dia em que retirou-se para occultar-se na Capital do Estado. Perguntado se sabia o dia em que foi nomeado o accusado para o cargo de Chefe de Policia do estado e por que foi nomeado? Respondeo que nada podia ainda dizer pelas mesmas razões acima expostas. Perguntado se sabe que o accusado fora nomeado Tenente Coronel Chefe do Estado Maior da Guarda Nacional d'esta Cidade? Respondeo que também (...). Perguntado se é certo ter-se revoltado parte da guarnição d'esta Cidade antes de ser esta tomada pelos revoluiconarios? Respondeo que a onze de janeiro do corrente anno (...) a guarnição d'artilharia de Guarda Nacional desta Comarca, antes de ser a Cidade invadida. Perguntado se sabia teria accusado se envolvido nesta revolta, seduziindo praças ou praticando quaesquer aactos tendentes a aquelle fim? Respondeo não saber. Perguntado qual omotivo da prisão do accusado nesta Cidade, antes da tomada da mesma pelos revolucionarios? Respondeo que motivado pela revolta, como medida preventiva para verficar-se se elle teria ou não concorrido para ella como foram outros muitos cidadãos. Dada a palavra ao Promotor Publico da Comarca por elle foi perguntado se elle testemunha não leu algum documento official que pudessem explicar os factos occorridos durante o Governo Revolucionario publicados por este? Respondeo queleio muitos e que deixaram de mencionar por nenhum deles ter relação com o accusado. Nada mais disse nem lhe foi perguntado.⁴⁶³

disse nem lhe foi perguntado. " In: NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 520**. Curitiba, n. 4209, v. 55, p. 31-33, 1894. 1 CD-ROM.

⁴⁶³ Testemunho: "Defferida a promessa legal na forma da lei, premetteo dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado. Perguntado sobre os factos constantes da denuncia da precatória que lhe foi lida. Respondeo que nada sabia em relação a referida denuncia visto como estava ausente desta Cidade desde dia quinze de janeiro do corrente até Fevereiro. Perguntado se sabia que o accusado estava sempre de accordo com os chefes revoluccionarios e se elle próprio foi revolucionários, pactuando com os intuitos da revolução? Respondeo não saber sendo certo que quando voltou a esta Cidade havida (...) sollicitou à Câmara Municipal sollicitou salvo conducto para viajar e achando-se alli surprehendido gurande numero de chefes revoluccionario nunca o encontrou entre os mesmos. Perguntado qual o dia em que foi tomada esta Cidade pelos Revolucionários? Respondeo que a quinze de janeiro do corrente anno, dia em que retirou-se para occultar-se na Capital do Estado. Perguntado se sabia o dia em que foi nomeado o accusado para o cargo de Chefe de Policia do estado e por que foi nomeado? Respondeo que nada podia ainda dizer pelas mesmas razões acima expostas. Perguntado se sabe que o accusado fora nomeado Tenente Coronel Chfe do Estado Maior da Guarda Nacional d'esta Cidade? Respondeo que também (...). Perguntado se é certo ter-se revoltado parte da guarnição d'esta Cidade antes de ser esta tomada pelos revoluiconarios? Respondeo que a onze de janeiro

A quarta testemunha Celmiro Decio da Costa Lobo 27 anos, solteiro, empregado da casa comercial, natural e residente em Paranaguá.⁴⁶⁴

Houve remessa dos autos e recebimento em Curitiba.⁴⁶⁵ Após vista ao Procurador, o juiz Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça proferiu sentença de pronúncia em 29 de novembro e 1894:

Vistos e examinados os presentes autos, consta delles, por denuncia apresentada pelo Dr. Procurador Seccional, à fl. 2. que o accusado Alcides Augusto Pereira, acceitara a nomeação e effectivamente exercera o cargo de Chefe de Policia deste Estado durante o periodo em que esteve o mesmo occupado pelos revoltosos invasôres. Deprecada inquirição das testemunhas arroladas, na conformidade do que dispõe o art. 55 do Dec. n. 848 de 11 de Novembro de 1890⁴⁶⁶,

do corrente anno (...) a guarnição d'artilharia de Guarda Nacional desta Comarca, antes de ser a Cidade invadida. Perguntado se sabia teria accusado se envolvido nesta revolta, seduziindo praças ou praticando quaesquer aactos tendentes a aquelle fim? Respondeo não saber. Perguntado qual omotivo da prisão do accusado nesta Cidade, antes da tomada da mesma pelos revolucionarios? Respondeo que motivado pela revolta, como medida preventiva para verficiar-se se elle teria ou não concorrido para ella como foram outros muitos cidadãos. Dada a palavra ao Promotor Publico da Comarca por elle foi perguntado se elle testemunha não leu algum documento official que pudessem explicar os factos occorridos durante o Governo Revolucionario publicados por este? Respondeo queleio muitos e que deixaram de mencionar por nenhum deles ter relação com o accusado. Nada mais disse nem lhe foi perguntado. " In: NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 520.** Curitiba, n. 4209, v. 55, p. 33-35, 1894. 1 CD-ROM.

⁴⁶⁴ Testemunho: "Defferida a promessa legal na forma da lei, prometteu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado. Perguntado se eram verdadeiros os factos contantes da denuncia (...) narrados na precatoria que lhe foi lida o que sabia a respeito? Respondeo que não podia affirmar em sua totalidade, sabendo apenas que o accusado exerceu o cargo de Chefe de Policia. Perguntado se o accusdo estaria sempre (...) com os chefes revolucionarios, e se elle proprio foi revoluccionario, pactuando com os intuitos da revolução? Respondeo que ignorava, porque elle testemunha esteve preso apos a invasão desta cidade, refugiando-se depois para (...) de Rio das Pedras onde conservou-se até a retomada do Estado. Perguntado qual o dia em que foi tomada a Cidade de Paranaguá pelos revolucionarios? Respondeo dia Quinze de Janeiro do Corrente anno. Perguntado qual o dia da nomeação do accusado para o cargo de Chefe de Policia do Estado e por que foi nomeado? Respondeo não saber. Perguntado que tempo durou o exercicio do accusado no cargo de Chefe de Policia? Respondeo que constava-lhe ter estado em exercicio (...) Perguntado quando e por que foi o accusado nomeado Tenente Coronel Chefe de Estado Maior desta Comarca? Respondeo que ignorava. Perguntado se o accusado acceitou essa nomeação e exerceu effectivamente aquellas funcções pegando em armas? Respondeo também ignorar por que como ocasião já dise estar sempre ausente da Cidade d'onde nenhuma noticia tinha. Perguntado se é certo ter-se revoltado parte da guarnição desta Cidade antes de ser vista tomada pelos revolucionarios? Respondeo que é exacto se haver revoltado uma bateria de guarnição digo a guarnição de uma bateria estacionada no litoral da Cidade dando-se esse facto no dia onze de janeiro do corrente anno. Perguntado se o accusado envolveo-se nessa revolta, seduzido praças ou praticando quaesquer actos tendentes aquelle fim? Respondeo não saber. Perguntado qual o motivo da prisão do accusado nesta Cidade antes da tomada da mesma pelos revolucionarios? Respondeo que o accusado fora preso conjuntamente com outros cidadãos (...) commando da guarnição, a fim de verificar-se quaes os cumplices da mesma revolta. Dada a palavra ao Promotor Publico este disse nada tem a perguntar. " In: NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 520.** Curitiba, n. 4209, v. 55, p. 36-37, 1894. 1 CD-ROM.

⁴⁶⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 38.

⁴⁶⁶ "Art. 55. As testemunhas serão citadas na fórmula acima prescripta e serão obrigadas a comparecer no lugar e tempo que lhes for marcado, não podendo eximir-se desta obrigação por

foram as mesmas inquiridas pelo juizo da Comarca de Paranaguá, como se vê de fl. 5 a 10 ss. Dos depoimentos de tais testemunhas, principalmente das da primeira e quarta (fl. 5 ss e 9) se depreheende, por affirmação cathégorica e que forem, ter o accusado sido nomeado Chefe de Policia e exercido effectivamente tal cargo, no periodo revolucionario. Quando o depoimento conteste de tais testemunhas não fosse sufficiente, as da 2a e 3a seriam um acrescimo da prova, pois que, não o affirmando de sciencia propria, ellas se referem com tudo á notoriedade do facto, sendo que uma cita a prova que delle teve por telegramma. Achando-se, portanto, provado o facto arguido na denuncia e considerando que com sua pratica oppôs-se o accusado directamente e por factos ao livre exercicio das atribuições constitucionais do poder executivo estadôal, do qual jamais se pode separar a Policia, como seu elemento essencial. Considerando o mais dos autos, pronuncio o accusado como incurso no crime definido e punido no art. 115 § 4º do Cod. penal e o sujeito à prisão, livramento e custas. O Escrivão lance o nome do réu no rol dos culpados e passe contra o mesmo mandado de prisão em duplicata.⁴⁶⁷

Pronunciado não encontrado, pois ignorado seu paradeiro.⁴⁶⁸ O Procurador Leonardo Franco e Souza ofereceu libelo crime em 25 de janeiro de 1895:

Por libello crime accusatorio diz a Justiça Federal, por seo Procurador, contra Alcides Augusto Pereira, por esta ou na melhor forma de Direito: 1º Provará que o réo Alcides Augusto Pereira, em janeiro de 1894, por ocasião da occupação da cidade de Paranaguá, n'este Estado, pelas forças revolucionarias a mando de Custodio José de Mello, aceitou a investidura do cargo de Chefe de Policia d'este Estado e exerceo effectivamente as funcções deste cargo; 2º Provará que o réo assim procedendo manifestou, positivamente, o accordo em que estava com os chefes revolucionarios para os fins da revolução; 3º Provará que o réo commeteo o crime com premeditação, mediante entre a deliberação criminosa e a sua execução, um espaço de 24 horas. Nestes termos pede a condemnação do réo Alcides Augusto Pereira no grao maximo do artigo 115 § 4 do codigo Penal, por se dar a circumnstancia aggravante definida no artigo 39 § 2 do mesmo Codigo. E para que assim se julgue se offerece o presente libello que se espera seja recebido e afinal julgado provado. E custas. Requer-se a bem da accusação que tenham lugar as diligencias legaes e especialmente que sejam notificadas as testemunhas abaixo arroladas, a fim de comparecerem às sessões do Jury e jurar que o que souberem e perguntado lhes for acerca da presente causa.⁴⁶⁹

privilegio e ordem alguma. Si, entretanto, residirem em logar differente do do juiz, este expedirá precatoria ao juiz local ou federal, rogando-lhe que as interrogue sobre o facto criminoso e suas circumstancias." BRASIL. *Op. cit.*

⁴⁶⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Op. cit.* p. 40-41.

⁴⁶⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Op. cit. Idem.*

⁴⁶⁹ Apresentou o mesmo rol de testemunhas constante na denúncia. In: NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 520**. Curitiba, n. 4209, v. 55, p. 43-44, 1894. 1 CD-ROM.

O juiz Carvalho de Mendonça determinou o recolhimento do pronunciado à prisão:

O cabo do Regimento de Segurança servindo de official de justiça e actualmente encarregado da prisão do Theatro S. Teodoro recolha à mesma o cidadão Alcides Augusto Pereira pronunciado no art. 115 § 4º do Codigo Penal. p. 45.⁴⁷⁰

O Cabo Francisco Baptista da Graça respondeu: Recebi o preso politico e recolhi o preso no Theatro São Theodoro".⁴⁷¹

Em 14 de fevereiro de 1895, o Escrivão Gabriel Ribas da Silva Pereira redigiu Auto de Qualificação, na Sala das Audiências do Juizo Seccional de Curitiba:

Qual seo nome, idade, estado, profissão, filiação e residencia, respondeo chamar-se Alcides Augusto Pereira, de idade de vinte e quatro annos, casado, negociante, filho de Bernardino Pereira de Tenne e sua mulher e residente em Paranaguá, d'onde é natural. Perguntado se sabe ler e escrever, respondeo que sim. E como nada mais respondeo nem lhe foi perguntado, mandou o Juiz lavrar este auto que assinga com o accusado.⁴⁷²

Após, procedeu-se ao Interrogatório do acusado:

Perguntado qual seo nome, naturalidade, e residencia, respondeo chamar-se Alcides Augusto Pereira, natural de Paranaguá, onde reside. Perguntado se tem algum motivo particular a que attribua a denuncia, respondeo que não. Perguntado se é culpado, respondeo que não. E como nada mais disse, nem lhe foi perguntado, mandou o Juiz lavrar este auto que assigna com o interrogado.⁴⁷³

O juiz recebeu o libelo em 10 de fevereiro de 1895.⁴⁷⁴

Juntou-se aos autos procuração, em que:

Alcides Augusto Pereira constitue seu bastante procurador ao Sr. Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo a quem confere todos os poderes permittidos em direito para que promova a defesa d'elle constituinte perante o Juizo Seccional e o Juiz Federal neste Estado no processo que lhe esta sendo instaurado por crime de conspiração.⁴⁷⁵

⁴⁷⁰ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 45.

⁴⁷¹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

⁴⁷² NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 47.

⁴⁷³ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 520**. Curitiba, n. 4209, v. 55, p. 47-48, 1894. 1 CD-ROM.

⁴⁷⁴ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 49.

⁴⁷⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 51.

Também foi oferecida contrariedade em 15 de fevereiro de 1895 pelo procurador Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo⁴⁷⁶:

Contrariando o libello accusatorio de folhas 13, diz o reo Alcides Augusto Pereira contra a Justiça Federal por seu Procurador, nesta e melhor forma de direito, o seguinte:

1º P. que, após a tomada de Paranaguá pelas forças revolucionarias, foi o reu verbalmente encarregado da policia da cidade para a manutenção da ordem publica.

2º P. que o reu não podia deixar de aceitar a incumbencia (e mais culpado seriase não a acceitasse), visto que era preciso alguém intervir para evitar disturbios e actos de vandalismo.

3º P. que durante os -três- dias em que esteve no exercicio das funcções policiaes, o reu desenvolveu sua actividade em favorecer por todos os modo, aquelles que pudessem ser perseguidos.

4º P. que não houve nomeação official da parte do governo de facto e que o réu não teve acção junto desse mesmo governo como Chefe de Policia, e

5º P. que sua ação se limitou ao municipio de Paranaguá; portanto

6º P. que o réu não representou o papel de Chefe de Policia do Estao e sim o de simples mantenedor da ordem em Paranaguá.

7º P. que não houve concerto entre o reu e os revolucionarios para oppor-se ao exercicio das attribuições constitucionaes do executivo estadual; pois

8º P. que o reu não concorreu para que se desse a invasão e

9º P. que, aceitando a incumbencia o réu não teve intenção criminosa.

10º. P. que não se verifica a circumnstantia aggravante do art. 39 § 2º, pois que o facto é de natureza tal que não se podem determinar no tempo a premeditação, a deliberação e a execução. Nestes termos, finalmente,

11º P. que o reu não é passivel das penas do art. 115 doCodigo Penal. E, esperando sejma estes artigos de contrariedade recebidos e afinal julgados provados, requer-se, a bem da defesa, a notificação das testemunhas abaixo arroladas para comparecerem à sessão dos jury, a fim de serem inquiridos acerca da presente causa. Testemunhas

⁴⁷⁶ Biografia: “Nasceu em Itaquí, município de Campo Largo (PR), no dia 5 de julho de 1872. Era filho de João Ribeiro de Macedo e de Anna Maria de Azevedo Portugal. Fez os estudos primário e secundário em Curitiba no Parthenon Paranaense, e o preparatório no Instituto Paranaense. Em dezembro de 1893 bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo. Recém-formado, foi Oficial de Gabinete do Presidente de Estado, Vicente Machado. Com Ermelino de Leão, em 1894, fundou e dirigiu o Instituto Curitibano, respeitada instituição de ensino da época. Na Escola Normal de Curitiba e no Ginásio Paranaense, dos quais foi diretor, lecionou pedagogia, português, lógica, literatura, moral, direito prático, psicologia e história da filosofia. Um dos fundadores da Universidade do Paraná, ali foi lente de Economia Política e Finanças por mais de 30 anos. Procurador Fiscal, foi também Procurador-Geral da Justiça em 1898. Colaborou com diversos jornais e revistas e publicou os livros: Estudos de Direito; Apontamentos sobre o Ministério Público do Paraná (1900); Código do Ensino (1916); Estudo de Direito; Codificação do Processo Criminal; Cooperativismo; Organização Judiciária do Estado do Paraná (1919); Código do Processo Civil e Comercial; Conquista Pacífica de Guarapuava; Código de Posturas de Curitiba (1918). Deputado Estadual, foi reeleito por várias legislaturas. Junto a Herculano de Souza fundou a Sociedade de Socorro aos Necessitados, entidade filantrópica. Grande Poeta, escreveu o Hino do Paraná. Foi membro da Academia Paranaense de Letras, onde ocupou a cadeira n.º 8, cujo Patrono é o Dr. João José Pedrosa. Era casado com Clotilde Portugal Macedo. Faleceu em Curitiba a 11 de maio de 1955. ” BIOGRAFIA de Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo Disponível em: < <http://www.memorial.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=100> >. Acesso em: 27/10/2016.

João Gonslaves Marques, Narciso Pereira Azevedo, Sebastião Sant'Anna, João Gonsalves Bueno e João Moreira do Couto.⁴⁷⁷

Em 16 de fevereiro de 1895, o Juiz Carvalho de Mendonça recebeu a contrariedade.⁴⁷⁸ As testemunhas da acusação tanto da defesa foram intimadas no mesmo dia.⁴⁷⁹

Termo de promessa do Jury de Sentença, em 21 de fevereiro de 1895: “o juiz Presidente do Tribunal deferio aos Juizes de facto a promessa de bem e fielmente se pronunciarem na presente causa; tendo em vista somente a Lei e a prova dos autos.”⁴⁸⁰ Após, realizou-se interrogatório do pronunciado: “Respondeo chamar-se Alcides Augusto Pereira, natural de Paranaguá onde reside. Perguntado se tem algum motivo particular a que attribua a denuncia? Respondeo que não. Perguntado se é culpado? Respondeo que é innocente.”⁴⁸¹

Quesitos ao Júri, elaborados pelo Juiz Presidente na Sala das Sessões do Júri Federal em Curitiba em 21 de fevereiro de 1895:

1º O accusado Alcides Augusto Pereira, em Janeiro de 1894, por ocasião da occupação da cidade de Paranaguá pelas forças revoltosas acceitou a nomeação do cargo de chefe de Policia deste Estado do Paraná e effectivamente exerceu taes funcções?

2º Assim procedendo o accusado concertou-se com vinte ou mais pessoas para se oppor directamente e por factos ao livre exercicio das attribuições constitucionaes do poder executivo do Estado?

3º O Jury reconhece ter o accusado comettido o crime com premeditação, tendo decorrido entre a deliberação e a acção criminosa um espaço pelo menos de vinte e quatro horas?

4º Existem circumnstancias attenuantes em favor do accusado? Quais sejam.⁴⁸²

Decisão do Júri⁴⁸³, na Sala Secreta das Deliberações do Júri Federal em Curitiba, em 21 de fevereiro de 1895:

O Jury depois de haver nomeado d'entre si por escrutinio secreto e por maioria absoluta de votos seu presidente e secretario e de preencher

⁴⁷⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 520.** Curitiba, n. 4209, v. 55, p. 53-55, 1894. 1 CD-ROM.

⁴⁷⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 61.

⁴⁷⁹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

⁴⁸⁰ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 69.

⁴⁸¹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 71.

⁴⁸² NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 520.** Curitiba, n. 4209, v. 55, p. 73, 1894. 1 CD-ROM.

⁴⁸³ Corpo de Jurados: Dr. José Gomes do Amaral Presidente, Augusto Loureiro Secretario, João Pereira da Fonseca, Alfredo Bittencourt, Alvaro de Oliveira Martins, José Raymundo de Mello, Joaquim Praxedes Gonsalves de Menezes, Pedro José de Queiroz, Carlos Christoffe, Mariano de Almeida Torres, Antonio modesto Corrêa e Antonio Francisco Correa de Bittencourt. In: NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 74-75.

as mais formalidade da lei passa a responder aos quisitos pela maneira seguinte: a primeiro sim, por onze votos. O accusado Alcides Augusto Pereira, em Janeiro de 1894, por occupação da Cidade de Paranaguá, pelas forças revoltosas acceitou a nomeação do cargo de Chefe de Policia d'este Estado do Paraná e effectivamente exerceu tal cargo. Ao segundo não por unanimidade de votos. Assim procedendo o accusado não concertou-se com vinte ou mais pessoas para se oppor directamente e por factos ao livre exercicio das attribuições constitucionaes do poder executivo do Estado. O Jury deixa de responder aos demais quisitos por acharem-se prejudicados pelas respostas das primeiras e segunda.⁴⁸⁴

O Juiz Presidente finalizou o processo, na Sala das Sessões do Júri Federal em Curitiba, em 21 de fevereiro de 1895: “De conformidade com as decisões do jury absolve o accusado Alcides Augusto Pereira da accusação que lhe foi intentada e mando que em favor do mesmo se passe alvará de soltura, si por al não estiver prêso e se lhe dê baixa na culpa.”⁴⁸⁵

O quinto caso tem como acusado Alcides Augusto Pereira, que aceitou ser Chefe de Polícia em Paranaguá, durante o período revolucionário. Houve sentença de pronúncia e o consequente encaminhamento dos autos ao Tribunal do Júri. Nota-se que o cargo exercido, além das funções burocráticas, também propicia desdobramentos inerentes aos crimes de sangue, inclusive por se tratar de uma época conturbada. Porém, o Júri decidiu pela absolvição do acusado, por entender que este não concertara com os maragatos e, deste modo, coube ao juiz togado determinar a soltura do acusado e assim encerrar o processo.

O sexto caso inicia-se em 12 de outubro de 1894, quando o Procurador da Republica Leonardo Franco e Souza apresentou denúncia contra Jayme Ballão:

O Procurador Regional da Republica n'este Estado vem perante V. S^a. denunciar Jayme Ballão, pelo facto criminoso que passa a referir. Invadido e conquistado este Estado em princípios do corrente anno por forças revolucionarias que aqui estabeleceram um pretenso governo, a exemplo do que já haviam feito anteriormente no Estado de Santa Catharina, aceitou o denunciado a investidura revolucionaria do cargo de Delegado Litterario da 1^a Circunscrição do Estado e exerceo effectivamente as funcções d'esse cargo. Alem do que fica dito, prestou o denunciado os seus serviços a causa dos revolucionários como redactor-chefe do Jornal - Diario do Commercio – que se publicava durante o período revolucionário. Escrevendo diariamente n'esse jornal, o denunciado collocou-se francamente ao lado dos

⁴⁸⁴ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 73-74.

⁴⁸⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 75.

revolucionários pois pregava francamente contra as autoridades constituídas da Nação, proclamando os méritos e o valor dos rebeldes e concitando-os a prosseguirem no seu intento criminoso. Os factos acima narrados constam evidentemente dos documentos que acompanham a presente denuncia. Tal procedimento do denunciado, porém, é criminoso, pois com elle oppos-se directamente e por factos ao livre exercício dos poderes legitimamente constituídos da Nação. Para que seja então punido de accordo com o que se acha prescripto no artigo 115, § 4º do Código Penal, o Procurador Seccional offerece a presente denuncia e pede a V. S^a. que se digne instaurar contra o denunciado o respectivo processo, nos termos do Decreto nº 848 de 11 de Outubro de 1890, intimados o denunciado e as testemunhas abaixo arroladas pela forma e sob as penas da lei.⁴⁸⁶

As testemunhas arroladas foram: João de Tapitanga e Francisco Jannuario de Santiago. Para comprovação, juntou-se aos autos edição do Jornal Diario do Commercio, em que, logo abaixo do título do periódico, encontra-se a inscrição: “Redactor proprietário – Jayme Ballão”⁴⁸⁷ Dentre os escritos favoráveis aos maragatos no Jornal, está o artigo Magnanimidade:

Homens – os revolucionários – que vem affrontando mil vezes com a morte, vencendo enormes barreiras, - a distancia, o sertão intransitável, a fome, o frio, - homens que, ainda mesmo depois de se verem completos de apodos, indignamente difamados como *bandidos* – *bandidos* – que, recebendo a peito descoberto as occultas balas dos inimigos e vendo os seus companheiros estirados no campo da batalha, - no momento da batalha, quando podiam fazer explosão de ódios – estendem, pelo contrario, a mão amiga e protectora aos adversários, garantindo-lhes as vidas, são por certo de uma magnanimidade extraordinária, de que os outros que eram governo e que tinham o dever de ser pelo menos tolerantes nunca deram provas. Demonstram assim, os revolucionários, cabalmente, que o instincto perverso do sangue, e sim o desejo de fazer o conagraçamento de toda a família brasileira, em torno de sua bandeira branca de paz! Sabe-se que a Lapa não poderia resistir mais, que os revolucionários poderiam toma-la à força das armas, e no entretanto a proposta offerecida pelos sitiados foi incontinente aceita pelos sitiantes. Registre, pois, a Historia mais esse acto de grandeza de alma, de nobreza de sentimentos dos bravos chefes da revolução, vilmente calumniados pelos agentes do Governo impopular e despótico do Marechal Floriano, o presidente sanguinário!⁴⁸⁸

⁴⁸⁶ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 514.** Curitiba, n. 4211, v. 55, p. 3-5, 1894. 1 CD-ROM.

⁴⁸⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 514.** *Ibidem*, p. 11.

⁴⁸⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 514.** Curitiba, n. 4211, v. 55, p. 11, 1894. 1 CD-ROM.

O juiz Mendonça determinou que fossem realizadas as intimações “para o primeiro dia útil desembaraçado de trabalho da mesma natureza.”⁴⁸⁹ O mesmo Procurador apresentou libelo crime em relação a Jayme Ballão, em 17 de janeiro de 1895:

1º Provará que o réu Jayme Ballão do governo revolucionário estabelecido n’esta Capital em Janeiro de 1894 a investidura do cargo de Delegado Litterario da 1ª Circumnscrição Escolar do Estado, exercendo effectivamente as funcções d’esse cargo;

2º Provará que o réu prestou os seus serviços à causa da revolução, como redactor-chefe do Jornal Diario do Commercio escrevendo diariamente contra os poderes constituídos da Nação, proclamando o valor e o mérito dos rebeldes e concitando-os a prosseguirem no seu intuito criminoso;

3º Provará que o réu assim procedendo manifestou o accordo em que estava com os chefes da revolução para os fins da mesma;

4º Provará que o réu commeteu o crime com premeditação existindo entre a deliberação criminosa e a execução o espaço de 24 horas;

N’estes termos pede-se a condenação do réu Jayme Ballão no grau máximo do art. 115, § 4º do Codigo Penal, por se dar a circumnstantia aggravante definida no artigo 39, §2º do mesmo Codigo.

E para que assim se julgue se offerece o presente libello, que se espera seja recebido e afinal julgado provado.⁴⁹⁰

O juiz Carvalho de Mendonça recebeu o libelo e determinou vista ao réu por 48 horas improrrogáveis.⁴⁹¹ Em 10 de fevereiro de 1895, o mesmo juiz determinou a prisão do pronunciado:

O cabo do Regimento de Segurança servindo de official de justiça e actualmente encarregado da prisão do Theatro S. Theodoro, recolha a mesma prisão o cidadão Jayme Ballão, pronunciado por este juízo no art. 115, § 4º do Cod. Penal.⁴⁹²

No mesmo dia, o cabo Francisco Baptista da Graça respondeu: “Recebi o preso político e recolhi a prisão do Theatro de São. Theodoro”⁴⁹³

Em 12 de fevereiro de 1895, o pronunciado compareceu à sala das sessões do Juiz Seccional para o Auto de Qualificação redigido pelo Escrivão Gabriel Pereira:

⁴⁸⁹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 3.

⁴⁹⁰ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 15-16.

⁴⁹¹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 17.

⁴⁹² NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 514**. Curitiba, n. 4211, v. 55, p. 19, 1894. 1 CD-ROM.

⁴⁹³ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

Qual seu nome? Respondeo chamar-se Jayme Ballão. Sua filiação? Respondeo que é filho de José de Sá Ballão e de sua mulher. Qual sua idade? 26 anos. Seu estado? Casado. Sua nacionalidade? Brasileira. Lugar de seu nascimento? Corytiba. Sabe ler e escrever? Sim! E como nada mais disse nem lhe foi perguntado mandou o Juiz lavrar este auto de qualificação que assigna com o acusado; de que tudo dou fé. ”⁴⁹⁴

Em seguida, realizou-se interrogatório do pronunciado:

Perguntado qual seu nome, naturalidade, residencia, respondeo chamar-se Jaume Ballão, natural d'esta Cidade e nella residente. Perguntado se tem motivo particular a que attribua a denuncia, respondeo que não. Perguntado se é o não culpado, respondeo que não e que seu advogado, na ocasião da defesa exporá as razões que tem para isenta-lo da culpabilidade que se lhe imputa. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, se lavrou este auto, que depois de lido foi pelo réu e julgado conforme e assignou com o Juiz. ”⁴⁹⁵

Em 13 de fevereiro de 1895 o advogado do pronunciado, João Pereira, contrariou:

P. que é patente nos autos a inomidade da accusação que lhe é feita de ter praticado os crimes de conspiração definidos no art. 115, § 4º do Codigo Penal.

Por quanto.

P. que tão repugnante crime, inteiramente contrario à encurvação política e ao temperamento cívico do accusado jamais pode ser incluído dos dois factos apontados no libello: exercício do cargo de “Delegado Litterario do Ensino Publico” e a autoria, supposta, mas não provada, de artigos impressos e publicados, sem sua assignatura, no Jornal que de denominação - Jornal do Commercio e Federação -, conforme pretende o libello.

P. que em assumpto criminal, como é o que constitui objeto do presente processo, é de são hermenêutica e actamente proclamada pela jurisprudência universal, que toda interpretação referente a lei e ao facto denunciado, seja rigorosamente restricta aos termos e condições que os manifestam; e tais princípios, observados como devem ser, impedem, em boa lógica jurídica, que entre o accusado e os revolucionários houvesse occorrido accordo algum de que podesse resultar o crime de que se trata.

Nestes termos

P. que a presente contrariedade deva ser recebida, a fim de, julgada provada, ser julgada improcedente a presente denuncia e a accusação, absolvido o accusado.⁴⁹⁶

⁴⁹⁴ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 21.

⁴⁹⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 22.

⁴⁹⁶ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 514**. Curitiba, n. 4211, v. 55, p. 25, 1894. 1 CD-ROM.

Requeru a intimação das testemunhas Agostinho Leandro, (...)e Guilherme Versam. Com a contrariedade também se juntou aos autos procuração, em que Jayme Ballão:

constitue seu bastante procurador ao Doutor João Pereira Vagas, a quem confere todos os poderes permittidos em direito para que promova a defesa d'elle, constituinte, perante o Juizo Seccional e o Jury Federal neste Estado no processo que lhe esta sendo instaurado por crime de conspiração; podendo requerer o que convier e interpor os recursos legaes da decisão que lhe for contraria e substabelecer os referidos poderes em pessoa de sua confiança.⁴⁹⁷

O Juiz recebeu a contrariedade e determinou o cumprimento das diligências requeridas.⁴⁹⁸

Em 21 de fevereiro de 1895, na Sala de sessões do Júri Federal, realizou-se o Termo de Promessa do Júri, redigido pelo Escrivão Gabriel Pereira e assinado por este, pelo Juiz Presidente Carvalho Mendonça e pelos jurados:

E logo no mesmo dia, mez e anno e em seguida ao sorteio do Jury de Sentença o Juiz Presidente do Tribunal deferio ao juizes de facto a promessa de bem e fielmente se manifestarem na presente causa, tendo em vista somente a Lei e a prova dos autos; de que para constar lavrei este termo.⁴⁹⁹

Realizou-se o interrogatório do réu, da mesma forma que consta em fl. 22 do processo. Posteriormente, houve formulação de quesitos ao Júri:

1º O accusado Jayme Ballão, ao tempo em que este Estado achou-se occupado pelos revoltosos, acceitou do governo revolucionário nelle estabelecido a nomeação do cargo de Delegado Litterario da Primeira Circumnscripção Escolar do Estado?

2º Assim procedendo o accusado concertou-se com vinte ou mais pessoas para se opporem directamente e por factos ao livre exercício das atribuições constitucionaes do poder executivo do Estado?

3º O jury reconhece ter o accusado comettido o crime com premeditação, tendo decorrido entre a deliberação e a acção criminosa o espaço pelo menos de vinte e quatro horas?

4º Existem circunstancias attenuantes em favor do accusado? Quais sejam.⁵⁰⁰

⁴⁹⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 27.

⁴⁹⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 29.

⁴⁹⁹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 31.

⁵⁰⁰ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 514**. Curitiba, n. 4211, v. 55, p. 35, 1894. 1 CD-ROM.

Após, o Júri, composto pelo corpo de jurados⁵⁰¹, decidiu, na Sala Secreta das Deliberações do Júri Federal:

O Jury depois de haver nomeado dentre si, por escrutínio secreto e por maioria absoluta dos votos o seu presidente e secretario, respondeu ao quisitos pela maneira seguinte:

Ao primeiro Sim, por unanimidade de votos, o accusado Jayme Ballão ao tempo em que este Estado achou-se occupado pelos revoltosos, acceitou do governo revolucionário n'elle estabelecido a nomeação do cargo de Delegado Litterario da Primeira Circumnscripção Escolar do Estado.

Ao segundo Não, por unanimidade de votos, assim procedendo o accusado não concertou-se com vinte ou mais pessoas para se opporem directamente ao livre exercício das attribuições constitucionaes do poder executivo do Estado.

O Jury deixou de responder aos demais quisitos por acharem-se prejudicados com a resposta aos dous primeiros.⁵⁰²

Após a decisão proferida pelo Júri, o Juiz Presidente concluiu o processo nos seguintes termos: “De conformidade com as decisões do jury, absolvo o accusado Jayme Ballão da accusação que lhe foi intentada e mando que a seu favor se passe alvará de soltura, si por al não estiver prêso e se lhe dê baixa na culpa.”⁵⁰³

O sexto caso tem como acusado Jayme Ballão, que aceitou o cargo de Delegado Literário, em Curitiba, durante o período revolucionário, assim como permitiu que o Jornal O Comércio, do qual era diretor, fizesse propaganda em favor dos maragatos. Houve sentença de pronúncia. O Júri decidiu que o acusado não concertara com os federalistas. Assim, Jayme Ballão, absolvido das acusações, pôde compor o libreto da Ópera Sidéria e, desta forma, contribuir na construção da história *oficial*, relegando ao esquecimento sua participação no governo maragato em Curitiba.

O sétimo e último caso ao ser analisado, justamente pela complexidade mais elevada em relação aos anteriores, como será demonstrado pela destreza

⁵⁰¹ Corpo de Jurados: Alfredo Bittencourt (Presidente), Carlos Christoffe (secretário), João Pereira da Fonseca, Antonio Francisco Correa de Bittencourt, Pedro Jose de Queiroz; João Evangelista Artigas, Jose Raymundo de Mello, Oliverio da Silva Monteiro, Francisco do Nascimento Rosas, Affonso Virgolino Gomes de Medeiros, Mariano de Almeida Torres e Antônio Machado Corrêa. NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 36-37.

⁵⁰² NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 35-36.

⁵⁰³ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 37.

do advogado de defesa, Conrado Caetano Erichsen⁵⁰⁴ e pelo seu peculiar cliente, Francisco de Carvalho Nobre, um jovem bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de Recife (ambos dialogam com os registros históricos e literários sobre os bacharéis, trazidos no capítulo anterior), tem seu início em 6 de setembro de 1894, com a denúncia do Procurador Seccional Leonardo Macedonio Franco e Souza:

O Procurador Seccional da Republica n'este Estado vem perante V. S. denunciar o bacharel Francisco de Carvalho Nobre, pelo seguinte facto criminoso. Tendo sido este Estado, em princípios do corrente anno, invadido e conquistado por forças revolucionarias que aqui estabeleceram um pretenso governo, dependente de igual, anteriormente proclamado em S. Catharina, o denunciado acceitou a investidura revolucionaria do cargo de Juiz Substituto da Seção Federal n'este Estado e exerceo, durante os meses de Fevereiro, Março e Abril do corrente anno, as funcções de Juiz Seccional visto não estar em exercicio d'este ultimo cargo o individuo para elle nomeado. Este procedimento criminoso do denunciado, que d'esta forma fez causa comum com os revolucionarios, rebelando-se contra os poderes constituídos da Nação, acha-se plenamente provado pelos documentos constantes do conselho de investigação, que a esta acompanhou, e que foi ordenado pelo General Commandante do Corpo de Exercito em operações n'este Estado e no de S. Catharina.⁵⁰⁵

Após mencionar os documentos (depois comentados), o Procurador prossegue a denúncia:

Releva ainda acrescentar que o denunciado, arrogando-se por essa forma o exercicio de uma funcção publica que não lhe competia, foi alem, pois recebeu na Delegacia Fiscal d'esta cidade vencimentos

⁵⁰⁴ Sobre Conrado Caetano Erichsen, que posteriormente foi o 13º Procurador de Justiça do Paraná: "Natural do Paraná, filho de Conrado Erichsen e de Emília Brasileira de Faria Erichsen. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, recebendo o grau de bacharel em 16 de novembro de 1868. Por decreto, foi nomeado Promotor Público da Comarca de Castro. Mais tarde seria Juiz de Direito da Comarca da Lapa, chegando a Desembargador do Superior Tribunal de Justiça, nomeado em 1º de agosto de 1891, na época da primeira organização do Tribunal. Após o período revolucionário foi aposentado em 1894, sendo reintegrado em virtude de sentença do Superior Tribunal de Justiça do Estado. Foi Procurador-Geral da Justiça de 8 de março de 1912 a março de 1914, data em que, a pedido, foi aposentado. Exerceu cargos de direção da instrução pública em diversas comarcas. Foi nomeado 2º Vice-Presidente da Província ao tempo de Souza Dantas. Colaborador na Revista dos Tribunais do Estado de São Paulo, teve ali publicados diversos estudos. Era casado com Etelvina Martins Erichsen. Faleceu, em Curitiba, no mês de abril de 1921. " BIOGRAFIA de Conrado Caetano Erichsen. Disponível em: Centro de Preservação da Memória do MPPR. <<http://www.memorial.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=87>>. Acesso em: 24/10/2016. É patrono do Fórum de Alto Paraná. In: Histórico dos desembargadores TJPR. Disponível em: < <https://www.tjpr.jus.br/en/desembargadores-tjpr-museu> >. Acesso em: 24/10/2016.

⁵⁰⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 508**. Curitiba, n. 4203, v. 55, p. 3-4, 1894. 1 CD-ROM.

correspondentes aquelle cargo, na importancia total de novecentos e noventa e tres mil seiscentos e sessenta e seis reis, que egualmente não lhe pertenciam. Com tal procedimento, o denunciado commetteo o crime definido no artigo 224 do Codigo Penal⁵⁰⁶ e para que seja o mesmo punido pela forma ali estabelecida, o Procurador Seccional offerece a presente denuncia e pede a V. S. que se digne instaurar o respectivo processo, pela forma estatuida no Decreto nº 848 de 11 de Outubro de 1890, intimados o denunciado e as testemunhas abaixo arroladas⁵⁰⁷, pela forma e sob as penas da lei.⁵⁰⁸

O Procurador juntou aos autos procedimento realizado pelo conselho de investigação do Comando do 5º Distrito Militar em Curitiba contra o acusado, pela investidura revolucionaria⁵⁰⁹. Nos processos analisados anteriormente, não houve tal procedimento. Houve audiências, oitiva de testemunhas e em 13 de agosto de 1894 emitiu parecer em Sessão que teve como partícipes Artur Napoleão de Oliveira Madureira (Capitão Presidente), José Pereira de Souza (Tenente) e Augusto Pereira da Costa (Alferes):

O Conselho de investigação tendo presente pelo officio sob numero dozentos e oitenta de primeiro de agosto do corrente anno derigido pelo General de Brigada General Francisco Raymundo Ewerton Quadros commandante do (...) districto militar ao capitão Artur Napoleão de Oliveira Madureira, presidente deste Conselho, e mais documentos os quaes são anexos de folhas trez até folhas treze (...) o doutor Francisco de Carvalho Nobre de ter aceitado a nomeação do cargo de juiz substituto e servido e servido como juiz seccional dos revoltosos dos quaes recebeo vencimentos, o que foi corroborado pelos depoimentos de trez testemunhas de folhas quatorze a folhas quinze verso; tendo também presentes as respostas do indiciado em seu interrogatorio de folhas dezesseis é de parecer que o facto constante dos citados documentos está concludentemente provado e que sobre o dicto Doutor Francisco Carvalho Nobre recabe a culpabilidade do acto de haver aceitado a nomeação do cargo de juiz substituto e servido como juiz seccional dos revoltosos dos quaes recebeo vencimentos; não parecendo no mesmo conselho promedantes as razões que o culpado exhibio em sua defesa porque pela simples leitura (...) verificase a culpabilidade do acusado o qual confessou o seo crime.⁵¹⁰

⁵⁰⁶ “Art. 224. Arrogar-se e effectivamente exercer, sem direito, emprego ou função publica, civil ou militar: Penas – de prisão celllular por seis mezes a dous annos e multa igual ao dobro dos vencimentos que tiver recebido.” Brasil. Decreto nº 847, de 11 de Outubro de 1890. Promulga o Codigo Penal. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>> Acesso em: 06/09/2016.

⁵⁰⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. Testemunhas: “Constantino Pereira da Cunha. Francisco Januario de Santiago. Manoel Azevedo da Silveira Neto.” NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Op. cit.* p. 5.

⁵⁰⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 4-5.

⁵⁰⁹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 7-42

⁵¹⁰ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 508.** Curitiba, n. 4203, v. 55, p. 41-42, 1894. 1 CD-ROM.

Em 6 de setembro juiz Carvalho de Mendonça determinou aos Escrivão realizar as intimações necessárias.⁵¹¹ No mesmo dia, o Escrivão Damaso Corrêa certificou a intimação do acusado⁵¹². No dia 8, intimou as testemunhas Francisco Januario de Santiago e Manuel Azevedo da Silveira Netto, “para deporem no presente summario no dia dez do corrente mes ao meio dia em a casa da residencia do Doutor Juiz onde tem logar as audiencias, sob pena de serem conduzidos debaixo de vara e desobediencia”⁵¹³. Não intimou a testemunha Constantino Pereira da Cunha, “por se ter ausentado d’esta Capital para o centro do Estado.”⁵¹⁴

No dia 10 de setembro, na casa do Juiz Carvalho de Mendonça, o Escrivão Damaso Côrrea redigiu auto de qualificação do “Bacharel Francisco de Carvalho Nobre, réo n’este processo acompanhado de seu advogado Doutor Conrado Caetano Erichsen”⁵¹⁵ (dos processos analisados, único que comparece em juízo na fase de sumário de culpa com advogado):

Qual seu nome? Respondeu chamar-se Francisco de Carvalho Nobre. De quem era filho? (...) De Pelino Francisco de Carvalho Nobre. Que idade tem? Vinte e dous annos. Seu estado? Casado. Sua profissão. Advogado. Sua nacionalidade? Brasileira. O logar de seu nascimento? Estado de Sergipe – Cidade de Aracaju. Se sabe ler e escrever? Disse que sabe.⁵¹⁶

Após, procedeu-se à inquirição das testemunhas.

A primeira a ser inquirida foi Francisco Januario de Santiago, casado, 46 anos, natural do Ceará, empregado público e residente em Curitiba, “deu sua palavra de honra de dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado”⁵¹⁷. Após a leitura da denúncia:

Respondeu que o que tem a declarar é o que sabe funcionario que é da Delegacia Fiscal neste Estado e que as datas a que tem de referir-se em seu depoimento sam extrahidas de livros e assentamentos de sua repartição. Como tal sabe que o accusado Doutor Francisco de Carvalho Nobre foi nomeado por Decreto do Governo revolucionario de Santa Catharina, datado de dez de Fevereiro do corrente anno, Decreto este que foi apresentado a Repartição e ali registrado. Disse

⁵¹¹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 3.

⁵¹² NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 43.

⁵¹³ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

⁵¹⁴ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

⁵¹⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 44.

⁵¹⁶ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 44-45.

⁵¹⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 46.

mais que o accusado exercera o logar de Juiz Seccional, posto que o Decreto a que se refere o nomeasse para o de Substituto do mesmo cargo, e que foi como Juiz Seccional que ele percebeu os ordenados na importancia de novecentos e quatro mil seiscentos sessenta e seis reis, devendo-se dessa quantia deduzir os impostos relativos a sêllo e direitos da primeira nomeação, e que taes ordenados são relativos ao tempo decorrido de dezoito de Fevereiro até fim de Março.⁵¹⁸

Perguntado se o acusado realizou atos da função de juiz: “Respondeu que não sabe, por ter elle testemunha andado foragido, mas que deduz do recebimento dos ordenados, que o accusado exercera essas funções.”⁵¹⁹ Perguntado se tem conhecimento de algum edital assinado pelo acusado e publicado no jornal *A Federação*: “Respondeu que não.”⁵²⁰ Dada a palavra ao Procurador Seccional, este nada requereu ou perguntou.⁵²¹ Dada a palavra ao advogado do acusado, formulou perguntas (único dentre os processos em que há perguntas feitas pela defesa):

Perguntado se é ou não verdade que durante todo tempo em que o denunciado exerceu o cargo de que se trata, tanto n'este Estado como o de Santa Catharina achavam-se completamente avassalados pela invasão revolucionaria, tando cahido em poder dos invasores todos os ramos do governo e da publica administração? Respondeu affirmativamente. Perguntado se é ou não um facto notório que durante todo o tempo em que os invasôres se achavam de posse dos dous Estados, toda a população que não pôde fugir ficou sob a pressão do verdadeiro terror produzido pela permanente ameaça de inauditas violencias? Respondeu que sim, e que taes violencias dirigiam-se principalmente aquelles que se mostravam avessos a revolução. Perguntado se é ou não certo que por aquelle motivo muitos cidadãos, quer funcionários (tanto civis como militares), quer simples particulares, mesmo perfeitamente adeptos do governo legal e como taes realmente reconhecidos, viram-se na contingencia de exercer empregos e comissões, algumas gravemente comprometedoras para evitarem o ódio ou má vontade dos invasores? Respondeu que o que sabe e pode afirmar é que alguns amigos seus, aliás fieis ao governo legal, permaneceram em seus empregos, tanto que estão sendo agora demittidos; nada mais pode adiantar sobre a pergunta que lhe foi feita. Perguntado se por ventura não lhe consta que o denunciado reluctou muito a entrar em exercicio do cargo de que se trata, vendo-se afinal constrangido a isso para evitar as violencias de que acima se fallou? Respondeu que sôbre esse particular nada lhe consta. Perguntado se é ou não certo que o denunciado deixou ou, digo deixou o exercicio do cargo logo que regressando o Governador do Estado e das forças federaes que do mesmo Estado se haviam retirado, restabeleceu-se a ordem legal? Respondeu que o que depôs a respeito do exercicio do cargo de Juiz Seccional pelo denunciado, lhe era conhecido, como aliás declarou, tão somente pelo que colheu da leitura dos livros de sua

⁵¹⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 508.** Curitiba, n. 4203, v. 55, p. 46-47, 1894. 1 CD-ROM.

⁵¹⁹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 47-48.

⁵²⁰ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

⁵²¹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

Repartição; portando, afirmando que o denunciado recebeu vencimento até trinta e um de Março, não está todavia habilitado a precisar o tempo até o qual o denunciado exerceu o cargo. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado⁵²²

Com o término do depoimento, a testemunha foi notificada pelo Escrivão Damaso Corrêa a comunicar ao juízo caso precisasse sair de Curitiba, dentro do prazo de um ano.⁵²³ O Escrivão também certificou nos autos o não comparecimento da testemunha Manoel Azevedo da Silveira Netto, “que foi intimado e tornou-se desobediente.”⁵²⁴ No mesmo dia, o Juiz Carvalho de Mendonça determinou expedição de mandado para que a testemunha que não comparecera espontaneamente seja trazida em juízo: “no dia 12 do corrente debaixo de vara depor no presente processo.”⁵²⁵ O acusado e o Procurador seccional foram intimados da inquirição próxima.⁵²⁶ O curioso mandado expedido em nome do Juiz Carvalho de Mendonça:

Mando qualquer official d’este juizo a quem este fôr apresentado que conduza debaixo de vara perante mim, o Cidadão Manoel Azevedo da Silveira Netto a fim de depôr no dia doze do corrente mes, ao meio dia, na casa de minha residencia, onde se fazem as audiencias deste juizo, como testemunha no processo crime intentado contra o Bacharel Francisco de Carvalho Nobre.⁵²⁷

No dia 12 de setembro o Escrivão Damaso Corrêa certifica que, após a leitura do mandado para a testemunha, a esta “conduzi debaixo de vara à casa das audiencias a fim de deppôr. O que dou fé, não havendo a menor relutancia da parte do intimado.”⁵²⁸

A testemunha Manoel Azevedo da Silveira Netto⁵²⁹, 23 anos, casado, jornalista, natural de Morretes, residente em Curitiba, “deu sua palavra de honra

⁵²² NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 508.** Curitiba, n. 4203, v. 55, p. 48-50, 1894. 1 CD-ROM.

⁵²³ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 51.

⁵²⁴ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

⁵²⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*, *Ibidem*, p. 51-52.

⁵²⁶ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

⁵²⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 53.

⁵²⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 54.

⁵²⁹ Biografia da testemunha: “4 de novembro de 1872 nasce em Morretes, filho de Manoel Azevedo da Silveira Filho e Guilhermina Cordeiro de Miranda. Passou a infância na cidade natal e teve a oportunidade de assistir a inauguração do Engenho Central. Em Morretes estudou com o professor Líbero Teixeira Braga, muda para Curitiba em 1879. Escreveu o livro *Margens do Nhundiaquara*. Classificado em concurso, foi nomeado praticante da Tesouraria da Fazenda Federal em 27 de maio de 1891. Casou em 28 de janeiro de 1893, com Amélia Alcântara da

para dizer a verdade do que soubesse e lhe fôsse perguntado.⁵³⁰ Após a leitura da denúncia:

Respondeu que tendo reassumido com mais regularidade as funções que exercia na Delegacia Fiscal desta Capital, visto como na época revolucionária poucas vezes lá hia, teve ocasião de ver notas de pagamentos feitos ao acusado como Juiz Seccional em exercício ao tempo da revolta.⁵³¹

Perguntado sobre o *quantum*, “Respondeu que não se recorda, mas que não era muito.”⁵³² Sobre o tempo de exercício das funções de juiz: “Respondeu que vio na fôlha de pagamento mas que n’este momento não pode precisar a quantia.”⁵³³ Se tem conhecimento da prática de algum ato de jurisdição pelo acusado: “Respondeu que não sabe.”⁵³⁴ Se na Delegacia Fiscal são feitos pagamentos sem prova de efetivo exercício: “Respondeu que para isso se exige ali a averbação do titulo e registro do mesmo, salvo ordem telegraphica do Ministro competente.”⁵³⁵ Dada a palavra ao Procurador Seccional, este nada

Silveira, nascida em 5 de agosto de 1875. Por algum tempo dedicou-se ao desenho litográfico. Em 11 de novembro de 1904 foi designado juntamente com Benedicto Nicolau dos Santos, escritor e musicista de mérito, para instalar a Mesa de Rendas da Foz do Iguaçu, então criada, o que se realizou a 19 de abril de 1905. Em 1910 foi nomeado inspetor da Alfândega de Paranaguá, por Decreto de 28 de dezembro. Em sua gestão mudou a alfândega para o novo edifício no Porto Dom Pedro II, há muito construído e quase abandonado, tirando-a do velho e infecto convento à margem do Itiberê e cuja construção datava de 1740, sendo a repartição nele instalada em 1827. Em 1913 foi, juntamente com o escriturário da mesma alfândega, o morretense Francisco de Paula Dias Negrão, designado para instalar e dirigir o serviço de encomendas postais na Delegacia Fiscal do Paraná, o que o fez a 2 de agosto desse ano. Em 1914, lança o livro “Do Guairá aos Saltos do Iguaçu”, impresso por conta da Secretaria de Agricultura do Estado, com um desenho original de seu irmão Aureliano da Silveira. Silveira Netto é autor da letra do Hino Morretense, sendo seus versos musicados por Luiz da Silva Bastos, também de Morretes. Convidado a visitar Morretes, aqui esteve no dia 15 de março de 1933, sendo recebido festivamente, ouviu ao chegar, o Hino Morretense, cantado por senhoritas, sendo após, saudado por diversos oradores. Nesta oportunidade, João Turim, o ilustre escultor, também filho de Morretes, modelou em baixo relevo a cabeça do poeta. Faleceu no Rio de Janeiro em 19 de dezembro de 1942, tendo seus restos mortais trasladados para Morretes, por ocasião das comemorações de seu centenário de nascimento.” In: BIOGRAFIA de Manoel Azevedo da Silveira Netto. Disponível em: <<http://www.nossolitoral.doparana.com/atrativo/lista/7/36>>. Acesso em: 27/10/2016.

⁵³⁰ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 508**. Curitiba, n. 4203, v. 55, p. 55, 1894. 1 CD-ROM.

⁵³¹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

⁵³² NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

⁵³³ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 56.

⁵³⁴ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

⁵³⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 508**. Curitiba, n. 4203, v. 55, p. 56, 1894. 1 CD-ROM.

perguntou.⁵³⁶ Dada a palavra ao advogado do acusado, este formulou perguntas à testemunha:

Perguntado se é ou não verdade que durante todo o tempo em que o Estado achou-se dominado pela invasão revolucionaria ao que aliás precedeu a circunstancia de ter sido o mesmo Estado abandonado, tanto pelo Vice Governador, como pelo Chefe do Districto Militar, que para S. Paulo retiraram-se com todo o resto de força publica de que podiam dispor, se é ou não exacto que durante este periodo a população paranaense achou-se sob verdadeiro terror, permanentemente ameaçada de toda sorte de violencias e torperias? Respondeu que effectivamente é sabido que antes de chegarem os invasores a esta Capital já o Vice Governador do Estado e o Chefe do Districto Militar, acompanhados pelo resto de forças de que dispunham, haviam-se retirado para o vizinho Estado, não podendo elle testemunha precisar o numero de dias de antecedencia d'aquella retirada para a effectiva occupação desta Capital pelos invasores; que, na verdade, durante todo tempo a que allude a pergunta, a população paranaense achou-se verdadeiramente atterrorizada. Tendo mesmo ouvido dizer elle testemunha (o que declara por lhe ter sido perguntado) que as violencias e torperias de que se trata, as quaes consistiram até em degolações e fuzilamentos, estenderam-se mesmo a individuos que eram comparsas da revolução. Perguntado se sabe ou que em virtude do alludido terror muitos cidadãos viram-se constringidos, uns a continuar no exercicio de emprego e comissões que já exerciam, outros a aceitar novas nomeações e desempenhar empregos e comissões de diversas naturezas? Respondeu que quanto a primeira parte affirma que é verdade, mesmo porque tem especial conhecimento de um facto com um seu amigo, José Schleder, o qual tendo chegado a retirar-se desta Capital para a Bacachery a fim de eximir-se de exercer o cargo de segundo escriptuario da Delegacia Fiscal, foi intimado, conforme lhe disse o mesmo Schleder, mais ou menos, pela meia noite, a fim de comparecer no Quartel General dos revoltosos, presumindo ella testemunha que em virtude disso é que o mesmo Schleder continuou no exercicio do cargo. Quanto a segunda parte da pergunta nada conhece que o habilite a uma affirmativa, isto é quanto haver sido alguém a aceitar nomeações novas. Perguntado se porventura sabe se o denunciado solicitou a nomeação para o cargo de Substituto de Juiz Seccional ou se nomeado pelos revolucionarios e (...) por esse vio-se obrigado a exercer o dito cargo? Respondeu que não sabe se o denunciado solicitou a nomeação mas (visto lhe ser agora tambem perguntado) declara que no seu modo de ver era naquelle tempo um grande perigo oppôr-se de qualquer modo aos intuitos dos invasôres e seria portanto muito arriscado recusar uma nomeação por elles feita. Perguntado se é ou não exacto que sendo ella testemunha tambem empregada da Delegacia Fiscal achou-se tambem na necessidade de obtemperar diante da revolução e continuar a exercer as funcções, sendo aliás de notoriedade publica a sua fidelidade as instituições e ao Governo legal do paiz; e qual o motivo que actou em seu espirito para assim proceder? Respondeu affirmativamente, quanto a primeira parte, e quanto a segunda explicou que o motivo que teve foi em grande parte o receio incorrer em perseguições, ou de ver-se obrigado a fugir, o que nem a todos era facil.⁵³⁷

⁵³⁶ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

⁵³⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 508.** Curitiba, n. 4203, v. 55, p. 56-59, 1894. 1 CD-ROM.

Após, o Procurador Seccional requereu:

achando-se sufficientemente provada a criminalidade do acusado desistia do interrogatorio da testemunha Constantino Pereira da Cunha, a fim de não demorar o andamento do processo; e outrossim requeria que se lhe fizessem os autos com vista para dar parecer sobre a fôrmação da culpa⁵³⁸

No mesmo dia, também se realizou interrogatório do acusado:

Qual seu nome, naturalidade e residencia? Respondeu chamar-se Francisco de Carvalho Nobre, natural do Estado de Sergipe e residente nesta cidade de Curityba. Si tem motivo particular a que attribui a queixa ou denuncia? Respondeu que não. Si é ou não culpado? Respondeu que não, e que opportunamente demonstrará que o exercicio em que esteve do cargo de Juiz Seccional deste Estado não constitue crime nas condições em que o exerceu.⁵³⁹

Após vista dos autos, o Procurador Leonardo Franco e Souza peticionou em 13 de setembro:

Do exame minucioso de todas as peças do summario conclue-se que o Bacharel Francisco de Carvalho Nobre praticou o crime narrado na denuncia de fl. 2 e 3 e capitulado no artigo 224 doCodigo Penal. E quando mesmo não fossem sufficientes para gerar essa convicção as provas accumuladas no Conselho de investigação, todas elas de uma verdade esmagadora, ahi temos os depoimentos de fl. 23 a 25 e de fl. 28 a 30, que igualmente não deixam duvida alguma sobre o facto de ter o denunciado exercido, por nomeação revolucionaria, as funcções de Juiz Seccional n'este Estado e recebido vencimentos na Delegacia Fiscal. Suas testemunhas (...) depõem com toda a certeza sobre o facto criminoso e estão acima de toda a suspeição: o seo depoimento faz portanto prova plena contra o denunciado. Na denuncia dissemos que o denunciado exercera as funcções de Juiz Seccional durante os meses de Fevereiro, Março e Abril. Pelo depoimento das testemunhas pode parecer que elle deixou o exercicio de taes funcções em 31 de março. Não há tal, pois o denunciado esteve em exercicio durante o mes de Abril, como se vê dos docummentos de fl. 14 e 15. Em apoio do que allegamos na denuncia e ficou demonstrado pelos documentos já offerecidos e depoimento de testemunhas, submetteremos à consideração do Meritissimo Julgador os numeros do Jornal – A Federação – orgam official dos revolucionarios correspondentes a 27 de Fevereiro, 31 de Março, 7 e 10 de Abril do corrente anno. Pela leitura desses jornaes vê-se que o denunciado esteve em effectivo exercicio do cargo de Juiz Seccional durante os meses referidos na denuncia; tanto assim que publicou no mesmo jornal um edital annunciando os dias de audiencia do juizo e determinando as horas de expediente nos dias uteis. Releva ainda accrescentar que os numeros d'A Federação, correspondentes ao mes de Abril trazem a nomeação do denunciado para o cargo de Superintendente Geral do Ensino Publico do Estado. Após o exercicio n'este novo cargo, foi esta nomeação declarada sem effeito, visto como o denunciado optou pelo cargo de Juiz Seccional,

⁵³⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 60.

⁵³⁹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 61.

como consta do mesmo jornal, de 10 de Abril. Depois do que deixamos visto, se nos cumpre formular a seguinte conclusão: o Bacharel Francisco de Carvalho Nobre deve ser pronunciado como incurso nas penas do art. 224 do Código Penal, visto estar plenamente provado o crime ali definido e praticado pelo mesmo Bacharel Nobre. Tal é o nosso parecer. O Meretissimo Julgador, porem, ilustrado e justiceiro como é, procederá conforme lhe parecer mais acertado.⁵⁴⁰

Dentre os jornais juntados aos autos pelo Procurador, constam atos de jurisdição, como a expedição de editais pelo denunciado: “Faço publico para conhecimento de todos os interessados que as audiencias deste Juizo terão lugar aos sabbados ao meio dia, em sua residencia, à Rua do Rosario n. 2, - despachando todos os dias uteis das 10 h as 3 da tarde.”⁵⁴¹

Em 14 de setembro, o Escrivão Damaso Corrêa juntou aos autos cópia da nota de culpa, por ordem do Juiz Carvalho de Mendonça e entregou uma cópia ao acusado:

Vae recolhido a prisão preventivamente o Doutor Francisco de Carvalho Nobre, denunciado pelo Procurador Seccional pelo crime do artigo duzentos vinte e quatro do Código Penal e por se ter verificado do depoimento das testemunhas Francisco Januario de Santiago e Manoel Azevedo da Silveira Netto assim como de documentos juntos aos autos, que o accusado dito Doutor Nobre cometteu o crime previsto em um dos paragraphos do artigo 115 do mesmo codigo.⁵⁴²

Após, o Juiz Carvalho de Mendonça determinou “vista ao Advogado do accusado para allegar dentro de tres dias o que tiver a bem de seu constituinte.”⁵⁴³ Considerando que a “defesa na formação da culpa é sempre direta, isto é, deve consistir em demonstrar ou que o fato criminoso não se realizou, ou que o fato não constitui crime ou que o indigitado não foi quem o praticou”⁵⁴⁴, o Advogado apresentou alegações em favor do réu em 18 de setembro:

⁵⁴⁰ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 508**. Curitiba, n. 4203, v. 55, p. 62-64, 1894. 1 CD-ROM.

⁵⁴¹ NOBRE, Francisco de Carvalho. **Editaes. A Federação**, 31 mar. 1894. Anno III, n. 49. p. 2. In: NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 68. Também há edital em outras edições, cf. NOBRE, Francisco de Carvalho. **Editaes. A Federação**, Curityba, 7 Abr. 1894. Anno III, n. 54. p. 2. In: NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 80.

⁵⁴² NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 85.

⁵⁴³ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 86.

⁵⁴⁴ ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. **O Processo Criminal Brasileiro**. 4. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Freitas Bastos S. A., 1959. p. 219-220.

Aproveitando-nos da liberal interpretação dada pelo honrado Sr. Dr. Juiz Federal ao art. 61 do Dec. n. 848 de 11 de Outubro de 1890⁵⁴⁵, porem fazendo o maior esforço para condensar as ideias e só dizer o que, neste momento, é estritamente indispensavel a defesa do nosso cliente; nos limitaremos a rogar que o Ilustre Magistrado a quem nos dirigimos com a maior confiança e com o maior acatamento, abra o seu nobre espirito a uma convicção pura e desapaixonada, como costuma, e concentre a sua atenção sobre os pontos seguintes: I Nem pelo crime definido no art. 224 do Cod. Penal poderia ser pronunciado o Bacharel Francisco de Carvalho Nobre: a) Porque aquelle artigo esta subordinado à epigraphe do titulo a que pertence “Crimes contra a bôa ordem e publica administração.” Si, muito antes de o nosso cliente entrar a exercer o cargo, este infeliz Estado havia sido conquistado por forças revolucionarias que aqui constituíram um governo dependente do que anteriormente já haviam proclamado em Santa Catharina, como lealmente reconhece o digno Procurador (...) Dr. Procurador Seccional, na denuncia que formulou; é claro que a ordem politica e a administração publica (...) no Estado do Paraná, tanto como no de Sta. Catharina, já não tinham existencia, e aquillo que não existe não pode ser offendido, não pode ser objecto de um crime. b) Porque accresce que o Bacharel Nobre não arrogou-se emprego algum. Nomeado pelos conquistadores, por elles ungido, pois a verdade é que ninguem doptado de bom senso solicitaria empregos de nomeação revolucionaria viu-se elle na difficil alternativa de – ou entrar em funcções ou incorrer nas perseguições de que dão abundante noticia todos os depoimentos que instruem estes autos, que os das unicas duas testemunhas do summario de culpa, quer os das tres inquiridas na justificação que (...) offerecemos.⁵⁴⁶

A destreza que alia a técnica jurídica à sofisticada compreensão do caso concreto é constante nas petições do Dr. Erichsen, como ao referir-se à legalidade do tipo penal do qual seu cliente era acusado e por que tal acusação não deveria ter êxito:

Do que ficou exposto conhece-se que o facto arguido (...) escapa, de uma maneira evidente, à classificação que lhe deu o Dr. Procurador Seccional: para que um facto dado seja punido com as penas de um certo artigo da lei penal, é indispensavel que a hypothese (...) quadre perfeitamente (...) com a figura juridica prevista pelo legisladôr; o artigo 224 suppõe que o agente se arrogue o exercicio de um emprêgo sem ter para isso direito, e o mal do delicto, no caso previsto, consiste na offensa, no ataque feito à boa ordem politica; se essa não existia mais no Paraná no tempo em que o Bacharel Nobre exerceu o cargo, si elle não arrogou-se tal cargo, é claro que não violou o citado artigo 224. O crime attribuido pelo Ilustre Sr. Dr. Procurador Seccional ao nosso constituinte seria perfeitamente semelhante ao homicidio que alguém commetteu contra um morto.⁵⁴⁷

⁵⁴⁵ “Art. 61. O accusado poderá fazer juntar ao processo todos os documentos que justifiquem ou provem sua innocencia. O juiz conceder-lhe-ha prazo razoavel para tal fim.” BRASIL. *Op. cit.*

⁵⁴⁶ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Op. cit.* p. 89-90.

⁵⁴⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 508.** Curitiba, n. 4203, v. 55, p. 62-64, 1894. 1 CD-ROM. p. 93.

Adiante, Dr. Erichsen manifesta-se em um terreno delicado, ao criticar a decisão do Juiz Federal em relação ao seu cliente, em que alia a severidade da convicção com a cordialidade necessária à Justiça:

Em nossa humilde opinião não foi mais feliz o douto Sr. Dr. Juiz Federal d'esta Secção quando, afastando-se da classificação formulada na denuncia (e que, segundo nos parece, uma vêz recebida como ponto e partida para o processo de instauração só poderia ser alterada no despacho de pronuncia) determinou a prisão preventiva do nosso infeliz cliente, como indiciado em crime de conspiração! Não estando declarado no papel de fl. 39 qual o paragrapho do art. 115 do Cod. em que o nosso cliente se acha indiciado, ainda mais cresce (...) a nossa maravilha. Fazendo um grande esforço de investigação, e applicando ao raciocínio toda sorte de tortura, conjecturamos que só com a hypothese do § 4º pode ter alguma afinidade o caso de nosso cliente; porque, afinal de contas, § falla em poder judiciario e o supposto crime do Bacharel Nobre consiste em haver elle exercido um cargo judiciario. Mas, antes de tudo, em art. e § do Cod. Penal fallam em – oppor-se a alguém directamente e por factos ao livre exercicio do poder judiciario, e tudo quanto já dissemos com relação ao arrogar-se do art. 224, tem aqui completa applicação.⁵⁴⁸

A síntese dos fatos, com sutileza descritiva, mas sem perder o decoro:

Mas o Sr. Dr. Juiz Seccional havia muito tempo que se achava em Minas, no seu feliz Estado, um dos poucos onde nestes ultimos tempos há juizo nos homens dirigentes e onde portanto goza-se a paz e a tranquillidade; e o Sr. Dr. Juiz Substituto, apavorado, como todos os que se achavam no Paraná quando aqui entraram os federalistas, teve de retirar-se para o Estado de S. Paulo indo também para lá o Sr. Dr. Procurador Seccional; e quando o Sr. Dr. Juiz Substituto regressou e quis reassumir as funcções que abandonara por motivo superior a sua vontade, o Dr. Nobre, que, por motivo igual, os havia assumido, não lhe fêz a menor opposição e nada consta d'estes autos que autorize semelhante affirmação.⁵⁴⁹

O advogado conclui:

por um crime afiançavel, esta elle padecendo todas as torturas physicas e moraes do encarceramento; mas elle (que tambem subscreve estas alegações) não pede celeridade: ao contrario, reclama e supplica, em nome da lei, do direito e da equidade, que o digno Sr. Dr. Juiz Federal não se poupe no trabalho de estudar e meditar, não estas humilissimas razões de obscuro advogado, mas os factos que se acham provados e o direito a elles applicavel. Em summa, o nosso cliente pede Justiça.⁵⁵⁰

⁵⁴⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem, Ibidem*, p. 93-95.

⁵⁴⁹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem, Ibidem*, p. 95-96.

⁵⁵⁰ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 508.** Curitiba, n. 4203, v. 55, p. 103, 1894. 1 CD-ROM.

Junto com as alegações do advogado, apresenta-se a justificação do Bacharel Nobre:

1. Que, durante todo o tempo em que este Estado achou-se dominado pela invasão federalista, a população, que não poudo fugir, ficou sob a pressão de verdadeiro terrôr, produzido pela permanente ameaça de enormes violencias;
2. Que, por esse motivo, um grande numero de cidadãos, quer funcionarios (tanto civis quanto militares), quer simples particulares, perfeitamente fieis a causa do Governo legal, e como taes geralmente reconhecidos viram-se forçados a acceitar e exercer empregos e commissões de differentes naturezas e cachegorias.
3. Que o supplicante, surpreendido com a nomeação de Substituto do Juiz Federal da Secção do Paraná, a qual de modo nenhum havia solicitado, e ungido pelos chefes da revolução, achou-se na contingencia de acceitar o referido cargo e de assumir as funcções de Juiz de Secção, visto que o cidadão nomeado para este ultimo emprego poudo, mais feliz do que o suppl. Eximir-se de tomar posse.
4. Que o suppl. logo que as praças federaes e o Governadôr do Estado voltaram a restabelecer a ordem legal, deixou de exercer o cargo de que se trata.
5. Que o suppl. já esteve prêso, durante quase um mês, por ordem da autoridade militar, motivada essa prisão pelo facto de haver o suppl. exercido o referido cargo.⁵⁵¹

Requisitou a inquirição das testemunhas Dr. Rodolpho Pereira de Lemos, Dr. Benjamin Pessôa e Clarimundo José Corrêa⁵⁵², sendo deferido pelo juiz Carvalho de Mendonça, “designado o dia 15 do corrente, ao meio dia, no lugar das audiencias”.⁵⁵³ Juntou-se aos autos procuração para o Dr. Conrado Caetano Erichsen, outorgada por “Francisco de Carvalho Nobre, Bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito de Recife”⁵⁵⁴.

No dia 15, as testemunhas foram inquiridas.⁵⁵⁵ Primeira testemunha foi o Dr. Benjamin Americo de Freitas Pessôa⁵⁵⁶, 34 anos, casado, Auditor de Guerra,

⁵⁵¹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 107-108.

⁵⁵² NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 109.

⁵⁵³ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 107.

⁵⁵⁴ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 111.

⁵⁵⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 114-123.

⁵⁵⁶ Biografia da testemunha: “Benjamin Américo de Freitas Pessoa, filho de Antônio Targino de Freitas e de Francisca da Cruz de Freitas Pessoa, nasceu no dia 1º de novembro de 1858, na cidade de Bananeiras (PB). Casou-se com Dona Constancia de Faria Pessoa. Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife, colou grau no ano de 1879. Iniciou sua vida profissional logo após sua formatura como promotor público de Antonina e de Campo Largo, cidades onde também ocupou o cargo de juiz de direito. No dia 31 de agosto de 1894, foi nomeado desembargador e no mesmo ano pediu demissão para ocupar o cargo de auditor de guerra do 5º Distrito Militar. Foi eleito deputado provincial por várias legislaturas. O Tribunal havia sido dissolvido por decreto do Dr. Vicente Machado, quando se tentou reconstituí-lo com novas nomeações, o que não foi possível. O primeiro e único desembargador nomeado foi o Bacharel Benjamin A. F. Pessoa. Faleceu em Curitiba em 28 de maio de 1928. É patrono do Fórum de Santo Antônio do Sudoeste.” BIOGRAFIA de Benjamin Américo de Freitas Pessoa. Disponível em: < <https://www.tjpr.jus.br/en/desembargadores-tjpr-museu> >. Acesso em: 27/10/2016.

natural da Paraíba e residente em Curitiba, “deu sua palavra de honra para dizer o que soubesse e lhe fôsse perguntado.”⁵⁵⁷ Após ser lida a justificação:

disse quanto ao primeiro item que effectivamente durante o periodo em que os invasores federalistas dominaram este Estado, a parte da população que não pôde fugir, digo que não pôde fugir, esteve sob a constante pressão de verdadeiro terror, produzido pela permanente ameaça de grandes violencias, como prisões, degolas e fuzilamentos e outros horrores desta natureza. Ao segundo item disse que é exacto que os revolucionarios nomeavam para empregos e commissões indistinctamente adversarios e amigos e os obrigavam a desempenhar as funções que lhes eram comettidas, lembrando-se, entre outros, dos casos occorridos com José Fernandes Loureiro, Benedicto Carrão, com certo individuo de Palmas; estando ella testemunha bem lembrada, quanto a este ultimo, de ter tido occasião de lêr um telegrama em que o mesmo individuo recusava-se a aceitar um logar na Comissão de emprestimo⁵⁵⁸, e outro telegrama em que pelo Presidente da Comissão Central n’esta cidade lhe era respondido que taes commissões eram obrigadas a desempenhar a tarefa de que eram incumbidas, não sendo facultativa a aceitação de lugar n’ellas. Disse mais que o Presidente da Comissão Central de que fallou era o finado Barão do Serro Azul⁵⁵⁹, o qual conversando com ella testemunha e mostrando-lhe aquelles telegramas lhe dizia que por sua vez achava-se em tal commissão, porque a isso o haviam obrigado.⁵⁶⁰

Sobre o terceiro item, a testemunha mencionou uma conversa que teve com o acusado Nobre sobre a nomeação e que este lhe dissera que: “não havia solicitado semelhante nomeação, mas que via-se na necessidade de exercer o cargo a fim de não incorrer na perseguição dos federalistas”⁵⁶¹. Ao quarto item, “parece-lhe que o justificante deixou o exercicio do cargo logo que os revolucionarios começaram a abandonar o Estado.”⁵⁶² Ao quinto item, que “o justificante, respondendo a Conselho de investigação, permaneceu militarmente preso durante cerca de um mes, tendo sido solto quando por haver cessado o estado de sitio, foram os papeis a elle referentes remetidos a este juizo.”⁵⁶³ A testemunha disse que o acusado: “sempre perfeitamente fiel às instituições e ao Governo legal.”⁵⁶⁴ Dada a palavra ao Procurador Seccional, este perguntou se

⁵⁵⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 508.** Curitiba, n. 4203, v. 55, p. 114, 1894. 1 CD-ROM.

⁵⁵⁸ Vide capítulo 1.

⁵⁵⁹ Vide capítulo 1.

⁵⁶⁰ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Op. cit.* p. 114-115.

⁵⁶¹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 115-116.

⁵⁶² NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ.

⁵⁶³ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem, Ibidem*, p. 116-117.

⁵⁶⁴ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 508.** Curitiba, n. 4203, v. 55, p. 117, 1894. 1 CD-ROM.

as violências praticadas pelos federalistas eram dirigidas aos que compactuavam com a revolução ou somente com os que se mantinham com o Governo Federal:

Respondeu quanto a primeira parte da pergunta não lhe constar terem sido sacrificados amigos dos revoltosos, salvo os casos de indisciplina no exercito revolucionario; quanto a segunda parte disse que são innumeros os casos de fuzilamentos e prisões d'aquellas pessoas dedicadas a causa da legalidade e que tinham tomado parte na defesa do Estado.⁵⁶⁵

Perguntado sobre a nomeação do acusado para o cargo de Superintendente Geral de Ensino, respondeu: “sabe o justificante ter sido nomeado para o cargo de Instrução Publica, optando n’essa ocasião pelo cargo de Juiz Substituto.”⁵⁶⁶

Perguntado se a nomeação indicaria confiança dos federalistas, respondeu que o acusado lhe dissera: “em pleno dominio da revolução, lhe declarou não ter solicitado emprego e que se achava em exercicio do cargo de Juiz Seccional para não incorrer no desagrado dos revoltosos.”⁵⁶⁷

2ª Testemunha Dr. Rodolpho Pereira de Lemos, 42 anos, casado, médico, natural do Rio de Janeiro e residente em Curitiba, “fez a promessa legal para dizer a verdade do que soubesse e lhe fôsse perguntado.”⁵⁶⁸ Sobre o primeiro item, respondeu que “é exacto ter estado a população deste Estado, durante a dominação Federalista, sob a pressão do terror causado já pelas noticias que precederam a entrada d’elles, falando-se em toda a sorte de atrocidades”⁵⁶⁹. Sobre o segundo item, “que ella testemunha pedio demissão do cargo de medico da guarnição, ou antes recusou a nomeação que para isso teve, e todavia foi constrangido a exercer esse encargo; o mesmo succedeu, ao que lhe parece, com os outros seus collegas.”⁵⁷⁰ Sobre o terceiro item, “acha perfeitamente verossimil visto o que já disse com relação ao artigo antecedente.”⁵⁷¹ Sobre o quarto item,

⁵⁶⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

⁵⁶⁶ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 118.

⁵⁶⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

⁵⁶⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 119.

⁵⁶⁹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

⁵⁷⁰ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 119-120.

⁵⁷¹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem*.

“pode afirmar que não permaneceu n’esse exercicio uma vez restabelecida a ordem legal.”⁵⁷² Ao quinto item nada lhe foi perguntado.⁵⁷³

3ª Testemunha Clarimundo José Correia, 52 anos, casado, ex-empregado público, natural de Paranaguá, residente em Curitiba, “deu sua palavra de honra para dizer a verdade do que soubesse e lhe fôsse perguntado.”⁵⁷⁴ Sobre o primeiro item, “todos os que ouviam fallar nas violencias que costumavam praticar os invasôres já antes de aqui chegarem, já durante a sua permanencia n’este Estado ficavam verdadeiramente apavorados”.⁵⁷⁵ Ao segundo item, “nada pode afirmar, e pelo que lhe é pessoal, declara que permaneceu no emprego do correio, que exercia por nomeação do Governo legal, simplesmente porque pareceu-lhe ser esse o seu dever.”⁵⁷⁶ Ao terceiro item, “lhe parece muito possivel e verossimil o que allega o justificante, atento ao que se passou com outras pessoas, entre elas o o médico Doutor Lemos, que foi positivamente coagido a desempenhar uma commissão.”⁵⁷⁷ Ao quarto item disse que nada sabe.⁵⁷⁸ Ao quinto item, “sabe, por ser notorio, que o justificante, antes de ser agora prêso por ordem deste Juizo já havia soffrido algum tempo de prisão militar”.⁵⁷⁹

O Procurador Seccional requereu a homologação dos depoimentos das testemunhas por sentença, e, após, “lhe fôsse entregue a presente justificação para fazer o uso que lhe convier.”⁵⁸⁰ O Juiz Carvalho de Mendonça sentenciou:

Vistos estes autos de justificação requerida pelo Dr. Francisco de Carvalho Nobre por seu advogado, julgo a mesma justificação por sentença para que produza seus efeitos de direito e mando que sejam os presentes autos entregues em original à parte requerente sem dependencia de traslado, pagas por ella as custas em que a condenno.”⁵⁸¹

Em 22 de setembro, Juiz Carvalho de Mendonça, ao sentenciar os autos, primeiro resumiu os atos praticados, depois mencionou doutrina italiana e,

⁵⁷² NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 508.** Curitiba, n. 4203, v. 55, p. 120, 1894. 1 CD-ROM.

⁵⁷³ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem.*

⁵⁷⁴ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 121.

⁵⁷⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem, Ibidem*, p. 121-122.

⁵⁷⁶ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem.*

⁵⁷⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem.*

⁵⁷⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem.*

⁵⁷⁹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 123.

⁵⁸⁰ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem, Ibidem*, p. 123-124.

⁵⁸¹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 125-126.

finalmente, regressou ao ordenamento pátrio e a sua materialização no caso concreto:

Ora, o acusado não assumiu o lugar de juiz seccional por ser anteriormente funcionario publico. Consequentemente, seu crime não pode ser capitulado no art. 224 do Cod. Penal. Dos depoimentos das testemunhas e confissão do proprio accusado consta que o mesmo (...) acceitara e exercera o lugar de juiz seccional deste Estado. Como tal recebeu vencimentos dos cofres publicos (fl. 13 e testemunhas de fl. 23 ss. e 28), publicou editaes (docs de fl. 34 a 36). Ora. Considerando que a prova do accôrdo de que falla 115 do Cod. Penal entre vinte e mais pessoas para caracterizar a conspiração deve ser entendida nos casos em que esta não chegou a se manifestar em forma de attentado directo e não nas circunstancias solemnes, nas conspirações flagrantes, de que se falam Chaveau e Hellie (Cap. XVII § 2º), nos quaes o accôrdo e a revolução se revelam de todos os lados por tentativas audaciosas cujo fim e alcance a todos se manifestam (cit. Chauveau); Considerando que o fim da revolta era a invasão e tomada de outro Estado do Sul e da própria capital da União, e que o accusado, acceitando um cargo em um dos Estados já conquistados, cooperou directamente na execução do intento criminoso. Considerando que o proprio accusado confessa em suas allegações de defêsa que a ordem se achava profundamente abalada neste Estado (...) e, portanto, equivale a confessar abertamente ter pactuado com os perturbadores da ordem, sabendo que o eram; Considerando que como tal o accusado foi co-autor do crime de conspiração contra o Governo da Republica Brasileira; Considerando além disso que a acceitação e investidura de um cargo de alta magistratura por nomeação de um governo de revoltosos constitue uma opposição directa e por factos ao livre exercicio das atribuições do poder judiciario federal, o que é definido expressamente como crime de conspiração pelo § 4º do art. 115 do Cod. Penal; Considerando que a allegação feita pelo accusado de ter sido a isso forçado pelas circunstancias de ocasião poderá, quando muito, constituir materia de defêsa mas não pode isental-o da pronuncia para a qual são sufficientes os indícios (Dec. 848 de 11 de Out de 1890 art. 64⁵⁸²; - Cod. Pr. Cr. art. 144; - Reg. 31 de Jan. de 1842 art. 286); Considerando o mais constante dos autos, pronuncio o accusado Dr. Francisco de Carvalho Nobre como incurso no crime definido no art. 115 § 4º, o sujeito à prisão (...) e o condeno nas custas. O Escrivão lance o nome do accusado no ról dos culpados, recomende-o na prisão em que se acha e intime-se o mesmo⁵⁸³

O pronunciado foi cientificado em 29 de setembro, conforme certificado pelo Escrivão nos autos.⁵⁸⁴

⁵⁸² “Art. 61. O accusado poderá fazer juntar ao processo todos os documentos que justifiquem ou provem sua innocencia. O juiz conceder-lhe-ha prazo razoavel para tal fim.” BRASIL. Decreto nº 848, de 11 de Outubro de 1890. Decreto referente à organização da Justiça Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d848.htm>. Acesso em: 14/09/2016.

⁵⁸³ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 508**. Curitiba, n. 4203, v. 55, p. 128-130, 1894. 1 CD-ROM.

⁵⁸⁴ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Idem, Ibidem*, p. 130-131.

Em 3 de Outubro o advogado Conrado Erichsen junta aos autos recurso para o Supremo Tribunal Federal⁵⁸⁵, com os escritos contendo uma aura que dialoga com a referência de “Eram eles os ‘eleitos’ para dirigir os destinos da nação”⁵⁸⁶:

Perante o Egregio Supremo Tribunal Federal, que jamais negou guarida e protecção ao direito (...) e que, inabalavel no meio dos mais violentos embates, tem sido neste paiz a grande âncora das liberdades publicas e o sagrado refugio das garantias constitucionaes; comparece respeitoso o Bacharel Francisco de Carvalho Nobre, representado pelo humilde advogado a quem é dado subscrever estas allegações, para implorar que sejam reparadas as injustiças que neste processo lhe tem sido infligidas pelo Ilmo. Sr. Dr. Juiz Federal da Secção do Paraná. E visto que, depois de quatro meses de oppressão federalista; depois de cinco meses d’aquillo que se denominou estado de sitio, com todos os horrores da chamada lei marcial, é este, de entre tantos gritos de angustia aqui erguidos, o primeiro que pode attingir os degraus d’este Egregio Tribunal, o recorrente ousa supplicar que os Exmos. Srs. Ministros se dignem de conceder a este processo alguns momentos especial attenção, a fim de que, mediante uma d’essas tantas decisões luminosas e completa que affirmam o direito e corrigem abusos, e que todos os dias estão sendo proferidas por este Egrégio Tribunal, (...) possa entrar na alma paranaense o balsamo da esperança (...) se lhe abrem os largos horizontes da lei e do direito.⁵⁸⁷

Sobre o documento que proferiu a prisão do acusado (uma nota de culpa):

Dizemos – enigmatico – porque, ao primeiro relance d’olhos descobre-se nesse papel uma anomalia incomprehensivel. Elle tem o titulo de – copia da nota de culpa -, e, ao mesmo tempo, é concebido em termos que parecem inculcar uma ordem ou, antes, uma guia para o recolhimento do preso... Entretanto, não é uma nem outra cousa. Não é – nota de culpa (...) porque só se dá nota de culpa a quem já está prêso, não a quem vae ser prêso, como se lê no alludido papel. Não é ordem prisão (...) porque não pode ser expedida (e é este o ponto mais grave) depois que a prisão já está effectuada.⁵⁸⁸

Sobre a efetuação da prisão:

sendo executor da prisão um sargento de linha, não um official do juizo, sem que despacho algum fosse proferido nos autos, o que é facil de verificar; e sem que, ainda menos, fosse expedida a ordem escripta de que trata o art. 72 da Const. Federal. Entretanto, a prisão é o acto mais importante do processo: ella priva o cidadão da liberdade, faz pesar

⁵⁸⁵ Antes de iniciar os fundamentos, o causídico colaciona uma citação: “governo vitorioso desdenha das cruéis retribuições do patíbulo e atua com segurança no princípio que as causas dos crimes políticos devem ser remediadas, mas os crimes em si não vingaram”. Tradução livre de: “ ‘...victorius government disdained the cruel retributions of the scaffold and acted with security on the principle that the causes of political crimes must be remedied, but the crimes themselves not avenged.’ (J. W. Drapper, History of the civil war). ” In: NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 508**. Curitiba, n. 4203, v. 55, p. 139, 1894. 1 CD-ROM.

⁵⁸⁶ SCHWARCZ, Lilia. *Op. cit.* p. 245.

⁵⁸⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL. *Op. cit.* p. 139-140.

⁵⁸⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL. *Op. cit.* p. 141-142.

sobre elle o maior vexame, causa-lhe, assim como a sua familia, despêsas e sacrificios physicos e moraes! Mas (abstracção feita de todo o atropello que ficou mencionado o recorrente havia sido denunciado pelo crime afiançavel no art. 224 do Cod. Penal⁵⁸⁹

O Advogado Erichsen insiste na questão do crime afiançável, pois, em regra, para os crimes afiançáveis, o acusado podia, após a sentença de pronúncia, evitar a prisão com o pagamento da fiança:

A ação penal, pois, quando se refere a crime em que o réu não se livra sôlto, expõe fato que, por necessidade social, sujeita o querelado ou denunciado ou a uma prisão preventiva tratando-se de crime inafiançável; quer no caso de prisão depois da pronúncia, tratando-se de crime afiançável em que o indiciado não pôde prestar fiança; quer mesmo não tendo, neste caso, sido o indiciado prêso por ter podido prestar fiança: - há uma restrição à liberdade individual, que já é um princípio de punição. É indispensável, pois, que, em tais casos, se verifique previamente se o fato é qualificado crime pela lei penal e se há, ao menos, veementes indícios da culpabilidade do querelado, denunciado ou indigitado, suficientes para sujeitá-lo à prisão ou à fiança.⁵⁹⁰

O advogado, após relatar que o cliente obedecera às intimações do juízo, como a comparecer para inquirição de uma testemunha e, depois, de outra, sendo que nesta segunda, o advogado levava as alegações da defesa para a audiência, mas o Juiz respondera que a ocasião para isto seria a concessão de vista após a promoção do Procurador.⁵⁹¹ Este, então, leva os autos. Até tal ponto, parece que o trâmite transcorria normalmente, porém, eis que:

Entretanto, meia hora depois, é o recorrente intimado por um sargento a acompanhá-lo até a casa do Sr. Dr. Juiz Seccional de onde é remetido para o quartel do 39º Batalhão de Infantaria! Só no dia imediato é que os autos voltam a cartório com a promoção do Sr. Dr. Procurador Seccional concluindo pela pronúncia no art. 224 – crime afiançavel! Como conciliar tudo isto com os principios que regulam o processo criminal, e especialmente com a sábia disposição do art. 50 do Dec. nº 848 de 11 de Outubro de 1890⁵⁹²?! Muito melhor do que ninguém sabe o Egregio Tribunal que, mesmo perante as disposições do velho Cod. de Proc. Crim. , mesmo perante a famosa lei de 3 de Dezembro de 1841, em cuja existencia suppunha Tavares que a posteridade não poderia acreditar; mesmo perante essa legislação atrasadissima, não encontraria justificação uma prisão feita em taes condições.⁵⁹³

⁵⁸⁹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 508**. Curitiba, n. 4203, v. 55, p. 142-143, 1894. 1 CD-ROM.

⁵⁹⁰ ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *Op. Cit.* p. 204.

⁵⁹¹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL. *Op. cit.* p. 143.

⁵⁹² “Art. 50. Os juizes federaes procederão criminalmente, provocada a sua acção por queixa ou denuncia.” BRASIL. *Op. Cit.*

⁵⁹³ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL. *Op. cit.* p. 143-144.

Dentre as questões processuais levantadas, encontra-se o número mínimo de testemunhas a deporem no juízo federal: “Ao dominio da famosa lei de 3 de Dezembro (art. 48) havia para a queixa um minimo de duas testemunhas e para a denuncia um minimo de cinco. E qual o motivo d’esta distincção? Favorecer a queixa, desfavorecer a denuncia.”⁵⁹⁴

Sobre o crime de conspiração: “É, portanto, elemento constitutivo do crime ahi definido, é elemento essencial d’elle, o concerto de vinte ou mais pessoas; e sendo isso certo não se comprehende accusação por semelhante delicto contra um unico delinquente.”⁵⁹⁵

Após citações de doutrina francesa (Chaveau et Hellie)⁵⁹⁶ para fundamentar que não houve crime de conspiração, o Advogado conclui:

Em vista de tudo quanto ahi fica exposto, e, sobretudo contando com os doutos supplementos do Egregio Supremo Tribunal Federal; contando que os seus dignos Ministros, do elevado ponto de vista em que foram collocados pela Lei, saberão apreciar com a mais pura imparcialidade o triste acontecimento da invasão federalista no Paraná, avaliando com perfeita isenção de animo a situação melindrosa em que permaneceram os infelizes habitantes d’este Estado durante os longos quatro meses da famosa conquista a que allude a denuncia de fl. 2, aguarda tranquilo a decisão d’este recurso, convencido de que lhe vai ser feita inteira Justiça. ⁵⁹⁷

No mesmo dia, o Juiz Carvalho de Mendonça determinou a remessa dos autos ao Supremo Tribunal Federal.⁵⁹⁸

Após recebimento no Supremo Tribunal Federal, concedeu-se vista dos autos ao Procurador Geral da República Sousa Martins que se manifestou em 29 de outubro: “Opino pela improcedencia do recurso interpôsto pelo réo Bacharel Francisco de Carvalho Nobre do despacho de pronuncia de fl. 59-v., que o declarou incurso no artigo 115 § 4 do codigo penal, em face dos seus fundamentos. ”⁵⁹⁹

A decisão do Supremo Tribunal, não foi unânime, tendo como voto vencido o Ministro Bernardino Ferreira:

⁵⁹⁴ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 508**. Curitiba, n. 4203, v. 55, p. 148, 1894. 1 CD-ROM.

⁵⁹⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 150.

⁵⁹⁶ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 154-155.

⁵⁹⁷ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 163-164.

⁵⁹⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 165.

⁵⁹⁹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Ibidem*, p. 169.

Vencido na ultima parte. Embora denunciado o recorrente em crime afiançável, desde que pelo depoimento da primeira testemunha da accusação ficou provada a sua intervenção directa no crime inafiançável de conspiração, entendo que o Juiz procedeu regularmente expedindo mandado para a prisão preventiva do mesmo recorrente. Não se pode considerar, nem sequer implicitamente revogado o art. 29 § 1 do Decreto nº 4824 de 22 de Dezembro de 1841⁶⁰⁰, que autoriza o Juiz formador da culpa, independentemente de qualquer requerimento da parte accusadora ou representação da autoridade policial, a ordenar antes da pronuncia, a prisão de réu incurso em crime inafiançável.⁶⁰¹

A decisão do Supremo Tribunal Federal, em 1º de dezembro:

Examinados e discutidos estes autos, vindos da Cidade de Curitiba, entre partes: autora, a justiça pelo Procurador Seccional da Republica no Estado do Paraná e, réu, o Bacharel Francisco de Carvalho Nobre, duo provimento ao recurso interposto pelo réu do despacho⁶⁰² de pronuncia de fl. para annular, como annullam, todo o processado, de fl. 31 em diante por inobservancia as formalidades legaes; porquanto foram inqueridas somente duas testemunhas no presente summario, infringindo-se assim a disposição do art. 48 da lei de 3 de Dezembro de 1841 que fixa em cinco o mínimo das testemunhas na formação da culpa instaurada por denuncia, disposição esta que não foi alterada pelo artigo 53 letra e do Decreto n. 848 de 11 de Outubro de 1890⁶⁰³ e que, consequentemente, continua a vigorar ex-vi do art. 387 do mesmo Decreto. Custas ex-causa. E advertem o Juiz pelas seguintes irregularidades que neste processo se observam: 1º ter mudado de classificação do delicto antes da pronuncia, sem se terem, aliás, verificado no correr da formação da culpa factos ou circunstancias diversas dos que a denuncia menciona, e mandado prender preventivamente o réu que havia sido denunciado pelo crime afiançável do art. 224 do Cod. Penal; 2º não estar a ordem de prisão de fl. revestida das formalidades prescriptas no art. 176 do Cod. de Proc. e art. 13 da lei nº 2033 de 20 de Setembro de 1841, pelo que não se sabe se foi expedida antes ou depois da prisão; 3º ter mandado prender preventivamente o réu sem requisição do procurador seccional a quem competia promover a accusação nos termos do art. 24 letra d do Decreto 848 de 11 de Outubro de 1890⁶⁰⁴; 4º ter mandado dar vista dos

⁶⁰⁰ “Art. 29 (...)§ 1º Independente de requerimento da parte accusadora ou representação da autoridade policial, poderá do mesmo modo o Juiz formador da culpa, julgando necessario ou conveniente, ordenar ou requisitar, antes da pronuncia, a prisão do réu de crime inafiançável, se tiver colligido ou lhe fôr presente aquella prova de que resultem vehementes indícios da culpabilidade do dito réu.” BRASIL. Decreto nº 4.824, de 22 de novembro de 1871. Regula a execução da Lei nº 2033 de 24 de Setembro do corrente anno, que alterou differentes disposições da Legislação Judiciaria. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM4824.htm>. Acesso em: 14/09/2016.

⁶⁰¹ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. *Op. cit.* p. 173-174.

⁶⁰² “Os nossos textos legislativos denominam a decisão sobre a pronúncia, ora *despacho*, ora *sentença*; nós preferiríamos denominar sempre – *sentença*, porque, na pronúncia ou não pronúncia, há um julgamento, conquanto sujeito a recurso em sentido restrito e à ulterior reconsideração em processo plenário.” ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. *Op. cit.* p. 227.

⁶⁰³ “Art. 53. A queixa ou denuncia deve conter: (...)e) o tempo e o lugar em que foi o delicto commettido.” BRASIL. *Op. cit.*

⁶⁰⁴ “Art. 24. Compete ao procurador da Republica na secção: (...) d) promover a accusação e officiar nos processos criminaes sujeitos á jurisdição federal até ao seu julgamento final, quer perante os juizes singulares, quer perante o Jury.” BRASIL. *Op. cit.*

autos ao advogado do réo fora do cartório contra o disposto no art. 53 do regto. Nº 4824 de 22 de novembro de 1871 que somente autoriza o Juiz formador da culpa a conceder ao réo o prazo improrrogável de três dias para juntar documentos e justificações processadas em outro Juiz.⁶⁰⁵

Infelizmente o documento termina com o certificado de recebimento dos autos em Curitiba, não constam os registros da finalização do processo. Desta forma, não aparece o trâmite no Júri Federal e a consequente decisão (absolvição ou condenação). Mas tal processo foi aqui mencionado apesar de incompleto devido à importância da defesa empreendida, visivelmente compreensível pelos trechos citados de atuação do advogado, tanto na primeira fase (formação da culpa), quanto na atuação em âmbito recursal.

Com a análise dos processos constatou-se o pretendido redesenhar do aparato burocrático estatal pelos federalistas no Paraná, pois, apesar de ocorrerem nomeações para cargos bélicos, como de Tenente, também havia numerosas nomeações para cargos públicos civis, registrados no Jornal *A Federação*, sendo que, dentre os processados pelo Procurador Seccional, figuram: Administrador dos Correios, Juiz Substituto, Juiz Distrital, Camarista, Delegado Literário e Superintendente Geral de Ensino.

A aplicação do direito, por meio da concatenação de atos e seguimento dos parâmetros burocrático-formais, como citações e intimações; provas documentais e testemunhais; despachos, decisões e sentenças (a não ser em se tratando da prisão do Bacharel Nobre, realizada por uma nota de culpa, mas que teve recurso ao Supremo Tribunal Federal, que, favorável ao acusado, determinou a anulação do processo desde a ocorrência da ilegalidade). Os processos analisados diferenciam-se, desta forma, das execuções sumárias, praticadas durante a Revolução Federalista, por ambos os lados e, com o término, realizadas pelos vencedores pica-paus.

Interessante que, em um mesmo processo, os partícipes da alta cultura (advogados, promotores, juízes togados) e baixa cultura (jurados) dialogam. Nos processos analisados, houve uma certa convergência, pois, dos sete casos, 3 não foram sequer ao Júri, pois o juiz togado decidira pela improcedência da denúncia e nos outros 3 casos, encaminhados ao Júri, houve absolvição dos

⁶⁰⁵ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 508.** Curitiba, n. 4203, v. 55, p. 171-173, 1894. 1 CD-ROM.

acusados (apenas no processo do acusado Carvalho Nobre não foi possível o conhecimento sobre o desfecho, pela falta de continuação dos autos disponíveis para consulta).

Em relação aos processos mencionados que foram para o Júri, houve absolvição dos acusados nos respectivos casos e, desta forma, desenha-se uma janela para o passado, mas, em vez do lampejo benjaminiano que retoma a História, é a Literatura que surge com a reflexão macediana entre dois personagens, o *Sobrinho do Tio*, um aspirante a político (e que representa os políticos que se preocupam apenas consigo e com o respectivo séquito) e o Paciência, lavrador convicto na Justiça e nas instituições:

- Pois foi uma horrível calamidade para o nosso país! O júri é uma instituição imoral e perigosa; imoral porque muitas vezes um homem de gravata lavada, um barão, por exemplo, está sujeito a ser julgado por um calafate⁶⁰⁶! ...
- E então? ... e se o calafate tiver as qualidades exigidas pela lei para ser jurado? ...
- Mas os calafates, os pedreiros e todos os artistas não devem nunca estar no gozo dos direitos de cidadão brasileiro, senão para serem guardas nacionais e votar nas eleições na chapa da polícia, que é sempre a melhor.
- Bravo! Isso é ideia de fidalgo novo, que é sinônimo de patuleia de velho.
- E, além de imoral, o júri é uma instituição perigosa; porque no caso de uma revolução política, quando o governo entenda que deve aproveitar o ensejo para aniquilar com os culpados também alguns inocentes do partido contrário, pode o júri absolver os revolucionários inocentes, o que é um verdadeiro e poderoso incentivo para novas rebeliões.
- Então, quando o governo diz: *mata!* ...
- Deve haver sempre um juiz que diga: *esfola!* Isto será entendido: o governo tem sempre razão!
- E se os homens que, no governo, disserem *mata!* descerem do poleiro, e subirem os outros, que estavam de baixo? ...
- Ficam estes tendo sempre razão, e eu a dar-lhes apoiados e bravos, apenas desconfiar que eles abrem a boca.
- Oh compadre! Você é um herói, e um homem extraordinário!
- Herói, não duvido; mas extraordinário, nego; porque há tanta gente que pensa e pratica tal e qual, como eu, que não tenho remédio senão me considerar um homem muito ordinário.⁶⁰⁷

Neste segundo capítulo, foram analisados 7 processos referentes à Revolução Federalista no Paraná, constantes no Núcleo de Documentação da Justiça Federal do Paraná, na Subseção Judiciária de Curitiba. Os réus

⁶⁰⁶ Operário encarregado de calafetar (vedar) o navio.

⁶⁰⁷ MACEDO, Joaquim Manuel de. **A Carteira de meu tio**. Porto Alegre: L&PM, 2010. p. 136-137.

denunciados pelo Procurador Seccional foram acusados de aceitar cargos públicos durante o governo revolucionário. Em apenas dois processos as acusações referiam-se a cargos militares (tenente coronel), nos demais casos, as acusações eram relacionadas a cargos cívicos e, deste modo, salienta-se a estrutura burocrática intentada pelos federalistas no Paraná por meio de diversas exonerações e nomeações (das quais foram pinçadas apenas alguns pela Procuradoria).

Observou-se que os processos contêm relações de força, em que os vencedores detêm o domínio sobre os sentidos e significados dos fatos – os maragatos são considerados *revoltosos*, os que pactuaram com eles são considerados, criminosos tipificados como *conspiradores*, acusados de intentarem contra a ordem e contra as instituições estabelecidas.

O Tribunal do Júri detinha a competência para julgar os crimes de jurisdição federal (inclusive os referentes à Revolução Federalista). Os fragmentos jurídicos (processos penais) dialogam com a História e com a Literatura, assim como percebem-se contrapontos (pontos de vista que podem ser opostos ou similares) com os apresentados no capítulo anterior.

CONCLUSÃO (CANTILENA)

A conclusão é uma *Cantilena*, peça que retoma os temas anteriormente executados (capítulos 1 e 2), para proporcionar o entrelaçamento das seções componentes da obra sobre aspectos jurídicos da Revolução Federalista, tendo como principal enfoque os processos judiciais no Paraná pós-revolucionário. Há multidisciplinaridade entre Direito, História e Literatura: fontes de época, com o estudo de jornais, periódicos, livros, e, principalmente, análise dos processos judiciais constantes no Núcleo de Documentação da Justiça Federal do Paraná; e também fontes literárias, pois pertinentes à reflexão.

As perspectivas de análise concedem voz aos vencidos (cf. Benjamin) e aos que não se enquadram na dicotomia apresentada (cf. Ginzburg), para propiciar que as malhas interacionais tragam à tona um período de forma mais complexa que a que se restringe à história oficial. A dimensão dos personagens, em sua gama de conversações, é essencial para o desenvolver da narrativa (cf. Stone e Ost), em que dialogam partícipes reais e ficcionais, fontes regionais e circularidade com o âmbito de revisitação crítica do passado pela historiografia nacional contemporânea.

O primeiro capítulo, uma *Fuga*, peça que tem como característica a diversidade de vozes, com o viés do dialogismo bakhtiniano e das malhas interacionais trazidas pelo contraponto de Huxley e Veríssimo, contextualizou o cenário a ser estudado. Breves pinceladas sobre o fim do Império; os bacharéis; a construção do imaginário republicano; o descontentamento com o novo regime; o surgimento da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, os polos opostos (maragatos v. chimangos/pica-paus), a violência praticada de modo cruel, principalmente com as degolas, práticas de extermínio recorrentes por ambos os lados.

No Paraná, os revolucionários conquistam o Estado após os principais focos de resistência terem sido dominados (Curitiba, Paranaguá, Lapa, entre outros). Mas, em vez de seguirem o caminho até a capital federal a fim de enfrentarem o Marechal Floriano Peixoto, os federalistas permanecem demasiado tempo em Curitiba, os ânimos arrefecem e, quando os reforços legalistas estão a caminho de Curitiba, os maragatos retiram-se do Paraná,

alguns retornam para o Rio Grande do Sul, outros seguem para Argentina ou Uruguai. A decadente Revolução encerra-se com a Batalha de Campo Osório, em 1895.

Os vencedores tratam de modelar a história oficial a sua maneira. No Paraná, tal objetivo é realizado de maneiras curiosas: o Coronel Carneiro, que combatera na Lapa e lá falecera, é colocado num *invólucro mítico* pelos registros oficiais, transformado em herói e exemplo patriótico regional, exacerbadamente. Monumentos são construídos para manter viva a memória, associando civismo e pátria em favor dos vencedores. Tais construções ocorrem não apenas no momento pós-revolucionário, mas também décadas depois, como o Panteão dos Heróis na Lapa, inaugurado em 1944, para comemoração não apenas da Revolução Federalista, mas também do 5º aniversário do Estado Novo, inserindo o Paraná nos anseios de nacionalismo varguista. A construção do passado pelos vencedores compõe-se de registros documentais, livros de história, nomeações de espaços públicos (ruas, avenidas, praças, edifícios...), mas também de representações artísticas, como estátuas, bustos e música – no Paraná, a primeira ópera, escrita por Augusto Stresser e Jayme Ballão, *Sidéria*, tem como pano de fundo o cerco da Lapa e o herói, Alceu, é um soldado legalista. Aliás, nem todos os personagens encontram-se num polo ou em outro, há os que seguem as circunstâncias, fronteirizadamente, como Augusto Stresser, que, durante o domínio de Curitiba pelos federalistas, fazia empréstimos de guerra a estes por meio do Grêmio Musical Carlos Gomes, do qual era diretor, e, após, com o retorno dos legalistas, compôs uma ópera “pica-pau”. Outro que não se enquadra é o médico Dr. Wolff que, após servir com os legalistas durante o Cerco da Lapa (e registrar em seu diário todas as críticas possíveis e desmitificantes sobre o cenário e seus personagens), recepciona os federalistas quando estes dominam a referida cidade.

Constatou-se a necessidade de revisitar o período com a compreensão de que grande parte do que aparenta ser algo *natural*, é, na verdade construção posterior, como a atribuição da violência – em especial, da prática das degolas – apenas aos federalistas, quando, em verdade, era praticada também pelos chimangos. O almejado pela Revolução Federalista não era, ao contrário do comumente divulgado, separar o sul do Brasil do restante do país, mas sim deter os desmandos ditatoriais do Marechal Floriano Peixoto; também não era o

objetivo restaurar a Monarquia, pois, apesar do mentor intelectual Gaspar Silveira Martins ser um Conselheiro durante o Império, ele era um estadista que zelava pela integridade do Brasil e importava-se que o país permanecesse unido, com o melhor regime (por isso admirava a Monarquia, que, por décadas, conseguiu tal intento). A visão dos federalistas como foras-da-lei, agressivos, perigosos e marginais, enquanto que os governistas são considerados como a personificação da “legalidade”, de “ordem e progresso”, também são construções extremamente reducionistas e de um forte maniqueísmo.

Aliás, no Paraná, houve a debandada da elite político-administrativa (inclusive consta entre eles o governador em exercício, Vicente Machado), que entregara a cidade de Curitiba à própria sorte, com a perspectiva de chegada das tropas federalistas. Quando Gumercindo Saraiva e seu exército ingressam em Curitiba, o Barão de Serro Azul e um grupo de empresários negociam com o chefe maragato para não acontecer mais mortes e saques. Não se trata aqui de transformar o Barão em um novo herói, em substituição aos anteriores, até porque a nova vertente que assim o faz também é reducionista, conforme já explicado por meio do filme *O preço da paz*, pois reproduz os mesmos estereótipos em relação aos federalistas. Curioso que no tão aclamado pela história oficial como “retorno da legalidade”, houve execuções sumárias de cidadãos sem oferecer, minimamente, um dos baluartes do Estado de Direito, que é, justamente, o direito à defesa.

O segundo capítulo, uma *Tocata*, peça em que há uma fonte geradora, neste estudo composta pelos processos referentes à Revolução Federalista no Paraná, constantes no Núcleo de Documentação da Justiça Federal do Paraná. Os réus são denunciados pelo Procurador Seccional, acusados de aceitarem cargos públicos durante o governo revolucionário. Também se destaca que os federalistas no Paraná (ao contrário dos simplismos atribuídos a eles tanto pela história oficial quanto pela nova vertente “pró-Barão”) planejaram implementar uma estrutura burocrática por meio de diversas exonerações e nomeações (das quais foram pinçadas apenas alguns pela Procuradoria da República).

Ressalta-se que os processos são fontes históricas, mas devem ser lidos com a percepção apresentada por Ginzburg: relações de força, em que os vencedores detêm o domínio sobre os sentidos e significados dos fatos – os

maragatos são considerados *revoltosos*, os que com eles pactuaram são criminosos tipificados como *conspiradores*.

Na época, os crimes de competência da Justiça Federal eram julgados pelo Tribunal do Júri, o que suscitou uma análise sobre a importância desta instituição para o sistema de Justiça, inclusive com breves considerações sobre a origem anglo-saxã, no tocante à proteção contra o arbítrio, que dialoga com o cenário de avanços liberais e de modernização do direito criminal brasileiro. Aliás, ao considerar que a característica do jurado é o bom senso, Macedo reafirma o sentido do júri, assim como ironiza o descrédito concedido pela alta cultura jurídica nacional (bacharéis em suas diversas vertentes, como advogados, promotores e juízes togados, detentores da “ciência jurídica”) aos jurados. Mas, mesmo entre os membros da alta cultura jurídica nacional, encontram-se juristas que reconhecem o tribunal popular como garantia contra o arbítrio estatal, como depreende-se dos fragmentos colacionados de Rui Barbosa.

Em relação aos sete casos analisados, constatou-se o pretendido redesenhar do aparato burocrático estatal pelos federalistas no Paraná, pois, apesar de ocorrerem nomeações para cargos bélicos, como de Tenente, também houve nomeações para cargos públicos civis, sendo que, dentre os processados pelo Procurador Seccional, figuram: Administrador dos Correios, Juiz Substituto, Juiz Distrital, Camarista, Delegado Literário e Superintendente Geral de Ensino.

A aplicação do direito, por meio da concatenação de atos e seguimento dos parâmetros burocrático-formais, como citações e intimações; provas documentais e testemunhais; despachos, decisões e sentenças (a não ser em se tratando da prisão do Bacharel Nobre, realizada por uma nota de culpa, mas que teve recurso ao Supremo Tribunal Federal, que, favorável ao acusado, determinou a anulação do processo desde a ocorrência da ilegalidade). Os processos analisados diferenciam-se, desta forma, das execuções sumárias, praticadas durante a Revolução Federalista, por ambos os lados e, com o término, realizadas pelos vencedores pica-paus.

Interessante que, em um mesmo processo, os partícipes da alta cultura (advogados, promotores, juízes togados) e baixa cultura (jurados) dialogam entre si. Nos processos analisados, houve uma certa convergência do viés

decisório de alta e baixa cultura, pois, dos casos apresentados, 3 (três) não foram sequer ao Júri, pois o juiz togado decidira pela improcedência da denúncia, e outros 3 (três) casos, encaminhados ao Júri, onde houve absolvição dos acusados. Aliás, como nos processos que foram para julgamento pelo Tribunal do Júri, houve absolvição dos acusados nos respectivos casos, retoma-se novamente a literatura de Macedo, pois o autor, em 1855, décadas antes da Revolução Federalista acontecer, escrevera que, em caso de uma guerra civil, se os acusados de envolvimento fossem submetidos a julgamento pelo Júri, seriam absolvidos.

Como a conclusão é uma *Cantilena*, não visa terminar o assunto no último parágrafo deste trabalho, mas sim propiciar que o presente sirva como ponto de partida para novos estudos e, desta forma, que a Revolução Federalista, em especial no Paraná e no âmbito jurídico, seja analisada com a importância que lhe é devida, em seus diversos fragmentos, espalhados pelos Arquivos Públicos, Núcleos de Documentação, Museus e Bibliotecas, à espera de pesquisadores que os tragam a lume.

REFERÊNCIAS

FONTES

A arvore da olygarchia. **A Rolha**, Curytiba, 7 maio. 1908. n. 5. p. 4. Disponível em: < <http://www.chronicadarua.com.br/revistas/rolha/5/mobile/index.html>>. Acesso em: 22/08/2016.

A COMISSÃO. Aviso – Empréstimo de Guerra. **A Federação**, Corytiba, 21 fev. 1894. Anno III. n. 19.

A COMISSÃO. Comissão de Empréstimo de Guerra n'este Estado. **A Federação**, Curityba, 31 mar. 1894. Anno III. n. 49.

ACONTECIMENTOS na Lapa. **Diario do Commercio**, Curityba, 13 fev. 1894. n. 29.

A Federação, Curitiba, 6 mar. 1894. Ano III, n. 29.

A Federação, Curitiba, 11 mar. 1894. Ano III, n. 34.

ALBUQUERQUE, M. J. de Faria. Homenagem. **A República**, Curitiba: 5 mai. 1894. Edição de Homenagem ao Restabelecimento da Legalidade. Ano IX. n. 1.

ALMEIDA, João Vieira. **Pátria** – livro dedicado à mocidade brasileira. São Paulo: Typographia e Papelaria Casa Eclectica, Typographia e Papelaria Passos Silva & Co, 1899.

A República, Curitiba, 11 maio. 1894. Ano 9. n. 2. 1 bobina de microfilme.

AUGUSTO Stresser e a Ópera Sidéria. **Boletim Informativo Casa Romário Martins**, Curitiba, v. 19, ano 99, set. 1992.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 09/02/2016.

_____. **Constituição Política do Imperio do Brazil de 25 de março de 1824**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 14/09/2016.

_____. Decreto n. 847, de 11 de Outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em: 06/09/2016.

BRASIL. Decreto nº 848, de 11 de Outubro de 1890. Decreto referente à organização da Justiça Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d848.htm>. Acesso em: 14/09/2016.

BRASIL. Decreto nº 4.824, de 22 de novembro de 1871. Regula a execução da Lei nº 2033 de 24 de Setembro do corrente anno, que alterou diferentes disposições da Legislação Judiciária. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM4824.htm>. Acesso em: 14/09/2016.

BRASILIENSE, Américo. **Lições de História Pátria**. São Paulo: Typographia da Província, 1876.

BULCAO, Mario. **História do Brasil**. São Paulo: Typographia Magalhães, 1910.

CASSINO Curytibano. **A Federação**, Curytiba, 6 de mar.1894. Ano III. n. 29.

GLÜCK, Guilherme. **Coleção Guilherme Glück**. Acervo Museu da Imagem e do Som do Paraná (MIS-PR). Exposição Glük – O Tempo e a Imagem, Museu Oscar Niemeyer, sala 10.

HISTORIETAS. **A Federação**, Curityba, 7 mar. 1894. Ano III, n. 30.

LACERDA, Francisco Brito de. Diário do Dr. Fillipe Maria Wolff. In: **Boletim do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense**, v. XX, Curitiba, 1974, p. 5-53.

LIMA, Vicente Machado da Silva. Manifesto. **A República**, Curitiba, 5 mai. 1894. Edição de Homenagem ao Restabelecimento da Legalidade. Ano IX. n. 1.

_____. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná**. Curitiba, 18 maio 1894. Arquivo Histórico do Paraná, Mensagens de Governo.

MACHIAVELINO. Chronica politica. **Olho da Rua**, Curitiba, 22 jul. 1911. Ano IV, n. 5. p. 12. Disponível em: <<http://www.chronicadarua.com.br/revistas/olho/62/mobile/index.html>>. Acesso em: 22/08/2016.

MAGALHÃES, Valentim. O Governo e a Imprensa. **A Semana**, Rio de Janeiro, 2 dez. 1893. Ano IV, Tomo IV, n. 18.

MARCIAL. **A Cigarra**, Rio de Janeiro, 12 dez. 1895. ano 1. n. 32.

MARTINS, Alfredo Romario. Cunha Brito. **A Federação**, Curityba, 31 mar. 1894. Anno III, n. 49.

MURAT, Luiz. Perturbadores. **A Federação**, Curitiba, 9 mar. 1894. Ano III, n. 32.

NOBRE, Francisco de Carvalho. Editaes. A Federação. 31 mar. 1894. Anno III, n. 49. p. 2. In: NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 508**. Curitiba, n. 4203, v. 55, p. 3-4, 1894. 1 CD-ROM.

NOBRE, Francisco de Carvalho. Editaes. A Federação. Curityba, 7 Abr. 1894. Anno III, n. 54. p. 2. In: NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 508**. Curitiba, n. 4203, v. 55, p. 3-4, 1894. 1 CD-ROM.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 508**. Curitiba, n. 4203, v. 55, 1894. 1 CD-ROM.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 509**. Curitiba, n. 4202, v. 55, 1894. 1 CD-ROM.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 514**. Curitiba, n. 4211, v. 55, 1894. 1 CD-ROM.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 520**. Curitiba, n. 4209, v. 55, 1894. 1 CD-ROM.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 523**. Curitiba, n. 4208, v. 55, 1894. 1 CD-ROM.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 528**. Curitiba, n. 4206, v. 55, 1894. 1 CD-ROM.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. **Processo n. 530**. Curitiba, n. 4205, v. 55, 1894. 1 CD-ROM.

OLHO da Rua, Curitiba, 15 nov. 1907. Anno I, n. 15. p. 4.

OURIQUE, Jacques. Commando da Guarnição em Curytiba, 27 de janeiro de 1894, Ordem do dia nº 2. **A Federação**, Corytiba, 21 fev. 1894. Anno III.

OURIQUE, Jacques. Situação do Sr. Floriano. **A Federação**, Curityba, 27 fev. 1894. Anno III, n. 23.

OURIQUE, Jacques. **O drama do Paraná** – Episódios da tyrannia do Marechal Floriano Peixoto. Buenos Ayres, 1894. 1 bobina de microfilme.

SANTOS, Claudino dos. A Constituição violada. **A Federação**, Curityba, 9 mar. 1894. Ano III, n. 32.

SARAIVA, Gumercindo. **Ordem do dia n. 6**. Quartel General do Commando em Chefe das forças de terra, em operação no Estado do Paraná. Ponta Grossa: Typographia d' A Federação, 7 abr. 1894.

SILVA, Francisco Xavier. **Mensagem do Governador do Estado do Paraná lida perante o Congresso Legislativo**. Curitiba, 20 out 1894. Arquivo Histórico do Paraná.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder** – O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALBERNAZ, Paulo Mangabeira. **Episódios da Revolução Federalista no Paraná** -1893-1894. São Paulo: Brasiliensia Documenta, 1979.

ALBURQUERQUE, Roberto Chacon de. A situação da justiça penal no Brasil do século XIX. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. v. 102, p. 47 – 78, jan./dez. 2007.

ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de. **O Processo Criminal Brasileiro**. 4. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Freitas Bastos S. A., 1959.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **A teoria do Medalhão**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000232.pdf>>. Acesso em: 15/08/2016.

BAKHTIN, Mikhail. **The dialogic imagination**- four essays. Austin: University of Texas, 1981.

BARBOSA, Rui. **Antologia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

_____. A Reforma do Júri- Estudo Crítico. In: _____. **OBRAS COMPLETAS**. v. XXVII, tomo II. p. 14-38. Disponível em: < www.stf.jus.br/bibliotecadigital/RuiBarbosa/5413/PDF/5413.pdf>. Acesso em: 02/12/2016.

_____. O Júri e a Independência da Magistratura. In: _____. **Obras completas de Rui Barbosa**. v. XXIII, tomo III. p. 137-294. p. 144. Disponível em: < www.stf.jus.br/bibliotecadigital/ruibarbosa/18428/pdf/18428.pdf>. Acesso em: 02/12/2016.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **O triste fim de Policarpo Quaresma**. Disponível em: <http://www3.universia.com.br/conteudo/literatura/O_triste_fim_de_policarpo_quaresma_de_lima_barreto.pdf>. Acesso em: 20/08/2016.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto de (Orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. 4. ed. 1. reimp. Curitiba: UFPR, 2007. p. 21-38.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. v. 1. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **O anjo da História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BIOGRAFIA de Benjamin Américo de Freitas Pessoa. Disponível em: < <https://www.tjpr.jus.br/en/desembargadores-tjpr-museu> >. Acesso em: 27/10/2016.

BIOGRAFIA de Conrado Caetano Erichsen. Disponível em: Centro de Preservação da Memória do MPPR. <<http://www.memorial.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=87>>. Acesso em: 24/10/2016.

BIOGRAFIA de Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo Disponível em: < <http://www.memorial.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=100> >. Acesso em: 27/10/2016.

BIOGRAFIA de Leonardo Macedônia Franco e Souza. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/index.php/revfacdir/article/>. Acesso em: 27/10/2016.

BIOGRAFIA de Manoel Azevedo da Silveira Netto. Disponível em: < <http://www.nossolitoral.doparana.com/atrativo/lista/7/36>>. Acesso em: 27/10/2016.

BRAITH, Beth. Estilo, dialogismo e autoria: identidade e alteridade. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto de (Orgs.). **Vinte ensaios sobre MIKHAIL BAKHTIN**. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 54-66.

CARDASSI, Luciane. Klavierstück IX de Karlheinz Stockhausen: **Estratégias de aprendizagem e performance**. Disponível em: < www.musica.ufmg.br/permusi/port/numeros/12/num12_cap_04> Acesso em: 24/02/2016.

CARNEIRO, David. **O CERCO DA LAPA E SEUS HERÓIS** – Antecedentes e consequências da Revolução Federalista no Paraná. Biblioteca do Exército: Rio de Janeiro, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume Dumará, 1996.

_____. **A formação das almas** – O imaginário da República no Brasil. 23. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CARVALHO, Vânia. **Gênero e Artefato**: O Sistema Doméstico na Perspectiva da Cultura Material – São Paulo, 1870-1920. São Paulo: Edusp, 2008.

CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Monárquico v. 4: dispersão e unidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 19-84.

DIAS, Malheiro. **A Mulata**. Lisboa: Arcádia, 1975.

DIEHL, Astor Antônio. A importância da Memória como Fonte da História e suas implicações. In: FLORES, Moacyr (org.). **1893-1895: A Revolução dos Maragatos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

DUDEQUE, Norton. Influências nas Bachianas Brasileiras: A Cantilena da Bachianas Brasileiras n. 5 e no “Trenzinho do Caipira”. IN: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL VILLA-LOBOS**. USP, 2009. Disponível em: < <http://www2.eca.usp.br/etam/vilalobos/CO010.htm>>. Acesso em: 28/01/2016.

ELLENDERSEN, Atli. **Parâmetros interpretativos para a Sonata em Lá Menor, BWV, 1003 de J. S. Bach**. 192 f. Dissertação (Mestrado em Música) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

ESCOBAR, Wenceslau. **Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893**. Brasília: Editora UNB, 1983.

FARACO, Carlos Alberto. O dialogismo como chave de uma antropologia filosófica. In: _____; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto de (Orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. 4. ed. 1. reimp. Curitiba: UFPR, 2007. p. 97-108.

FONSECA, Ricardo Marcelo. A formação da cultura jurídica nacional e os cursos jurídicos no Brasil: uma análise preliminar (1854-1879). In: **Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija**, n. 8, 2005. p. 97-116.

FLORES, Moacyr. Mudanças Político-sociais. In: _____ (org.) **1893-1895: A Revolução dos Maragatos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Relações de força** – História, Retórica, Prova. 1. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HISTÓRICO dos desembargadores TJPR. Disponível em: <<https://www.tjpr.jus.br/en/desembargadores-tjpr-museu>>. Acesso em: 24/10/2016.

HISTÓRICO do Teatro Guaíra. Disponível em: <<http://www.teatroguaira.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=849>>. Acesso em: 26/10/2016.

HISTÓRICO do Theatro S. Theodoro Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w_2jdsITDUU>. Acesso em: 26/10/2016.

HUXLEY, Aldous. **Contraponto**. 11. ed. São Paulo: Globo, 1993.

_____. **Music at night**. Disponível em: <<https://danassays.wordpress.com/collected-essays-by-aldots-huxley/aldots-huxley-essays-music-at-night/>>. Acesso em: 21/06/2016.

KOECHLIN, Charles. **Etude sur l'écriture de la fugue d'école**. Paris: Max Eschig, 1933. p. 4. *Apud*. Fuga-definições. Disponível em: <http://www.clem.ufba.br/queiroz/fuga_01/iniciofuga.html>. Acesso em: 22/02/2016.

LACERDA, Francisco Brito de. **Cerco da Lapa** - do começo ao fim. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1985.

LACOMBE, Américo Jacobina. A cultura jurídica. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil monárquico, v. 5: reações e transações. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 414-428.

LEVY, Leonard W. **Origins of the Bill of Rights**. Yale University Press: New Haven and London.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O Caminho para Washington passa por Buenos Aires – A recepção do conceito argentino do estado de sítio e seu papel na construção da República brasileira (1890-1898). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n 78, v. 27, p. 150- 196, fevereiro 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/10349318/O_caminho_para_Washington_passa_por_Buenos_Aires_estado_de_s%C3%ADtio_e_sistema_olig%C3%A1rquico_na_Primeira_Rep%C3%ABlica_1890-1898_>. Acesso em: 01/02/2016.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **A Carteira de meu tio**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

_____. **Memórias do sobrinho de meu tio**. São Paulo: Penguin, 2011.

MACHADO, Irene. Os gêneros e a ciência dialógica do texto. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto de (Orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. 4. ed. 1. reimp. Curitiba: UFPR, 2007.p. 193-230.

McCONVILLE, Mike; MIRSKY, Chester L. **Jury Trials and Plea Bargaining: A True History**. Hart: Oxford and Portland, Oregon, 2005.

MEDALHA Leonardo Macedônia. Disponível em: <<http://www.oabrs.org.br/noticia-8623-sessao-magna-homenageia-expresidentes-da-oabrs-com-medalha-leonardo-macedonia>>. Acesso em: 27/10/2016.

MILANI, Margareth Maria. **Prelúdios Tropicais de Guerra-Peixe**: uma análise estrutural e sua projeção na concepção interpretativa da obra. 236f. Dissertação (Mestrado em Música) -Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. p. 194. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9122/1/>>. Acesso em: 28/01/2016.

NIETZSCHE, Friedrich. **The Case Of Wagner**: A Musician's Problem. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/ebooks/author/779>>. Acesso em: 21/06/2016.

O PREÇO DA PAZ. Direção de Paulo Morelli. Rio de Janeiro (RJ): MA Produção Artística e Cultural: Riofilme, 2003. 1 DVD (103 min), color.

OST, François. **Contar a lei**: as fontes do imaginário jurídico. Porto Alegre: Unisinos, 2007.

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. A circularidade da cultura jurídica: Notas sobre o Conceito e sobre Método. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **Nova História Brasileira do Direito**: Ferramentas e Artesanias. Curitiba: Juruá, 2012. p. 31-53.

_____. O retorno da narrativa e do acontecimento: o 29/04 sob o olhar da historiografia. In: ____; ALLAN, Nasser Ahmad (orgs.). **29 de abril**: repressão e resistência. Bauru: Canal 6, 2016.

PIEIDADE, Acacio Tadeu de Camargo Andrade; MARTINS JR., Jylson J. **Uma análise temática dos prelúdios para violão de Villa-Lobos**. Disponível em: <http://www.ceart.udesc.br/revista_dapesquisa/volume3/numero1/jylson-acacio.pdf>. Acesso em: 22/02/2016.

REVERBEL, Carlo Eduardo Dieder. **A Revolução Federalista e o Ideário Parlamentarista**. 217 f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p. 199. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-21012015-085452/pt-br.php>>. Acesso em: 15/09/2016.

ROCHA, S. S. **Lama vermelha**. 2. ed. São Paulo: Scortecci, 2014.

ROSSATO, Luciana. **Imagens Construídas**: imaginário político e discurso federalista no Rio Grande do Sul (1889-1896). 130f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1999.

SANTOS, Zelo Martins dos. **Visconde de Guarapuava**: Um personagem na História do Paraná. 208 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/2776/ZELOI+APARARECIDA+MARTIN?sequence=1>>. Acesso em: 24/10/2016.

SCHWARCZ, Lilia. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca dos trópicos. 2. ed. 4. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1830. 14. reimp. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.

SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as Batatas**. São Paulo: 34, 1977.

SHAKESPEARE, William. **Macbeth**. Porto Alegre: L&PM, 2015.

SILVA, Mozart Linhares. Violência e Ideologia na Revolução Federalista. In: FLORES, Moacyr (org.). **1893-1895: A Revolução dos Maragatos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 275-296.

STONE, Lawrence. **O ressurgimento da narrativa**: reflexões sobre uma nova velha história. Disponível em: < <http://docslide.com.br/documents/stone-lawrence-o-ressurgimento-da-narrativa.html>>. Acesso em: 24/08/2016.

TEIXEIRA, Marlene. O outro no um: reflexões em torno da concepção bakhtiniana de sujeito. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto de (Org.). **Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006. p. 227-234.

VERÍSSIMO, Érico. **Caminhos cruzados**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. **O Tempo e o Vento**. Tomo I. 18. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

_____. **O Tempo e o Vento**: Tomo II. 13.ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

WRIGHT, Antônia F. de Almeida. Brasil-Estados Unidos, 1831-1889. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil monárquico, v. 6: declínio e queda do império. 6. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004. p. 202-238.

